www.correiobraziliense.com.br
LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 26 DE FEVEREIRO DE 2026
NÚMERO 22.986 • 50 PÁGINAS • R$ 5,00

Carlos Vieira/CB/D.A Press

76 anos de cadeia por mandar matar Marielle

O abraço entre Agatha, Monica, Marinete e Anielle é o simbolo de uma luta. Essas quatro mulheres viveram, desde 2018, a busca por Justiça pelos assassinatos de Marielle Franco e de Anderson Gomes, no Rio. Ontem, o STF condenou os irmãos Domingos e Chiquinho Brazão a 76 anos de prisão, cada, como mandantes do crime. "Tivemos uma justiça digna e saímos aqui de cabeça erguida", disse Marinete, mãe da vereadora.

CB DEBATE

O Brasil pelas mulheres: evento gratuito hoje, às 8h30, no Correio

PÁGINAS 2, VISÃO DO CORREIO, 10 E 33

Distritais ampliam debate do socorro ao BRB

As mudanças feitas pelo GDF no projeto de lei que dispõe de terrenos e prédios públicos como garantia em eventuais empréstimos do Banco de Brasília para cobrir as negociações com o Master estão sob análise da Câmara Legislativa. Ainda não há data para votação, mas a conversa com o presidente do BRB, Nelson Antônio de Souza, na próxima segunda-feira, deve apontar o ritmo da tramitação. O PL prevê R$ 6,6 bilhões em imóveis para recuperação da instituição, caso haja necessidade, mas recebeu duras críticas da oposição e de alguns parlamentares da base aliada, como Thiago Manzoni (PL) e Rogério Morro da Cruz (PRD).

PÁGINAS 7 E 29

Eixo capital

"Eu estou tranquilo, me preocupo com o BRB que é um patrimônio da cidade", diz Ibaneis Rocha à coluna.

PÁGINA 30

Decisão do TJMG e os dilemas da Justiça

Direito&Justiça
Justiça sob questionamento

Absolvição da acusação de estupro de um homem de 35 anos que se relacionou com uma menina de 12 abre polêmica e será debatida em Cortes superiores.

Perfil

Conheça a trajetória do mineiro Jair Oliveira Soares, 72 anos, desembargador e novo presidente do Tribunal de Justiça do DF.

Mega-Sena pagará hoje R$ 130 milhões

PÁGINA 33

Mercosul-UE é aprovado na Câmara

PÁGINA 8

Pablo Porciúncula/AFP

A tragédia que abala Minas Gerais

Com pelo menos 46 mortos — 40 em Juiz de Fora e seis em Ubá (foto) —, o desastre provocado pelas chuvas está longe do fim. Milhares estão desabrigados e diversas áreas ribeirinhas foram evacuadas, por risco de mais desabamentos. PÁGINA 6

Ed Alves/CB/D.A Press

Entre crise e eleições

No *CB.Poder*, o deputado federal Alberto Fraga (PL-DF) criticou o governo Ibaneis pela crise BRB-Master e diz que o caso terá repercussão nas eleições. O parlamentar também avaliou as negociações para o pleito de outubro e comentou a aprovação do PL Antifacção.

PÁGINA 30

Estuprador

Juiz volta atrás e condena homem

Após denúncia de abuso, desembargador mantém prisão de homem que se uniu com menina.

PÁGINA 6

Palanques

Flávio e PL definem DF e SC

Filho de Bolsonaro anuncia chapa com Michelle e Bia Kicis, na capital, e Carol De Toni, no Sul, para o Senado.

PÁGINA 4

Gonet critica Dino por paralisar penduricalhos

PÁGINA 3

Pierre-Philippe Marcou/AFP

Vini Jr. responde na bola

Depois de sofrer injúria racial no jogo de ida contra o Benfica, em Lisboa, o atacante faz gol da vitória por 2 x 1 na Espanha e leva o Real Madrid às oitavas da Champions League.

Copa do Brasil

Capital avança à terceira fase; Gama e Ceilândia se despedem nos pênaltis

PÁGINAS 35 E 36

Entrevista / Oleksandra Matviichuk

"Paz é a liberdade de viver sem medo"

Única ucraniana a ganhar o Nobel da Paz, ativista diz ao **Correio** que Putin não quer a paz e o acusa de tentar fundar império.

PÁGINA 9

ISSN 1808-2661
9 771808 266059

CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 (61) 99158.8045 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166 (61) 99256.3846

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

PODER

Irmãos pegam 152 anos pela morte de Marielle

É a pena somada de Chiquinho e Domingos Brazão como mandantes. Ex-delegado condenado a 18 anos por obstruir investigação

» LUANA PATRIOLINO
» IAGO MAC CORD

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) condenou, por unanimidade, os cinco réus envolvidos nos assassinatos da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, em março de 2018, no Rio de Janeiro. Os irmãos Domingos e Chiquinho Brazão foram sentenciados a 76 anos de prisão cada um por encomendarem o crime. Somadas, as penas vão a 152 anos de cadeia. Ronald Alves Pereira, Rivaldo Barbosa e Robson Calixto Fonseca receberam, respectivamente, penas de 56, 18 e nove anos de prisão.

Para amigos e parentes de Marielle, foi o fim de quase oito anos de angústia. Depois do julgamento, ao lado dos pais e de Luyara — filha da vereadora —, a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, disse que a condenação é um marco no combate à violência política. Ela afirmou que as penas aplicadas foram um "recado" aos que debocharam do brutal homicídio.

"É um recado para uma parcela da sociedade que, todo ano eleitoral, traz minha irmã como um elemento descartável, como apenas mais uma. Ou, como falavam, um mimimi sobre Marielle Franco", desabafou.

Marinete da Silva, mãe da Marielle, agradeceu o trabalho das instituições envolvidas no caso, com destaque para Ministério Público e Defensoria Pública, e à imprensa por acompanhar as investigações. "É um alívio. A pergunta que ecoava no mundo era quem mandou matar Marielle e, hoje (ontem), a gente está vendo. Tivemos uma justiça digna e saímos aqui de cabeça erguida", afirmou.

A vereadora Monica Benicio, viúva de Marielle, endossou a avaliação de Anielle de que a decisão do STF enviou um recado às milícias e a outros grupos criminosos que atuam no Rio de Janeiro de que a Justiça brasileira não deixará casos semelhantes saírem impunes. "O STF quebra um ciclo de punitivismo seletivo, que para uns jamais iria chegar, enquanto que, para outros, a condenação pela cor, pelo gênero, é sempre o caminho", criticou.

A também viúva Agatha Arnaus, mulher de Anderson Gomes, afirmou que ainda há esperança, apesar do cenário de violência que assola a capital fluminense. A análise foi compartilhada por Fernanda Chaves, única sobrevivente do atentado, que classificou como histórica a decisão do STF.

"Quando a gente compreende que, historicamente, o Brasil tem uma dificuldade de condenar mandantes de grandes crimes, o Estado brasileiro passa um recado de que crimes como esse — um feminicídio político — não serão tolerados", frisou.

Por conta da expectativa sobre o resultado e a tensão do ambiente, a mãe de Marielle passou mal durante a sessão. Ela e o marido, Antônio da Silva, pai de Marielle, tiveram picos de pressão alta devido ao estresse. Luyara também teve um mal-estar e precisou ser retirada de cadeira de rodas pelos paramédicos.

Domingos e Chiquinho foram condenados por organização criminosa armada, dois homicídios qualificados e um homicídio qualificado tentado. Ronald Paulo Alves foi condenado por dois homicídios qualificados e um homicídio qualificado tentado, enquanto Robson Calixto Fonseca foi condenado por integrar organização criminosa armada. Para Rivaldo Barbosa, o colegiado reenquadrou a acusação de homicídio para os crimes de obstrução à Justiça e corrupção passiva por insuficiência de provas de participação direta nos assassinatos. Além das penas privativas de liberdade, a Primeira Turma estabeleceu indenização de R$ 7 milhões para reparação de danos morais causados às famílias de Marielle e Anderson.

Racismo e misoginia

Ao ler o relatório sobre o caso, o ministro Alexandre de Moraes destacou que os irmãos Brazão são membros de uma milícia motivados por questões políticas, racismo e misoginia. "O assassinato de Marielle Franco precisa ser compreendido não apenas como um atentado contra uma parlamentar, um crime só por fins financeiros. Mas por questões financeiras, econômicas. E pior: um crime na ideia de dominação do crime organizado, mas também com episódio de violência de gênero, destinada a interromper a atuação de uma mulher pobre, uma mulher preta, que ousou um encontro de interesses de milicianos homens e brancos e ricos", criticou.

Moraes afirmou que os acusados integravam organização criminosa armada com atuação em Jacarepaguá. "Eles não tinham só contato com a milícia. Eles eram a milícia", apontou.

Segundo o ministro-relator, os mandantes não estavam preocupados com a repercussão do crime. "Na cabeça misógina e preconceituosa de mandantes e executores, quem iria ligar para isso? Uma cabeça de 100, 50 anos atrás: 'Ah, vamos eliminá-la e isso não terá repercussão'", ressaltou.

O ministro Cristiano Zanin destacou que o acervo de provas dos autos revela "um quadro estarrecedor" de captura do Estado por uma rede criminal complexa, com profunda penetração nos poderes públicos. Essa organização, segundo o magistrado, "controla a exploração imobiliária, as atividades de segurança, o fornecimento de serviços básicos e o direcionamento de votos sob a mira de fuzis".

Machismo

O voto decisivo foi o da ministra Cármen Lúcia, que destacou a violência política de gênero e o machismo estrutural. "Me pergunto quantas 'Marielles' o Brasil permitirá que sejam assassinadas até que se ressuscite a ideia de justiça nesta pátria de tantas indignidades? Quantos Andersons ainda vamos ver chorar?", indagou.

Cármen falou diretamente à mãe da vereadora. "Dona Marinete: não ache que é só sua filha. É mais fácil me matar do que matar um dos outros três aqui", afirmou, em referência aos demais ministros que compõem a Primeira Turma.

O presidente da turma, ministro Flávio Dino, afirmou que as colaborações dos executores do crime — Ronnie Lessa e Élcio Queiroz — convergem entre si e são corroboradas pelas provas e pelos testemunhos anexados ao processo. "Há uma narrativa falsa segundo a qual o núcleo do crime organizado está nas periferias. Se fosse assim, tinha sido exterminado do pior modo. E nós sabemos que o núcleo do crime organizado não está no mundo dos invisibilizados. Está no mundo dos muito visíveis", salientou.

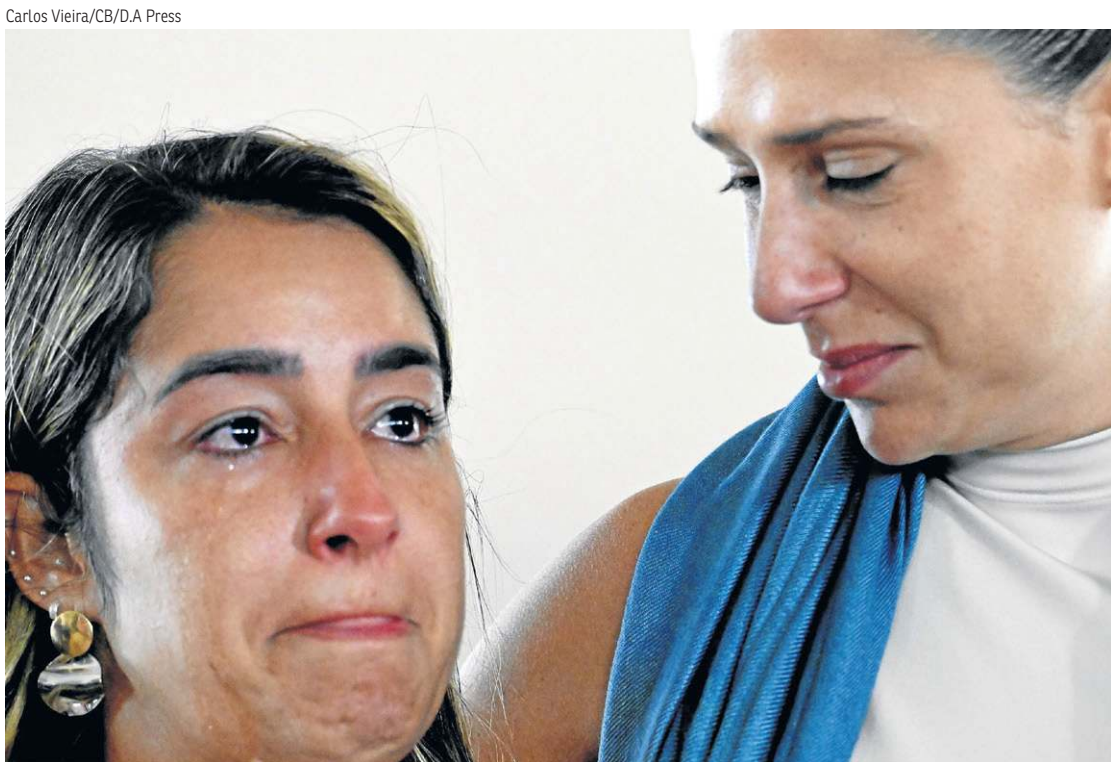
Gustavo Moreno/SCO/STF

Marinete, mãe de Marielle, não resiste ao impacto de serem lidas as sentenças de Chiquinho e Domingos Brazão

Antonio Augusto/SCO/STF

Dado o veredicto, filha, irmã e pais da vereadora se abraçam e choram. Apesar de tardia, foi feita justiça

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Viúvas de Anderson e de Marielle se emocionam. Foram quase oito anos de angústia à espera de um desfecho

As punições aplicadas a cada um

Domingos Brazão (ex-conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro/TCE-RJ) — 76 anos e três meses de reclusão (regime inicial fechado) e 200 dias-multa (cada dia-multa no valor de dois salários mínimos à época do crime).

Chiquinho Brazão (ex-deputado federal) — 76 anos e três meses de reclusão (regime inicial fechado) e 200 dias-multa.

Ronald Paulo de Alves (ex-policial militar) — 56 anos de reclusão (regime inicial fechado).

Rivaldo Barbosa (ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro) — 18 anos de reclusão (regime inicial fechado) e 360 dias-multa.

Robson Calixto Fonseca (ex-assessor do TCE-RJ) — Nove anos de reclusão (regime inicial fechado) e 200 dias-multa.

Deu no...

The New York Times

"Suprema Corte do Brasil condena quatro homens por assassinato que chocou o país — Dois políticos e dois ex-policiais foram considerados culpados pelo assassinato de uma rival, Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro que lutava contra a corrupção e a violência".

The Guardian

"Irmãos políticos brasileiros condenados por ordenar o assassinato de vereadora do Rio — João Francisco Inácio Brazão e Domingos Inácio Brazão condenados pelo assassinato de Marielle Franco, uma mulher negra gay e estrela política em ascensão".

DN Diário de Notícias

"Irmãos que ordenaram morte de Marielle Franco condenados a mais de 76 anos de prisão".

Público

"Assassinos de Marielle Franco condenados a 76 anos e a 56 anos de prisão — Os réus foram acusados de triplo homicídio, tentativa de homicídio e recebimento do veículo furtado utilizado no crime, e enfrentarão até 208 anos de prisão".

EL PAÍS

"Caso Marielle Franco: Irmãos Brazão condenados por encomendar o assassinato da vereadora do Rio — O Supremo Tribunal Federal do Brasil proferiu sentença sobre o assassinato político mais significativo da década, quase oito anos após o crime".

Clarín

"Supremo Tribunal Federal considera dois políticos culpados de ordenar o assassinato da vereadora Marielle Franco e os condena a 76 anos de prisão — O ex-deputado Chiquinho Brazão e seu irmão Domingos, ex-deputado estadual do Rio de Janeiro, foram condenados por unanimidade por quatro juízes, que em breve determinarão a duração de suas penas".

telesur

"Tribunal brasileiro considera culpados os mandantes do assassinato de Marielle Franco — O crime teve uma clara conotação política e foi permeado por elementos de racismo e misoginia".

Deutsche Welle

"STF condena mandantes da morte de Marielle a 76 anos — Irmãos Chiquinho e Domingos Brazão foram condenados por unanimidade pela Primeira Turma do Supremo por planejar e ordenar o assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes".

abc COLOR

"Supremo Tribunal Federal considera réus culpados de ordenar o assassinato de Marielle Franco — A Primeira Câmara do Supremo Tribunal Federal do Brasil considerou, por unanimidade, os cinco réus culpados de ordenar, planejar e acobertar o assassinato da vereadora e ativista socialista do Rio de Janeiro, Marielle Franco, em março de 2018".

TV5MONDE

"Brasil: Dois políticos são condenados a 76 anos de prisão por ordenarem o assassinato de uma vereadora do Rio de Janeiro".

PODER

Penduricalhos: PGR critica STF

Gonet considera que decisão de Dino, que sustou por 60 dias incorporação de benefícios aos salários, desrespeita separação de Poderes

» LUANA PATRIOLINO

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, criticou, ontem, a decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), de paralisar o pagamento de penduricalhos acima do teto constitucional — atualmente fixado em R$ 46,3 mil — para o funcionalismo. No julgamento da decisão liminar do magistrado, o chefe do Ministério Público Federal (MPF) disse que não foi respeitada a separação dos Poderes ao deliberar sobre o tema. A análise do caso no plenário foi suspensa e será retomada hoje com os votos dos integrantes da Corte.

A medida surgiu a partir de reclamação originalmente restrita a procuradores de Praia Grande (SP). Em sustentação oral, Gonet afirmou que a decisão liminar "cuida de um tema alheio ao objeto da causa, e que não era necessário para o próprio julgamento da reclamação". Ele defendeu a necessidade de respeito aos limites do pedido formulado na ação como forma de conter a atuação do Judiciário.

"A vinculação da jurisdição ao pedido é fórmula de limitação do Poder Judiciário, é aspecto crucial do sistema de pesos e contrapesos. A questão que se põe neste caso é da mais impactante repercussão para o próprio sistema constitucional. O precedente que se pode formar aqui tem potencialidade de afetar substancialmente os limites até agora impostos ao poder de agir do Tribunal", criticou.

Na abertura do plenário, Dino afirmou que não pretende "colocar em xeque prerrogativas e direitos de nenhuma categoria profissional", mas destacou a necessidade de dar efetividade ao teto salarial.

> **Qual é o teto que vigora hoje no Brasil? Quem souber responder esta pergunta ganha um prêmio. Devemos ter 2 mil ou 3 mil tetos vigentes no Brasil, porque depende da interpretação de cada órgão pagador"**
>
> ***Ministro Flávio Dino***

"Sinto-me na obrigação de dizer que homenageio profundamente o serviço público brasileiro. É um debate que visa à valorização e o respeito do serviço público com o cumprimento da Constituição e das leis, e não um debate que vise colocar em xeque prerrogativas e direitos de nenhuma categoria profissional", explicou.

Dino foi além. Disse que somente a própria Corte e "talvez uma meia dúzia de órgãos" respeitem o teto do funcionalismo. "Qual é o teto que vigora hoje no Brasil? Quem souber responder esta pergunta ganha um prêmio. Ninguém sabe. Hoje, devemos ter 2 mil ou 3 mil tetos vigentes no Brasil, porque depende da interpretação de cada órgão pagador", lamentou.

Ele também afirmou que, desde 2000, o Supremo julgou 13.925 ações sobre teto salarial. "É impossível garantir a autoridade da decisão do tribunal com este estado fático. E tampouco é possível deslindar cada caso concreto, porque hoje, objetivamente, o teto de R$ 46 mil reais só é observado no Supremo e mais, talvez, uma meia dúzia de outros", afirmou.

O presidente do STF, ministro Edson Fachin, falou sobre as reuniões realizadas, nesta semana, com o governo e com o Congresso Nacional para tratar da suspensão dos penduricalhos. Ele afirmou que as verbas extraordinárias são uma "questão tormentosa". "O tema, em ambas as reuniões, foi a compreensão do cenário de mora na regulamentação das parcelas de caráter indenizatório, que deveriam estar disciplinadas em lei ordinária nacional ainda não editada pelo Congresso", observou.

O ministro Gilmar Mendes, que relata outra ação que suspende penduricalhos, reforçou que "raramente" o Supremo tem deparado com casos tão controversos. "A autonomia financeira não havia no modelo anterior, havia dependência burocrática do aparato do Executivo. Era a política do pires na mão. Mas a autonomia financeira não significa balbúrdia", cobrou.

Em 5 de fevereiro, Dino determinou que os Três Poderes, em todos os níveis da Federação — federal, estadual e municipal — revisem e suspendam por 60 dias o pagamento de verbas remuneratórias ou indenizatórias que não têm fundamento legal específico — os penduricalhos. O ministro classificou a situação atual de "império dos penduricalhos". A decisão veio dois dias depois de o Congresso ter aprovado projetos que reajustavam salários de servidores da Câmara e do Senado.

Na terça-feira, foi a vez de Gilmar proibir o pagamento dos penduricalhos no MP e no Judiciário.

Morre Felix Fischer, ministro aposentado do STJ

José Cruz/Agência Brasi

O ministro aposentado e ex-presidente do Superior Tribunal de Justiça Felix Fischer morreu ontem, aos 78 anos. Ele estava internado em um hospital particular e deixa a esposa e quatro filhos. O velório será hoje, a partir de 9h30, no STJ, e o sepultamento ocorrerá às 14h30, no cemitério Campo da Esperança. Fischer nasceu em Hamburgo, na Alemanha, em 30 de agosto de 1947, e veio para o Brasil com os pais ainda bebê. Naturalizou-se brasileiro, formou-se em ciências econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1971, e em direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), em 1972. Começou a carreira como promotor substituto do Ministério Público do Paraná (MP-PR), em 1974. Foi promovido a procurador da Justiça em 1990. Em 17 de dezembro de 1996, assumiu vaga no STJ destinada a membros do Ministério Público. Na Corte, presidiu a Quinta Turma e a Terceira Seção e voltou a coordenar a Quinta Turma entre 2015 e 2017. Ao completar 20 anos no tribunal, em 2016, já havia julgado cerca de 115 mil processos. Além do STJ, Fischer foi ministro e corregedor do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), diretor-geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e presidente da Comissão de Jurisprudência da instituição.

GDF inaugura o novo Centro de Ensino Fundamental 01 do Jardins Mangueiral e investe ainda mais na educação pública.

Com investimento de R$ 14,1 milhões, este GDF inaugura o novo CEF 01 do Jardins Mangueiral. A escola tem capacidade de atender até 1.400 alunos em dois turnos e garante uma estrutura moderna e equipada. Este GDF já construiu 15 escolas e contratou mais de 12 mil profissionais de educação, além de ter criado o Cartão Material Escolar e o Cartão Uniforme Escolar. Para este GDF, educação é sempre uma prioridade.

PORQUE ESTE GDF VAI LÁ E FAZ.

ELEIÇÕES

Flávio monta palanques no Rio, em SC e no DF

Com as bênçãos do pai e do partido, pré-candidato prioriza políticos bolsonaristas

» WAL LIMA

Divulgação PL

A chapa da direita no Rio: Márcio Canella, Cláudio Castro, Flávio Bolsonaro, Douglas Ruas e Rogério Lisboa

O Partido Liberal (PL) começou as negociações pré-eleitorais com indicação de nomes para as disputas majoritárias em todo o país. As articulações estão sendo comandadas pelo senador e pré-candidato à Presidência da República, Flávio Bolsonaro (RJ), juntamente com outras lideranças que, segundo ele, incluem a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e o presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto. Ontem, a sigla definiu o cenário em Santa Catarina com o anúncio de uma chapa puro-sangue.

No Rio de Janeiro, para enfrentar o favorito das pesquisas — o atual prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD) —, o desenho da direita está praticamente fechado. O deputado Douglas Ruas (PL) foi escolhido como pré-candidato ao governo estadual, tendo como possível vice o prefeito de Nova Iguaçu, Rogério Lisboa (PP). Para o Senado, a articulação contempla o governador Cláudio Castro (PL) e o prefeito de Belford Roxo, Márcio Canella (União). A avaliação interna é de que a composição ajuda a unificar a base bolsonarista no estado.

No Distrito Federal, a estratégia é apostar em dois nomes de peso da legenda para o Senado. A construção em curso envolve a deputada Bia Kicis e a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. Integrantes do PL avaliam que a dobradinha reforça o eleitorado conservador na capital e mantém o protagonismo do partido em uma das principais vitrines políticas do país. Não há, porém, definição dos nomes para a disputa do GDF.

"Com relação ao apoio ao governo (do DF), a gente tem de conversar mais. A Michelle tem conversado muito com a atual (vice-) governadora (Celina Leão). Um passo de cada vez", disse Flávio, em entrevista coletiva, ontem, na saída da Papudinha. Flávio Bolsonaro visitou o pai na unidade prisional e renovou, ao sair, o apelo para que ele receba o benefício da prisão domiciliar.

Esperidião rifado

Depois do imbróglio envolvendo a composição com o PP, que apoia a reeleição do senador Esperidião Amin, o PL decidiu indicar a deputada Carol De Toni e o vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro para a disputa ao Senado. Em entrevista, Flávio Bolsonaro revelou que conversou com Amin, na última terça-feira, e que a decisão tomada pela sigla atende aos critérios do que defende ser "melhor para o estado". "A escolha da Carol e do Carlos foi vista como uma pontapé importante para esse novo caminho que a direita tem dito de ter um Senado mais conservador", disse o senador, após elogiar os dois pré-candidatos.

A disputa no campo da direita pelas duas vagas ao Senado em Santa Catarina foi marcada pelo anúncio da pré-candidatura de Carlos Bolsonaro, que trocou domicílio eleitoral para o estado do Sul. O presidente da sigla, Valdemar Costa Neto, havia, inclusive, anunciado que Caroline não disputaria a vaga, o que motivou uma mobilização de outros partidos para "acolhê-la" em sua pré-candidatura. A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro é uma das mais vigorosas apoiadoras de Carol.

Ontem, porém, ao comentar qual teria sido o fator decisivo para manter a deputada na disputa majoritária, Valdemar disse que nunca teve a intenção de "descartá-la" como pré-candidata ao pleito, mas, que preferiria vê-la como candidata à vice-governadora. "Eu tinha outros planos, queria que ela fosse vice do Jorginho. Tinha pensado nisso pelo fato de ela ter sido mãe recentemente. Pensei que seria melhor para ela esse cenário, mas respeitamos a decisão de querer o Senado e entendemos que o público dela também anseia por isso", comentou Valdemar.

Carol De Toni chegou a receber convite do Partido Novo para se filiar e disputar a vaga ao Senado caso o PL não mudasse de posicionamento, chegando a contar com o apoio do presidente da sigla, Eduardo Ribeiro, que disse que o partido "estava pronto para recebê-la". A jornalistas, a parlamentar agradeceu o apoio recebido e enalteceu Michelle Bolsonaro, que, segundo ela, só não participou da reunião em decorrência à visita dela ao ex-presidente Jair Bolsonaro, na tarde de ontem.

"Quero agradecer a todos e pela confiança do nosso governador Jorginho Mello, por estarmos juntos este ano em prol de Santa Catarina. Estou muito feliz e permanecerei no PL", disse a deputada.

Senadora é vice cobiçada

» VICTOR CORREIA

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Para Tereza Cristina, "será a última eleição em que teremos polarização"

A senadora e ex-ministra da Agricultura Tereza Cristina (PP-MS) desponta como uma das mais cotadas para compor a chapa do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ao Planalto. Porém, ela evita comentar o tema e lembra que a definição depende de uma série de conversas que ainda vai ocorrer entre as duas legendas. O nome da senadora, que vem recebendo apoios públicos de aliados, ganha força pelo vínculo com o agronegócio e por representar o eleitorado feminino.

Ontem, ao ser questionada sobre a possibilidade de compor chapa com Flávio Bolsonaro, a parlamentar disse que entende o motivo de ser lembrada para a vaga, mas nega ter recebido qualquer tipo de convite até o momento. "Vice não é candidato, é uma escolha do candidato, e é uma das últimas escolhas. Faz parte dos partidos que vão se coligar. Tem uma série de fatores que são colocados à mesa", respondeu a jornalistas, no lançamento do Instituto Diálogos — grupo apartidário idealizado pela própria senadora para debater pautas ligadas ao desenvolvimento.

"Nunca fui convidada (para compor a chapa). Eu tenho dito isso à imprensa porque, talvez, sendo mulher, sendo uma pessoa do agro, eu tenha proximidade, fui ministra do pai dele (o ex-presidente Jair Bolsonaro) e, por isso, o meu nome vem aí na mesa. Mas nunca fui convidada", afirmou.

A definição do vice depende de negociações dentro da Federação União Progressista, formada pelo PP e pelo União Brasil. A coligação, porém, enfrenta turbulência por conta de acertos regionais que ficaram engessados. Inicialmente, os partidos anunciaram o afastamento do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas, agora, parlamentares das legendas já ensaiam uma reaproximação — justamente por conta dos acertos regionais. Inicialmente, o presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PP-PI), seria lançado como candidato a vice, mas mudou de ideia e garantiu a aliados, em jantar na terça-feira, que buscará a reeleição.

No momento, Tereza Cristina e o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), são os mais cotados pelo PL. Zema, porém, lançou candidatura própria ao Planalto e, no momento, sinaliza que não pretende desistir. Ambos foram incensados pelo presidente do PL, Valdemar Costa Neto, em jantar promovido pelo grupo Esfera Brasil na segunda-feira. Costa Neto afirmou, na ocasião, que a senadora foi cotada para ser vice do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em 2022, e que a escolha pelo general Braga Netto foi um erro, já que o militar "não dava um voto".

A ex-ministra da Agricultura recebeu apoios públicos de nomes como o governador de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel (PP) — que teceu elogios em entrevista ao *CB.Poder*, nesta semana — e do presidente da Frente Parlamentar da Agricultura, deputado Pedro Lupion (Republicanos-PR).

De perfil moderado, Tereza Cristina prevê que esta será mais uma eleição polarizada, com a disputa entre o presidente Luiz Inácio Lula da Sila e o candidato do bolsonarismo. "Eu penso que esta será a última eleição em que teremos essa polarização. Acho que o presidente Lula vai ter que deixar de falar do presidente Bolsonaro, vai ter que falar do Flávio Bolsonaro, que tem uma cabeça diferente. E acho que o Flávio Bolsonaro vai ter que falar sobre o Brasil. Essa campanha vai começar a tirar essa calcificação, que não tem ajudado em nada", avaliou.

Políticos na mira da PF

» AMANDA S. FEITOZA

A Polícia Federal deflagrou, ontem, a Operação Vassalos, que apura suspeitas de desvio de recursos de emendas parlamentares. Foram expedidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) 42 mandados de busca e apreensão em Pernambuco, na Bahia, em São Paulo, em Goiás e no Distrito Federal. Entre os alvos estão o ex-senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) e dois filhos dele — o ex-prefeito de Petrolina Miguel Coelho e o deputado federal Fernando Filho (União-PE).

A investigação aponta para a existência de um grupo formado por agentes públicos e empresários suspeitos de direcionar licitações para beneficiar uma empresa ligada ao esquema. De acordo com a Polícia Federal, parte dos recursos teria sido destinada ao pagamento de vantagens indevidas e à ocultação de patrimônio. Os investigados são suspeitos de crimes como frustração do caráter competitivo de licitação, fraude em contratos, peculato, corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

As suspeitas envolvem emendas destinadas ao município de Petrolina (714km de Recife), berço político da família Bezerra Coelho e que foi governada por Miguel Coelho de 2017 a 2022. A família Bezerra tem negócios na região.

A defesa do ex-senador Fernando Bezerra Coelho e do deputado federal Fernando Bezerra Coelho Filho informou que não teve acesso à decisão do ministro do STF Flávio Dino, que autorizou a operação deflagrada pela Polícia Federal. "Os mandados vieram desacompanhados dos motivos que ensejaram as medidas cautelares. Após o acesso aos autos, a defesa irá se manifestar", declarou o advogado André Callegari.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br

Lula perde favoritismo e Flávio consolida candidatura

A pesquisa Atlas/Bloomberg, divulgada nesta quarta-feira (25), confirma aquilo que já vinha se desenhando nos levantamentos mais recentes: a eleição presidencial de 2026 está aberta, o favoritismo de Luiz Inácio Lula da Silva deixou de ser confortável e Flávio Bolsonaro consolida-se como o polo da direita na disputa, cristalizando novamente uma polarização dura, de alta rejeição dos dois lados.

Os números falam por si. No principal cenário testado, Lula aparece com 45% das intenções de voto, contra 37,9% de Flávio. O importante é o movimento: em relação à rodada anterior, Lula perdeu 3,8 pontos percentuais, enquanto Flávio cresceu 2,9. No segundo turno, Flávio Bolsonaro alcança 46,3% das intenções de voto, e Lula registra 46,2%, dentro da margem de erro de um ponto percentual. Em comparação ao levantamento anterior, o presidente recuou três pontos, enquanto o senador avançou 1,4 ponto.

Trata-se de uma inflexão relevante, sobretudo porque ocorre em um momento em que o governo ainda colhe indicadores econômicos menos negativos e mantém políticas populares, como a isenção do Imposto de Renda até R$ 5 mil e a proposta de redução da jornada de trabalho. A oposição já sentiu o cheiro de animal ferido na floresta: Lula segue liderando, mas já não transmite a sensação de vitória antecipada. O "prêmio de incumbência", isto é, a expectativa natural de poder associada ao exercício da Presidência, começa a se dissipar. A eleição deixa de ser percebida como um referendo confortável sobre o governo e passa a ser vista como uma disputa real, competitiva, em que cada erro de comunicação, cada tropeço simbólico e cada ruído institucional contam muito.

Os cenários alternativos reforçam essa percepção. Em três simulações diferentes contra Flávio Bolsonaro, Lula oscila entre 45% e 45,3%, enquanto o senador varia entre 39,1% e 39,5%. A distância permanece, mas é estável e estreita, dentro de um ambiente de polarização máxima. Já no cenário em que entra Tarcísio de Freitas, Lula cai para 43,3%, e o governador paulista aparece com 36,2%, acompanhado de um crescimento expressivo de Romeu Zema. Esse quadro indica que a direita, quando consegue apresentar nomes competitivos, reduz ainda mais a margem do presidente.

O quinto cenário, no qual Lula amplia a vantagem para 47,1% contra 33,1% de Flávio, mostra que a base lulista permanece sólida, graças à "economia do afeto", mas também revela a volatilidade do eleitorado intermediário, aquele que decide eleições apertadas, refratário à "cultura de rechaço" do PT. No sexto cenário, com a substituição de Lula, Haddad aparece com 39,1%, tecnicamente empatado com Flávio, que marca 37,1%. Esse empate revela que Haddad se tornou eleitoralmente viável, algo impensável poucos anos atrás; e mostra que Lula continua sendo o grande fiador eleitoral do campo governista. Sem ele, a disputa fica ainda mais imprevisível.

"Nós com nós"

Flávio Bolsonaro alcançou seu objetivo central: herdou o antipetismo, bloqueou o surgimento de uma terceira via robusta e se tornou o nome natural da direita. É impressionante a sua capacidade de "absunção" do capital eleitoral do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Mesmo sem o carisma do pai, o sobrenome, o apoio do núcleo duro bolsonarista e a convergência quase automática da direita não lulista em torno de sua candidatura fazem de sua candidatura a expressão de um movimento orgânico na sociedade.

A pesquisa mostra também que governadores como Caiado, Zema, Ratinho Júnior ou Eduardo Leite terão que comer muito feijão com arroz para saírem da condição periférica no primeiro turno, incapazes, até aqui, de romper a lógica binária. Nesse escalão, destaca-se a resiliência do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (PSD), que tem mais gana de ser candidato do que os governadores do Paraná, Ratinho Jr, e do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, apesar das simpatias da Faria Lima e dos que sonham com a "terceira via".

Lula continua competitivo, lidera todos os cenários e dispõe da máquina federal, de políticas públicas populares e de uma economia que dá sinais de melhora marginal. Mas está entrando numa faixa muito perigosa, que pode lhe custar a aura de invencibilidade natural em quem concorre à reeleição. De agora em diante, cada gesto passa a ser escrutinado. O PT precisa tirar o boizinho da sombra e ir à luta, buscar mais protagonismo no Congresso e tecer alianças amplas nos estados.

Em um país dividido quase ao meio, como indicam reiteradamente as pesquisas, a vitória em 2026 dependerá menos de ampliar bases já consolidadas e mais da capacidade de dialogar com um eleitorado cético, volátil e cansado da política. Nesse contexto, não há margem para erros nem para soberba. Episódios do tipo "nós com nós", como desfile da Acadêmicos de Niterói, por exemplo, que mexeram com a autoestima de Lula e seu partido, e ao mesmo tempo seguiram a lógica da narrativa do "nós contra eles", têm o outro lado da moeda: não ampliam a base política e dão munição aos adversários.

Brasília-DF

DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSIT)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

O chamado está próximo

Muitos parlamentares aguardam a saída do governador do Distrito Federal Ibaneis Rocha do cargo para concorrer a uma vaga no Senado. O plano é, assim que ele desincompatibilizar, convocá-lo ao Senado para dar seu testemunho sobre o caso Master, sem o direito de negar convites.

Enrolou, recorreu

A demora do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, em convocar uma sessão do Congresso Nacional e fazer a leitura do pedido de instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do banco Master levou um grupo de senadores a mudar o jogo. O plano agora é preparar um recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir a criação de uma CPI do Senado.

Sem desculpa

A avaliação é a de que o Supremo não teria como negar esse pedido, uma vez que autorizou na CPI da Covid. Quanto ao fato de já haver um inquérito no próprio Supremo, os senadores avaliam que os fatos sob investigação na CPMI do INSS também estão sob a lupa da Política Federal.

E por falar em STF...

Penduricalhos que ultrapassam o teto salarial e caso Marielle vão ajudar o Tribunal a melhorar a percepção do trabalho perante a opinião pública. O que as pesquisas qualitativas indicam é que, se cada um cumprir com sua obrigação, não tem crise de imagem.

Haja calmante

As bets respiraram aliviadas, quando, na noite de terça-feira, os parlamentares retiraram a nova taxação do Projeto de Lei Antifacção. Porém, agora dormem ansiosas com a promessa da base governista de apresentar um projeto com o CIDE-Bets para financiar o fundo da segurança pública. De acordo com estudo do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR), atualmente, as bets pagam 32% de impostos, o que correspondeu quase 1/3 do faturamento das casas em 2025, que foi de R$ 37 bilhões. A expectativa é que os impostos passem dos 40% em 2033, ano em que a reforma tributária estará totalmente implementada.

Cerco fechado para raio-x de Vorcaro

A intenção do senador Alessandro Vieira (MDB-SE), ao aprovar as convocações dos irmãos do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli e do ex-controlador do banco Master Daniel Vorcaro à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado, é montar a teia de conexões nos Três Poderes do ex-banqueiro. Vieira quer expor os nomes da República que estão ligados à maior fraude financeira do país.
A ideia é avaliar qual o grau de participação do ministro no caso para definir se há razões para se promover um pedido de impeachment.

Na hipótese de Vorcaro não comparecer à CPI, o senador espera conseguir esse objetivo na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde Vorcaro deve comparecerem 10 de março. Os senadores querem o ex-banqueiro explicando como um esquema de pirâmide cresceu tanto e quem são as pessoas que lhe deram suporte político.

CURTIDAS

Ainda há tempo/ Na avaliação de parte do PT, o baixo desempenho do presidente Lula entre os mais pobres na pesquisa Atlas/Bloomberg, divulgada na última quarta-feira, não é o fim do mundo. Na perspectiva dessa ala, a grande surpresa positiva foi pontuar bem entre os mais ricos e mais velhos. Já entre os menos favorecidos, os petistas calculam que dá para recuperar devido aos projetos sociais do governo.

Recalcular a rota I/ O que os petistas não esperavam era um empate no segundo turno tão cedo. Por isso, a ordem agora é partir para o confronto com o senador Flávio Bolsonaro, que aparece muito bem posicionado neste pós-carnaval.

Recalcular a rota II/ O governador de Santa Catarina, Jorginho Mello, fez questão de telefonar ao senador Esperidião Amin (PP-SC) para informar da escolha do PL, de bancar a candidatura da deputada Caroline De Toni (PL-SC) ao Senado. Agora, o senador conversa com a outra chapa, do PSD de Gilberto Kassab, para conseguir uma vaga por ali.

Saulo Cruz/Agência Senado

Projetos para o país, nome para o futuro/ A senadora Tereza Cristina lançou o Instituto Diálogos com pesos-pesados do mercado financeiro, do agro e apoio de uma série de parlamentares. Entre os aliados dela, muita gente diz que 2026 está lotado de candidatos, mas 2030 ainda é uma incógnita. (**foto**)

Por falar em mulheres.../ O seminário "*O Brasil pelas Mulheres: Proteção a todo tempo*" hoje, a partir de 08h30, no auditório do **Correio Braziliense** vem num momento em que o país vive quase que uma epidemia de feminicídio. "Aqui, foram 19 assassinatos este ano", comenta a ex-senadora Ana Amélia Lemos.

Fórum da Saúde

Da triagem ao cuidado: A Fibrose Cística no Brasil

Garantir diagnóstico precoce e cuidado integral às pessoas com fibrose cística é um compromisso que envolve todo o sistema de saúde. Ciente dessa realidade, o Correio Braziliense e a Vertex promovem o evento **"Da triagem ao cuidado: a fibrose cística no Brasil"**.

Mais do que um espaço de diálogo, o debate propõe a construção de compromissos e encaminhamentos práticos para garantir que cada pessoa tenha acesso a um tratamento adequado e a um acompanhamento contínuo.

03/03
a partir das 9H
Auditório do Correio Braziliense
SIG Qd. 02 Lt. 340

Inscrições gratuitas
Acompanhe o evento presencialmente ou ao vivo nas redes sociais e YouTube do Correio Braziliense.

Apoio: VERTEX
Realização: Correio Braziliense
Promoção: CB Brands ESTÚDIO DE CONTEÚDO

BR-02-2600003 February 2026

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

ESTUPRO DE VULNERÁVEL

Desembargador derruba sentença após repercussão

Depois de ser acusado de abuso por um sobrinho, Magid Láuar muda decisão de inocentar homem que estuprou menina de 12 anos

» VANILSON OLIVEIRA

Após a repercussão do julgamento que inocentou da acusação de estupro de vulnerável um homem de 35 anos que mantinha relações sexuais com uma menina de 12, o relator do processo, desembargador Magid Nauef Láuar, da 9ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em decisão monocrática, decidiu acolher embargos de declaração apresentados pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e manteve a sentença condenatória de 1ª instância. Com a decisão, o magistrado determinou a expedição imediata de mandados de prisão contra o homem e contra a mãe da criança, que tinha conhecimento da relação abusiva.

O homem, que não teve a identidade revelada, foi preso em flagrante, em 2024, quando o MPMG formalizou denúncia contra ele e contra a mãe da menor. Ele foi denunciado por "prática de conjunção carnal e de atos libidinosos"; e a mãe, por omissão, já que tinha conhecimento do relacionamento. De acordo com a denúncia, a menina deixou de frequentar a escola e, com autorização da mãe, passou a morar com o acusado. Segundo as investigações, o homem tem passagens pela polícia por crimes de tráfico de drogas e homicídio.

Ao julgar o caso, o desembargador Magid Nauef Láuar entendeu que o acusado e a menor mantinham um vínculo, que classificou como "afetivo consensual", sem violência, fraude, coação ou constrangimento, o que levou à derrubada da sentença de primeira instância, que havia condenado o réu a nove anos e quatro meses de reclusão. O desembargador Walner Barbosa Milward de Azevedo também votou pela absolvição. O voto divergente foi da desembargadora Kárin Emmerich, que discordou do entendimento.

Redes sociais

"A minha intenção com o meu relato foi prestar apoio a uma insatisfação coletiva", disse o ator Saulo Láuar

A repercussão negativa do caso, que ganhou o debate nas redes sociais, levou o ator Saulo Láuar — primo em terceiro grau do desembargador — às redes sociais para denunciar o tio por tentativa de assédio sexual. O abuso teria ocorrido quando o ator tinha 14 anos de idade. "Eu consegui fugir, por isso não aconteceu, mas guardei essa dor por todos esses anos. Quando vi a história da menina, a ferida se abriu", postou ele. Após a postagem, uma mulher também afirmou ter sido vítima do desembargador. "Na época, eu e minha irmã trabalhávamos para a família dele", escreveu. O **Correio** entrou em contato com Saulo Láuar, mas não obteve retorno.

As duas denúncias, ambas feitas nas redes sociais, fizeram com que o corregedor nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell Marques, determinasse a apuração das acusações de abuso sexual atribuídas ao desembargador Magid Nauef Láuar, que corre risco de ser afastado a qualquer momento das funções. Organizações internacionais como ONU Mulheres e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) se manifestaram, cobrando providências e esclarecimento do caso. Os ministérios dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e das Mulheres também criticaram a sentença de 2ª instância, afirmando que é preciso zelar pelas crianças e adolescentes.

"Vou até o fim"

Ontem, o ator Saulo Láuar, primo do desembargador Magid Nauef Láuar, postou um vídeo afirmando que precisou abrir mão de sua vida pessoal para poder colaborar com a sociedade e com a Justiça. "A minha intenção com o meu relato foi prestar apoio a uma insatisfação coletiva, diante de uma decisão judicial que todos já conhecem. Em razão da minha experiência pessoal, eu senti que eu não poderia me omitir e foi muito mais forte do que o meu desejo pessoal de manter aquilo comigo", relatou.

"Eu tive que abrir mão da minha intimidade, eu tive que expor a minha família por algo que eu acreditei ser maior, ainda que eu não soubesse a dimensão que isso causaria. Para mim, me desnudar dessa maneira não é motivo de vergonha, é um privilégio, é uma honra para mim poder contribuir com essa dor coletiva", continuou.

Láuar relatou ainda a preocupação da família com a sua segurança pessoal. "Então, se cuidem, procurem redes de apoio, procurem movimentos no limite da realidade de cada pessoa para que, a partir de agora, vocês possam abrir esse espaço para que bons sentimentos ocupem no lugar dessa ferida. A minha família está sofrendo muito. A minha família, em especial minha mãe e meu irmão, tem temido pela minha segurança", desabafou.

Saulo afirmou que a família da mulher que também veio a público acusar o desembargador está com medo. "A família da outra vítima que se manifestou na minha postagem também tem temido pela segurança, obviamente. Mas eu já entendi que essa história não é mais minha. Essa história ultrapassa a minha vida. Com medo ou sem medo, sozinho ou acompanhado, eu vou seguir até o fim daquilo que eu posso fazer por isso. Ainda que seja a última coisa que eu faça na minha vida", afirmou o ator.

» Medicina: Senado prova ProfiMed

O Senado Federal aprovou, ontem, o Exame Nacional de Proficiência em Medicina (ProfiMed). A avaliação, também chamada de "OAB" pela semelhança com a prova obrigatória para advogados, visa avaliar se o recém-formado tem as habilidades mínimas necessárias para exercer a medicina e conseguir seu registro profissional.
O projeto de lei havia sido aprovado em primeiro turno, no fim de 2025, e passou em segunda votação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Os próximos passos ocorrerão na Câmara dos Deputados, quando o projeto será avaliado em regime de urgência. Se o projeto virar lei, a obrigatoriedade da prova de proficiência só entrará em vigor para os alunos que ingressarem na faculdade após a sanção do texto. Isso significa que a primeira edição do ProfiMed só deve ocorrer daqui a seis anos.

TRAGÉDIA CLIMÁTICA

Cidades mineiras mantêm buscas por 20 desaparecidos

» RAFAELA BOMFIM*

O número de mortes provocadas pelos temporais que atingem a Zona da Mata mineira desde a noite de segunda-feira (23/2) chegou a 47, até o fechamento desta edição, segundo balanço do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. O levantamento confirma 41 óbitos em Juiz de Fora e seis em Ubá, as cidades mais atingidas pelos temporais do início da semana. As equipes de resgate trabalham sem interrupção para localizar 18 pessoas que estão desaparecidas em Juiz de Fora e duas em Ubá. Milhares de moradores de áreas de risco foram obrigados a deixar suas residências.

Em Juiz de Fora, quatro corpos foram resgatados, na tarde de ontem, nos bairros JK, Esplanada, Monte Castelo e Costa Carvalho. A cidade contabiliza 400 desalojados, acolhidos por parentes e amigos, e cerca de 3 mil desabrigados, que estão sendo encaminhados a estruturas públicas. Em Ubá, há 26 pessoas em abrigos e 178 fora de casa. As equipes de resgate seguem atuando em áreas com acúmulo de lama e interdições viárias, com apoio da Defesa Civil e das forças de segurança.

Diante da emergência, mais de 50 motoboys organizaram uma rede de apoio para garantir alimentação e transporte de donativos às regiões afetadas. As entregas são coordenadas por grupos de mensagens, que indicam os pontos de maior necessidade. O motoboy Anderson Nascimento, de 27 anos, relatou que fez duas viagens para transportar cerca de 60 marmitas. "Foi tudo voluntário, a gente via onde estava precisando e ia. Quando precisava de mais motoboys, chamava nos grupos e o pessoal comparecia", afirmou. Segundo ele, a prioridade foi atender aos trabalhadores e voluntários envolvidos nos salvamentos e famílias atingidas pelo desastre.

Menos recursos

Os impactos do temporal são sentidos em um momento de redução de investimentos estaduais voltados ao enfrentamento de danos provocados por emergências climáticas. Dados do Portal da Transparência indicam que os repasses estaduais caíram de R$ 134,8 milhões, em 2023, para R$ 5,8 milhões, em 2025 — redução de 96%. Em 2024, o valor já havia caído para R$ 41,1 milhões, mas, neste ano, o montante empenhado soma apenas R$ 16,1 mil nos dois primeiros meses do ano. Após a tragédia, o vice-governador, Mateus Simões, anunciou a liberação de R$ 38 milhões para Juiz de Fora e R$ 8 milhões para Ubá.

O governador mineiro, Romeu Zema, determinou reforço imediato nas operações de resgate e desobstrução de vias. "Tão logo tomamos conhecimento da gravidade das ocorrências, ainda de madrugada, determinei ao chefe da Defesa Civil que empenhasse todos os esforços possíveis para salvar o maior número de pessoas", declarou, em entrevista coletiva. Equipes do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura serão enviadas para mapear áreas suscetíveis a novos deslizamentos, enquanto técnicos da companhia estadual de saneamento e carretas humanitárias foram mobilizados para prestar atendimento à população atingida.

AFP

Em Ubá, rio que corta a cidade transbordou, destruiu pontes e deixou um rastro de destruição em suas margens

O governo federal reconheceu o estado de calamidade pública decretado pela prefeitura de Juiz de Fora. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva manifestou solidariedade e informou que uma equipe de coordenação da Força Nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) para apoiar o atendimento na região, com a Defesa Civil Nacional operando em nível máximo de alerta.

Na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, foi reativado o projeto Assembleia Solidária, em parceria com a Cruz Vermelha Brasileira de Minas Gerais, para arrecadar água mineral, alimentos não perecíveis, produtos de limpeza e recursos financeiros via Pix. O presidente da Casa, deputado Tadeu Leite (MDB), prestou "as mais profundas condolências às famílias das 40 vítimas fatais da tragédia e dos mais de 3,5 mil desabrigados".

O governo do estado decretou luto oficial de três dias, com bandeiras hasteadas a meio mastro. A medida é simbólica e não altera o funcionamento do Parlamento. Desde segunda-feira, a região permanece sob calamidade pública, com monitoramento contínuo das autoridades.

Vulnerabilidade

Os temporais evidenciam um quadro estrutural de exposição ao risco em muitas cidades mineiras. Dados do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) indicam que Juiz de Fora ocupa a 9ª posição entre os municípios brasileiros com maior contingente populacional em áreas sujeitas a enchentes e movimentos de massa. Dos 540,7 mil habitantes, 129 mil vivem em zonas vulneráveis, o equivalente a 23,7% da população local. No ranking nacional, Belo Horizonte aparece em 4º lugar, com 389,2 mil pessoas sob ameaça.

***Estagiária sob a supervisão de Vinicius Doria**

CB DEBATE

O Brasil pelas mulheres:
proteção a todo tempo

HOJE!
26/02
a partir das 08h30
auditório do Correio Braziliense
SIG QD 02 lote 340

Mediadoras:

Carmen Souza
editora de Opinião do Correio Braziliense

Denise Rothenburg
colunista do Correio Braziliense

Convidados confirmados:

Maria Cristina Peduzzi
ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST)

Eutália Barbosa
secretária-executiva do Ministério das Mulheres

Maria Elizabeth Rocha
presidente do Superior Tribunal Militar (STM)

Fabriziane Zapata
juíza de Direito e coordenadora da Coordenadoria da Mulher do TJDFT

Damares Alves
senadora da República pelo Distrito Federal

Paula Belmonte
deputada distrital

Sandro Avelar
secretário de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF)

Doutora Jane
deputada distrital e presidente da Comissão do Direito das Mulheres

Patricia Blanco
presidente do Instituto Palavra Aberta e membro do CCS do Congresso Nacional

Maria das Neves Filha
presidenta da União Brasileira de Mulheres (UBM-DF)

Marília Ávila Sampaio
juíza de Direito no TJDFT

Giselle Ferreira
secretária da Mulher do Distrito Federal

Georges Seigneur
procurador-geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Douglas Figueredo
diretor-presidente da GEAP Saúde

Acompanhe ao vivo pelo YouTube!

Apoio: GEAP saúde — O plano do servidor público — 80 ANOS

Realização: Correio Braziliense

Produção: CB Brands — Estúdio de Conteúdo

Bolsas
Na quarta-feira
0,13% São Paulo
0,63% Nova York

Pontuação B3
IBovespa nos últimos dias
188.853 — 191.247
20/2 23/2 24/2 25/2

Na quarta-feira
R$ 5,125
(- **0,59%**)

Dólar

	Últimos
19/fevereiro	5,227
20/fevereiro	5,175
23/fevereiro	5,168
24/fevereiro	5,155

Salário mínimo
R$ 1.621

Euro
Comercial, venda na quarta-feira
R$ 6,051

CDI
Ao ano
14,90%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
14,74%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Setembro/2025	0,48
Outubro/2025	0,09
Novembro/2025	0,18
Dezembro/2025	0,33
Janeiro/2026	0,33

CASO MASTER

"Caixa não discute compra do BRB"

Secretário do Tesouro Rogério Ceron, que também é presidente do Conselho Administrativo do banco federal, afirma que a instituição olha para o banco do DF "tanto com a preocupação com a solidez do sistema financeiro quanto como oportunidade de negócio"

» EDLA LULA
» RAPHAEL PATI

Diogo Zacarias/MF

Rogério Ceron também informou que não houve conversa para compra de ativos do Banco de Brasília pela Caixa

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afastou, ontem, rumores sobre a compra de ativos do BRB pela Caixa Econômica Federal. Ceron, que também é presidente do Conselho de Administração da Caixa, disse que houve uma reunião dos conselheiros nesta semana, mas que não foi discutida a aquisição desses ativos pelo banco federal.

Ao responder, ontem, a perguntas de jornalistas que acompanharam a entrevista coletiva para detalhar o resultado do Tesouro, Ceron afirmou que a Caixa acompanha a situação financeira do BRB como qualquer outro banco e monitora oportunidades comerciais que possam surgir, mas negou que haja discussões, no conselho, para realizar uma compra de ativos do banco estatal, no momento.

"Caixa, Banco do Brasil, BTG, Itaú...todos acompanham a situação por dois prismas: tanto pela preocupação, por zelar pela solidez do sistema financeiro quanto pela oportunidade de negócio. A instituição Caixa olha de uma forma legítima", salientou.

Ele reforçou se tratar de um olhar objetivo, considerando os princípios de boa governança. "A Caixa está olhando de forma objetiva esse assunto, como qualquer outra instituição financeira. Se isso vai se tornar, em algum momento, uma oportunidade, temos que acompanhar. Mas está sendo olhada com esse prisma, não olhando como uma necessidade de ser uma política pública ou algo que não vai ser bom para a instituição Caixa", garantiu.

Ele ressalvou que este é o cenário do momento, o que pode mudar ao longo do tempo. "Isso pode mudar ao longo das semanas ou meses, mas hoje é o estado da arte que tenho conhecimento tanto pelo Tesouro quanto pela Caixa", disse.

Por várias vezes, durante a entrevista, Ceron frisou ser cedo para tomar uma decisão, destacando que o BRB está buscando suas soluções. "A instituição BRB e o ente federativo controlador (GDF) têm buscado mecanismos de garantir a liquidez e continuar as operações da instituição sem qualquer tipo de venda do controle acionário."

"Se o BRB tiver que ter algum tipo de apoio, não é exatamente por meio de uma instituição financeira que isso tem que acontecer. Isso tem que acontecer com uma discussão mais ampla, com os mecanismos disponíveis, seja FGC (Fundo Garantidor de Créditos) ou outras alternativas que possam vir a ser cogitadas", completou.

Alternativas

O Banco de Brasília adquiriu cerca de R$ 12 bilhões em carteiras podres do Banco Master e busca vender parte desses ativos para reestruturar a saúde financeira da instituição.

O presidente do BRB, Nelson Antônio de Souza, tem agenda marcada na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) no próximo dia 2, para discutir com os deputados o Projeto de Lei nº 2175/2026, que coloca imóveis públicos do DF à disposição como garantia em empréstimos do banco com o Fundo Garantidor de Crédito (FGC). O texto estabelece um limite para as operações de crédito com o FGC ou outras instituições financeiras a R$ 6,6 bilhões, o que sinaliza um possível tamanho do rombo financeiro causado.

Em entrevista ao **Correio**, no último fim de semana, Nelson de Souza disse que o valor do ágio ou deságio na venda dos ativos do banco dependerá do "apetite do mercado" e pelo fato de os imóveis escolhidos estarem em áreas valorizadas de Brasília, o presidente da instituição disse que a empresa espera uma "forte demanda" por esses papéis.

Aval para o DF

Centron também descartou a possibilidade de ajuda financeira ao governo do Distrito Federal para socorrer o BRB por meio de crédito com aval da União. Na entrevista, o titular da secretaria destacou que o Distrito Federal não tem capacidade de pagamento (Capag) para ser beneficiado com esse tipo de operação.

"O ente (DF) tem algumas questões fiscais delicadas, o que coloca um desafio relevante para conseguir obter um apoio de crédito sem aval da União", complementou.

CPI do crime organizado avança sobre Master

» ALÍCIA BERNARDES

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado deu novos passos nas investigações sobre a atuação de instituições financeiras e possíveis conexões com organizações criminosas. Em reunião realizada ontem (25/2), o colegiado aprovou a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telemático da empresa Maridt Participações S.A., que tem como sócio o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli. A decisão foi tomada no âmbito das apurações que envolvem o banco Master, instituição no centro das investigações conduzidas pela comissão.

Além da quebra de sigilo, os parlamentares autorizaram o convite para que a advogada Viviane Barci de Moraes, esposa do ministro Alexandre de Moraes, compareça à CPI para prestar esclarecimentos sobre um contrato de prestação de serviços advocatícios que teria sido firmado com o banco investigado. O convite — e não convocação — foi definido após avaliação da advocacia do Senado, que ponderou sobre o sigilo profissional entre advogada e cliente.

A ofensiva da CPI ocorre semanas depois de Toffoli deixar a relatoria dos inquéritos que apuram fraudes envolvendo o banco Master no STF. À época, o ministro foi alvo de críticas no Congresso Nacional e reconheceu publicamente ser sócio da Maridt Participações, empresa familiar que realizou operações financeiras com um fundo administrado por Fabiano Campos Zettel, cunhado do empresário Daniel Vorcaro, apontado como figura central no caso Master.

O requerimento que embasou a quebra de sigilo da Maridt foi apresentado pelo senador Alessandro Vieira. No pedido, o parlamentar solicitou que o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) encaminhe à CPI informações bancárias, fiscais, telefônicas e telemáticas da empresa no período de 1º de janeiro de 2022 a 8 de fevereiro de 2026. Segundo o senador, a medida busca identificar eventual conflito de interesses do ministro do STF a partir das relações financeiras da empresa de sua família, diante do que classificou como "risco à moralidade pública".

No mesmo contexto, a comissão aprovou a convocação dos irmãos de Dias Toffoli — José Eugênio Dias Toffoli e José Carlos Dias Toffoli — também apontados como sócios da Maridt Participações. Ainda foram aprovados convites para que os ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes prestem esclarecimentos à CPI, sem obrigatoriedade de comparecimento.

Durante a mesma sessão, a CPI analisou requerimentos de convocações e pedidos de quebra de sigilo relacionados a outros eixos da investigação. O presidente do colegiado, senador Fabiano Contarato, comunicou o cancelamento da oitiva do ex-deputado estadual TH Joias, que estava prevista para esta quarta-feira (25/2). Segundo Contarato, o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso no STF, ainda não respondeu ao pedido de autorização para a participação do investigado, que se encontra preso.

Na véspera, Contarato havia classificado o depoimento de TH Joias como "imprescindível" para o avanço das investigações, sobretudo para esclarecer a estrutura financeira e a articulação política atribuídas ao ex-parlamentar.

COMÉRCIO EXTERIOR

câmara aprova acordo Mercosul-UE

» VANILSON OLIVEIRA

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, o acordo de livre-comércio firmado entre o Mercosul-União Europeia (UE), que prevê redução de tarifas de importação e exportação para diversos setores. O texto agora segue para o Senado. Na última terça-feira, o Parlamento do Mercosul (Parlasul) já havia aprovado o documento, que agora tramita como projeto de decreto legislativo.

Antes da votação, o deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP), relator do texto se reuniu com o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e com o da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), para tratar dos detalhes da votação. "Não vamos votar apenas um texto. Vamos votar qual será o tamanho do Brasil no mundo", disse Marcos Pereira.

Hugo Motta destacou que o acordo insere o Brasil no mercado global. E caso seja necessário alguns ajustes, os detalhes passam a ser tratados pelo Itamaraty. "Hoje a nossa Casa escreve um capítulo decisivo para nossa inserção no mercado global. Agora é hora de colher os frutos, de destravar o desenvolvimento e colocar o Brasil no topo da agenda comercial do mundo", disse.

O acordo pode gerar um ganho significativo para as exportações de produtos fabricados no Brasil. De acordo com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), a parceria deve gerar um aumento de receita da ordem de US$ 7 bilhões para as empresas nacionais.

A Apex destacou que o acordo prevê uma redução imediata de tarifas para itens estratégicos da pauta exportadora brasileira, como máquinas e equipamentos de transporte, casos de motores e geradores para energia elétrica, motores de pistão (autopeças) e aviões. Também pode haver ganhos com a venda de couro e peles, pedras de cantaria, facas e lâminas e produtos químicos.

Bruno Espada/Câmara dos Deputados

O deputado Marcos Pereira foi o relator do projeto que reduz tarifas

»Entrevista | OLEKSANDRA MATVIICHUK | LAUREADA COM O NOBEL DA PAZ

"Para Putin, a Ucrânia é uma ponte para a Europa"

Quatro anos depois da invasão ao seu país, a primeira ucraniana a ganhar o prêmio acusa o presidente russo de não querer o fim do conflito e de planejar a fundação de um império. Ativista ucraniana ajudou a documentar 97 mil crimes de guerra

» RODRIGO CRAVEIRO

Desde 24 de fevereiro de 2022, quando a Rússia invadiu a Ucrânia, a advogada de direitos humanos e ativista Oleksandra Matviichuk começou a documentar 97 mil crimes de guerra cometidos pelas forças do presidente Vladimir Putin. Oito meses depois, a organização não governamental Centro para as Liberdades Civis, fundada e dirigida por Matviichuk, ganhou o Prêmio Nobel da Paz. Em entrevista ao ***Correio****, a ucraniana acusou Putin de planejar a restauração de um Império Russo, denunciou as atrocidades do Exército da Rússia e destacou que a paz não virá quando uma nação ocupada parar de resistir. "Isso não é paz, mas ocupação", advertiu. Matviichuk alertou sobre a situação de 1,6 milhão de crianças ucranianas vivendo em regiões ocupadas e denunciou um processo de aculturação. "A Rússia está criando uma nova geração de soldados de Putin a partir dessas crianças. Porque elas irão matar e morrer em qualquer país onde a Rússia lhes ordene que matem e morram", disse.*

Quatro anos se passaram desde a invasão da Rússia. O que é preciso para encerrar a guerra?

Este é o quarto inverno de uma invasão em larga escala. Está sendo muito difícil. Mísseis balísticos e drones russos deliberadamente alvejam a rede elétrica, a infraestrutura da qual os civis dependem para a sobrevivência. Em janeiro e fevereiro, as temperaturas despencam para 20 graus Celsius abaixo de zero. As cidades ucranianas estão, literalmente, congelando. Milhões de pessoas estão sem acesso a aquecimento, água ou eletricidade. A ONU classificou as ações da Rússia como crimes contra a humanidade. O fato é que Putin não quer a paz. Ele não lançou uma invasão em grande escala apenas para ocupar mais territórios ucranianos. Seria ingênuo pensar que centenas de milhares de soldados russos morreram para que Putin pudesse capturar Avdiivka ou Bakhmut, cidades que a maioria dos russos sequer consegue situar no mapa. Em primeiro lugar, deve haver um cessar-fogo. Depois, negociações sobre um acordo de paz. Caso contrário, trata-se de chantagem e pressão, não de negociações.

> **O povo ucraniano sonha com a paz, mas simplesmente não quer ser ocupado"**

> **Vladimir Putin sonha com o seu legado e busca restaurar o Império Russo"**

> **Não existe propósito em atirar à queima-roupa em um garoto de 14 anos que apenas brincava de bola no quintal"**

Então, por que Putin insiste com o conflito?

Putin lançou uma invasão em grande escala para capturar toda a Ucrânia e avançar ainda mais. Para ele, a Ucrânia é uma ponte para a Europa. Sua lógica é histórica. Putin sonha com o seu legado e busca restaurar o Império Russo. As pessoas na União Europeia estão relativamente seguras, apenas porque o Exército ucraniano consegue fazer com que os militares russos retrocedam. Putin pretende engajar-se em negociações de paz para reduzir o apoio internacional à Ucrânia, o que tornaria mais fácil que ele atingisse suas metas. Se quisesse a paz, teria concordado com a proposta de Volodymyr Zelensky para um cessar-fogo completo, a fim de buscar uma solução diplomática. Em vez disso, Putin mantém a ofensiva armada.

Arquivo pessoal

Qual é a possibilidade de a Ucrânia ganhar este conflito?

Trabalho com pessoas afetadas pela guerra. Posso garantir a você que o povo ucraniano sonha com a paz. Mas a paz não virá quando um país invadido parar de resistir. Isso não é paz, mas ocupação. A ocupação é a mesma guerra, apenas em uma forma diferente. Não se trata de trocar a bandeira de um país por outra. A ocupação russa significa desaparecimento forçado, tortura, estupro, negação da identidade, adoção forçada de crianças, campos de concentração e valas comuns. Por isso, o povo ucraniano sonha com a paz, mas simplesmente não quer ser ocupado.

O que é a paz, na sua concepção?

A paz é a liberdade de viver sem medo ou violência e ter uma perspectiva de longo prazo. Isso é o que milhões de ucranianos sob a ocupação da Rússia não têm. Eles vivem em uma zona cinzenta e não tem meios de proteger a própria liberdade, suas propriedades, suas vidas e seus filhos. Recentemente, os russos assassinaram um casal de idosos que tentava abandonar um vilarejo ocupado, na região de Sumy, por conta própria. O homem puxava a esposa em um trenó em direção a um local onde equipes de resgate ucranianas os aguardavam. Um drone lançou explosivos diretamente sobre a mulher. O homem chorou por uma hora, sem se afastar do corpo da esposa. Em seguida, um segundo drone o atingiu em cheio.

Na condição de laureada pelo Nobel, que mensagem a senhora gostaria de enviar ao mundo sobre o que ocorre em seu país?

Isso não é simplesmente uma guerra entre dois Estados — é uma guerra entre dois sistemas: autoritarismo e democracia. Putin busca provar que um país com capacidade militar poderosa e armamento nuclear pode violar a ordem internacional, ditar suas regras para a comunidade global e até mudar, à força, fronteiras reconhecidas. Não existe justificativa para as ações russas. Não há propósito legítimo em forçar as pessoas a descerem até o porão, ordenar que indiquem vários voluntários e, muito menos, fuzilá-las. Não existe propósito em usar tanques para se divertir atirando em ciclistas, cujos corpos ficaram espalhados pelas ruas. Não há propósito em invadir a casa de alguém, matar o dono e estuprar uma mãe, perto do filho de 9 anos. Não existe propósito em atirar à queima-roupa em um garoto de 14 anos que apenas brincava de bola no quintal. Os russos fizeram essas coisas terríveis simplesmente porque podiam.

Quais as piores violações dos direitos humanos documentadas por sua ONG desde 2022?

Desde a invasão, em 24 de fevereiro de 2022, unimos esforços com dezenas de ONGs de diferentes regiões. Criamos uma rede de documentaristas cobrindo o país, incluindo as regiões ocupadas. Trabalhando juntos, registramos mais de 97 mil crimes de guerra. Isso é a ponta do iceberg, pois os russos usam crimes de guerra como método. Enquanto a guerra transforma pessoas em números, estamos devolvendo-lhes os nomes. No âmbito internacional, quase não há menção a 1,6 milhão de crianças ucranianas vivendo sob ocupação russa. Elas são proibidas de falar o idioma ucraniano. Têm que estudar com livros russos, onde a Ucrânia não existe como Estado. Estão sujeitas à militarização total. Crianças dos territórios ocupados são levadas a campos desportivos e de saúde, onde vestem fardas, vivem em quartéis e aprendem a usar armas. Não é só uma questão de direitos humanos, mas de segurança. Após os 14 anos, as crianças ucranianas são obrigadas a obter um passaporte da Federação Russa. Aos 18, são submetidas ao alistamento obrigatório no Exército russo. A Rússia cria nova geração de soldados. Porque essas crianças ucranianas irão matar e morrer em qualquer país onde a Rússia lhes ordene que matem e morram.

ESTADOS UNIDOS

Democratas veem Trump desconectado da realidade

No dia seguinte ao discurso sobre o Estado da União, a oposição democrata afirmou que o presidente republicano, Donald Trump, está "fora da realidade". Líder da minoria no Senado, Chuck Schumer disse à emissora CNN que o titular da Casa Branca se mantém "dentro de uma bolha". "Ele sequer sabe o que o americano médio está passando", criticou. "O contraste entre os partidos (Democrata e Republicano) e o contraste entre a situação de Donald Trump e a situação atual dos Estados Unidos é gritante", acrescentou. No pronunciamento mais longo da história — 107 minutos —, Trump se vangloriou por ter supostamente levado o país a uma "guinada histórica", retratou uma economia pujante e vilanizou os democratas. "Todos os democratas, sem exceção, votaram contra esses cortes de impostos massivos, que eram realmente importantes e muito necessários", disse. "Os democratas estão destruindo o nosso país."

Com uma inflação de 2,4% em janeiro e uma taxa de desemprego de 4,3% — contra 4% em 2025 —, Trump usou o discurso para exaltar a gestão econômica. "Vocês não viram nada ainda. Vamos melhorar cada vez mais. Esta é a Era de Ouro da América. (...) Eu herdei uma nação em crise, com uma economia estagnada, inflação a níveis recordes, uma fronteira aberta, criminalidade desenfreada em nosso país e guerras e caos por todo o mundo", declarou.

James Fallows, redator-chefe dos discursos do ex-presidente Jimmy Carter, explicou ao **Correio** que cerca de um terço da opinião pública norte-americana apoia Trump e, provavelmente, concorda com a imagem dele em relação aos democratas. "Acho improvável que dizer 'Eles são loucos' faça alguma diferença na opinião do restante do público. Mas teremos que esperar para ver. As eleições de meio de mandato , em novembro, geralmente são determinadas pelas condições econômicas subjacentes. No momento, as pesquisas sugerem que a maioria dos americanos não acredita que estejamos vivendo a Era de Ouro descrita por Trump", disse.

Kenny Holston/AFP

Trump realiza o discurso sobre o Estado da União: autoexaltação

Na avaliação de Fallows, o discurso de Trump foi ruim. "As piores partes foram a duração excessiva e os esforços repetidos para dividir, em vez de unir. Além disso, a desnecessária 'pornografia da violência', ao abordar pessoas que sofreram mortes trágicas e ferimentos. Familiares, presentes na plateia, chegaram a chorar", comentou. Ele considerou negativa a decisão do republicano de conceder a Medalha Presidencial da Liberdade ao goleiro da seleção de hóquei no gelo dos EUA. "Ela geralmente vai para pessoas com uma vida inteira de realizações excepcionais, como escritores e artistas famosos, astronautas do programa espacial Apollo ou juízes da Suprema Corte."

Pontos altos e baixos

Para Allan Lichtman, historiador político da American University (em Washington), o discurso de Trump teve pontos altos e baixos. "O ponto alto foi quando o presidente falou sobre as ações, que de fato tiveram um bom desempenho sob sua gestão. O ponto baixo foi o momento em que ele, de forma ultrajante e falsa, acusou os democratas de roubarem as eleições", disse ao **Correio**. "Não se supera um índice de desaprovação de 60%, o mais baixo da história para este ponto do mandato, tentando demonizar os oponentes. Isso pode agradar à sua base, mas não a outros eleitores."

Lichtman listou inverdades proferidas por Trump. "Ele disse que atraiu US$ 18 trilhões em investimentos e que herdou uma economia morta. Também afirmou que os democratas somente ganharam quando roubaram as eleições e que derrubou os preços dos remédios em 400%. Outra mentira foi a de que a inflação atingia níveis recordes durante o governo Biden." O estudioso citou o anúncio de Trump sobre o maior corte de impostos da história e de que encerrou oito guerras. (**Rodrigo Craveiro**)

VISÃO DO CORREIO

STF condena a violência política que matou Marielle

A primeira turma do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento dos mandantes e autores do assassinato da vereadora Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes, ocorrido em 2018. As penas variam de nove a 76 anos de prisão entre os cinco condenados pelos ministros. A decisão, por unanimidade, precisa ser entendida como um recado aos que ignoram a legislação e apelam à violência para alcançar interesses pessoais ou de grupos, desvirtuando as disputas políticas.

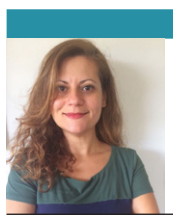
A vereadora foi vítima da extrema violência de gênero que contamina os poderes constituídos. Um empenho masculino em invisibilizar as mulheres que não é só desrespeitoso, mas um sequestro da equidade de gênero com repercussões diversas. Agressões verbais durante sessões oficiais, discursos atropelados por intervenções agressivas de homens e disseminação de fake news, turbinadas pela inteligência artificial (IA), fazem parte da realidade daquelas que insistem em ocupar espaços ainda reconhecidos como exclusivamente masculinos.

A misoginia começa na escolha de candidatos aos cargos eletivos. De acordo com a Lei nº 12.034/2009, a minirreforma eleitoral, as mulheres têm que ser 30% dos candidatos às disputas eleitorais para os Legislativos municipais, estaduais e federal. Mas, na prática, a legislação não é cumprida em todos os estados e municípios. Segundo o Mapa Mulheres 2025, da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil está na 133ª posição no ranking global de representação de mulheres no Congresso Nacional — o que bem ilustra o drible dos líderes partidários a fim de favorecer os homens. Das 513 cadeiras da Câmara dos Deputados, apenas 51 são ocupadas por mulheres (menos de 10%); e das 81 do Senado, elas têm só 13 (16%).

Parlamentares argumentam que não têm culpa diante da escolha dos eleitores. Mas, para além da falta de empenho das legendas em apoiar candidaturas femininas, há um ambiente de disputa misógino e agressivo que afasta as interessadas em trilhar carreira pública. Esse ambiente opressor chegou ao ápice com o cruel homicídio de Marielle Franco. No entendimento do ministro relator do processo, Alexandre de Moraes, a vereadora era um "obstáculo relevantíssimo" aos interesses econômicos e políticos dos mandantes. "Se juntou a questão política com misoginia, com racismo, com discriminação (...) Na cabeça misógina de executores, quem iria ligar pra isso?", referiu-se o ministro à execução da vereadora.

Não há pudor para matar, muito menos para outras práticas abusivas. O Observatório da Violência Política e Eleitoral no Brasil, elaborado pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), mostra que, no quarto trimestre de 2025, mulheres foram alvo, sobretudo, de violências semióticas: 22 casos, representando 81,5% desse tipo de abuso. Nos três casos de violência sexual contabilizados, todas as vítimas eram mulheres.

Um país não protagoniza disputas republicanas de projetos de governo ou de pretensões legislativas com candidaturas oprimidas. A realidade do Brasil impõe mudanças nas relações de gêneros em todas as instâncias do campo político. Sobretudo em um ano eleitoral, a decisão do STF precisa ser um sinal incontestável de que não pode haver mais espaço para aqueles que trabalham contra a equidade de gêneros, coerente e concebida pelo regime democrático.



PALOMA OLIVETO
paloma.oliveto@cbpress.com.br

Precisamos falar de ciência

A espetacularização criada em torno da pesquisa da bióloga Tatiana Sampaio, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e os desdobramentos dessa exposição por parte da mídia são mais uma prova da importância do letramento científico no Brasil. Em pouco mais de uma semana, o trabalho da cientista foi de "cura da paraplegia" a "falsa esperança" — um movimento que nada tem a ver com o promissor estudo preliminar da equipe de Sampaio, mas, sim, com como isso foi comunicado ao público e manipulado por "influenciadores" e até políticos.

(Aqui, peço licença para abrir um parágrafo-parêntese. Enquanto o presidente Luís Inácio Lula da Silva postou um constrangedor vídeo nas redes sociais encorajando a cientista a "pedir ao ministro da Saúde" para "liberar logo" os estudos clínicos com a poliaminina, o senador Flávio Bolsonaro, cuja família demonstrou diversas vezes o desprezo pela produção acadêmica, chamou de "milagre" os 25 anos de pesquisa de Sampaio e, para arrematar, batizou o objeto de estudo de "proteína de Deus" porque a estrutura tem formato de cruz).

Além do uso político de uma pesquisa científica que, caso rigorosamente testada e confirmada, poderá beneficiar pacientes com lesões medulares, o estudo da equipe de Tatiana Sampaio recebeu interpretações, no mínimo, levianas. Valendo-se da pouca familiaridade do brasileiro com a ciência, os resultados obtidos até agora foram vendidos como promessa de cura e já até "anunciaram", em redes sociais, que a bióloga já ganhou o Nobel.

Isso é injusto com pacientes esperançosos e com os pesquisadores. Enquanto as manchetes exaltam a recuperação de pessoas que não conseguiam mexer nenhum dedo, é em letra miúda que se explica a situação atual dessa pesquisa que, repito, é extremamente promissora, porém experimental, como deve ser a boa ciência.

Sampaio demonstrou, até agora, que, no ambiente controlado — o laboratório —, a poliaminina, sob determinadas condições descritas no estudo, pode restaurar lesões medulares. E isso é incrível, um excelente resultado de décadas de esforço mesmo com os cortes orçamentários dos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Confirmem-se ou não os desfechos esperados, Sampaio e equipe já são dignos de reconhecimento e comemoração. Afinal, toda pesquisa séria gera conhecimento.

Mas a atenção despertada pelo estudo da bióloga rapidamente deixou os "críticos" de cabelo em pé. De uma hora para outra, "especialistas" e cientistas esqueceram de que estudos experimentais são uma prova de conceito e, por isso, dispensam o tal controle (a comparação com os pacientes que não recebem o tratamento), uma exigência das etapas clínicas, posteriores.

A arrogância com a qual alguns acadêmicos estão tratando a pesquisa de Tatiana Sampaio levanta dúvidas de até que ponto há mesmo uma preocupação com o desenho do estudo ou se isso é puro recalque.

O conhecimento mínimo em ciência livra os leitores/espectadores de promessas que não foram feitas pelo pesquisador e de ataques injustos contra ele. Só que, tradicionalmente, o Brasil não faz divulgação científica — vide o número pífio de museus de história natural e as iniciativas tímidas de mostrar que a ciência está em absolutamente tudo, do remédio que tomamos ao suflê de batatas que cozinhamos. Para formar cidadãos críticos, capazes de compreender os desafios e as maravilhas do conhecimento, precisamos muito mais do que ensinar a criança a plantar feijão no algodão ou promover feiras de ciências para os alunos ganharem uns pontos a mais na nota final.

» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» **E-mail:** ***sredat.df@dabr.com.br***

Impostos

O governo anunciou, como tem sido praxe desde que assumiu, novo aumento de impostos. Desta vez, sobre importação de celulares e aparelhos, com a justificativa de evitar "colapso" da indústria nacional. A história mostra que esse tipo de ação se torna um tiro no pé. A que custo? Até onde sei, o Brasil não produz processadores, robôs, maquinário industrial nem infraestrutura avançada para TI. Quando o governo desestimula que a tecnologia de ponta chegue ao Brasil por um preço competitivo, simplesmente coíbe ou atrasa a inovação em nosso país. A indústria que se visa proteger se torna mais atrasada e ineficiente, expulsando nossos inovadores para o exterior. O protecionismo vende a ilusão de que salva o produto nacional, mas, na prática, subsidia o atraso e, frequentemente, resulta em preços mais altos para o consumidor e em menor inovação industrial.

» **Ricardo Santoro**
Lago Sul

Banco Master

"Fomos enganados", disse o deputado distrital Rogério Morro da Cruz, do PRD, sobre o projeto de lei do Executivo que coloca terrenos públicos da cidade como garantia em empréstimos para salvar o Banco de Brasília. Ninguém foi enganado. Esses deputados distritais colocaram o BRB nessa situação junto com o governador do Distrito Federal. E a conta ficará para nós, moradores de Brasília, pagarmos.

» **Derli Luiz**
Gama

Transporte público 1

É só entrar num ônibus para perceber a dura realidade dos preços e da qualidade e ouvir os reclamos dos passageiros. Na base disso, estão três causas principais: a má gestão, a corrupção e um terrível engano histórico, que atinge todos, inclusive os particulares, que não utilizam transporte público — a opção pela malha rodoviária. No Distrito Federal, temos o metrô, morto na origem, que padece de projeto de má qualidade e má gestão, além da inutilidade, pois deveria ter sido optado um trem leve de superfície. O Brasil todo escolheu as vias rodoviárias em troca dos trens, cujas linhas encontram-se, em grande parte, sucateadas, destruídas e abandonadas. Nenhum governante tem coragem de reverter esse quadro, pois são dominados pelos interesses da indústria automobilística. E o problema só agrava com o tempo, pois é inviável frente ao transporte ferroviário. Na maioria dos outros países, a prioridade são as ferrovias. Quem e quando reverterá essa realidade? A economia, o trabalhador, a indústria e o comércio, além do meio ambiente, agradeceriam.

» **Humberto Pellizzaro**
Asa Norte

Transporte público 2

Mais uma vez, o transporte público sofre a ingerência dos "piratas". Desde a época da criação de Brasília, pelo desbravador do Centro-Oeste, Juscelino Kubistchek, que se optou pelas rodovias e pelas empresas automobilísticas e, em consequência, não utilizamos mais as ferrovias. Recordo-me da década de 1950/60. Ainda tínhamos essa possibilidade como prioritária. Sabemos que o transporte público está fazendo sofrer grande parte da população usuária. São ônibus caindo aos pedaços, superlotados, engarrafamentos nas vias etc. Precisamos mudar essa realidade das preferências pelas rodovias. Os transportes sobre trilhos são a melhor solução. Algumas cidades brasileiras têm um pequeno, mas útil, transporte sobre trilhos, que são de suma importância. Na Europa e na América do Norte, principalmente, os deslocamentos de pessoas e cargas sobre trilhos são os mais utilizados. Particularmente na Europa, o Velho Continente, os traslados mais usados são por meio de metrô e outros trens. Em Brasília, ainda temos um transporte público com um metrô de bonecas ou de brinquedo, que só beneficia parte da população. O lado norte da cidade fica só com os ônibus e transportes piratas. Quando nossos governantes vão optar pela população e não pelas empresas de ônibus e as automobilísticas?

» **João Coelho Vítola**
Asa Norte

Pedro Turra

Advogados abandonam defesa de Petro Turra. "A verdade deve ser pleiteada com ardor e veemência, mas com dignidade e prudência", como ensinava Sobral Pinto. Na advocacia criminal, não se defende crime, defende-se a Constituição, o devido processo e a pena justa. É dever do advogado esclarecer ao cliente, com transparência, todas as possibilidades do caso, sem prometer resultados, porque nossa atuação é de meio, não de fim. Ardor na defesa, responsabilidade na orientação e compromisso com a Justiça.

» **Lúcia Martins**
Brasília

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Tragédia na região serrana do Rio de Janeiro, em 2011. Enchentes no Rio Grande do Sul, em 2024. Temporal arrasa Juiz de Fora, em 2026. Quando o óbvio ainda precisa ser dito: a crise climática não é fake news.

Abrahão F. do Nascimento — Águas Claras

O GDF pretende investir R$ 6,6 bilhões para recuperar o BRB. Isso significa menos recursos para áreas prioritárias, como educação, saúde e segurança. Outros estados já privatizaram ou liquidaram seus bancos, a exemplo do Banespa (SP), Banestado (PR) e Banco da Paraíba.

Itiro Iida —Asa Norte

Crise do Banco Master amplia rombo no FGC, mostra o **Correio**. Nada que não sabíamos. É por essa e outras razões que impõe-se a urgente prisão preventiva de Vorcaro, a ser cumprida na Papuda, para a proteção da ordem pública e econômica.

Milton Cordova Junior — Vicente Pires

CORREIO BRAZILIENSE

"Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara"
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R$ 5,00	R$ 7,00

ASSINATURAS*
SEG a DOM
R$ 1.187,88
360 EDIÇÕES
(promocional)

Assine
(61) 3342.1000 – Opção 01 ou (61)99966.6772 Whatsapp

*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.

Consulte a Central de Relacionamento **(3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp,** para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.

Endereço na Internet: http://www.correioweb.com.br
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press.
Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo – CEP: 70610-901 – Brasília – DF, de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/ sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 /1582/1568.
E-mail: *dapress@dabr.com.br* Site: *www.dapress.com.br*

Informação e eleições: a questão da credibilidade

» DULCE BAPTISTA
Doutora em ciência da informação pela Universidade de Brasília (UnB), professora aposentada da Faculdade de Ciência da Informação FCI/UnB

Na perspectiva das eleições deste ano e diante da avalanche de notícias e informações que circulam em todas as direções — inclusive com invasão das fake news —, cai por terra a afirmação de que uma imagem vale mais do que mil palavras. Atribuída a Confúcio e muito popularizada no século passado, principalmente nos meios publicitários, a dita afirmação sofre hoje o impacto avassalador das ferramentas de inteligência artificial (IA), que, sob qualquer pretexto, criam situações e flagrantes inverossímeis.

Com os avanços tecnológicos da atualidade, traduzidos, entre outros fatores, na proliferação de redes sociais, aplicativos e memes que são acionados por exércitos infindáveis de algoritmos, torna-se possível a visualização de imagens verdadeiras em tempo real e, da mesma forma, a exibição em escala planetária de situações absolutamente inverídicas. Nesse caso, se a figura que surge em telas e telinhas é convincente do ponto de vista daquilo que é mostrado — a imagem em si —, o contexto dessa imagem é inteiramente enganoso.

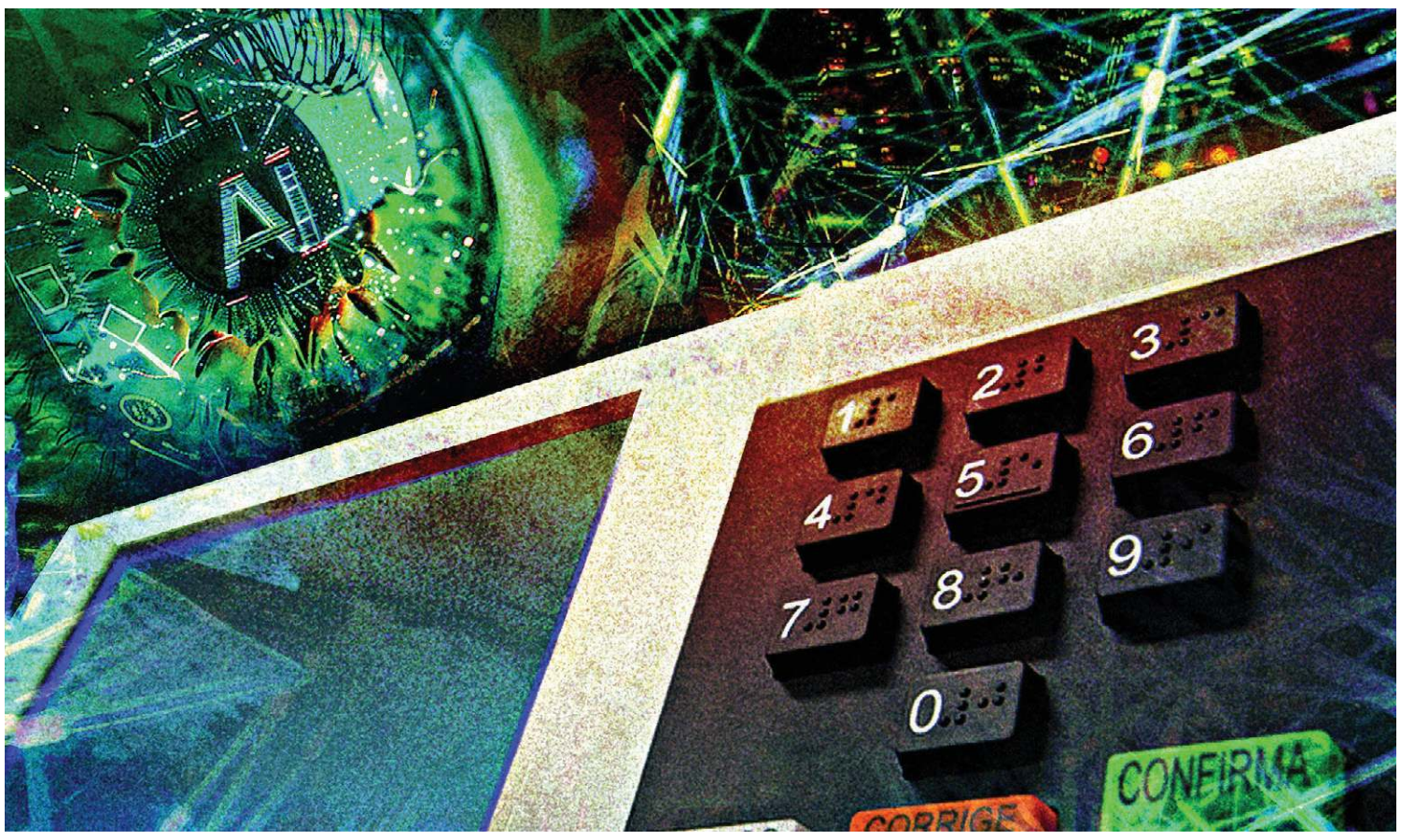
Em outras palavras, se eu vejo uma foto — ou um vídeo — do atual presidente dos Estados Unidos tocando violão, posso ter certeza de que a figura retratada não é o próprio, mas uma montagem fabricada por IA, e que aquele violão jamais foi parar nas mãos dele. E o que me dá essa certeza?

Se por um lado são indiscutíveis as inúmeras vantagens da tecnologia da informação, com suas formidáveis aplicações na vida cotidiana das pessoas — as quais converteram a internet e seus desdobramentos no caminho sem volta do modus vivendi contemporâneo —, por outro lado e, de acordo com voz corrente, a internet tornou-se também "terra de ninguém". É justamente por meio da rede mundial que são disseminados todos os tipos de conteúdos, com e sem especificação de fonte e/ou contexto. Daí a necessidade premente de buscar-se segurança jurídica de modo a prevenir a quantidade de problemas graves e variados que surgem a cada dia: de conteúdos impróprios/nocivos a crianças e adolescentes a discursos de ódio, fraudes, calúnias, chantagens etc. Especialistas e autoridades vêm se debruçando sobre o assunto, que, sendo extremamente complexo, repercute em todas as latitudes.

No Brasil, a perspectiva das eleições para presidente da República, governadores e parlamentares coloca a população votante diante de opções ainda condicionadas pela polarização político-ideológica que se instalou no país e pela influência do mundo virtual sobre o mundo real. Nesse cenário, é de se prever que o eleitor será bombardeado por todo tipo de desinformação. Aliás, já está sendo, o que, por sua vez, prejudica o necessário debate sobre as questões que de fato interessam ao país. Da parte do eleitor, o que se coloca então como pressuposto para qualquer que seja o seu voto é saber distinguir o que é real do que é falso e, com isso, prevenir escolhas equivocadas. É preciso estar, mais do que nunca, atento a imagens e textos produzidos por IA. Conforme reportagem do **Correio Braziliense** de 1º de fevereiro deste ano sobre regras para uso de IA, *O avanço da desinformação desafia a segurança nas urnas*.

Mídias como Facebook e YouTube, criadas respectivamente em 2004 e 2005, para citar só esses dois exemplos, passaram a dar vez e voz a anônimos em todo o mundo. Com isso, tornou-se exponencial o número de usuários ao redor do planeta, havendo, inclusive, uma certa tendência a se subestimar a mídia profissional em função da superabundância de imagens e textos a serem veiculados por qualquer um e a qualquer momento. O outro lado da moeda é que foi se tornando visível com o tempo o uso indiscriminado desses instrumentos para todas as finalidades — boas e ruins. A par das inegáveis vantagens em termos de conexões entre pessoas, acesso a produtos e serviços, intercâmbio de informações e dados, tornou-se visível também o caráter imediatista e superficial de grande parte dos conteúdos, e isso sem mencionar a deturpação deliberada de fatos e circunstâncias.

Consequentemente, torna-se oportuno lembrar que, a par da discussão sobre regras para uso de IA, faz todo sentido valorizar a mídia profissional, bem como arquivos e bibliotecas. Independentemente de orientação política e linha editorial, jornais e revistas têm, em princípio, compromisso com a veracidade da informação que publicam, e, nesse sentido, identificam elementos como fontes, responsabilidades, datas, locais, entre tantos outros. Já na dupla condição de instituições de memória e sistemas de informação, arquivos e bibliotecas promovem acesso a registros documentais de todos os tipos. A partir da identificação dos elementos citados, também possibilitam pesquisas e aprofundamento em assuntos que, presentes em pautas políticas, funcionam como embasamento para o voto consciente. Em outras palavras, é a credibilidade da informação que está em jogo.



Falta de respeito

» JOSÉ HORTA MANZANO
Empresário

Ninguém pode negar: não há mais respeito neste país. Desde que o entrudo largou o antigo nome e passou a chamar-se carnaval, os brasileiros sabem que o ano só começa de verdade depois das brincadeiras de fevereiro. Nada de importante acontece antes do fim dos folguedos pagãos, que são justamente os que congregam crentes e descrentes, brincalhões alcoolizados e cidadãos abstêmios, estrelas internacionais e o populacho nacional, todos bradando músicas transcendentes, da jurássica *Mamãe eu quero* a suas atuais descendentes.

Até outro dia, esses dois primeiros meses do ano eram pontuados de férias escolares, folga matrimonial para a mãe que viaja com os pequenos e o pai que continua no batente, recesso para aqueles cujas altas funções permitem essa apelação. Exceptuada alguma surpresa do inesperado, como acidente grave, sinistro importante ou queda de meteoro, os grandes temas nacionais costumavam ser empurrados para março, abril, daí para a frente.

Isso foi no tempo em que ritos eram respeitados neste país. Mas que ninguém se engane, essa compostura nunca foi absoluta. Assim como os fura-greves estão aí para furar greves, os desmancha-prazeres desmancham o prazer das férias, das folgas e dos recessos alheios. Mas o mal que causam nunca foi muito extenso, nunca chegou a perturbar a Páscoa. Já os acontecimentos deste ano foram excepcionalmente irrespeitosos.

Neste 2026, na boca do carnaval, quando as baterias das escolas de samba já rufavam dando o esquenta e as alegorias recebiam os retoques finais, a Polícia Federal rompeu a tradição de deixar assuntos impactantes para depois das Cinzas. Numa curiosa coincidência — coincidência? —, entregou ao Supremo Tribunal Federal (STF) um relatório que era nitroglicerina pura. Tratava da análise das gravações do celular pertencente ao proprietário do Banco Master. As conversas, que falavam com naturalidade de milhões de reais para cá e para lá, revelavam relacionamento próximo entre o banqueiro caído em desgraça e doutor Toffoli, ministro do Supremo.

E isso lá é assunto para circular pela imprensa logo à beira do carnaval? Isso lá é preocupação para botar no ombro de nossos foliões numa hora que deveria ser do frevo, do samba, talvez de novas coqueluches importadas de Porto Rico? De qualquer modo, já que a notícia está aí, não dá para guardá-la na geladeira esperando o carnaval passar.

Não ficou clara a real intenção de quem decidiu espalhar a boa-nova em mau momento. Na melhor das hipóteses, a esperança era de que o rumor dos passistas na avenida encobrisse o murmúrio dos espantados com o escândalo. Numa hipótese mais daninha, a intenção dos autores do vazamento era justamente perturbar a festa, marcando, assim, no espírito de todos, a lembrança de um carnaval agitado.

Se era pra marcar espíritos, marcou. Agora que a folia vai longe e que a Quaresma chegou, o assunto continua quente, chiando na chapa, gordura salpicando, gente enfiando celular pelo esgoto, malas recheadas de dinheiro despencando do alto de edifícios — para muita gente fina, instalou-se um clima de "salve-se quem puder porque o mundo acabou".

Não é para menos. A falta de respeito para com o preceito de aguardar a passagem do carnaval para só então dar partida ao novo ano trouxe a público a prova dos noves da extensão da malha de interesses (nem sempre republicanos) que perpassam a trupe que manda neste país.

Escândalos já houve antes, uns grandes, outros menos. Mas nenhum deles se compara, em magnitude, ao atual. No emaranhado de ganância e oportunismo que enrola os envolvidos no "caso Master", encontra-se a fina flor do que há no topo de nossa República. Sem mesmo aprofundar investigações, já se vislumbram ministros, altos funcionários, parlamentares, industriais, empresários, banqueiros. Entre os personagens, estão até excelências do Supremo. Um assombro.

Na época dos militares, havia lombadas na rua em frente a quartéis do Exército. Uma placa avisava: "Diminua a velocidade. Zona de Segurança". Um amigo europeu, recém-chegado ao Brasil, me perguntou o que era aquilo, e eu expliquei. Ele me devolveu: "Pois devia estar escrito: 'Zona de Insegurança'".

Nosso país entrou numa perigosa zona de insegurança, dado que a máscara daqueles em quem confiávamos caiu — eram hereges! Só nos resta invocar os santos de verdade, aqueles lá do alto. Que nos amparem!

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // *circecunha.df@dabr.com.br*

Regular o que é de direito

Nenhuma sociedade complexa pode prescindir de regras mínimas para o funcionamento de espaços que concentram informação, comércio, relações sociais e disputa política. O debate sobre a chamada regulação das redes tornou-se um dos temas mais sensíveis do ambiente político contemporâneo no Brasil. Em tese, trata-se de uma discussão legítima. A questão central, contudo, não é a existência ou não de regulação, mas a finalidade concreta dessa regulação e os interesses que a impulsionam.

A história ensina que mecanismos de controle informacional, mesmo quando apresentados como instrumentos de proteção social, podem se converter em ferramentas de restrição da liberdade pública. É nesse ponto que o debate exige prudência, rigor institucional e, sobretudo, transparência. A urgência real deveria ser a proteção contra o crime digital.

Existe um campo em que a necessidade de ação estatal é inequívoca: o combate aos crimes on-line. Milhões de brasileiros são diariamente expostos a fraudes digitais, golpes financeiros, falsos serviços e esquemas comerciais fraudulentos que exploram a vulnerabilidade informacional do cidadão comum com práticas como venda de produtos inexistentes em lojas virtuais fraudulentas, clonagem de identidades digitais, esquemas de investimento falsos, engenharia social para obtenção de dados bancários, manipulação de plataformas de pagamento, entre outros crimes.

Essas operações não são episódicas. Constituem uma economia paralela estruturada, altamente lucrativa, que se beneficia da velocidade da internet e da dificuldade de responsabilização internacional. O prejuízo acumulado alcança bilhões de reais por ano e atinge principalmente aposentados, trabalhadores informais e pequenos consumidores. Se a prioridade pública fosse genuinamente a proteção do cidadão, o eixo central de qualquer proposta regulatória deveria ser, além do fortalecimento de mecanismos de rastreio de fraudes digitais, a responsabilização rápida de redes criminosas, a educação digital massiva da população, a transparência obrigatória em publicidade on-line, bem como a cooperação internacional contra crimes cibernéticos.

Entretanto, o foco do debate político frequentemente se desloca da proteção do usuário para o controle do conteúdo político. Essa inversão de prioridades levanta dúvidas legítimas sobre os objetivos reais das propostas de regulação. Regulação é poder, e isso cria o risco da instrumentalização. Toda regulação informacional envolve um problema clássico da teoria política: quem regula o regulador.

Quando o Estado adquire capacidade ampliada de controlar circulação de ideias, interpretações e críticas, abre-se espaço para a instrumentalização política desse poder. A preocupação não reside apenas em eventuais abusos imediatos, mas na criação de um precedente institucional duradouro. Estruturas de controle, uma vez estabelecidas, raramente são revertidas. Mudam apenas os grupos que as administram. Em democracias consolidadas, a liberdade de crítica ao poder não é um detalhe acessório é um mecanismo estrutural de equilíbrio institucional. A possibilidade de questionar governos, autoridades e decisões públicas constitui parte essencial do controle social difuso, sem o qual a representação política perde sua base de legitimidade.

Quando políticas de regulação passam a incidir prioritariamente sobre o discurso político, e não sobre práticas criminosas objetivas, o risco é a transformação do ambiente informacional em um espaço de autocensura preventiva. O medo de sanções substitui o debate aberto. A prudência cívica converte-se em silêncio social. O impacto institucional do controle do discurso é perigoso. A restrição excessiva do espaço público digital produz efeitos que vão além do campo político imediato, enfraquecendo o pluralismo de ideias, reduzindo a capacidade de fiscalização cidadã, concentrando poder interpretativo em instâncias restritas, limitando a circulação de denúncias e investigações independentes, além de deteriorar a confiança entre sociedade e instituições.

Não só de eleições periódicas a democracia depende, mas da existência de um ambiente permanente de contestação legítima. Sem ele, as instituições tendem a se tornar circuitos fechados, com baixa permeabilidade às demandas sociais. Liberdade e responsabilidade não podem se tornar uma falsa oposição.

O futuro democrático de uma nação depende de preservar o princípio de que o poder deve tolerar a crítica, e não administrá-la. Cidadãos brasileiros enfrentam um desafio duplo a observar: proteger o cidadão dos crimes digitais e proteger o espaço público do silêncio. A regulação que o país necessita é aquela que fortalece o cidadão, não a que o torna mais vulnerável ao poder e aos desejos dos poderosos.

A frase que foi pronunciada

"Se o Congresso não deliberar sobre as redes sociais, ou o governo Lula ou o STF o fará."

Senador Eduardo Girão

» História de Brasília

O primeiro dever do homem em sociedade é ser util nos membros dela; e cada um deve, segundo as suas forças phisicas ou morais, administrar, em benefício da mesma, os conhecimentos ou talentos que a natureza, a arte ou a educação lhe prestou. (Publicada em 15/5/1962)

Editora: Ana Paula Macedo
anapaula.df@dabr.com.br
3214-1195 • 3214-1172

Tratamento mais FÁCIL, MESMA EFICÁCIA

Métodos atuais de controle da infecção pelo vírus que causa a aids exigem regimes de medicamentos que chegam a 11 comprimidos diários. Agora, ambicioso estudo internacional indica que uma pílula diária pode substituir toda essa carga

» RAFAELA LEITE*

Um comprimido oral diário que associa os antirretrovirais bictegravir e lenacapavir (BIC/LEN) mostrou-se tão eficaz quanto os tratamentos convencionais contra o HIV que exigem múltiplos comprimidos ao longo do dia. Segundo estudo internacional de fase 3, liderado por pesquisadores da Queen Mary University of London e publicado na revista *The Lancet*, o esquema experimental pode facilitar a rotina dos pacientes sem comprometer a segurança ou o controle da infecção.

De acordo com a professora de medicina da Queen Mary University of London Chloe Orkin, uma das autoras do trabalho, "o BIC/LEN combina os componentes ativos do bictegravir, um inibidor da integrase recomendado pelas diretrizes globais e com alta barreira à resistência, e do lenacapavir, o primeiro inibidor de capsídeo da sua classe, desenvolvido para interromper a replicação do HIV em múltiplos estágios críticos". O regime é administrado uma vez ao dia, reduzindo a chamada "carga de comprimidos" enfrentada por pessoas com tratamentos prolongados.

O ensaio clínico incluiu mais de 550 adultos em 15 países, todos com carga viral indetectável, mas usando regimes complexos, com dois a 11 comprimidos diários; cerca de 40% precisavam tomar remédios mais de uma vez ao dia. A idade média foi de 60 anos, variando entre 22 e 84 anos, e muitos participantes tinham outras condições de saúde, como doenças cardíacas ou renais, além de histórico de resistência a tratamentos anteriores.

Após a mudança para o comprimido único, quase 96% dos voluntários mantiveram níveis de HIV abaixo de 50 cópias/mL durante 48 semanas, sem surgimento de novas mutações. Entre aqueles que continuaram nos esquemas tradicionais, a supressão viral variou entre 94% e 96%. A contagem de células CD4 fundamentais para o sistema imunológico permaneceu estável em ambos os grupos.

Benefícios e riscos

Além de manter a eficácia, o estudo identificou vantagens complementares, como menor aumento do colesterol e maior facilidade de adesão diária ao tratamento. "Há uma necessidade significativa de opções mais simples para pessoas que dependem de múltiplos comprimidos, horários complicados e interações medicamentosas, o que dificulta a adesão a longo prazo", ressalta Chloe Orkin.

O infectologista Daniel Paffili Prestes explica que o HIV ataca principalmente os linfócitos T CD4+, células essenciais à defesa do organismo. "Sem tratamento, a infecção pode evoluir para aids, etapa em que o sistema imunológico fica vulnerável a infecções graves, como tuberculose, pneumonias e candidíase esofágica. Na fase inicial, sintomas como febre, dor de garganta, ínguas e mal-estar podem ser confundidos com uma virose comum. Na fase crônica, a queda dos níveis de CD4 ocorre silenciosamente", detalha o especialista.

Segundo ele, a terapia antirretroviral, fornecida gratuitamente pelo SUS no Brasil, bloqueia a multiplicação do vírus. Esquemas iniciais costumam combinar tenofovir, lamivudina e dolutegravir. "O tratamento deve ser iniciado o quanto antes e permite que a pessoa vivendo com HIV tenha expectativa de vida semelhante à da população geral. Quando a carga viral se torna indetectável, o vírus não é transmitido sexualmente, conceito conhecido como Indetectável = Intransmissível", reforça Prestes.

O especialista observa que o lenacapavir é eficaz mesmo contra vírus multirresistentes, sendo indicado para pacientes que acumulam mutações ao longo do tempo. "Ainda assim, a resposta depende do perfil individual, tornando indispensável a realização de teste genotípico. Nem todos os pacientes multirresistentes respondem adequadamente a esquemas com apenas dois fármacos", acrescenta.

Perigo na irregularidade

Como qualquer antirretroviral, existe risco de resistência, especialmente em casos de baixa adesão ou mutações prévias. O lenacapavir tem meia-vida prolongada, mas pausas irregulares podem favorecer a seleção de vírus resistentes. "Os efeitos adversos mais frequentes incluem cefaleia, náuseas e insônia pelo bictegravir e diarreia leve ou reações no local da aplicação pelo lenacapavir. Pacientes com outras doenças, sobretudo idosos, devem ser acompanhados quanto à função renal e possíveis interações medicamentosas", afirma Prestes.

O estudo destaca que a simplificação do regime é especialmente relevante para adultos mais velhos, pessoas com histórico de resistência ou que necessitam controlar outras condições de saúde. Ensaios adicionais estão em andamento para avaliar a segurança e eficácia a longo prazo do BIC/LEN. "Se aprovado, o comprimido único poderá reduzir a quantidade de remédios diários e facilitar a rotina de milhares de pessoas que vivem com HIV", conclui Chloe Orkin.

*** Estagiária sob a supervisão de Lourenço Flores**

Freepik

Nova técnica surge para substituir casos em que tratamento exige carga de até 11 comprimidos por dia, o que dificulta muito a adesão ao tratamento

Para saber mais

Pílula única no Brasil

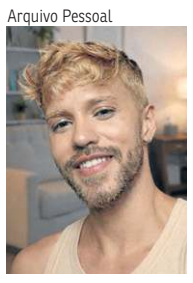
Segundo o infectologista Daniel Paffili Prestes, no Brasil, já existem tratamentos para HIV em dose fixa única diária, disponíveis tanto pelo SUS quanto por meio de prescrição na rede privada. São esquemas modernos, eficazes e alinhados às diretrizes nacionais, pensados para facilitar a rotina de quem vive com o vírus, mas não com os mesmos medicamentos usados no estudo liderado pela universidade britânica. Ele explica que, entre as opções mais utilizadas estão combinações em um único comprimido por dia, como o Biktarvy, que reúne três antirretrovirais em uma só medicação, e o Dovato, composto por dois antirretrovirais em dose diária única. Esses esquemas fazem parte da prática clínica atual e são amplamente adotados no país.

De acordo com o médico, a preferência por esses tratamentos se deve a alguns fatores importantes. Eles oferecem excelente controle da carga viral, contam com alta barreira genética à resistência, favorecem a adesão por exigirem apenas um comprimido ao dia e, de modo geral, são bem tolerados pela maioria dos pacientes. "Já a combinação específica que uniria bictegravir e lenacapavir em um único comprimido ainda não está disponível no Brasil. Essa estratégia segue em fase de estudos, e o lenacapavir, até o momento, não integra um regime oral diário em dose fixa aprovado para uso comercial no país", afirma Prestes.

Palavra de especialista

Não é só um ganho técnico

Arquivo Pessoal



Tomar vários comprimidos ao longo do dia não é apenas uma rotina farmacológica. Para muitas pessoas que vivem com HIV, isso funciona como um lembrete constante da própria sorologia como forma de sofrimento. Cada dose reativa sentimentos que acompanham o diagnóstico, como medo, estigma, culpa e receio de ser descoberto. Em muitos casos, o tratamento passa a ocupar a centralidade na vida cotidiana, com o HIV sempre em primeiro plano. Quando o estudo demonstra que é possível manter a supressão virológica com um regime simplificado, isso não é apenas um dado técnico. A vida com o HIV é colocada em perspectiva: o comprimido único diário significa menos momentos de exposição, menos preocupação com horários múltiplos e menos tensão psicológica em contextos sociais. Essa simplificação reduz a sobrecarga emocional associada ao tratamento e favorece uma sensação maior de autonomia e normalidade. Sobre adesão, é fundamental entender que as maiores dificuldades não são apenas técnicas. Elas são, sobretudo, emocionais e sociais. O estigma continua sendo um fator determinante. Muitas pessoas vivem com medo de que alguém veja o medicamento, descubra sua sorologia e exponha sua condição de saúde. Isso leva a esconder comprimidos, atrasar doses e, em alguns casos, abandonar o tratamento. Além disso, quadros de depressão, ansiedade e uso problemático de substâncias impactam diretamente a regularidade da adesão. Quando um estudo como esse propõe simplificar o regime terapêutico, ele não está apenas facilitando a logística do tratamento. Ele reduz barreiras subjetivas e sociais reais que interferem na vida dessas pessoas. E isso, do ponto de vista da saúde mental, é extremamente relevante.

GUILHERME LIMA, psicólogo clínico com atuação voltada para a saúde mental de pessoas que vivem com HIV/Aids e da população LGBTQIAPN+

LONGEVIDADE

O segredo dos supercentenários

Conhecidos pela impressionante preservação cognitiva, os chamados superidosos não apenas têm memória afiada até os 80 anos ou mais. Seus cérebros, segundo um novo estudo publicado na revista *Nature*, continuam a gerar novos neurônios no hipocampo em níveis muito superiores aos de adultos mais velhos típicos, e até mesmo de pessoas bem mais idosas.

A descoberta é de pesquisadores da Universidade de Illinois em Chicago (UIC), que examinaram cérebros doados pelo Programa SuperAger, da Universidade de Northwestern, também nos Estados Unidos. Os "SuperAgers" são um grupo único de adultos com mais de 80 anos cujo desempenho em testes de memória episódica foi igual ou superior ao de pessoas na faixa dos 50 anos.

Ao longo de mais de 25 anos de pesquisa sobre isso na Northwestern, os cientistas documentaram diferenças biológicas e comportamentais nesse grupo, desde um afinamento cortical mais lento até fatores de estilo de vida, como maior envolvimento social. Mas esse é o primeiro estudo a identificar uma diferença genética entre eles e os demais idosos.

Mais plasticidade

"Sempre dissemos que os SuperAgers demonstram que o cérebro em processo de envelhecimento pode ser biologicamente ativo, adaptável e flexível, mas não sabíamos o porquê", disse a coautora Tamar Gefen, professora associada de psiquiatria e ciências comportamentais na Faculdade de Medicina Feinberg da Universidade Northwestern e neuropsicóloga no Instituto Mesulam de Neurologia Cognitiva e Doença de Alzheimer da instituição. "Essa é uma prova biológica de que seus cérebros são mais plásticos e uma descoberta real que mostra que a formação de neurônios jovens no hipocampo pode ser um fator contribuinte."

Embora os cientistas já tenham documentado há muito tempo a neurogênese contínua (a criação de novos neurônios) em animais como ratos, as evidências em humanos são contraditórias. O estudo atual não só confirma que o processo ocorre em humanos como descobriu que os superidosos produzem entre duas e duas vezes e meia mais neurônios novos do que seus pares — sejam saudáveis ou com doença de Alzheimer —, o que pode ajudar a explicar por que sua memória permanece forte com a idade.

Os cientistas também descobriram uma "assinatura de resiliência" distinta nos hipocampos dos SuperAgers — um ambiente celular único que favorece o nascimento e a sobrevivência de novos neurônios. "Esse é um grande passo em frente na compreensão de como o cérebro humano processa a cognição, forma memórias e envelhece", disse a autora correspondente Orly Lazarov, professora da Faculdade de Medicina da Universidade de Illinois. "Determinar por que alguns cérebros envelhecem de forma mais saudável do que outros pode ajudar os pesquisadores a desenvolver terapias para o envelhecimento saudável, a resiliência cognitiva e a prevenção da doença de Alzheimer e demências relacionadas."

Fator-chave

O estudo também descobriu que alterações em dois tipos de células cerebrais — astrócitos e neurônios CA1 — são fatores-chave para determinar a eficácia da cognição e da memória à medida que o hipocampo envelhece. Os resultados sugerem que preservar a integridade das sinapses excitatórias — os principais locais de comunicação neuronal e formação de memória no cérebro — pode ser um alvo potencial para intervenções medicamentosas destinadas a prevenir o declínio cognitivo.

"O que emerge deste estudo é a ideia de que os superidosos são, em geral, muito distintos", disse o coautor Changiz Geula, professor de pesquisa do Instituto Mesulam. "Os programas genéticos que sustentam a sobrevivência e a comunicação das células cerebrais permanecem ativos nessas células dos superidosos, mas são desativados na doença de Alzheimer."

Shane Collins/Divulgação

"SuperAgers" mostram desempenho incrível de memória depois dos 80

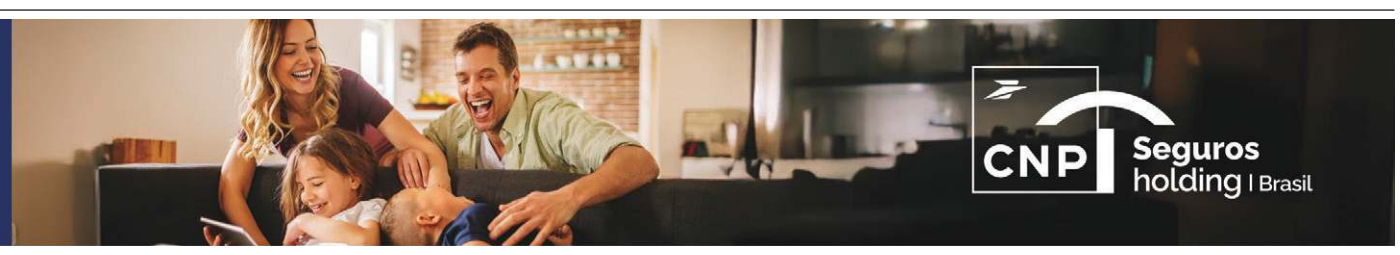
cshbrasil.com.br
cshbrasil

Demonstrações Financeiras 2025

Cuidando do presente, transformando o futuro.

Abertos aos outros e ao mundo, atuamos em prol de uma sociedade inclusiva e sustentável, com soluções que protegem e facilitam todas as jornadas de vida.

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45



Relatório da Administração - Exercício de 2025

Senhores Acionistas,
Temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A., ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Informações Financeiras da Controladora
No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou lucro líquido de R$ 888,7 milhões. O retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROE médio) foi de 17,6%, considerando um patrimônio líquido médio de R$ 5.051,2 milhões no período.
O resultado de equivalência patrimonial das investidas totalizou R$ 824,2 milhões em 2025.
O resultado financeiro alcançou R$ 79,1 milhões no exercício, representando crescimento de 57,0% em comparação a 2024, explicado principalmente pela maior disponibilidade média de recursos e pela melhor remuneração dos ativos financeiros ao longo do período.
Ao final de 2025, os ativos financeiros totalizaram R$ 438,8 milhões, o que representa aumento de 13,3% em relação ao saldo registrado ao término do exercício anterior, evidenciando a manutenção de uma posição financeira adequada para suportar as atividades da Companhia.
O patrimônio líquido da Companhia encerrou o exercício de 2025 no montante de R$ 5.281,9 milhões, frente aos R$ 4.820,6 milhões registrados em 2024, representando crescimento de 9,6% no período. A evolução do patrimônio líquido decorre, principalmente, da geração de resultados ao longo do exercício, parcialmente compensada pelas destinações realizadas, mantendo uma estrutura de capital sólida e compatível com a estratégia da Companhia.

Política de Reinvestimento de Lucros e Distribuição de Dividendos
A destinação do lucro apurado em cada exercício social é proposta pelo Conselho de Administração, por ocasião das demonstrações financeiras. A aprovação desta proposta é feita pelos Acionistas e devidamente registrada em ata na qual constará, entre outras informações, e caso aplicável, a parcela de lucro líquido ajustado que será distribuída a título de dividendos e a parcela do lucro que será retida para manutenção da continuidade operacional da Companhia.
A Companhia tem como prática a distribuição dos resultados obtidos, assegurando aos Acionistas, a título de dividendos, o mínimo de 25%, conforme estabelecido no Estatuto Social.

Honorários de Auditoria externa
A divulgação dos honorários de auditoria externa é publicada anualmente nas informações financeiras do controlador final, CNP Assurances, na França.

Governança, Pessoas e Equidade de Gênero
A empresa aborda a equidade de gênero como um compromisso estratégico integrado à sua agenda ESG, especialmente no pilar social. De forma complementar, reafirma a tolerância zero à discriminação e ao assédio moral e sexual, assegurando canais formais de acolhimento, denúncia e apuração independente, com garantias de confidencialidade e não retaliação. Esse posicionamento reforça que a equidade de gênero é tratada de forma integrada como valor organizacional, dever ético e responsabilidade legal.
No campo quantitativo, os dados de movimentação de pessoas evidenciam avanços relevantes. Em 2024, foram realizadas 35 admissões, das quais 15 mulheres (43%). Considerando os cargos de gestão (Diretoria, Superintendência, Gerência e Coordenação), as mulheres representaram 2 contratações, o equivalente a 28,6% das admissões nesse grupo. Já nos cargos técnicos, as mulheres corresponderam a 13 admissões, alcançando 46,4% do total dessas posições.
Em 2025, observa-se uma evolução no equilíbrio de gênero nas contratações. Das 27 admissões realizadas, 15 foram de mulheres (56%), superando proporcionalmente as contratações masculinas. Nos cargos de gestão, a participação feminina foi de 33,3%, enquanto nos cargos técnicos as mulheres representaram 58,3% das admissões, evidenciando avanço consistente na inclusão feminina especialmente nas funções técnicas.
No que se refere à governança, a composição do Conselho manteve-se equilibrada em 2024, com 50% de mulheres (5 mulheres e 5 homens). Em 2025, a participação feminina passou a 40% (4 mulheres e 6 homens), permanecendo, ainda assim, em patamar relevante quando comparado ao contexto de mercado e reforçando o compromisso contínuo com a diversidade nos níveis mais altos de decisão.
No que se refere à governança e às práticas de remuneração, a empresa acompanha de forma contínua a distribuição da remuneração por gênero. Em 2024, as mulheres concentraram 49% da remuneração fixa e 46% da remuneração variável, refletindo sua participação relevante no quadro de colaboradores e nos cargos elegíveis aos programas de incentivo. Em 2025, observa-se a participação feminina na remuneração com 48% da remuneração fixa e 47% da remuneração variável destinadas a mulheres, em linha com o aumento da presença feminina na organização.
De forma integrada, os dados demonstram que a empresa vem acompanhando de maneira estruturada a equidade de gênero, combinando práticas de gestão responsáveis com o objetivo de fortalecer um ambiente de trabalho mais diverso, inclusivo e sustentável.

Valorização de pessoas
Nosso trabalho alcançou um reconhecimento importante na área de pessoas. Ganhamos o selo *Great Place to Work* (GPTW), concedido a organizações que se destacam em sua cultura e em seu ambiente de trabalho. Essa conquista reforça nosso compromisso em manter um ambiente onde as pessoas se sintam valorizadas e motivadas a trabalhar.

Reconhecimentos importantes
Segundo o anuário *Época Negócios*, a CNP Seguros Holding Brasil alcançou posição de destaque entre as 450 empresas avaliadas, ocupando o 8º lugar na dimensão pessoas, o 11º em desempenho financeiro e o 44º lugar no ranking geral.
A Companhia foi reconhecida em outras oito premiações pelas iniciativas implementadas nas áreas de atendimento, experiência do cliente e inovação tecnológica, o que reforça seu investimento em excelência operacional e seu comprometimento com a melhoria da percepção de valor pelos clientes.

Investimentos sociais em cultura e educação
Em 2025, reafirmamos nosso compromisso com a ampliação do acesso à cultura e com o apoio a iniciativas voltadas à educação de crianças e jovens no Brasil. Também patrocinamos a exposição *Andy Warhol Pop Art*, que atraiu mais de 300 mil visitantes, e a mostra imersiva *Uma Noite com os Impressionistas,* que teve importante impacto na mídia e reforçou a conexão entre Brasil e França.

Considerações Finais e Agradecimentos
A Companhia agradece o apoio e a confiança dos acionistas - representados pela CNP Assurances S.A., CAIXA Seguridade Participações S.A. e CNP Assurances Latam Holding Ltda.
Reconhecemos o esforço eficaz e o profissionalismo da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, representada pela figura da CAIXA Seguridade Participações S.A, e do corpo funcional de todas as empresas da Holding.
Agradecemos também a todos os nossos clientes pela confiança.

Brasília, 24 de fevereiro de 2026.

A Administração

Balanço Patrimonial
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

	Nota	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
ATIVO					
CIRCULANTE		**470.328**	**321.129**	**3.902.485**	**2.606.499**
Caixa e equivalentes de caixa	5	112.117	2	660.629	10.051
Ativos financeiros	**6**	**330.801**	**299.012**	**2.770.255**	**1.953.030**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		230.244	299.012	2.091.403	1.007.772
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		100.557	–	608.312	875.207
Ativos financeiros ao custo amortizado		–	–	70.540	70.051
Títulos e créditos a receber	7	795	–	43.503	162.470
Ativo fiscal corrente	9	19.081	14.416	23.413	24.880
Dividendos a receber	11	7.224	7.383	–	–
Outros ativos		310	316	30.189	15.698
Ativos relacionados a contratos de resseguros	15	–	–	61.489	129.800
Ativos relacionados a contratos de seguros	15	–	–	313.007	310.571
NÃO CIRCULANTE		**4.850.992**	**4.534.692**	**7.053.070**	**7.666.031**
Ativos financeiros	6	**108.046**	**88.265**	**3.209.200**	**3.902.127**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		–	–	12.608	11.422
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		108.046	88.265	2.061.203	2.761.375
Ativos financeiros ao custo amortizado		–	–	1.135.389	1.129.330
Depósitos judiciais e fiscais	8	–	–	2.596.577	2.418.127
Ativo fiscal diferido	9	178.213	160.045	609.988	706.569
Outros ativos		–	–	44.006	52.422
Ativos relacionados a contratos de seguros	15	–	–	**189.532**	**17.479**
Investimentos em controladas e coligadas	12	4.561.546	4.282.824	–	144.002
Ativos intangíveis	14	3.011	3.011	81.310	162.101
Propriedades para investimento	13	–	–	225.623	149.144
Imobilizado	14	176	547	95.880	113.106
Outros investimentos		–	–	954	–
TOTAL DO ATIVO		**5.321.320**	**4.855.821**	**10.955.555**	**10.272.530**

	Nota	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
PASSIVO					
CIRCULANTE		**39.460**	**35.262**	**750.327**	**788.463**
Passivos financeiros	19	15.665	13.502	93.166	83.677
Passivo fiscal corrente	16	9.368	7.326	428.886	407.708
Outros passivos	17	14.427	14.434	85.317	132.159
Passivos relacionados a contratos de seguros	15	–	–	142.958	164.919
NÃO CIRCULANTE		**–**	**–**	**4.798.998**	**4.596.439**
Provisões para contingências	18	–	–	4.428.403	4.184.287
Outros passivos	17	–	–	7.607	2.623
Passivos relacionados a contratos de seguros	15	–	–	362.988	409.529
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**20**	**5.281.860**	**4.820.559**	**5.406.230**	**4.887.628**
Capital social		2.520.000	2.366.000	2.520.000	2.366.000
Reservas		3.069.077	3.044.617	3.029.557	3.004.629
Reserva ao valor justo		(28.263)	(107.937)	(28.264)	(107.937)
Reserva Financeira de Seguros e Resseguros		(260.980)	(434.684)	(260.980)	(434.684)
Ajuste de avaliação patrimonial		(17.974)	(47.437)	44.150	(29.375)
Participação dos acionistas não controladores		–	–	101.767	88.995
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**5.321.320**	**4.855.821**	**10.955.555**	**10.272.530**
Patrimônio Líquido atribuível aos					
Acionistas da Companhia		5.281.860	4.820.559	5.304.462	4.798.633
Acionistas não controladores nas controladas		–	–	101.767	88.995

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Nota	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Receita das operações de seguro	21.1	–	–	2.815.124	2.835.519
Custos/Despesas da operação de seguro	21.2	–	–	(1.792.319)	(1.862.101)
Resultado das operações de resseguros		–	–	(27.820)	207.749
Resultado das operações de seguros e resseguros		**–**	**–**	**994.985**	**1.181.167**
Receita financeira de contratos de seguro	21.3	–	–	228.107	187.760
Despesa financeira de contratos de seguro	21.3	–	–	(102.240)	80.151
Outros resultados financeiros	21.4	79.082	50.370	304.272	184.977
Resultado de equivalência patrimonial	21.5	824.168	938.808	2.598	38.239
Outras receitas e despesas operacionais recorrentes		(13.327)	(8.372)	(42.285)	(85.360)
Outros resultados operacionais	21.6	20.341	–	41.638	(53.909)
Redução ao valor recuperável	21.7	–	–	6.646	788
Resultado antes dos impostos		**910.264**	**980.806**	**1.433.721**	**1.533.813**
Imposto de renda	22	(15.873)	9.248	(337.432)	(335.791)
Contribuição social	22	(5.723)	3.418	(204.097)	(205.934)
Lucro líquido do exercício		**888.668**	**993.472**	**892.192**	**992.088**
Atribuível a					
Acionistas da Companhia		888.668	993.472	892.192	992.088
Acionistas não controladores em controladas		–	–	3.058	2.826

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração do resultado abrangente
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Lucro líquido do exercício atribuível ao	**888.668**	**993.472**	**892.192**	**992.087**
Acionistas da Companhia	888.668	993.472	889.134	989.261
Acionistas não controladores em controladas	–	–	3.058	2.826
Outros lucros abrangentes				
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado	**253.378**	**(564.807)**	**253.378**	**(564.807)**
Ajustes de títulos e valores mobiliários	134.751	(144.710)	134.751	(144.710)
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	(55.077)	69.840	(55.077)	69.840
Reserva financeira de seguros e resseguros	173.704	(489.937)	289.333	(816.562)
Efeito tributário sobre a reserva financeira de seguros e resseguros	–	–	(115.629)	326.625
Total dos lucros abrangentes para o exercício	**1.142.046**	**428.665**	**1.145.570**	**427.280**
Atribuível a				
Acionistas da Companhia	1.142.046	428.665	1.142.512	424.454
Acionistas não controladores em controladas	–	–	3.058	2.826

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

Descrição	Capital Social	Reservas: Capital	Reservas: Legal	Reservas: Lucros	Reserva Financeira de Seguros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva ao valor Justo	Lucros acumulados	Total atribuível acionistas controladores	Ajustes de Consolidação	Participação dos não controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2024	**2.204.000**	**16.210**	**284.137**	**2.664.093**	**55.253**	**(34.497)**	**(33.067)**	**–**	**5.156.129**	**(35.777)**	**80.149**	**5.200.501**
IFRS 9	–	–	–	(28.947)	–	–	28.947	–	–	–	–	–
Aumento de Capital: AGOE 03.2024	162.000	–	(162.000)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Dividendos complementares: AGOE 03.2024	–	–	–	(421.898)	–	–	–	–	(421.898)	–	–	(421.898)
Reserva ao valor justo	–	–	–	–	–	–	(103.817)	–	(103.817)	–	–	(103.817)
Reserva Financeira de Seguros (BBA)	–	–	–	–	(489.937)	–	–	–	(489.937)	–	–	(489.937)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	993.472	993.472	(4.210)	2.826	992.088
Avaliação patrimonial investida	–	–	–	–	–	(12.940)	–	–	(12.940)	–	–	(12.940)
Ajustes do fundo imobiliário	–	–	–	–	–	–	–	–	–	18.061	6.020	24.081
Proposta de destinação do lucro líquido:												
Reserva legal	–	–	49.674	–	–	–	–	(49.674)	–	–	–	–
Reserva de retenção de lucros	–	–	–	643.349	–	–	–	(643.348)	–	–	–	–
Dividendos - R$ 63,56 por lote de mil ações	–	–	–	–	–	–	–	(300.450)	(300.450)	–	–	(300.450)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**2.366.000**	**16.210**	**171.811**	**2.856.596**	**(434.684)**	**(47.437)**	**(107.937)**	**–**	**4.820.559**	**(21.926)**	**88.995**	**4.887.628**
Desinvestimento WIZ. *NE 12.1*	–	–	–	–	–	29.463	–	–	29.463	–	–	29.463
Dividendos complementares - conforme AGE de 01.2025	–	–	–	(180.438)	–	–	–	–	(180.438)	–	–	(180.438)
Dividendos intermediários - conforme AGOE de 03.2025	–	–	–	(174.770)	–	–	–	–	(174.770)	–	–	(174.770)
Aumento de Capital: AGOE 03.2025	154.000	–	(154.000)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Dividendos intermediários - conforme AGE de 09.2025	–	–	–	–	–	–	–	(355.000)	(355.000)	–	–	(355.000)
Reserva ao valor justo	–	–	–	–	–	–	79.674	–	79.674	–	–	79.674
Reserva Financeira de Seguros (BBA)	–	–	–	–	173.704	–	–	–	173.704	–	–	173.704
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	888.668	888.668	467	3.058	892.192
Ajustes do fundo imobiliário	–	–	–	–	–	–	–	–	–	44.062	9.714	53.777
Proposta de destinação do lucro líquido:												
Reserva legal	–	–	44.433	–	–	–	–	(44.433)	–	–	–	–
Reserva de retenção de lucros	–	–	–	489.235	–	–	–	(489.235)	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**2.520.000**	**16.210**	**62.244**	**2.990.623**	**(260.980)**	**(17.974)**	**(28.263)**	**–**	**5.281.860**	**22.603**	**101.767**	**5.406.230**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração dos fluxos de caixa
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Lucro líquido do exercício	**888.668**	**993.472**	**892.192**	**992.088**
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	371	671	40.896	49.850
Reversão de Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos	–	–	(6.646)	(788)
Juros em passivos de arrendamento IFRS16	–	–	574	5.283
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	–	–	1.997	14.719
Resultado da equivalência patrimonial e JSCP	(824.167)	(945.443)	(2.598)	(38.239)
Outros ajustes diversos	(20.341)	–	(22.406)	45.857
Variação nas contas patrimoniais:				
Ativos Financeiros - VJ e VJORA	(49.061)	15.614	(38.077)	191.586
Ativos Financeiros - Custo amortizado	–	–	97	(1.965)
Contratos de seguros e resseguros	–	–	(979)	130.251
Outros Créditos	(795)	7.269	118.967	209.016
Depósitos judiciais e fiscais	–	–	(178.450)	(141.573)
Ativos fiscais	(22.833)	(35.665)	98.048	(425.390)
Outros ativos	(22.543)	(6.269)	(51.295)	(79.509)
Passivos financeiros	2.163	(5.059)	9.489	(27.320)
Passivos fiscais	15.373	3.624	589.039	552.815
Provisões para contingências	–	–	266.636	218.521
Outros passivos	(8)	(207)	(44.795)	(15.247)
Caixa gerado (consumido) pelas operações	**(33.173)**	**28.007**	**1.672.689**	**1.679.955**
Juros pagos	–	(2)	(13)	(34)
Juros recebidos	22.550	6.462	27.351	10.448
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	608.015	970.810	–	9.811
Impostos sobre o lucro pago	(13.331)	(5.900)	(567.861)	(674.166)
Caixa gerado nas atividades operacionais	**584.061**	**999.377**	**1.132.166**	**1.026.014**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimento pela venda	**238.262**	**–**	**266.335**	**–**
Investimentos	238.262	–	238.262	–
Imobilizado	–	–	291	–
Intangível	–	–	27.782	–
Pagamento pela compra	**–**	**–**	**(33.003)**	**(22.426)**
Imobilizado	–	–	(13.975)	(3.624)
Intangível	–	–	(19.028)	(18.802)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimentos	**238.262**	**–**	**243.188**	**(22.426)**
Atividades de financiamento				
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(710.208)	(999.912)	(710.208)	(999.912)
Pagamento de arrendamentos	–	(48)	(4.712)	(5.645)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(710.208)**	**(999.960)**	**(714.920)**	**(1.005.557)**
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**112.115**	**(583)**	**650.578**	**(1.969)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**2**	**585**	**10.051**	**12.020**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**112.117**	**2**	**660.629**	**10.051**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

1. Contexto operacional
A CNP Seguros Holding Brasil S.A. ("Companhia" ou "Controladora"). e suas controladas ("Grupo" ou "Consolidado") está sediada na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050. A Companhia é controlada indiretamente pelo grupo francês *Caisse des Dépôts*.
A composição acionária da Companhia é formada da seguinte forma: 50,75% das ações ordinárias em nome da CNP *Assurances* (empresa situada na França); 48,25% das ações ordinárias em nome da Caixa Seguridade S.A.; e 1,00% das ações ordinárias em nome da CNP *Assurances* Latam *Holding* Ltda.
Atualmente a Companhia tem por objeto social a participação, como acionista, ou sócia, em sociedades empresariais, que exploram:
i) atividade de seguros vida e não-vida;
ii) seguradora especializada em seguro saúde; e
iii) atividades correlatas ou complementares às atividades de seguros.

2. Resumo das políticas contábeis materiais
As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

a. Base de preparação
As demonstrações financeiras individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB).*
Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os investimentos em controladas e coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Os ajustes de práticas contábeis são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas em atendimento ao CPC 18 (R2) e 36 (R3)/IAS 28 e IFRS 10.
A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações contábeis preparadas com base no princípio de continuidade operacional.
As políticas contábeis relevantes foram divulgadas de forma consistente com os requisitos do CPC 26/ IAS 1, considerando a materialidade das informações para fins de divulgação, com o objetivo de fornecer informações úteis e específicas que permitam aos usuários compreender adequadamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.
A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 24 de fevereiro de 2026.

2.1. Base de Consolidação

2.1.1. Controladas
São todas as empresas nas quais a Companhia tem controle direto ou indireto na administração financeira e operacional. A Companhia exerce controle sobre uma investida quando ela possui (i) poder sobre a investida (ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.
As operações entre as Companhias do Grupo, compreendendo os saldos, os ganhos e as perdas não realizados são eliminados.
As políticas contábeis das controladas foram ajustadas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pelo Grupo.
Destacamos as principais Companhias e fundos de investimento exclusivos, com participação direta e indireta, incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas de 2025 e 2024.
Companhias com controle integral (100%), salvo quando indicado de outra forma:
a. CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. (controle direto) - Controlada da Companhia, tem como objeto social a participação em outras sociedades que atuam no segmento regulado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
b. Caixa Seguradora S.A. (controle indireto) - Controlada da CNP Participações Securitárias Brasil Ltda., tem como objeto social a exploração de seguros de danos e pessoas.
c. Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda. (controle direto) - Controlada da Companhia, tem como objeto social no ramo de consultoria e assessoria.
d. Youse Seguradora S.A. (controle indireto) - Controlada da CNP Participações Securitárias Brasil Ltda., com objeto social de exploração de operações de seguros de danos e de pessoas, em quaisquer de suas modalidades ou formas (entidade não operacional).
e. Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. (controle direto) - Controlada da Companhia, tem como objeto social a atuação como seguradora especializada em seguro-saúde (operação em *run-off*).

f. Fundos de investimentos exclusivos:

Fundos controlados	Percentual de participação 2025	Percentual de participação 2024
MARUPÁ FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	100%	100%
BNP PARIBAS ARAUCÁRIA FIC DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	–	100%
FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA MARFIM RENDA FIXA	100%	100%
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO RENDA CORPORATIVA ANGICO - FII	75%	75%
BRAM H FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA REFERENCIADO DI CASH II	100%	100%

2.1.2. Participações de acionistas não controladores
O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.
Mudanças na participação do Grupo em controladas que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

2.1.3. Transações eliminadas na consolidação
Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados.

2.1.4. Fundos imobiliários exclusivos
Ajustes de consolidação relacionados a imóveis em fundos imobiliários exclusivos, quando aplicáveis, são realizados para refletir depreciações não reconhecidas nestes fundos, bem como a eliminação de ajustes a valor de mercado dos referidos imóveis, seguindo as diretrizes do CPC 28.
Os efeitos desses ajustes são reconhecidos no resultado e/ou diretamente no patrimônio líquido, conforme a natureza do ajuste, sendo refletidos, quando aplicável, na coluna "Ajustes de consolidação" da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas subsidiárias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa
Foram considerados, como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, as aplicações financeiras com liquidez imediata, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

2.4. Ativos financeiros

2.4.1. Classificação
Em conformidade com as normas, e seguindo as diretrizes do CPC 48/IFRS 9, a Companhia adotou um modelo de negócio específico para a mensuração de seus instrumentos financeiros. Esta abordagem direciona as estratégias e operações executadas pela Gerência de Investimentos.
O Grupo segue a classificação de ativos do CPC 48/IFRS 9, que estabelece três categorias principais para a classificação de ativos financeiros: mensuração ao custo amortizado, valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo através do resultado (VJR), conforme detalhado nos itens abaixo.
Os ativos financeiros não são reclassificados após o reconhecimento inicial, exceto em circunstâncias em que o Grupo altere seu modelo de negócios para a gestão desses ativos. Na hipótese dessa situação, todos os ativos financeiros impactados são reclassificados na primeira data de balanço subsequente à alteração no modelo de negócios.
No contexto da classificação de ativos financeiros, a Companhia realiza o teste SPPI para garantir que os fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros atendam aos requisitos necessários para sua classificação. O teste SPPI verifica se os fluxos de caixa contratualmente estabelecidos são compostos exclusivamente por pagamentos do principal e de juros, sem incluir outros componentes, como participação em lucros ou variações de preço de mercado. Caso os fluxos de caixa de um ativo financeiro não atendam ao critério SPPI, o ativo deverá ser classificado como mensurado a valor justo por meio do resultado (VJR).

a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
São avaliados pelo valor de custo com utilização do método de juros efetivos, ou seja, calculando o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e inserindo o resultado dos juros pela aplicação da taxa efetiva de juros, atualizando o valor de compra do Ativo pela taxa de juros negociadas na época até seu vencimento. Em se tratando de perda de risco de crédito a contabilização do ativo terá sua contraparte no resultado.

b. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)
No valor justo por meio do resultado os ativos financeiros são registrados ao valor justo com contrapartida no resultado.

c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)
Um ativo financeiro é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR, ou seja:
• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são pagamento somente do principal e dos juros.

2.4.2. Reconhecimento e não reconhecimento
O Grupo reconhece depósitos com instituições financeiras, empréstimos e financiamentos na data em que foram originados. Todos os outros instrumentos financeiros (incluindo compras e vendas de ativos financeiros realizadas de forma regular) são reconhecidos na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.
Um ativo ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um ativo ou passivo financeiro não mensurado ao valor justo através do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.
O Grupo não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expiram, ou quando transferem os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou quando o Grupo não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não retém o controle do ativo financeiro.

2.4.3. Mensuração
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou ao VJR.

2.4.4. *Impairment*
O CPC 48/ IFRS 9 introduz um conceito de perda esperada prospectivo, considerando não apenas as perdas incorridas, mas também as esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro. A norma exige que seja estimado um modelo de perda de crédito esperada para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e possui dois tipos de abordagem para a perda esperada que variam de acordo com o tipo de ativo financeiro: abordagem geral e simplificada.
Os ativos do grupo se enquadram na abordagem geral e nesta abordagem as perdas de crédito esperadas devem ser mensuradas de acordo com o estágio das operações:
• Estágio I: todas operações ao serem reconhecidas inicialmente são alocadas neste primeiro estágio, sendo estimadas as perdas esperadas para os próximos 12 meses, com os juros efetivos calculados sobre o valor bruto;
• Estágio II: todas operações que tiveram "mudanças significativas no risco de crédito" desde seu reconhecimento inicial, sendo reconhecida as perdas esperadas até o fim do ativo (o reconhecimento de juros continua a ser feito sobre a base bruta da operação); e
• Estágio III: todas operações em inadimplência/default. Cálculo das perdas de crédito esperadas para a vida esperada do contrato (o reconhecimento de juros passa a ser feito sobre a base líquida da operação).

continua →★

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

continuação

O Grupo adota a metodologia mais aplicada no mercado para a provisão de perda de crédito esperada (ECL - *Expected credit losses*) para os ativos financeiros da companhia, o qual considera perdas estimadas em função de eventos de crédito do passado, do presente e do futuro.
O Grupo adotou a calibração de probabilidades de inadimplência com base nos ratings das maiores agências do mercado para mensurar a perda esperada de todos os ativos financeiros da companhia. No caso dos títulos públicos brasileiros por se tratar de risco soberano e por prática de mercado são considerados títulos livres de risco de crédito, a Companhia avaliou que não há risco de perda. Desta forma, não houve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de perda esperada futura reconhecida.
Com relação ao *impairment* dos créditos a receber do FCVS, que corresponde a valores a serem reembolsados pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, fundo público administrado pela CAIXA, e considerando a natureza pública desse fundo, a Companhia entendeu ser aplicável utilizar como parâmetro de mensuração da ECL o mesmo fator de risco aplicado no cálculo de perda esperada da sua carteira de investimento.

2.5. Propriedade de investimento

As propriedades de investimento consolidadas nas demonstrações financeiras da Companhia correspondem a ativos pertencentes ao portfólio do Fundo de Investimento Imobiliário Exclusivo (FII) do qual a Companhia é controladora. Para fins de consolidação, essas propriedades são refletidas pelo valor contábil que detêm no FII, acrescido do respectivo valor de ajuste a mercado, quando aplicável.
De acordo com a norma contábil vigente (CPC 28 - Propriedades para Investimento), as propriedades de investimento são classificadas como ativos não correntes e são avaliadas pelo custo ou pelo valor justo, dependendo da política contábil adotada. No caso da Companhia, as propriedades de investimento são inicialmente reconhecidas pelo valor de aquisição e, subsequentemente, são ajustadas ao valor justo, de modo que refletem o valor de mercado de cada propriedade no momento da consolidação.

2.6. Imobilizado e intangível

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pelo Grupo são:
i) Móveis, máquinas e demais equipamentos - 10% a 50% a.a.;
ii) Equipamentos de informática- 20% a.a.;
iii) Veículos - 20% a.a;
iv) Benfeitoria de imóveis de terceiros - 20% a.a.
Além do imobilizado descrito acima, a Companhia detém ativos de direitos de uso conforme CPC 06(R2)/IFRS 16, vide notas 2.10 e 14.1.
O intangível refere-se a gastos em desenvolvimento de sistemas informatizados que estão sujeitos à amortização, e são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.
Parte do imobilizado de uso da Companhia corresponde a edificações que fazem parte do portfólio do Fundo de Investimento Imobiliário Exclusivo (FII), no qual a Companhia é partícipe. Esses imóveis são os andares onde está localizada a sede da empresa.
Para fins de consolidação contábil, tais ativos são reconhecidos como imobilizado de uso, pelo valor de custo atribuído no momento da aquisição pelo FII, e estão sujeitos à depreciação, conforme a política contábil da Companhia e em conformidade com o CPC 27 - Imobilizado. A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo histórico dos imóveis e na vida útil econômica estimada dos ativos, correspondente a 25 anos, resultando em uma taxa anual de 4%, conforme parâmetros fiscais adotados como referência pela Companhia.

2.7. Outras provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são reconhecidos contabilmente, quando houver decisões judiciais favoráveis e quando for praticamente certo a entrada de benefícios econômicos à Companhia. Se a entrada de benefícios econômicos for provável apenas, o ativo contingente é divulgado em nota explicativa.
A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.
A Companhia constitui passivo contingente para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os passivos contingentes são constituídos a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Ativo contingente somente é reconhecido quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação e/ou decisão judicial.

2.8. Apuração de outros resultados

As receitas com prestação de serviços de intermediação e administração dos programas de assistência são reconhecidas no resultado mensalmente, e a quitação das faturas ocorre no mês subsequente, de acordo com contrato firmado com cliente, a partir do levantamento dos clientes ativos e elegíveis cadastrados nos programas.
As despesas decorrentes da operacionalização e gestão de contratação de prestadores de serviços do programa de assistências são apuradas também mensalmente, de acordo com a competência dos serviços.
As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento.
As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.9. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais.
A contribuição social sobre o lucro da Controladora foi calculada a alíquota de 9%, enquanto para as Controladas, a contribuição social foi calculada considerando com base na alíquota em vigor e aplicável para as Controladas.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas vigentes, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros.
As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.
As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas na rubrica de impostos e contribuições no passivo circulante, até o limite do imposto a pagar e em caso de excedente, é registrado no ativo circulante.
Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.
Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação as diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Controladora e de suas Controladas individualmente. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos refletem as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

2.9.1. Regras globais contra a erosão da base tributária

Considerando a legislação aplicável às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (*Global Anti-Base Erosion Rules* - GloBE), ou Pilar 2 da OCDE, implementada no Brasil por meio da Lei nº 15.079/2024 e regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 2.228/2024 e Instrução Normativa RFB nº 2.282/2025, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, a Companhia realizou análises com o objetivo de avaliar o seu enquadramento e o atendimento aos requisitos estabelecidos pelas normas.
Dessa forma, com base nas informações atualmente disponíveis e conforme as metodologias de cálculo definidas pela Instruções normativas da Receita Federal Brasil, a Companhia não está, neste momento, sujeita à incidência do Adicional da CSLL relacionado ao Pilar 2, uma vez que sua carga tributária efetiva já supera o limite mínimo global de 15% estabelecido pelas regulamentações aplicáveis.
A Companhia seguirá acompanhando o tema, com o objetivo de assegurar plena conformidade com a legislação vigente, bem como com eventuais regulamentações ou orientações futuras.

2.9.2. Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 132, no âmbito da Reforma Tributária sobre o Consumo. A norma institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), estabelecendo um novo modelo de tributação sobre o consumo no Brasil, com implementação gradual ao longo do período de transição.
A Companhia está enquadrada no regime geral do novo modelo de tributação sobre o consumo. Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, as alíquotas definitivas do IBS e da CBS aplicáveis ao regime geral ainda não foram publicadas.
A Companhia encontra-se em processo contínuo de monitoramento e avaliação das normas relacionadas à Reforma Tributária e espera dimensionar os possíveis impactos financeiros ao longo do exercício de 2026, à medida que os órgãos competentes emitam as regulamentações complementares e disponibilizem as informações necessárias para a realização dos cálculos.

2.10. Operações de arrendamento

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.
Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.
O reconhecimento pelo valor presente de contratos de arrendamentos com prazos superiores a 12 meses e com valores substanciais para os arrendatários. A forma de apresentação obedece aos critérios de reconhecimento de um ativo de direito de uso pelo valor presente e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de depreciação do ativo e amortização e despesa financeira oriundas dos juros a transcorrer sobre o passivo.
Os ativos de direito de uso (contrato de aluguel de imóvel) são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando eventuais renovações ou cancelamentos. O valor presente dos pagamentos de arrendamentos é calculado de acordo com taxa de juros de mercado.
Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.
Os ativos de direito de uso são mensurados: por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: o Grupo aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis. O Grupo testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.
A Companhia aplicou as isenções previstas no CPC 06 (R2) e não reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos com prazo remanescente inferior a 12 meses na data de aplicação inicial; e arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor.

2.11. Normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações emitidas, não adotadas ou ainda não vigentes pela SUSEP, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

CPC 51/ IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis:

Em abril de 2024, o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu o IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, correspondente ao CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, que substituirá o IAS 1 - *Presentation of Financial Statements* (CPC 26). A norma estabelece requisitos revisados para a apresentação das demonstrações financeiras, incluindo a introdução de subtotais obrigatórios na demonstração do resultado, maior padronização na classificação de receitas e despesas, e aprimoramentos nos requisitos de divulgação.
O IFRS 18/CPC 51 é aplicável para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada, observada a necessidade de aprovação e referendo pelos órgãos reguladores competentes. As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foram elaboradas de acordo com esta norma.
A Administração avaliou preliminarmente os potenciais impactos decorrentes da adoção do IFRS 18/CPC 51 nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, considerando que a Companhia atua no setor de seguros e é regulada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Com base nessa avaliação, não são esperados impactos relevantes nos critérios de reconhecimento ou mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, uma vez que a norma trata essencialmente de aspectos de apresentação e divulgação. Eventuais impactos estarão limitados à forma de apresentação da demonstração do resultado e às divulgações adicionais requeridas, sujeitos à regulamentação específica aplicável ao setor.
A Companhia continuará acompanhando a evolução das orientações emitidas pelo IASB, pelo CPC e pela SUSEP, avaliando oportunamente os efeitos da adoção do IFRS 18/CPC 51, quando de sua incorporação ao arcabouço regulatório aplicável.

2.12. Contratos de seguros e resseguros

O Grupo aplicou, inicialmente, o CPC 50/IFRS 17, incluindo quaisquer alterações consequentes a outras normas, a partir de 1º de janeiro de 2023. Essas normas trouxeram alterações significativas na contabilização de contratos de seguros e resseguros.
O Grupo tem aplicado as políticas contábeis descritas nessa Nota Explicativa a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.12.1. Reconhecimento, mensuração e apresentação de contratos de seguros e resseguros

A IFRS 17 estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e resseguro. Ela introduz um modelo de mensuração de grupos de contratos com base nas estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera surgirem à medida que o Grupo cumprir os contratos, e um ajuste explícito de risco para o risco não financeiro.
De acordo com a IFRS 17, a receita de seguros em cada período de apresentação representa as mudanças nos passivos de cobertura remanescente que se referem a serviços para os quais o Grupo espera receber contraprestação e uma alocação de prêmios que se referem à recuperação de fluxos de caixa de aquisição de seguros.
Além disso, os componentes de investimento, se houver, não são mais incluídos nas despesas de receita de seguros e serviços de seguros. As receitas e despesas financeiras de seguros, desagregadas entre o resultado e ORA são apresentadas separadamente das despesas de receita de seguros e serviços de seguro.

2.12.2. Separação dos componentes dos contratos de seguro

No início, o Grupo separa os seguintes componentes de um contrato de seguro ou de resseguro e realiza a contabilização deles como se fossem instrumentos financeiros autônomos:
a. Derivativos embutidos no contrato, cujas características econômicas e riscos não estão estreitamente relacionadas com aqueles do contrato principal e cujos termos não atenderiam à definição de contrato de seguro ou resseguro como instrumento autônomo. No caso até o momento o Grupo não possui nenhum contrato com essas características.
b. Componentes de investimento claramente diferentes: isto é, componentes de investimento que não são altamente interrelacionados com os componentes de seguro e para os quais os contratos com condições equivalentes são vendidos, ou poderiam ser vendidos, separadamente no mesmo mercado ou na mesma jurisdição. No caso até o momento o Grupo não possui nenhum contrato com essas características.
Após a separação de quaisquer componentes do instrumento financeiro, o Grupo separa quaisquer promessas de transferir aos segurados produtos ou serviços claramente diferentes além da cobertura de seguros e serviços de investimento e realiza a sua contabilização como contratos separados com clientes (isto é, não como contratos de seguro).
Um produto ou serviço é claramente diferente caso o segurado possa beneficiar-se dele, seja pelo produto ou serviço em si ou através de outros recursos que estejam prontamente disponíveis ao segurado.
Um produto ou serviço não é claramente diferente e é contabilizado juntamente com o componente de seguro caso os fluxos de caixa e os riscos associados ao produto ou ao serviço sejam altamente inter-relacionados com os fluxos de caixa e os riscos associados ao componente de seguro, e o Grupo preste um serviço significativo de integração do produto ou do serviço com o componente de seguro.
A Companhia fez um mapeamento dos serviços dentro de contratos de seguro e em um primeiro passo separou os serviços que não são diferentes segundo a norma e os restantes são irrelevantes desde um ponto de vista de materialidade.

2.12.3. Agregação e reconhecimento de contratos de seguros

a. Contratos de Seguros

Os contratos de seguro são agregados em grupos para fins de mensuração. Os grupos de contratos de seguro são determinados por meio da identificação de carteiras de contratos de seguro, cada um compreendendo contratos sujeitos a riscos semelhantes e geridos em conjunto, dividindo cada carteira em cortes anuais (ou seja, por ano de emissão) e cada corte anual em até três grupos baseados na rentabilidade dos contratos:
• Quaisquer contratos onerosos no reconhecimento inicial;
• Quaisquer contratos que, no reconhecimento inicial, não tenham possibilidade significativa de tornarem-se onerosos posteriormente;
• Todos os contratos remanescentes de corte anual.
Um contrato de seguro emitido pelo Grupo é reconhecido desde:
• O início de seu período de cobertura (isto é, o período durante o qual o Grupo presta serviços com relação a quaisquer prêmios na fronteira do contrato);
• Quando o primeiro pagamento do segurado vencer ou, caso não haja data contratual de vencimento, quando for recebido do segurado;
• Quando fatos e circunstâncias indicarem que o contrato é oneroso.
Um contrato de seguro adquirido em uma transferência de contratos ou em uma combinação de negócios é reconhecido na data da aquisição.
Quando o contrato é reconhecido, ele é adicionado a um grupo existente de contratos ou, caso o contrato não se qualifique para inclusão em um grupo existente, ele forma um novo grupo ao qual contratos futuros serão adicionados.
Grupos de contratos são estabelecidos no reconhecimento inicial e, uma vez que todos os contratos tenham sido adicionados ao grupo, a sua composição não é revisada.
Após análise dos produtos da Companhia conforme direcionamentos da norma, mencionados acima, foram estabelecidos os seguintes portfolios:
• *Auto Caixa*
• *Riscos Diversos*
• *Riscos de Engenharia*
• *Hipotecário MIP*
• *Hipotecário DFI*
• *Crédito e Garantia*
• *Auto Youse*
• *Residencial Youse*
• *Vida Youse*
• *Saúde*

b. Contratos de Resseguro

De forma similar ao que ocorre com os contratos de seguros, os contratos de resseguro são considerados de forma agrupada. Alguns contratos de resseguro oferecem cobertura para contratos subjacentes que são incluídos em agrupamentos diferentes. No entanto, o Grupo conclui que a forma legal de um único contrato de resseguro reflete a essência dos direitos e obrigações contratuais do Grupo, considerando que as diferentes coberturas expiram em conjunto e não são vendidas separadamente.
Em função disso, o contrato de resseguro não é separado em múltiplos componentes de seguro que se referem a diferentes grupos subjacentes.
Um agrupamento de contratos de resseguro é reconhecido na data seguinte:
• Contratos de resseguro iniciados pelo Grupo, que oferecem cobertura proporcional: a data em que qualquer contrato de seguro subjacente é reconhecido inicialmente;
• Outros contratos de resseguro iniciados pelo Grupo: o início do período de cobertura do agrupamento de contratos de resseguro;
• Contratos de resseguro adquiridos: a data de aquisição.

2.12.4. Fluxos de caixa para aquisição de seguros

Os fluxos de caixa para aquisição de seguros são alocados a grupos de contratos de seguro por meio de método sistemático e racional, e eles consideram, de forma imparcial, todas as informações razoáveis e passíveis de suporte que estejam disponíveis sem custo ou esforço indevido.
Caso os fluxos de caixa da aquisição para a aquisição de seguros sejam diretamente atribuíveis a um grupo de contratos (por exemplo, comissões não restituíveis pagas na emissão de um contrato), então eles são alocados àquele grupo.
Caso os fluxos de caixa para aquisição de seguros sejam diretamente atribuíveis a uma carteira, mas não a um grupo de contratos, os fluxos de caixa são alocados a grupos da carteira por meio de método sistemático e racional.

2.12.5. Limites Contratuais

A mensuração de um grupo de contratos inclui todos os fluxos de caixa futuros dentro dos limites contratuais de cada contrato no grupo, determinada como segue:

a. Contratos de seguros

Os fluxos de caixa estão dentro dos limites contratuais se surgirem de direitos e obrigações substantivos que existem durante o período de relatório em que o Grupo pode obrigar o detentor da apólice a pagar prêmios ou tem uma obrigação substantiva de prestar serviços (incluindo cobertura de seguro e quaisquer serviços).
Uma obrigação substantiva de prestar serviços termina quando:
• O Grupo tem a capacidade prática de reavaliar os riscos do segurado em particular e pode estabelecer um preço ou um nível de benefícios que reflita integralmente os riscos reavaliados.
• O Grupo tem a capacidade prática de reavaliar os riscos da carteira que contém o contrato e pode estabelecer um preço ou nível de benefícios que reflita integralmente os riscos dessa carteira. A precificação dos prêmios até a data de reavaliação não leva em consideração riscos que se referem a períodos após a data de reavaliação.
A reavaliação de riscos considera somente os riscos transferidos dos segurados para o Grupo.

b. Contratos de resseguros

Os fluxos de caixa estão dentro dos limites contratuais se surgirem de direitos e obrigações substantivos que existem durante o período do balanço em que o Grupo é obrigado a pagar valores ao ressegurador ou tem o direito substantivo de receber serviços do ressegurador.
Um direito substantivo de recebimento de serviços do ressegurador termina quando o ressegurador:
• Tem a capacidade prática de reavaliar os riscos transferidos a ele e pode estabelecer um preço ou nível de benefícios que reflita integralmente os riscos reavaliados;
• Tem direito substantivo de encerrar a cobertura;
O limite do contrato é reavaliado em cada data do balanço para incluir o efeito de mudanças nas circunstâncias sobre os direitos e as obrigações substantivos do Grupo e, portanto, pode mudar ao longo do tempo.

2.12.6. Mensuração - Contratos mensurados na BBA *(Building Block Approach)*

a. Contratos de seguro - Mensuração Inicial

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um grupo de contratos de seguro como o total (a) dos fluxos de caixa do cumprimento contratual, que compreendem estimativas dos fluxos de caixa futuros, ajustados para refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos financeiros associados, e o ajuste ao risco para o risco não financeiro; e (b) a CSM (Margem de serviço contratual). Os fluxos de caixa do cumprimento contratual de um grupo de contratos de seguro não refletem o risco de não desempenho do Grupo.
Os fluxos de caixa futuros para um grupo de contratos de seguro são projetados em um modelo determinístico a partir dos contratos em vigor na data-base e as principais premissas de projeção foram:
• Sinistralidade: foram utilizadas tábuas de mortalidade, invalidez, frequência e severidade de sinistro e rateio de sinistralidade dependendo o produto;
• Comissionamento: níveis de comissionamento definidos por produto;
• Taxa de cancelamento;
• Despesas relacionadas aos contratos de seguros: outras despesas de comercialização, despesas operacionais e administrativas atribuíveis aos contratos e tributos;
• Leis de desenvolvimento de sinistros.
Essas premissas são calculadas a partir do histórico da Companhia e são atualizadas e acompanhadas periodicamente assim como também são analisadas as diferenças entre a projeção e os valores observados/reais.
Para refletir o valor do dinheiro no tempo a Companhia estabelece uma curva de juros, a norma indica duas metodologias possíveis, *Bottom-Up e Top-Down*. A Companhia utiliza a metodologia *Bottom-up,* partindo de uma curva livre de risco e adicionando um prêmio de risco que captura as características de *duration* e liquidez dos passivos.
O ajuste de risco para um grupo de contratos de seguro, determinado separadamente das outras estimativas, é a compensação necessária para suportar a incerteza sobre o valor e a época dos fluxos de caixa que surgem do risco não financeiro. A norma não estabelece uma metodologia específica, só umas diretrizes mínimas. A Companhia optou por utilizar uma metodologia de aplicação de choques técnicos no fluxo de caixa do cumprimento contratual que são correlacionados para chegar no valor final do ajuste de risco. O nível de confiança utilizado para os choques é 80% e os riscos técnicos considerados são taxas de mortalidade, longevidade, invalidez, cancelamento, despesas relacionadas aos contratos de seguro, catástrofe, sinistros não vida e risco de sinistros já incorridos.
A CSM *(Contractual Service Margin)* de um grupo de contratos de seguro representa o lucro não realizado que o Grupo reconhecerá conforme ele preste serviços de acordo com esses contratos. No reconhecimento inicial de um grupo de contratos de seguro, caso o total (a) dos fluxos de caixa do cumprimento contratual, (b) de quaisquer fluxos de caixa resultantes naquela data, e (c) o valor do ajuste de risco para risco não financeiro, ser uma entrada líquida, então o grupo não é oneroso. Nesse caso, a CSM é mensurada como o valor igual e oposto à entrada líquida, o que não resulta em receitas ou despesas resultantes do reconhecimento inicial.
Se o total for uma saída líquida, o grupo é oneroso. Nesse caso, a saída líquida é reconhecida como uma perda no resultado, ou como um ajuste no ágio ou no ganho em uma compra negociada caso os contratos sejam adquiridos em uma combinação de negócios. Um componente de perda é criado para descrever o valor da saída líquida de caixa, que determina os valores que serão posteriormente apresentados no resultado como reversões de perdas em contratos onerosos e serão excluídos da receita de seguros.
Todos os portfolios de contratos de seguros foram classificados no modelo BBA.

b. Contratos de seguro - Mensuração subsequente

O valor contábil de um grupo de contratos de seguro em cada data-base é a soma da responsabilidade pela cobertura remanescente e pelos sinistros incorridos. O passivo para a cobertura remanescente inclui (a) os fluxos de caixa do cumprimento contratual que correspondem aos serviços que serão prestados nos termos dos contratos em períodos futuros, (b) o ajuste de risco para risco não financeiro para períodos futuros e (c) qualquer CSM remanescente nessa data.
O passivo por sinistros ocorridos inclui a realização de fluxos de caixa para sinistros incorridos e despesas que ainda não foram pagas, incluindo sinistros incorridos, mas ainda não avisados, mais um ajuste de risco para risco não financeiro referente a eventos já ocorridos. Para calcular esse passivo a Companhia calcula o fluxo de caixa de pagamento desses sinistros utilizando leis de ocorrência-aviso e aviso-pagamento calculadas a partir do histórico de cada portfólio.
Os fluxos de caixa do cumprimento contratual dos grupos de contratos de seguro são mensurados na data do balanço utilizando estimativas atuais de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto atuais e estimativas atuais do ajuste ao risco para o risco não financeiro. As mudanças nos fluxos de caixa do cumprimento contratual são reconhecidas como segue.
• Alterações relacionadas aos serviços futuros: Ajustadas em relação à CSM (ou reconhecidas na prestação de serviços de seguros com impacto no resultado caso o grupo seja oneroso);
• Alterações relacionadas a serviços atuais ou passados: Reconhecidas na prestação de serviços de seguro com impacto no resultado;
• Efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e mudanças nesses nos fluxos de caixa futuros estimados: Reconhecidas como receitas ou despesas financeiras de seguros. Podendo ser em resultado ou ORA no caso de mudança na taxa de juros.
A CSM de cada grupo de contratos é calculada a cada data de apresentação das demonstrações financeiras, como segue.
(i) Contratos de seguro sem características de participação direta
O valor contábil da CSM em cada data-base é o valor contábil no início do exercício, ajustado por:
• CSM de quaisquer novos contratos que sejam adicionados ao grupo no exercício;
• Juros acumulados sobre o valor contábil da CSM durante o exercício, mensurados às taxas de desconto em fluxos de caixa nominais que não variam com base nos retornos de quaisquer itens subjacentes determinados no reconhecimento inicial;
Mudanças nos fluxos de caixa do cumprimento contratual que se relacionam a serviços futuros, exceto na medida em que:
• Quaisquer aumentos nos fluxos de caixa do cumprimento contratual excedem o valor contábil da CSM, caso em que o excesso é reconhecido como uma perda no resultado, criando um componente de perda;
• Quaisquer diminuições nos fluxos de caixa do cumprimento contratual sejam alocadas ao componente de perda, revertendo perdas anteriormente reconhecidas no resultado;
• O valor reconhecido como receita de seguro em função dos serviços prestados no exercício.
As mudanças nos fluxos de caixa do cumprimento contratual que se referem a serviços futuros compreendem:
• Ajustes de experiência decorrentes de prêmios recebidos no exercício, relacionados a serviços futuros e respectivos fluxos de caixa, mensurados às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial;
• Mudanças nas estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros no passivo de cobertura remanescente, mensuradas às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial, exceto aquelas que surgem dos efeitos do valor do dinheiro no tempo, do risco financeiro e suas mudanças;
• Mudanças no ajuste ao risco para o risco não financeiro que se relacionem a serviços futuros.
(ii) Contratos de seguro com características de participação direta
O grupo não possui esse tipo de contratos.

c. Contratos de resseguros

Atualmente o Grupo não possui nenhum contrato de resseguro mensurado como BBA.

2.12.7. Mensuração - Contratos mensurados na PAA (*Premium Allocation Approach*)

O Grupo aplica a PAA *(Premium Allocation Approach)* para simplificar a mensuração de contratos no resseguro por se tratar de contratos de 12 meses de duração. Na mensuração dos passivos para cobertura remanescente, a PAA é semelhante ao tratamento contábil anterior do Grupo.

a. Contratos de resseguros

No reconhecimento inicial de cada grupo de contratos, o valor contábil do passivo por cobertura remanescente é mensurado pelos prêmios recebidos na data de reconhecimento do contrato (início de vigência), deduzidos de quaisquer fluxos de caixa de aquisição de seguros alocados ao grupo naquela data. Posteriormente, o valor contábil da obrigação para a cobertura remanescente é acrescido por quaisquer prêmios recebidos e pela amortização dos fluxos de caixa da aquisição de seguros reconhecidos como despesas e deduzido pelo valor reconhecido como receita de seguro para serviços prestados e quaisquer fluxos de caixa adicionais de aquisição de seguros alocados após o reconhecimento inicial.
No reconhecimento inicial de cada agrupamento de contratos, o Grupo espera que o tempo entre a prestação de cada parte dos serviços e a data do vencimento do prêmio correspondente não seja superior a um ano. Dessa forma, o Grupo optou por não ajustar o passivo de cobertura remanescente para refletir o valor do dinheiro no tempo e o efeito do risco financeiro.
Para que contratos de seguros possam ser classificados como PAA é necessário que não sejam onerosos, mas no caso do resseguro esse requisito não é necessário já que sempre é esperado ter mais saídas do que entradas pela contratação de resseguro.
O Grupo reconhece a responsabilidade por sinistros incorridos de um grupo de contratos de seguro pelo valor dos fluxos de caixa de cumprimento contratual relacionados a sinistros incorridos. Os fluxos de caixa futuros são descontados (a taxas atuais), a menos que se espere que sejam pagos em um ano ou menos a partir da data em que os sinistros sejam incorridos.

2.12.8. Desreconhecimento e modificação de contrato

O Grupo desreconhece um contrato quando ele é extinto — isto é, quando as obrigações especificadas no contrato expiram ou são retiradas ou canceladas. O Grupo também desreconhece um contrato se suas condições forem modificadas de uma forma que teria mudado a contabilização do contrato significativamente se as novas condições tivessem sempre existido, nesse caso um novo contrato baseado nos termos modificados é reconhecido. Se uma modificação de contrato não resultar em desreconhecimento, o Grupo tratará as mudanças nos fluxos de caixa, causadas pela modificação, como mudança nas estimativas dos fluxos de caixa de cumprimento contratual.
No desreconhecimento de um contrato de dentro de um grupo de contratos não mensurados de acordo com a PAA:
a. Os fluxos de caixa de cumprimento contratual alocados ao Grupo são ajustados para eliminar aqueles relacionados aos direitos e às obrigações desreconhecidos;
b. A CSM do Grupo é ajustada pela mudança nos fluxos de caixa de cumprimento contratual, exceto quando tais mudanças são alocadas a um componente de perda;
c. A quantidade de unidades de cobertura para os serviços remanescentes esperados é ajustada para refletir as unidades de cobertura desreconhecidas do Grupo.
Caso um contrato seja desreconhecido porque é transferido a um terceiro, então o CSM também é ajustado pelo prêmio cobrado pelo terceiro, a menos que o grupo seja oneroso. Se um contrato for desreconhecido porque seus termos são modificados, então a CSM também é ajustada pela variação que essa mudança gerou nos fluxos de caixa de cumprimento.

2.12.9. Estimativa da Taxa de Desconto

Para a mensuração das obrigações contratuais de seguro, a Companhia utiliza taxas de desconto que refletem as características de liquidez, prazo e moeda dos fluxos de caixa projetados. Em conformidade com a norma, a taxa de desconto é determinada por meio da abordagem *bottom-up*.

a) Metodologia de Composição (Abordagem *Bottom-up*)

A taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa que não variam conforme o rendimento de ativos subjacentes é calculada pela soma de dois componentes principais:
Taxa de desconto = Taxa livre de risco + Prêmio de Iliquidez

b) Taxa Livre de Risco (*Risk-Free Rate* - RFR)

A estrutura a termo de taxas de juros livre de risco é estimada seguindo a metodologia da EIOPA (*European Insurance and Occupational Pensions Authority*). Esta metodologia utiliza taxas de mercado observáveis para prazos líquidos e estabelece um ponto de convergência (*UFR - Ultimate Forward Rate*) para prazos longos onde o mercado não possui profundidade suficiente.
As taxas são ajustadas para refletir a realidade econômica da moeda local, garantindo que o valor temporal do dinheiro seja capturado sem a influência de riscos de crédito ou outros fatores não relacionados ao contrato de seguro.

c) Prêmio de Iliquidez (*Illiquidity Premium*)

O prêmio de iliquidez é adicionado à taxa livre de risco para refletir o fato de que os fluxos de caixa dos passivos de seguros geralmente não possuem liquidez imediata, assemelhando-se a ativos financeiros mantidos até o vencimento.

continua

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

→★ continuação

A estimativa baseia-se no conceito de Ajuste de Volatilidade (VA), também fundamentado nas diretrizes da EIOPA. O ajuste é calculado a partir dos retornos e da duração da carteira de títulos públicos que compõem os ativos garantidores das provisões técnicas da Companhia.
O cálculo isola o prêmio de risco de crédito, extraindo apenas o componente de rentabilidade excedente relacionado à iliquidez dos títulos. Isso garante a consistência entre a avaliação dos ativos e a mensuração das obrigações passivas no balanço patrimonial.

2.12.10. Apresentação

As carteiras de contratos de seguro que são ativos e aquelas que são passivos, e carteiras de contratos de resseguro que são ativos e aquelas que são passivos, são apresentadas separadamente no balanço patrimonial.
O Grupo desagrega valores reconhecidos na demonstração do resultado e nos ORA em (a) resultado de um serviço de seguro, compreendendo as receitas de seguros e as despesas de serviços de seguro; e (b) receitas ou despesas financeiras de seguros.
As receitas e despesas das operações de resseguros são apresentadas separadamente das receitas e despesas dos contratos de seguro. As receitas e despesas dos contratos de resseguros que não sejam receitas ou despesas financeiras de seguro são apresentadas em uma base líquida como "despesas líquidas dos contratos de resseguro" no resultado do serviço de seguro.
O Grupo não desagrega variações no ajuste de risco para risco não financeiro entre o resultado do serviço de seguro e as receitas ou despesas financeiras de seguros. Todas as alterações no ajuste de risco para risco não financeiro são incluídas no resultado da prestação de serviços de seguro.
As despesas com receita de seguro e serviços de seguro excluem quaisquer componentes de investimento e são reconhecidas como segue.

a. Receita de seguros - Contratos mensurados de acordo com o BBA

O Grupo reconhece a receita de seguros pela satisfação de suas obrigações de desempenho, ou seja, à medida que presta serviços sob grupos de contratos de seguro. Para contratos não mensurados pela PAA, a receita de seguros relativa à prestação de serviços para cada exercício representa o total das variações no passivo da cobertura remanescente que se referem a serviços para os quais o Grupo espera receber contraprestação, e compreende os seguintes itens:
• Uma liberação da CSM, mensurada com base nas unidades de cobertura fornecidas (veja 'Liberação da CSM', no item "b" a seguir);
• Variações no ajuste de risco para o risco não financeiro relacionado aos serviços atuais;
• A expectativa de despesas com sinistros e outras despesas com a prestação de serviços de seguros incorridas no exercício, geralmente mensuradas pelos valores esperados no início do exercício. Isso inclui valores resultantes do desreconhecimento de quaisquer ativos para fluxos de caixa além dos fluxos de caixa para a aquisição de seguros na data do reconhecimento inicial de um grupo de contratos, os quais são reconhecidos como despesas de receita de seguro e serviços de seguro naquela data;
• Outros valores, incluindo ajustes por experiência de recebimentos de prêmio e custos de aquisição para serviços atuais ou passados para os grupos de contratos com pagamento de prêmio mensal.
Além disso, o Grupo aloca uma parcela de prêmios que se refere à recuperação dos fluxos de caixa para a aquisição de seguros a cada período de forma sistemática com base na curva de reconhecimento da receita.
O Grupo reconhece o valor alocado, ajustado por atualização de juros às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial do respectivo grupo de contratos, como receita de seguro e um valor igual às despesas com serviços de seguro.

b. Liberação da CSM

O valor da CSM de um grupo de contratos de seguro, que é reconhecido como receita de seguro em cada exercício, é determinado pela identificação das unidades de cobertura do grupo, alocando a CSM remanescente no final do exercício (antes de qualquer alocação) igualmente a cada unidade de cobertura fornecida no ano e que deverá ser fornecida em exercícios futuros, e o reconhecimento no resultado do período o valor da CSM alocado às unidades de cobertura fornecidas no exercício.
A quantidade de unidades de cobertura representa a quantidade de serviços prestados pelos contratos do grupo, apurado considerando para cada contrato a quantidade de benefícios prestados e o período de cobertura previsto.
As unidades de cobertura são revisadas e atualizadas a cada data de balanço.
Os serviços prestados aos contratos de seguro incluem a cobertura de seguros.
O período esperado de cobertura reflete as expectativas de descasamentos e de cancelamentos de contratos, assim como a probabilidade de os eventos segurados ocorrerem na extensão em que afetariam o período esperado de cobertura.
A variável escolhida como unidade de cobertura deve refletir a exposição a risco que teve a Companhia durante o período. Pelo tipo de produtos que há dentro da Companhia as duas variáveis utilizadas são, dependendo o portfólio, o somatório dos capitais sob risco e a quantidade de contratos vigentes.

c. Receita de seguros - Contratos mensurados de acordo com a PAA

Para os contratos mensurados de acordo com a PAA, a receita de seguros de cada período representa o montante dos recebimentos de prêmios esperados para a prestação dos serviços no período. O Grupo aloca os recebimentos de prêmios esperados a cada período com base na passagem do tempo. Atualmente apenas os contratos de resseguro do grupo estão mensurados sob essa abordagem.

d. Componentes de perda

Para contratos mensurados de acordo com o BBA, o Grupo estabelece um componente de perda do passivo de cobertura remanescente para grupos onerosos de contratos de seguro. O componente de perda determina os valores dos fluxos de caixa do cumprimento contratual que são posteriormente apresentados no resultado como reversões de perdas em contratos onerosos e são excluídos da receita do seguro quando ocorrem. Quando os fluxos de caixa do cumprimento contratual são incorridos, eles são alocados entre o componente de perda e o passivo por cobertura remanescente excluindo sistematicamente o componente de perda.
A base sistemática é determinada pela proporção do componente de perda relativamente à estimativa total do valor presente das saídas futuras de caixa mais o ajuste ao risco para os riscos não financeiros no início de cada exercício (ou no reconhecimento inicial caso um grupo de contratos seja reconhecido inicialmente no ano).
Variações nos fluxos de caixa do cumprimento contratual relativas a serviços futuros são alocadas somente para o componente de perda. Caso o componente de perda seja reduzido a zero, então qualquer excesso sobre o valor alocado ao componente de perda cria uma CSM para o grupo de contratos.

e. Despesas com prestação de serviços de seguros

Despesas de prestação de serviços de seguro resultantes de contratos de seguro são reconhecidas no resultado de forma geral à medida que são incorridas. Elas excluem os pagamentos de componentes de investimento e compreendem os seguintes itens:
• Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro;
• Amortização dos fluxos de caixa para aquisição de seguros: Para contratos não mensurados de acordo com a PAA, isso é igual ao valor da receita de seguros reconhecida no exercício que se refere à recuperação dos fluxos de caixa para a aquisição de seguros. Para contratos mensurados de acordo com a PAA, o Grupo amortiza os fluxos de caixa para aquisição de seguros de forma linear ao longo do período de cobertura do grupo de contratos;
• Perdas em contratos onerosos e reversões desses prejuízos;
• Ajustes dos passivos para sinistros incorridos que não surgem dos efeitos do valor do dinheiro no tempo, do risco financeiro e suas mudanças.

f. Despesas líquidas com contratos de resseguros

As despesas líquidas com contratos de resseguro compreendem alocação de prêmios de resseguros pagos deduzidos dos valores recuperados junto às resseguradoras. O Grupo reconhece uma alocação de prêmios de resseguro pagos no resultado à medida que recebe serviços sob grupos de contratos de resseguro.
Para os contratos mensurados de acordo com a PAA, a alocação dos prêmios de resseguros pagos por cada período é o valor dos pagamentos esperados de prêmios referentes ao recebimento dos serviços no período.

g. Receitas e despesas financeiras de seguros

As receitas e despesas financeiras de seguros compreendem variações nos valores contábeis dos contratos de seguro e resseguro resultantes dos efeitos do valor do dinheiro no tempo, do risco financeiro. O Grupo optou por desagregar receitas ou despesas financeiras de seguros entre o resultado e outros resultados abrangentes (ORA). O valor incluído no resultado é determinado por uma alocação sistemática do total esperado de receitas ou despesas financeiras de seguros ao longo da duração do grupo de contratos. A alocação sistemática é determinada utilizando as taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial do grupo de contratos (taxa *locked-in*). Os valores apresentados em ORA são acumulados na reserva financeira de seguros e surgem dos efeitos no valor presente do fluxo de caixa de cumprimento da mudança das taxas de juros.

2.12.11. Transição

Em 1º de janeiro de 2022, o Grupo aplicou as seguintes abordagens para identificar e mensurar certos grupos de contratos nos segmentos de vida e não-vida, na transição para a IFRS 17.

Segmento	Portfolio	Safras	Abordagem de Transição
Não-vida	Auto Caixa	Todas até 2021	FVA
Não-vida	Riscos Diversos	Todas até 2021	FVA
Não-vida	Riscos de Engenharia	Todas até 2021	FVA
Não-vida	Hipotecario MIP	Até 2009	FVA
Não-vida	Hipotecario MIP	De 2010 a 2021	MRA
Não-vida	Hipotecario DFI	Até 2009	FVA
Não-vida	Hipotecario DFI	De 2010 a 2021	MRA
Não-vida	Crédito e Garantia	Todas até 2021	FVA
Não-vida	Auto Youse	Todas até 2021	FVA
Não-vida	Residencial Youse	Todas até 2021	FVA
Vida	Vida Youse	Todas até 2021	FVA

O Grupo não aplicou para nenhum portfolio a abordagem retrospectiva completa dado a impraticabilidade do método.

a. Contratos de seguro - Abordagem retrospectiva modificada (MRA)

O objetivo da abordagem retrospectiva modificada era alcançar o resultado mais próximo possível da aplicação retrospectiva completa utilizando informações razoáveis, e com comprovação disponível, sem custo ou esforço indevido.
O Grupo aplicou a isenção para utilização de safras anuais e separou as informações históricas das vendas de hipotecário entre 2010 e 2021 a partir de registros conciliados com valores efetivamente contabilizados na época.
O ajuste de risco para o risco não financeiro, no reconhecimento inicial, foi determinado ajustando o valor em 1º de janeiro de 2022 em relação a um driver que foi o valor presente dos fluxos de caixa de cumprimento sem considerar entradas de caixa calculado em cada data base até chegar a 2010, esse driver se mostra razoável para medir a exposição a risco e o nível de incerteza que há nos fluxos.
O fluxo de caixa de cumprimento sem entradas de caixa entre a data de reconhecimento inicial e 1º de janeiro de 2022 foi calculada complementando a informação de projeção a partir de 2022 e informações reais entre 2010 e 2021.
O valor da CSM reconhecida no resultado antes de 1º de janeiro de 2022 foi determinado considerando as unidades de cobertura reais entre o reconhecimento inicial e 1º de janeiro de 2022 e as unidades de cobertura esperadas futuras.

b. Contratos de seguros- Abordagem do valor justo (FVA)

De acordo com a abordagem do valor justo, a CSM (ou componente de perda) em 1º de janeiro de 2022 era determinada como a diferença entre o valor justo de um grupo de contratos naquela data e os fluxos de caixa de cumprimento contratual naquela data.
Para todos os contratos mensurados sob a abordagem de valor justo, o Grupo utilizou informações razoáveis, e com comprovação, disponíveis em 1º de janeiro de 2022. O Grupo aplicou a isenção para utilização de safras anuais.
O Grupo aplicou IFRS 13 para avaliar o valor justo dos passivos, se valendo de um cálculo já feito para um dos acionistas que é o *Best Estimate* da norma *Solvency II*.
As premissas de cálculo do *Fair Value* são as mesmas que para os fluxos de caixa de cumprimento do IFRS 17, exceto por: (i) curva de juros, para o qual foi utilizada uma curva compatível com IFRS 13, (ii) alocação da totalidade de despesas, sendo que nos fluxos de caixa de cumprimento se colocam unicamente as despesas atribuíveis, e (iii) diferenças de metodologia entre a *Risk Margin* e o ajuste de risco para capturar a incerteza dos fluxos.

c. Fluxos de caixa para aquisição de seguros - Abordagem retrospectiva modificada

Os ajustes na CSM de grupos de contratos reconhecidos em 1º de janeiro de 2022 e os ativos para fluxos de caixa para aquisição de seguros para grupos futuros esperados foram determinados como zero.

d. Fluxo de caixa para aquisição de seguros - Abordagem do valor justo

Os ajustes na CSM de grupos de contratos reconhecidos em 1º de janeiro de 2022 e os ativos para fluxos de caixa para aquisição de seguros para grupos futuros esperados foram determinados como zero.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC e IFRS, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.
• Notas 2.4 e 6 - Ativos Financeiros (instrumentos financeiros);
• Nota 2.11 e 15 - Contratos de seguros e resseguros;
• Nota 7 - Títulos e créditos a receber;
• Nota 9 - Ativos fiscais e passivos diferidos; e
• Nota 18 - Provisões para processos judiciais.

4. Gerenciamento de riscos

A implementação do Acordo de Basiléia II, nas diretrizes formuladas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), foi acompanhada pela SUSEP, através da divulgação da Circular nº 648, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores divulgadas na Circular nº 678, de 10 de outubro de 2022, e pelo Banco Central através da Resolução nº 4.557, de 23/02/2017 e suas alterações posteriores divulgadas na Resolução nº 4.943, de 15 de setembro de 2021. Ambas as normas exigem a implantação de estruturas de gestão de riscos, seguindo critérios mínimos específicos como a criação do cargo de Gestor de Riscos (*Chief Risk Officer*), independente, assegurando a função de liderança no sistema de gestão de riscos.
A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor.
O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, subscrição, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.
A Diretoria de Riscos e Controles Internos da Companhia CNP Seguros Holding Brasil foi criada em respeito à exigência normativa e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.
As principais responsabilidades da Diretoria de Riscos e Controles Internos são:
• Definir a visão estratégica do Risk Appetite;
• Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos;
• Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão monitorar sua implementação dentro de Unidades de Negócios/filiais e áreas centralizadas;
• Manter a alta administração da CNP Seguros Holding Brasil informada sobre a evolução do perfil de risco do grupo;
• Revisar e aprovar as políticas de subscrição, resseguro e investimento, levando em consideração os procedimentos referentes a Solvência II, ORSA e IFRS;
• Elaborar, o dashboard (painel de riscos), destinado à alta Gestão, Acionistas, Comitês de Riscos e Comitê de Auditoria, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da Companhia;
• Promover o risco na cultura do Grupo para a tomada de decisões, de acordo com as políticas do Grupo.
No que tange regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.
Com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a Diretoria de Riscos e Controles Internos organiza regularmente vários comitês, sendo eles, os *Comitês d'Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), de Investimentos, Riscos Operacionais e Controles Internos, de Crise e de Incidentes de Segurança.
A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.
Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.
Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se:
(i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna;
(ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, às questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

4.1. Risco de seguro

4.1.1. Riscos inerentes

Risco inerente é a hipótese de ocorrência de irregularidades, equívocos ou mesmo grandes erros capazes de comprometer uma atividade.
O Grupo dispõe de grande diversidade de produtos vida e não-vida para pessoas físicas e jurídicas. Neste ambiente, os riscos inerentes às atividades da Companhia são:
a. Risco estratégico - Falta de capacidade em proteger-se, adaptar-se ou antecipar-se a mudanças (econômicas, tecnológicas, mercadológicas etc.) que possam impedir o alcance dos objetivos e metas estabelecidas.
b. Risco atuarial - Metodologias e/ou cálculos incorretos da tarifação do seguro, pela insuficiência da manutenção de tabelas de preços, bem como de reajustes periódicos a serem aplicados nas apólices, e pela inadequada constituição das provisões técnicas.
c. Risco climático - Perdas não esperadas decorrentes de eventos climáticos de grande escala como por exemplo alagamentos, chuvas, vendavais etc.
A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor.

4.1.2. Controle do risco de seguro

A Gestão de Riscos permite que os riscos de seguro sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados através de um forte mecanismo de controle implantado, incluindo funções de gerenciamento de risco, funções de controle interno e funções de auditorias internas e externas.
A Companhia conta com um regime de alçadas delineado e com padrões de operação bem definidos por meio de normas, procedimentos e atribuições bem descritos, divulgados e monitorados. Além disso, a Companhia dispõe de políticas de subscrição de risco, de prevenção à fraude, lavagem de dinheiro, e segurança da informação (implantadas e monitoradas), e com o trabalho de profissionais de risco e conformidade designados, conhecedores de suas atribuições e atuantes em todas as áreas.

4.1.3. Estratégia de subscrição

A política de subscrição da Companhia abrange todos os ramos de seguros operados e considera a experiência histórica e premissas atuariais na avaliação de viabilidade dos produtos. A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

4.1.4. Estratégia de resseguro

A estratégia de resseguro da Companhia é baseada numa estrutura central de contratos por risco e catastróficos que se aplicam de forma corporativa a riscos de diversas carteiras de seguros, sendo segregados principalmente em Vida e Não-Vida, exceção feita ao contrato *umbrella*, que provê cobertura para eventos de grande porte para Vida e Não-Vida de forma conjunta ou isolada. Ao redor dessa estrutura central, contratos de menor porte são direcionados à cobertura de riscos específicos, sendo negociados caso a caso, normalmente em modalidade proporcional, podendo a parceria com um ou mais resseguradores destinar-se à aquisição de conhecimento e sua posterior solidificação dentro do Grupo.
Enquanto o atendimento ao ambiente regulatório e às diretrizes da Política de Resseguro são observados em toda a sua abrangência para todo e qualquer contrato, o Grupo adota uma postura de risco prudente e conservadora, privilegiando a retenção de prêmios pela seguradora, por meio da calibragem fina dos parâmetros de retenção e cessão em resseguro. Essa estratégia encontra seu complemento na Política de Subscrição do Grupo, focada em resguardar a seguradora quanto ao risco técnico e de imagem. Como prática de subscrição, o Grupo não atua como líder na linha dos chamados riscos especiais, que abrangem os segmentos de seguros Rurais, Garantia, Riscos de Engenharia Grupo II, Responsabilidade Civil, Riscos Operacionais e Nomeados, Transportes, Valores, Obras de Arte, Cascos (*Aviation e Marine*) ou, de modo geral, todo e qualquer risco ou atividade excluídos dos contratos de resseguro corporativos.
O quadro a seguir apresenta, por contrato de resseguro, as carteiras cobertas, os resseguradores e seus respectivos *ratings*:

Contrato	Carteiras	Ressegurador	Participação ressegurador	Exposição do ressegurador	*Rating (i)*	Condição
PATED2324CAT0001	Habitacional/ DFI, Engenharia, MR Empresarial, Residencial, Auto	IRB Brasil Resseguros S/A	15%	10.650.000	A-	LOCAL
		Liberty Managing Agency Limited (Lloyd's)	10%	7.100.000	A	EVENTUAL
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	20%	14.200.000	A	LOCAL
		Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55%	39.050.000	A+	LOCAL
PATED2324RIS0001	Habitacional/ DFI, Engenharia, MR Empresarial, Residencial	IRB Brasil Resseguros S/A	15%	2.700.000	A-	LOCAL
		Liberty Managing Agency Limited (Lloyd's)	10%	1.800.000	A	EVENTUAL
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	20%	3.600.000	A	LOCAL
		Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55%	9.900.000	A+	LOCAL
PATED2324RIS0002	Habitacional/ DFI, Engenharia, MR Empresarial, Residencial	IRB Brasil Resseguros S/A	15%	12.750.000	A-	LOCAL
		Liberty Managing Agency Limited (Lloyd's)	10%	8.500.000	A	EVENTUAL
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	20%	17.000.000	A	LOCAL
		Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55%	46.750.000	A+	LOCAL
UMBED2324CAT0001	Habitacional, Engenharia, MR Empresarial, Residencial, Auto, Vida Individual	IRB Brasil Resseguros S/A	20%	15.000.000	A-	LOCAL
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	25%	18.750.000	A	LOCAL
		Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55%	41.250.000	A+	LOCAL
VIDED2324CAT0001/2	Habitacional/ MIP, Vida Individual	Hannover Rück SE	25%	18.062.500	A+	ADMITIDO
		Austral Resseguradora do Brasil S/A	10%	7.225.000	A-	LOCAL
		IRB Brasil Resseguros S/A	15%	10.837.500	A-	LOCAL
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	50%	36.125.000	A	LOCAL
PATCP2324CEF0001	MR Empresarial para o patrimônio Caixa Econômica Federal	IRB Brasil Resseguros S/A	50%	100.000.000	A-	LOCAL
		Chubb Resseguradora Brasil S/A	20%	39.000.000	A	EVENTUAL
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	10%	20.000.000	A	LOCAL
		Swiss Re Brasil Resseguros S/A	20%	40.000.000	A+	LOCAL

(i) Ratings pela A.M.Best (rating da casa matriz para resseguradores estrangeiros ou resseguradores locais de origem estrangeira).

4.1.5. Resseguro em Sinistros Catastróficos

O levantamento para acionamento do resseguro de catástrofe considera blocos de perdas acumuladas de até 168 horas consecutivas, condicionado à identificação do evento gerador. Nos últimos tempos, a frequência de eventos climáticos extremos tem apresentado uma tendência de aumento, com eventos de grande magnitude que impactam o negócio. O território brasileiro é particularmente sujeito a eventos envolvendo grandes volumes d'água. Nesse sentido, as tempestades são a categoria de evento mais importante, porém alguns outros tipos de eventos decorrem ou do extravasamento dos cursos d'água (inundações ou enxurradas) ou de acúmulos de água (alagamentos), podendo levar a consequências como deslizamentos de terra, entre outros.
A Companhia monitora a ocorrência de grandes eventos via captura de informações veiculadas por órgãos oficiais, particularmente o INMET (Instituto Nacional de Meteorologia), e checagens de volumes de sinistros ocorridos, conforme registro nas bases de dados internas, sempre que alguma suspeita de ocorrência de catástrofe tenha sido levantada.
Em maio de 2024, o Rio Grande do Sul foi grandemente afetado por fortes chuvas durante um período que se alongou por mais de um mês, e os altos volumes de precipitação deixaram cidades gaúchas debaixo d'água, que levaram a mortes e a um montante elevado de prejuízos materiais. A tragédia atingiu as carteiras patrimoniais da Companhia, tendo gerado uma alta carga de sinistros - 7.824 no período total, com cerca de 7.346 cobertos por contratos de resseguro, enfaticamente no ramo habitacional, representando, em valores aproximados, uma perda de seguros de R$ 228.510 e cobertura de resseguro de R$ 205.613. Tais montantes justificam as variações observadas na Demonstração de Resultado com resseguro quando comparado aos números de 2025.

4.1.6. Gerenciamento de ativos e passivos

Um dos métodos de grande relevância no gerenciamento de riscos de uma seguradora é a Gestão de Ativos e Passivos - *Asset Liability Management (ALM).* Utilizando dentre diversas metodologias reconhecidas mundialmente, o casamento dos fluxos de caixa de ativos e passivos, engloba o gerenciamento ativo dos investimentos financeiros, com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo é otimizar a relação entre volatilidade e taxa de desconto, alinhando os desinvestimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração a mitigação dos riscos, duração, rentabilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. Trimestralmente são realizados estudos gerenciais de ALM para as carteiras da Seguradora, além dos estudos específicos em atendimento à legislação, bem como acompanhamento mensal dos indicadores de ALM. A abertura dos vencimentos contratuais dos ativos e passivos financeiros foram demonstrados na Nota Explicativa 4.3.

4.1.7. Teste de sensibilidade

As análises de sensibilidade do Grupo considerando-se às mudanças nas principais premissas em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, em visão bruto e líquidos de resseguro, seguem apresentadas nos quadros a seguir, demonstrando os impactos de cada premissa no resultado e no patrimônio líquido:

	31/12/2025				31/12/2024			
	CSM		Resultado		CSM		Resultado	
	Bruto	Líquido	Bruto	Líquido	Bruto	Líquido	Bruto	Líquido
Risco de vida								
Taxas de mortalidade (aumento de 1%)	(19.392)	(19.392)	(5.320)	(5.320)	(18.645)	(18.645)	(4.855)	(4.855)
Taxas de mortalidade (redução de 1%)	19.392	19.392	5.320	5.320	18.645	18.645	4.855	4.855
Taxas de morbidade (aumento de 1%)	(5.459)	(5.459)	(1.491)	(1.491)	(5.689)	(5.689)	(1.475)	(1.475)
Taxas de morbidade (redução de 1%)	5.459	5.459	1.491	1.491	5.689	5.689	1.475	1.475
Despesas (aumento de 5%)b	(12.793)	(12.793)	(3.753)	(3.753)	(13.624)	(13.624)	(3.814)	(3.814)
Despesas (redução de 5%)b	12.793	12.793	3.753	3.753	13.624	13.624	3.814	3.814
Taxas de cancelamento (aumento de 5%)b - sensibilidade cancelamento	(45.400)	(45.400)	12.481	12.481	(53.101)	(53.101)	(13.906)	(13.906)
Taxas de cancelamento (decréscimo de 5%)b - sensibilidade cancelamento	45.400	45.400	12.481	12.481	53.101	53.101	13.906	13.906
Não vida								
Sinistros definitivos (aumento de 5%)	(14.796)	(14.796)	(9.136)	(9.136)	(12.379)	(12.379)	(8.661)	(8.661)
Sinistros definitivos (redução de 5%)	14.796	14.796	9.136	9.136	12.379	12.379	8.661	8.661

4.2. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia. As áreas-chave em que a Companhia está exposta ao risco de crédito são: i) parte ressegurada dos passivos de seguro; ii) montantes devidos pelos resseguradores referentes a sinistros pagos; iii) montantes devidos pelos segurados referentes a contratos de seguro; iv) montantes devidos por intermediários nas operações de seguros; v) montantes referentes a títulos e créditos a receber; e vi) montantes referentes a títulos de dívidas.
O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por Companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's* ou *Moody's,* e atualmente o Grupo privilegia a avaliação produzida pela *Moody's,* para valores que não sejam relacionados ao resseguro.
O Grupo está exposto a concentrações de risco com resseguradores individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradores que atendem os critérios definidos na Política de Resseguro do Grupo, dos quais a classificação de crédito é um dos quesitos. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos, conforme ilustrado no quadro do item 4.1.3. com as exposições e ratings com as resseguradoras. Para as Resseguradora o Grupo privilegia a avaliação produzida pela *AM Best.*
A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito em ativos financeiros (Os *ratings* não são auditados).

	31/12/2025			31/12/2024		
	Controladora			Controladora		
Composição dos ativos	Ba1	Sem rating	Total	Ba2	Sem rating	Total
Ao valor justo por meio do resultado	**–**	**230.244**	**230.244**	**–**	**299.012**	**299.012**
Fundos de investimentos	–	230.244	230.244	–	299.012	299.012
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**208.603**	**–**	**208.603**	**88.265**	**–**	**88.265**
Letras do tesouro nacional	108.046	–	108.046	88.265	–	88.265
Notas do tesouro nacional	100.577	–	100.577	–	–	–
Exposição máxima ao risco de crédito	**208.603**	**230.244**	**438.847**	**88.265**	**299.012**	**387.277**

	31/12/2025											
	Consolidado											
Composição dos ativos	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	A2	Baa3	Ba1	Ba2	Ba3	B3	Sem rating	Total
Ao valor justo por meio do resultado	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**6.080**	**–**	**–**	**–**	**2.097.931**	**2.104.011**
Fundos de investimentos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2.097.948	2.097.948
Operações compromissadas	–	–	–	–	–	–	6.080	–	–	–	–	6.080
Outros valores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(17)	(17)
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**2.669.515**	**–**	**–**	**–**	**–**	**2.669.515**
Letras financeiras do tesouro	–	–	–	–	–	–	399.150	–	–	–	–	399.150
Letras do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–	1.355.494	–	–	–	–	1.355.494
Notas do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–	914.871	–	–	–	–	914.871
Ao custo amortizado	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.205.929**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.205.929**
Créditos a receber FCVS	–	–	–	–	–	–	1.205.929	–	–	–	–	1.205.979
Exposição máxima	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**3.881.524**	**–**	**–**	**–**	**2.097.931**	**5.979.455**

continua →★

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

continuação

											31/12/2024
											Consolidado
Composição dos ativos	**Aaa**	**Aa1**	**Aa2**	**Aa3**	**A2**	**Baa3**	**Ba1**	**Ba2**	**Ba3**	**B3**	**Sem rating**	**Total**
Ao valor justo por meio do resultado	**3.909**	**4.423**	**776**	**621**	**1.034**	**2.981**	**3.055**	**9.565**	**2.692**	**161**	**989.977**	**1.019.194**
Ações	3.909	4.423	776	621	1.034	2.981	3.055	4.347	2.692	161	25.604	49.603
Fundos de investimentos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	963.649	963.649
Operações compromissadas	–	–	–	–	–	–	–	5.218	–	–	–	5.218
Outros valores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	724	724
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**3.636.582**	**–**	**–**	**–**	**3.636.582**
Letras do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–	–	2.325.617	–	–	–	2.325.617
Notas do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–	–	1.310.965	–	–	–	1.310.965
Ao custo amortizado	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.199.381**	**–**	**–**	**–**	**1.199.381**
Créditos a receber FCVS	–	–	–	–	–	–	–	1.199.381	–	–	–	1.199.381
Exposição máxima	**3.909**	**4.423**	**776**	**621**	**1.034**	**2.981**	**3.055**	**4.845.528**	**2.692**	**161**	**989.977**	**5.855.157**

O risco de crédito relacionado aos contratos de seguro está contido na premissa de cancelamento que impactam o fluxo de caixa de cumprimento contratual. Para o resseguro o risco de não recuperar um sinistro já está mensurado no fluxo de caixa de cumprimento contratual para sinistros já incorridos.

4.3. Risco de liquidez

Risco associado à insuficiência de recursos financeiros aptos para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os
diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. A falta de liquidez imediata pode impor perdas em virtude da necessidade de alienação de ativos com a consequente realização de prejuízo.

Por meio da política de gerenciamento de liquidez são mantidos recursos financeiros suficientes para cumprir todas as obrigações à medida de sua exigibilidade e um conjunto de controles, principalmente para atingir os limites técnicos, fazem parte da estratégia e dos procedimentos para situações de necessidade imediata de caixa.

A liquidez de médio e longo prazo é monitorada através do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) definido na Política de Investimentos. O ajuste nos prazos de vencimento das aplicações segundo a projeção de exigibilidade dos recursos é monitorado permanentemente, além da manutenção de um volume mínimo de caixa para atender as demandas recorrentes.

Na avaliação deste risco, o principal objetivo é minimizar a probabilidade de descasamento entre passivos e ativos, garantindo que os fluxos dos ativos superem os dos passivos em diferentes momentos no tempo, o que é observado na tabela a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Fluxo de Ativos	**Fluxos de Passivos**	**Fluxo de Ativos**	**Fluxos de Passivos**
Até 1 ano	610.729	267.629	864.700	342.606
Mais de 1 ano	2.061.643	1.050.411	2.525.539	1.228.202
Mais de 5 anos	2.975.793	330.673	818.730	17.165
Total	**5.468.165**	**1.648.713**	**4.208.969**	**1.583.973**

(i) Os fluxos ativos incluem títulos públicos federais pré e pós-fixados, além de fundos de investimento considerados disponíveis, também se considera os recebimentos de cupons dos ativos que conferem esse direito.

(ii) Os fluxos passivos são compostos por provisões judiciais que estão dentro do BE LIC que representam aproximadamente 65% do total, outros passivos significativos incluem a fluxos para sinistros ocorridos, mas não reportados, fluxos para sinistros a liquidar (também BE LIC) e a fluxos para cobertura remanescente (BE LRC).

4.4. Risco de mercado

a. Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras do Grupo de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos inerentes à Companhia, destacam-se: risco de taxa de juros, risco de preço de ações, e risco de derivativos. O rating da carteira de ações está sendo divulgado na nota 4.2 Risco de crédito.

b. Controle do risco de mercado

A metodologia utilizada pelo Grupo para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros utilizados são os mesmos definidos pelo CPC 48, e os limites definidos pela Administração.

Dentre as informações utilizadas para o cálculo do *VaR*, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:
- Modelo não-paramétrico;
- Intervalo de confiança de 99%;
- Horizonte temporal de um dia; e
- Volatilidade sob o critério EWMA.

O valor acima representa a perda máxima das aplicações financeiras da Companhia e suas Controladas para o horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99%.

O rating das ações está aberto na nota 4.2. Risco de Crédito.

c. Atribuições relacionadas ao monitoramento de risco

Cabe ao administrador da carteira dos ativos:
- Definir as políticas e metodologias de precificação, de gestão de risco de mercado e de medição de performance para os fundos e carteiras dos clientes;
- Fornecer os preços e taxas de operações marcadas a mercado dos fundos, conforme regras pré-estabelecidas;
- Acompanhar diariamente os limites de risco de cada fundo, verificando seu enquadramento;
- Produzir os relatórios de risco de mercado do Grupo, diários (simplificados) e mensais (completo), contendo informações sobre o nível de exposição dos fundos de investimentos e carteiras consolidadas em relação a diversos fatores de risco (*VaR*) e de análise de perdas e ganhos (*Stress Analysis*); e
- Verificar o atendimento à legislação vigente e aos mandatos estabelecidos pelo Grupo.

Cabe à área de controle de risco do Grupo:
- Monitorar se os limites de alocação foram devidamente respeitados para todos os tipos de ativos;
- Monitorar o risco de perda potencial (VaR) das carteiras gerenciais;
- Informar aos Gestores em caso de extrapolação dos limites de alocação por ativo e dos limites de perda potencial (VaR);
- Solicitar aos Gestores, em caso de desenquadramento, o reenquadramento dos fundos.

4.5. Risco operacional

a. Gerenciamento do risco operacional

O processo de gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades de uma organização em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e, ainda, em função da globalização dos negócios.

Os principais pontos de partida para desenvolvimento de uma boa gestão de riscos envolvem:
- Conhecer, controlar e mitigar o impacto dos eventos negativos;
- Gerenciar as incertezas inerentes ao alcance dos objetivos;
- Criar oportunidades, visando à obtenção de vantagem competitiva e aumento do valor agregado;
- Estabelecer, alinhar e divulgar o apetite de risco da companhia com as estratégias adotadas;
- Prover melhorias competitivas de alocação de capital.

O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades de modo integrado é apoiado na sua estrutura de controles internos e *Compliance*, que permite o aprimoramento contínuo da gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

O sistema de controles internos é baseado na metodologia e princípios do COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*, segundo cinco componentes que, inter-relacionados, constituem uma base integrada de riscos ERM - *Enterprise Risk Management*, visando dar suporte à companhia para gerenciar seus riscos de forma efetiva por meio da aplicação do processo de gestão de riscos em vários níveis e dentro de contextos específicos.

A gestão de riscos e controles é composta pelas Unidades de Auditoria, Controle e Conformidade, Contabilidade e Orçamento, Atuária e Controles dos Riscos Técnicos; independentes entre si, elas trabalham de forma coordenada com o objetivo de garantir com razoável certeza a proteção dos ativos e o alcance dos objetivos estratégicos.

Essa estrutura de gerenciamento de riscos permite que os riscos operacionais sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados e mitigados de maneira unificada.

b. Gestão do risco operacional

A identificação, avaliação, análise e tratamento dos riscos, no processo de gerenciamento dos riscos operacionais, conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a alta administração até as diversas unidades organizacionais.

Para assegurar a singularidade ao processo de gerenciamento de riscos corporativos, cabe à Gerência de Controle Interno, o mapeamento e monitoramento dos riscos operacionais, mediante o uso de ferramenta de gestão de riscos e de tratamento de ocorrências operacionais, instituindo-se dispositivos de controle permanente.

Como atribuição, voltada à gestão dos riscos operacionais a Gerência de Controle Interno deve:
- Atuar efetivamente como segunda linha de defesa;
- Propor e/ou consolidar as políticas de controle interno, conformidade, de governança de riscos, de prevenção à fraude e à lavagem de dinheiro e outras que venham a ser aprovadas pela Diretoria Executiva;
- Instituir, cumprir e fazer cumprir os padrões de monitoramento permanente de riscos e controles;
- Prover os órgãos de governança corporativa de informações atualizadas sobre a evolução do ambiente de controle;
- Orientar e apoiar os managers na gestão dos riscos operacionais e na proteção dos ativos organizacionais; e
- Disseminar a cultura de controle interno, de acordo com as diretrizes estratégicas.

Os *managers* além de suas responsabilidades específicas à função, devem:
- Atuar efetivamente como primeira linha de defesa;
- Gerir e ter propriedade sobre os riscos, implementando ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles;
- Manter os controles internos eficazes e conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, identificando, avaliando, controlando e mitigando os riscos;
- Buscar continuamente a constituição de controles de gestão e de supervisão adequados, para garantir a conformidade, objetivando a vigilância sobre os controles, processos inadequados e eventos inesperados.

Os profissionais da Companhia que atuam na área de riscos e controles possuem capacidade analítica, visão estratégica e apurado raciocínio lógico, com formação nas áreas de finanças, controladoria, auditoria, controles internos, tecnologia, jurídica, gestão de riscos e contabilidade.

A Diretoria Executiva define políticas que permitem o estabelecimento de normas, procedimentos, elaboração de cursos e cartilhas que são permanentemente atualizadas, de maneira consistente com o planejamento estratégico e com a estrutura organizacional definida em responsabilidades e atribuições, disseminando conhecimento para o gerenciamento do risco operacional.

A Alta Administração tem acompanhado a evolução da cultura de mitigação de riscos do Grupo, na medida em que promove a conscientização da necessidade de conhecer e diagnosticar as perdas operacionais, manter histórico e adotar medidas de redução de perdas, principalmente, junto aos profissionais de *front office*.

5. Disponível

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Caixa e bancos	13	2	7.236	10.051
Equivalente de caixa *(i)*	112.104	–	653.393	–
Total	**112.117**	**2**	**660.629**	**10.051**

(i) Refere-se, em sua maioria, a valores de fundo de investimento destinado para fins de caixa.

6. Instrumentos financeiros

6.1. Resumo da classificação das aplicações e da hierarquia do valor justo

Os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos exclusivos estão sendo apresentados, em conjunto com os títulos de propriedade direta da Companhia. Os valores a receber, a pagar e de tesouraria desses fundos estão sendo apresentados na linha de outros valores.

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com a hierarquia de valor justo, que reflete a relevância dos dados utilizados na mensuração, conforme descrito a seguir:
- Nível 1: instrumentos financeiros com preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, aos quais a Companhia tem acesso na data de mensuração.
- Nível 2: instrumentos financeiros cujos valores são determinados com base em dados observáveis no mercado, direta ou indiretamente, que não se enquadram no Nível 1, incluindo preços de ativos ou passivos similares, curvas de juros, spreads e outros inputs de mercado.
- Nível 3: instrumentos financeiros mensurados com base em técnicas de avaliação que utilizam dados não observáveis de mercado, para os quais há maior grau de julgamento por parte da Administração.

											Controladora
								31/12/2025		31/12/2024	
	Hierarquia do Valor Justo	**Até 1 ano**	**Entre 1 e 5 anos**	**Sem Vencimento**	**Valor de curva**	**Valor Justo**	**Ajuste ao valor justo**	**Valor de mercado**	**%**	**Valor de mercado**	**%**
Valor justo por meio do resultado		**–**	**–**	**230.244**	**230.244**	**230.244**	**–**	**230.244**	**52%**	**299.012**	**77%**
Fundos de Investimentos	1	–	–	230.244	230.244	230.244	–	230.244	100%	299.012	100%
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		**100.557**	**108.046**	**–**	**212.713**	**208.603**	**(4.110)**	**208.603**	**48%**	**88.265**	**23%**
Letra Financeiro do Tesouro	1	–	108.046	–	108.487	108.046	(441)	108.046	52%	–	0%
Letras do Tesouro Nacional	1	100.557	–	–	104.226	100.557	(3.669)	100.557	48%	88.265	100%
Total		**100.557**	**108.046**	**230.244**	**442.957**	**438.847**	**(4.110)**	**438.847**	**100%**	**387.277**	**100%**

											Consolidado
								31/12/2025		31/12/2024	
	Hierarquia do Valor Justo	**Até 1 ano**	**Entre 1 e 5 anos**	**Sem Vencimento**	**Valor de curva**	**Valor Justo**	**Ajuste ao valor justo**	**Valor de mercado**	**%**	**Valor de mercado**	**%**
Valor justo por meio do resultado		**6.080**	**–**	**2.097.931**	**2.104.011**	**2.104.011**	**–**	**2.104.011**	**35%**	**1.019.194**	**17%**
Ações	1	–	–	–	–	–	–	–	0%	49.603	5%
Fundos de investimentos	1	–	–	2.097.948	2.097.948	2.097.948	–	2.097.948	100%	963.649	95%
Operações compromissadas	2	6.080	–	–	6.080	6.080	–	6.080	0%	5.218	1%
Outros valores	1			(17)	(17)	(17)	–	(17)	0%	724	0%
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		**608.312**	**2.061.203**	**–**	**2.717.011**	**2.669.514**	**(47.497)**	**2.669.515**	**45%**	**3.636.582**	**63%**
Letras financeiras do tesouro	1	–	399.150	–	399.663	399.150	(513)	399.150	15%	–	0%
Letras do Tesouro Nacional	1	151.367	1.204.127	–	1.395.203	1.355.493	(39.709)	1.355.494	51%	2.325.617	64%
Nota do Tesouro Nacional	1	456.945	457.926	–	922.145	914.871	(7.275)	914.871	34%	1.310.965	36%
Ao custo amortizado		**–**	**–**	**1.205.929**	**1.205.929**	**–**	**(1.205.929)**	**1.205.929**	**20%**	**1.199.381**	**20%**
Créditos a receber do FCVS	3	–	–	1.205.929	1.205.929	–	(1.205.929)	1.205.929	100%	1.199.381	100%
Total		**614.392**	**2.061.203**	**3.303.860**	**6.026.951**	**4.773.525**	**(1.205.929)**	**5.979.455**	**100%**	**5.855.157**	**100%**

6.2. Movimentação dos ativos financeiros

a. Movimentação das aplicações financeiras

							Controladora
	31/12/2024	**Aplicações**	**Transferências**	**Resgates**	**Ajuste a Valor justo**	**Rendimentos**	**31/12/2025**
Valor justo por meio do resultado	**299.012**	975	(65.176)	(14.573)	–	10.006	**230.244**
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**88.265**	106.529	–	(2.858)	3.802	12.865	**208.603**
Total	**387.277**	**107.504**	**(65.176)**	**(17.431)**	**3.802**	**22.871**	**438.847**

						Controladora
	31/12/2023	**Aplicações**	**Resgates**	**Ajuste a Valor justo**	**Rendimentos**	**31/12/2024**
Valor justo por meio do resultado	**315.212**	63.525	(105.434)	–	25.709	**299.012**
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**91.660**	89.159	(96.412)	(6.081)	9.939	**88.265**
Saldo	**406.872**	**152.684**	**(201.846)**	**(6.081)**	**35.648**	**387.277**

							Consolidado
	31/12/2024	**Aplicações**	**Transferências**	**Resgates**	**Ajuste a Valor justo**	**Rendimentos**	**31/12/2025**
Valor justo por meio do resultado	**1.019.194**	2.506.518	(479.549)	(1.147.496)	–	205.344	**2.104.011**
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**3.636.582**	1.214.256	–	(2.617.848)	134.751	301.772	**2.669.515**
Total	**4.665.776**	**3.720.774**	**(479.549)**	**(3.765.342)**	**134.751**	**507.116**	**4.773.526**

						Consolidado
	31/12/2023	**Aplicações**	**Resgates**	**Ajuste a Valor justo**	**Rendimentos**	**31/12/2024**
Valor justo por meio do resultado	**1.216.193**	3.506.950	(3.809.654)	–	105.706	**1.019.195**
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**3.706.037**	2.801.667	(3.038.417)	(173.657)	340.951	**3.636.581**
Saldo	**4.922.230**	**6.308.617**	**(6.848.071)**	**(173.657)**	**446.657**	**4.655.776**

b. Movimentação dos créditos a receber do FCVS - ao custo amortizado

	Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**
Saldo inicial	**1.199.381**	**1.196.628**
Adições - pagamentos realizados	58.808	69.401
Baixas - por recebimentos	(58.905)	(67.437)
Redução ao valor recuperável	6.646	788
Saldo final	**1.205.929**	**1.199.381**

6.3. Análise de sensibilidade

a. Carteira de ativos

A carteira de ativos do Grupo possui ativos classificados como: Valor Justo por Meio do Resultado (VJR) e Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e custo amortizado.

O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos do Grupo é o de *Stress Test*. Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do *VaR* das carteiras utilizando-se o choque de 1 ponto base para taxa de juros. Este cenário contempla variações no índice B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão; curva de inflação e curva de juros.

O resultado dos testes realizados com o principal risco e sua variação estão apresentados no quadro abaixo:

Fatores de Risco	**Value-at-Risk**	**DV-1**
Fundos	(3.898)	(22.728)
Juros Pré	(0)	(17.739)
Cupom de IPCA	0	(2.492)
LFT	(1)	(8.936)
Total	**(3.899)**	**(51.896)**

b. Análise de sensibilidade para instrumentos com taxa de juros pré-fixada

O Grupo contabiliza parte de sua carteira de ativos com taxa de juros pré e pós-fixada pelo valor justo por meio do resultado, mas não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de *hedge* usando o modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros ao final do período de relatório impactará o resultado do Grupo.

Patrimônio líquido, líquido de impostos

Consolidado	**100pb aumento**	**100pb diminuição**
31 de dezembro de 2025		
Instrumentos com taxas de juros pré e pós-fixadas	(27.304)	27.865
31 de dezembro de 2024		
Instrumentos com taxas de juros pré e pós-fixadas	(1.172)	1.199

7. Títulos e créditos a receber

	Controladora	Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Adiantamentos para funcionários	–	4.306	3.258
Disponibilidades com bloqueio judicial	–	4.460	4.380
Créditos a receber - empresas ligadas	7	26.112	55.401
Outros títulos e créditos a receber	788	8.625	99.431
Total	**795**	**43.503**	**162.470**

8. Depósitos judiciais e fiscais

	Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**
Natureza cível	62.231	65.522
Natureza trabalhista	18.081	16.830
Natureza fiscal - contingências	531	492
Natureza fiscal - obrigações legais *(i)*	2.515.734	2.335.283
Totais	**2.596.577**	**2.418.127**

(i) Vide detalhamento na NE 18.

9. Ativos fiscais e passivos diferido

Composição

A composição e a movimentação dos ativos fiscais e passivo diferido podem ser resumidas como segue:

a. Composição e movimentação dos ativos e passivos fiscais

						Controladora
		Constituições (realizações)			Constituições (realizações)	
	01/01/2024	**IR/CS**	**Outros tributos**	**31/12/2024**	**IR/CS**	**31/12/2025**
Ativo						
A compensar	12.313	2.103	–	14.416	4.665	19.081
Total ativo circulante	**12.313**	**2.103**	**–**	**14.416**	**4.665**	**19.081**
Base Negativa/prejuízo fiscal	24.927	(3.196)	–	21.731	(6.763)	14.968
A compensar	89.736	36.514	–	126.250	25.299	151.549
Ajuste de títulos a valor justo TVM	(381)	2.051	48	1.718	(1.293)	425
Diferenças temporárias:	**12.120**	**(1.774)**	**–**	**10.346**	**925**	**11.271**
Operações de arrendamento	1	(1)	–	–	–	–
Outras provisões	12.119	(1.773)	–	10.346	925	11.271
Total do ativo não circulante	**126.402**	**33.595**	**48**	**160.045**	**18.168**	**178.213**

							Consolidado
		Constituições (realizações)			Constituições (realizações)		
	01/01/2024	**IR/CS**	**Outros tributos**	**31/12/2024**	**IR/CS**	**Outros tributos**	**31/12/2025**
Ativo							
A compensar	22.831	1.209	840	24.880	3.185	(4.652)	23.413
Total ativo circulante	**22.831**	**1.209**	**840**	**24.880**	**3.185**	**(4.652)**	**23.413**
Base Negativa/prejuízo fiscal	24.927	(3.170)	–	21.757	(6.252)	–	15.505
A compensar	112.563	41.852	398	154.813	26.476	3.975	185.264
Ajuste de títulos a valor justo TVM	5.764	68.608	(2.546)	71.826	(55.077)	–	16.749
Diferenças temporárias:	**139.940**	**318.233**	**–**	**458.173**	**(65.703)**	**–**	**392.470**
Contingências fiscais	473.769	24.175	–	497.944	36.708	–	534.652
Contingências cíveis	69.370	6.722	–	76.092	(2.504)	–	73.588
Contingências trabalhistas	20.507	893	–	21.400	652	–	22.052
Risco de crédito	276.016	17.509	–	293.525	(14.554)	–	278.971
Participações nos lucros	12.298	(2.011)	–	10.287	2.254	–	12.541
Operações de arrendamento	4.400	(240)	–	4.160	(409)	–	3.751
Outras provisões	72.281	(9.125)	–	63.156	(16.438)	–	46.718
Operações de Seguro CPC 50	(788.701)	280.310	–	(508.391)	(71.412)	–	(579.803)
Total ativo não circulante	**283.194**	**425.523**	**(2.148)**	**706.569**	**(100.556)**	**3.975**	**609.988**

b. Expectativa da efetiva realização

Ano de Realização	**Diferenças Temporárias**	**%**	**Tributos diferidos**	**%**	**Base negativa/ prejuízo fiscal**	**%**	**Diferenças Temporárias**	**%**	**Tributos diferidos**	**%**	**Base negativa/ prejuízo fiscal**	**%**
2026	10.822	96%	425	100%	5.955	40%	258.987	66%	3.885	23%	6.169	40%
2027	–	0%	–	0%	5.762	38%	203.145	52%	12.864	77%	5.969	38%
2028	–	0%	–	0%	3.251	22%	(45.299)	-12%	–	0%	3.367	22%
2029	–	0%	–	0%	–	0%	(32.212)	-8%	–	0%	–	0%
2030	–	0%	–	0%	–	0%	(15.227)	-4%	–	0%	–	0%
A partir de 2031	449	4%	–	0%	–	0%	23.076	6%	–	0%	–	0%
Total	**11.271**	**100%**	**425**	**100%**	**14.968**	**100%**	**392.470**	**100%**	**16.749**	**100%**	**15.505**	**100%**

10. Créditos fiscais não reconhecidos

Apresentamos a seguir os valores de créditos fiscais não reconhecidos no balanço patrimonial de controladas, que não possuem expectativa de resultado futuro que absorva os referidos créditos:

	Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**
Adições temporárias	3.529	4.115
Prejuízo fiscal	51.623	52.632
Total	**55.152**	**56.747**

11. Dividendos a receber

Os dividendos a receber registrados estão demonstrados a seguir:

	Controladora	
	31/12/2025	**31/12/2024**
Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda.	7.224	7.383
Total	**7.224**	**7.383**

12. Investimentos em controladas e coligadas

Os investimentos são formados preponderantemente pelas participações societárias de controladas e coligadas, conforme a seguir:

12.1. Participações societárias

Além dos investimentos consolidados, que estão descritos na nota nº 2.1.1, a Companhia detinha em dezembro de 2024 investimento minoritário de 25,00% na Wiz Co Participações e Corretagem de Seguros S.A. o qual está demonstrado como investimentos em empresas não consolidadas no comparativo desta nota explicativa.

Em 30 de outubro de 2024, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda com a Integra Participações S.A., para a alienação de sua participação na Wiz Co Participações e Corretagem de Seguros S.A. A partir dessa data, foram iniciados os procedimentos para obtenção da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), a qual foi definitivamente concedida em 3 de janeiro de 2025. Com o cumprimento das condições acordadas, a Integra Participações S.A., efetuou o pagamento do valor acordado em 6 de janeiro de 2025, data em que foram realizados os registros contábeis para baixa do investimento.

a. Composição

Demonstramos a seguir a composição das participações societárias registradas por equivalência patrimonial:

				31/12/2025
Empresas controladas e coligadas	**Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.**	**CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.**	**Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda.**	**Total**
Ativo circulante	48.454	1.954	60.148	110.556
Ativo não circulante	140.561	4.350.872	3.064	4.494.497
Passivo circulante	18.591	980	21.797	41.368
Passivo não circulante	2.139	–	–	2.139
Provisões Judiciais	2.139	–	–	2.139
Total de passivos líquidos de provisões judiciais	18.591	980	21.797	41.368
Patrimônio Líquido	**168.285**	**4.351.845**	**41.416**	**4.561.546**
Total das participações societárias				**4.561.546**
Lucro líquido do exercício	7.950	784.723	28.896	821.569
Total dos resultados abrangentes	3.385	247.483	–	250.868
Participação no capital social	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	
Quantidade de ações s/ valor nominal	1.142.000.000	2.515.000.000	15.600.000	

				31/12/2024
Empresas controladas e coligadas	**Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.**	**CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.**	**Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda.**	**Total**
Ativos circulante	59.133	2.244	60.618	121.995
Ativos não circulante	116.157	3.896.002	2.200	4.014.359
Passivo circulante	16.130	123	20.926	37.179
Passivo não circulante	2.210	–	–	2.210
Provisões Judiciais	2.210	–	–	2.210
Total de passivos líquidos de provisões judiciais	16.130	123	20.926	37.179
Patrimônio Líquido	**156.949**	**3.898.123**	**41.892**	**4.096.964**
Investimento de empresa não consolidada	–	–	–	185.860
Total das participações societárias				**4.282.824**
Lucro líquido do exercício	8.861	862.177	29.531	900.569
Total dos resultados abrangentes	(7.684)	(582.088)	–	(589.772)
Participação no capital social	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	
Quantidade de ações s/ valor nominal	1.142.000.000	2.515.000.000	15.600.000	

continua

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

→★ continuação

b. Movimentação

Demonstramos a seguir a movimentação ocorrida nas participações societárias:

	Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.	CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.	Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda.	Empresas não consolidadas	Total
Saldo final em 1 de janeiro de 2024	**155.773**	**4.299.325**	**36.578**	**163.770**	**4.655.445**
Resultado de equivalência patrimonial, líquido de impostos	8.861	862.177	23.288	38.239	932.565
Dividendos	–	(681.291)	(17.974)	(16.149)	(715.414)
Outros lucros abrangentes	(7.684)	(582.088)	–	–	(589.772)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	**156.949**	**3.898.123**	**41.892**	**185.860**	**4.282.824**
Resultado de equivalência patrimonial, líquido de impostos	7.950	784.723	28.896	2.598	824.167
Dividendos	–	(578.484)	(29.373)	–	(607.857)
Baixa de participação	–	–	–	(188.458)	(188.458)
Outros lucros abrangentes	3.385	247.483	–	–	250.868
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	**168.285**	**4.351.845**	**41.416**	**–**	**4.561.546**

13. Propriedade para investimentos

Consolidado	31/12/2024	Benfeitorias	Ajuste a valor justo	Transferências *(i)*	31/12/2025
Edificações - Custo	174.056	724	–	68.712	243.492
Ajuste a valor justo	(24.912)	–	(4.923)	11.966	(17.869)
Total	**149.144**	**724**	**(4.923)**	**80.678**	**225.623**

(i) Referem-se a ativos do Fundo de investimento consolidado que antes estavam sob a categoria de imobilizado e agora, por terem sido devolvidos ao fundo, encontram-se na nota de propriedades para investimento.

14. Imobilizado e intangível

14.1. Imobilizado

a. Composição

	31/12/2025			31/12/2024		
Controladora	**Custo**	**Depreciação/amortização acumulada**	**Total**	**Custo**	**Depreciação/amortização acumulada**	**Total**
Equipamentos	256	(256)	–	256	(256)	–
Veículos	329	(170)	159	329	(104)	225
Ativo de direito de uso	708	(708)	–	708	(708)	–
Outros	3.890	(3.873)	17	3.890	(3.568)	322
Total	**5.183**	**(5.007)**	**176**	**5.183**	**(4.636)**	**547**

	31/12/2025			31/12/2024		
Consolidado	**Custo**	**Depreciação/amortização acumulada**	**Total**	**Custo**	**Depreciação/amortização acumulada**	**Total**
Edificações	103.437	(28.031)	75.406	143.363	(47.797)	95.566
Equipamentos	14.495	(12.961)	1.534	14.570	(12.685)	1.885
Móveis, máquinas e utensílios	17.059	(15.532)	1.527	24.163	(21.587)	2.576
Veículos	5.269	(2.123)	3.146	4.944	(1.378)	3.566
Sistemas e aplicativos	768	(768)	–	772	(768)	4
Ativo de direito de uso	33.998	(25.485)	8.513	26.244	(22.321)	3.923
Outros	12.341	(6.857)	5.754	13.712	(8.126)	5.586
Total	**187.367**	**(91.487)**	**95.880**	**227.768**	**(114.662)**	**113.106**

b. Movimentação

Controladora	**Saldo em 01/01/2024**	**Amortização/ depreciação do período**	**Saldo em 31/12/2024**	**Amortização/ depreciação do período**	**Saldo em 31/12/2025**
Equipamentos	1	(1)	–	–	–
Veículos	291	(66)	225	(66)	159
Ativo de direito de uso	45	(45)	–	–	–
Outros	881	(559)	322	(305)	17
Total	**1.218**	**(671)**	**547**	**(371)**	**176**

Consolidado	**Saldo em 31/12/2024**	**Aquisições**	**Amortização/ depreciação do período**	**Baixas**	**Transferências *(i)***	**Saldo em 31/12/2025**
Edificações *(i)*	95.566	4.911	(3.143)	–	(21.928)	75.406
Equipamentos	1.885	378	(709)	(20)	–	1.534
Móveis, máquinas e utensílios	2.576	384	(1.094)	(256)	(59)	1.527
Veículos	3.566	1.001	(956)	–	59	3.146
Sistemas e aplicativos	4	–	(1)	(3)	–	–
Ativo de direito de uso	3.923	4.946	(3.165)	2.809	–	8.513
Outros	5.586	2.356	(1.243)	(945)	–	5.754
Total	**113.106**	**13.976**	**(10.311)**	**1.585**	**(21.928)**	**95.880**

(i) Referem-se a ativos do Fundo de investimento consolidado que antes estavam sob a categoria de imobilizado e agora, por terem sido devolvidos ao fundo, encontram-se na nota de propriedades para investimento.

Consolidado	**Saldo em 01/01/2024**	**Aquisições**	**Amortização/ depreciação do período**	**Baixas**	**Transferências *(i)***	**Saldo em 31/12/2024**
Terrenos *(i)*	50.457	–	–	–	(50.457)	–
Edificações *(i)*	112.493	72	(5.732)	–	(11.267)	95.566
Equipamentos	1.690	1.209	(985)	(29)	–	1.885
Móveis, máquinas e utensílios	5.040	182	(2.411)	(235)	–	2.576
Veículos	5.129	867	(954)	(1.476)	–	3.566
Sistemas e aplicativos	6	–	(2)	–	–	4
Ativo de direito de uso	1.966	3.429	(1.472)	–	–	3.923
Outros	5.989	1.129	(1.531)	(1)	–	5.586
Total	**182.770**	**6.888**	**(13.087)**	**(1.741)**	**(61.724)**	**113.106**

(i) Referem-se a ativos do Fundo de investimento consolidado que antes estavam sob a categoria de imobilizado e agora, por terem sido devolvidos ao fundo, encontram-se na nota de propriedades para investimento.

c. Ativo de direito de uso

Referem-se substancialmente aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 2.6), descontado a valor presente:

					Controladora
		Movimentações	**Composição do saldo**		
Direito de uso	**Saldo em 01/01/2025**	**Despesa de depreciação do período**	**Ativo de direito de uso**	**Depreciação acumulada**	**Saldo em 31/12/2025**
Imóveis	–	–	708	(708)	–
Total	**–**	**–**	**708**	**(708)**	**–**

					Consolidado
		Movimentações	**Composição do saldo**		
Direito de uso	**Saldo em 01/01/2025**	**Despesa de depreciação do período**	**Ativo de direito de uso**	**Depreciação acumulada**	**Saldo em 31/12/2025**
Imóveis	**1.078**	(380)	11.641	(7.878)	**3.763**
Máquinas e Equipamentos	**2.845**	(2.785)	22.358	(17.608)	**4.750**
Total	**3.923**	**(3.165)**	**33.999**	**(25.486)**	**8.513**

					Consolidado
			Composição do saldo		
Direito de uso	**Saldo em 01/01/2024**	**Despesa de depreciação do período**	**Ativo de direito de uso**	**Depreciação acumulada**	**Saldo em 31/12/2024**
Imóveis	**(1.930)**	1.028	8.576	(7.498)	**1.078**
Máquinas e Equipamentos	**3.896**	(2.500)	17.668	(14.823)	**2.845**
Total	**1.966**	**(1.472)**	**26.244**	**(22.321)**	**3.923**

Consolidado: A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos, representando em 31 de dezembro de 2025 uma taxa de 16,64% a.a. (31 de dezembro de 2024 - 19,04 % aa).

14.2. Intangível

a. Composição

	31/12/2025		31/12/2024	
Controladora	**Custo**	**Total**	**Custo**	**Total**
Marcas e patentes	3.011	3.011	3.011	3.011
Total	**3.011**	**3.011**	**3.011**	**3.011**

	31/12/2025			31/12/2024		
Consolidado	**Custo**	**Depreciação/ amortização acumulada**	**Total**	**Custo**	**Depreciação/ amortização acumulada**	**Total**
Marcas e patentes	3.062	–	3.062	3.062	–	3.062
Sistemas e aplicativos	95.687	(93.456)	2.231	99.288	(93.708)	5.580
Sistemas de computação	382.518	(318.480)	64.038	368.260	(296.235)	72.025
Sistemas de computação em desenvolvimento	11.979	–	11.979	39.576	–	39.576
Outros intangíveis	7.776	(7.776)	–	49.634	(7.776)	41.858
Total	**501.022**	**(419.712)**	**81.310**	**559.820**	**(397.719)**	**162.101**

b. Movimentação

Consolidado	**Saldo em 31/12/2024**	**Aquisições**	**Baixas**	**Transferências**	**Amortização**	**Saldo em 31/12/2025**
Marcas e patentes	3.062	–	–	–	–	3.062
Sistemas e aplicativos	5.580	270	(876)	–	(2.743)	2.231
Sistemas de computação	72.025	–	(9.904)	28.836	(26.919)	64.038
Sistemas de computação em desenvolvimento	39.576	18.758	(17.519)	(28.836)	–	11.979
Outros intangíveis	41.858	–	(41.858)	–	–	–
Total	**162.101**	**19.028**	**(70.157)**	**–**	**(29.662)**	**81.310**

Consolidado	**Saldo em 01/01/2024**	**Aquisições**	**Baixas**	**Transferências**	**Amortização**	**Saldo em 31/12/2024**
Marcas e patentes	3.062	–	–	–	–	3.062
Sistemas aplicativos	21.411	–	(9.409)	–	(6.422)	5.580
Sistemas de computação	81.062	–	(3.016)	24.320	(30.341)	72.025
Sistemas de computação em desenvolvimento	45.411	18.802	(317)	(24.320)	–	39.576
Outros Intangíveis	41.858	–	–	–	–	41.858
Total	**192.804**	**18.802**	**(12.742)**	**–**	**(36.763)**	**162.101**

15. Passivos de seguros

15.1. Movimentação dos saldos dos contratos de seguros e resseguros

15.1.1. Contratos de seguro

a. Análise por período restante de cobertura e sinistros ocorridos - Métodos BBA - Seguros - Vida

	31/12/2025				31/12/2024			
	Passivos líquidos para cobertura restante	**Passivos líquidos para cobertura restante - elemento de perda**	**Passivos líquidos por reclamações incorridas**	**Total**	**Passivos líquidos para cobertura restante**	**Passivos líquidos para cobertura restante - elemento de perda**	**Passivos líquidos por reclamações incorridas**	**Total**
Saldo de ativos na abertura	713.261	–	(520.522)	192.739	1.169.382	–	(585.395)	583.987
Saldo de passivos na abertura	(878)	1.170	2.967	3.259	–	–	–	–
Saldo líquido de abertura	**(714.139)**	**1.170**	**523.489**	**(189.480)**	**–**	**–**	**585.395**	**(583.987)**
Receitas das atividades de seguro	**(1.675.422)**	**–**	**–**	**(1.675.422)**	**(1.752.575)**	**–**	**–**	**(1.752.575)**
Despesas relacionadas às atividades de seguro	**156.263**	**336**	**791.175**	**947.774**	**160.290**	**1.170**	**726.647**	**888.107**
Sinistros ocorridos e outras despesas relacionadas às atividades de seguro	–	(923)	660.285	659.362	–	–	606.780	606.780
Amortização dos fluxos de caixa relacionados a despesas de aquisição	156.263	–	–	156.263	160.290	–	–	160.290
Ajustes nos passivos para sinistros ocorridos	–	–	130.890	130.890	–	–	119.867	119.867
Perdas e recuperações em contratos deficitários	–	1.259	–	1.259	–	1.170	–	1.170
Resultado das atividades de seguro	**(1.519.159)**	**336**	**791.175**	**(727.648)**	**(1.592.285)**	**1.170**	**726.647**	**(864.468)**
Receitas financeiras ou encargos financeiros de seguro	(253.397)	117	45.047	(208.233)	410.186	–	(9.440)	400.746
Total das variações do resultado e dos outros resultados abrangentes	**(1.772.556)**	**453**	**836.222**	**(935.881)**	**(1.182.099)**	**1.170**	**717.207**	**(463.722)**
Prêmios recebidos em contratos de seguro emitidos - Atuarial/Não Atuarial	**1.676.424**	**–**	**–**	**1.676.424**	**1.784.009**	**–**	**–**	**1.784.009**
Pagamentos de sinistros ocorridos e outras despesas relacionadas às atividades de seguro - Atuarial	**–**	**–**	**(820.223)**	**(820.223)**	**–**	**–**	**(779.112)**	**(779.112)**
Fluxo de caixa relacionado a despesas de aquisição - Atuarial/Não Atuarial	**(103.882)**	**–**	**–**	**(103.882)**	**(146.667)**	**–**	**–**	**(146.667)**
Total do fluxo de caixa	**1.572.542**	**–**	**(820.223)**	**752.319**	**1.637.342**	**–**	**(779.113)**	**858.229**
Saldo de ativos no fechamento	912.942	–	(535.403)	377.539	713.261	–	(520.522)	192.739
Saldo de passivos no fechamento	(1.211)	1.623	4.085	4.497	(878)	1.170	2.967	3.259
Saldo líquido de fechamento	**(914.153)**	**1.623**	**539.488**	**(373.042)**	**(714.139)**	**1.170**	**523.489**	**(189.480)**

b. Análise por período restante de cobertura e sinistros ocorridos - Métodos BBA- Seguros - Não Vida

	31/12/2025				31/12/2024			
	Passivos líquidos para cobertura restante	**Passivos líquidos para cobertura restante - elemento de perda**	**Passivos líquidos por reclamações incorridas**	**Total**	**Passivos líquidos para cobertura restante**	**Passivos líquidos para cobertura restante - elemento de perda**	**Passivos líquidos por reclamações incorridas**	**Total**
Saldo de ativos na abertura	167.472	–	(32.161)	135.311	141.540	–	(25.530)	116.010
Saldo de passivos na abertura	355.083	1.425	214.681	571.189	(18.321)	7.294	265.633	254.606
Saldo líquido de abertura	**187.611**	**1.425**	**246.842**	**435.878**	**(159.861)**	**7.294**	**291.163**	**138.596**
Receitas das atividades de seguro	**(1.139.702)**	**–**	**–**	**(1.139.702)**	**(1.082.944)**	**–**	**–**	**(1.082.944)**
Despesas relacionadas às atividades de seguro	**105.002**	**1.057**	**610.748**	**716.807**	**96.512**	**(6.141)**	**883.623**	**973.994**
Sinistros ocorridos e outras despesas relacionadas às atividades de seguro	–	(5.594)	566.038	560.444	–	(10.250)	829.958	819.708
Amortização dos fluxos de caixa relacionados a despesas de aquisição	105.002	–	–	105.002	96.512	–	–	96.512
Ajustes nos passivos para sinistros ocorridos	–	–	44.710	44.710	–	–	53.665	53.665
Perdas e recuperações em contratos deficitários	–	6.651	–	6.651	–	4.109	–	4.109
Componentes de investimento	698	–	(698)	–	557	–	(557)	–
Resultado das atividades de seguro	**(1.034.002)**	**1.057**	**610.050**	**(422.895)**	**(985.875)**	**(6.141)**	**883.066**	**(108.950)**
Receitas financeiras ou encargos financeiros de seguro	(7.614)	127	32.535	25.048	368.188	272	(32.796)	335.664
Total das variações do resultado e das OCI (Outros Resultados Abrangentes)	**(1.041.616)**	**1.184**	**642.585**	**(397.847)**	**(617.687)**	**(5.869)**	**850.270**	**226.714**
Prêmios recebidos em contratos de seguro emitidos atuarial	1.045.445	–	–	1.045.445	1.094.109	–	–	1.094.109
Pagamentos de sinistros ocorridos e outras despesas relacionadas às atividades de seguro Atuarial	–	–	(597.580)	(597.580)	–	–	(894.591)	(894.591)
Fluxo de caixa relacionado a despesas de aquisição - Atuarial	(109.447)	–	–	(109.447)	(128.950)	–	–	(128.950)
Total do fluxo de caixa	**935.998**	**–**	**(597.580)**	**(109.447)**	**965.159**	**–**	**(894.591)**	**70.568**
Saldo de ativos no fechamento	**180.539**	**–**	**(55.539)**	**125.000**	**167.472**	**–**	**(32.161)**	**135.311**
Saldo de passivos no fechamento	**262.532**	**2.609**	**236.308**	**501.449**	**355.083**	**1.425**	**214.681**	**571.189**
Saldo líquido de fechamento	**81.993**	**2.609**	**291.847**	**376.449**	**187.611**	**1.425**	**246.842**	**435.878**

c. Análise por componente de mensuração - Métodos BBA (Seguro) - Vida

	31/12/2025				31/12/2024			
	Valor presente dos fluxos de caixa futuros	**Ajuste relacionado ao risco não financeiro**	**Margem sobre serviços contratuais**	**Total**	**Valor presente dos fluxos de caixa futuros**	**Ajuste relacionado ao risco não financeiro**	**Margem sobre serviços contratuais**	**Total**
Saldo de ativos na abertura	3.478.973	(205.359)	(3.080.876)	192.738	4.171.283	(293.421)	(3.293.876)	583.986
Saldo de passivos na abertura	2.548	469	242	3.259	–	–	–	–
Saldo líquido de abertura	**(3.476.425)**	**205.828**	**3.081.118**	**(189.479)**	**(4.171.283)**	**293.421**	**3.293.876**	**(583.986)**
Variações relacionadas aos serviços futuros	**98.195**	**(11.781)**	**(85.154)**	**1.260**	**(207.602)**	**(30.323)**	**239.094**	**1.169**
Alterações nas estimativas que resultam em ajuste na margem de serviços contratuais	97.261	(12.032)	(85.154)	75	(207.176)	(30.462)	238.807	1.169
Efeito dos contratos contabilizados durante o período	934	251	–	1.185	(426)	139	287	–
Variações relacionadas aos serviços prestados durante o período	**(107.451)**	**(46.724)**	**(705.621)**	**(859.796)**	**(135.147)**	**(58.545)**	**(791.812)**	**(985.504)**
Montante da margem de serviços contratuais contabilizado no resultado líquido devido à prestação de serviços	–	–	(705.621)	(705.621)	–	–	(791.812)	(791.812)
Variação do ajuste relacionado ao risco não financeiro	–	(46.724)	–	(46.724)	–	(58.545)	–	(58.545)
Ajustes relacionados à experiência	(107.451)	–	–	(107.451)	(135.147)	–	–	(135.147)
Variações relacionadas aos serviços passados	**125.605**	**5.284**	**–**	**130.888**	**114.911**	**4.956**	**–**	**119.867**
Variações relacionadas aos serviços passados	125.605	5.284	–	130.888	114.911	4.956	–	119.867
Resultado das atividades de seguro	**116.349**	**(53.221)**	**(790.775)**	**(727.648)**	**(227.838)**	**(83.912)**	**(552.718)**	**(864.468)**
Receitas financeiras ou encargos financeiros de seguro	(570.944)	36.717	325.993	(208.233)	64.467	(3.681)	339.960	400.746
Total das variações do resultado e dos outros resultados abrangentes	**(454.595)**	**(16.504)**	**(464.782)**	**(935.881)**	**(163.371)**	**(87.593)**	**(212.758)**	**(463.722)**
Fluxo de caixa	752.319	–	–	752.319	858.229	–	–	858.229
Total do fluxo de caixa	**752.319**	**–**	**–**	752.319	**858.229**	**–**	**–**	**858.229**
Saldo de ativos no fechamento	3.182.450	(188.680)	(2.616.232)	377.538	3.478.973	(205.359)	(3.080.876)	**192.738**
Saldo de passivos no fechamento	3.749	644	104	4.497	2.548	469	242	**3.259**
Saldo líquido de fechamento	**(3.178.701)**	**189.324**	**2.616.336**	**(373.041)**	**(3.476.425)**	**205.828**	**3.081.118**	**(189.479)**

d. Análise por componente de mensuração - Métodos BBA - Não Vida

	31/12/2025				31/12/2024			
	Valor presente dos fluxos de caixa futuros	**Ajuste relacionado ao risco não financeiro**	**Margem sobre serviços contratuais**	**Total**	**Valor presente dos fluxos de caixa futuros**	**Ajuste relacionado ao risco não financeiro**	**Margem sobre serviços contratuais**	**Total**
Saldo de ativos na abertura	165.471	(13.896)	(16.263)	135.312	134.684	(7.374)	(11.301)	116.009
Saldo de passivos na abertura	(1.361.941)	76.327	1.856.803	571.189	(1.873.848)	53.347	2.075.105	254.604
Saldo líquido de abertura	**(1.527.412)**	**90.223**	**1.873.066**	**435.877**	**(2.008.532)**	**60.721**	**2.086.406**	**138.595**
Variações relacionadas aos serviços futuros	**(41.455)**	**13.778**	**34.329**	**6.652**	**(70.971)**	**58.146**	**16.934**	**4.109**
Alterações nas estimativas que resultam em ajuste na margem de serviços contratuais	50.238	(5.318)	(40.012)	4.908	(27.939)	42.473	(11.701)	2.833
Efeito dos contratos contabilizados durante o período	(91.693)	19.096	74.341	1.744	(43.032)	15.673	28.635	1.276
Variações relacionadas aos serviços prestados durante o período	**11.083**	**(37.539)**	**(447.802)**	**(474.258)**	**306.467**	**(24.774)**	**(447.947)**	**(166.254)**
Montante da margem de serviços contratuais contabilizado no resultado líquido devido à prestação de serviços	–	–	(447.802)	(447.802)	–	–	(447.947)	(447.947)
Variação do ajuste relacionado ao risco não financeiro	–	(37.539)	–	(37.539)	–	(24.774)	–	(24.774)
Ajustes relacionados à experiência	11.083	–	–	11.083	306.467	–	–	306.467
Variações relacionadas aos serviços passados	**37.879**	**6.832**	**–**	**44.711**	**50.678**	**2.517**	**–**	**53.195**
Variações relacionadas aos serviços passados	37.879	6.832	–	44.711	50.678	2.517	–	53.195
Resultado das atividades de seguro	**7.507**	**(16.929)**	**(413.473)**	**(422.895)**	**286.174**	**35.889**	**(431.013)**	**(108.950)**
Receitas financeiros ou encargos financeiros de seguro	(194.993)	16.025	204.016	25.048	124.378	(6.387)	217.673	335.664
Total das variações do resultado e dos outros resultados abrangentes	**(187.486)**	**(904)**	**(209.457)**	**(397.848)**	**410.552**	**29.502**	**(213.340)**	**226.714**
Fluxo de caixa	338.418	–	–	338.419	70.568	–	–	70.568
Total do fluxo de caixa	**338.418**	**–**	**–**	**338.419**	**70.568**	**–**	**–**	**70.568**
Saldo de ativos no fechamento	167.706	(16.980)	(25.725)	125.001	165.471	(13.896)	(16.263)	**135.312**
Saldo de passivos no fechamento	(1.208.774)	72.339	1.637.884	501.449	(1.361.941)	76.327	1.856.803	**571.189**
Saldo líquido de fechamento	**(1.376.480)**	**89.319**	**1.663.609**	**376.448**	**(1.527.412)**	**90.223**	**1.873.066**	**435.877**

15.1.2. Contratos de resseguro

a. Análise por período restante de cobertura e sinistros ocorridos - Método PAA - Vida

	31/12/2025			31/12/2024		
	Ativos líquidos para cobertura restante fora do elemento de recuperação de perda	**Ativos para sinistros ocorridos - Valor presente dos fluxos de caixa futuros**	**Total**	**Ativos líquidos para cobertura restante fora do elemento de recuperação de perda**	**Ativos para sinistros ocorridos - Valor presente dos fluxos de caixa futuros**	**Total**
Saldo de ativos na abertura	**604**	**5.433**	**6.037**	**445**	**5.697**	**6.142**
Receitas de resseguro	**–**	**(1.912)**	**(1.912)**	**–**	**(17.263)**	**(17.263)**
Montantes recuperados de serviços passados e outras despesas de resseguro	–	(843)	(843)	–	(17.263)	(17.263)
Ajuste de ativos para sinistros ocorridos	–	–	(1.069)	–	–	–
Despesas de resseguro	**917**	**–**	**917**	**(159)**	**–**	**(159)**
Despesas ou receitas líquidas de contratos de resseguro	**917**	**(1.912)**	**(995)**	**(159)**	**(17.263)**	**(17.422)**
Produtos financeiros ou encargos financeiros de contratos de resseguro	–	382	382	–	–	–
Despesas ou produtos financeiros líquidos de contratos de resseguro	**–**	**382**	**382**	**–**	**–**	**–**
Total das variações do resultado e das ORA	**917**	**(1.530)**	**(613)**	**(159)**	**(17.263)**	**(17.422)**
Prêmios pagos	(1.016)	–	(1.016)	–	–	–
Soma recuperada de resseguradores	–	843	843	–	17.527	17.527
Total de fluxo de caixa	**(1.016)**	**843**	**(173)**	**–**	**17.527**	**17.527**
Outros movimentos:	**410**	**1.420**	**1.830**	**–**	**–**	**–**
Incluindo outras variações	410	1.420	1.830	–	–	–
Saldo de ativos no fechamento	**292**	**4.700**	**4.992**	**604**	**5.433**	**6.037**

b. Análise por período restante de cobertura e sinistros ocorridos - Método PAA - Não Vida

	31/12/2025			31/12/2024		
	Ativos líquidos para cobertura restante fora do elemento de recuperação de perda	**Ativos para sinistros ocorridos - Valor presente dos fluxos de caixa futuros**	**Total**	**Ativos líquidos para cobertura restante fora do elemento de recuperação de perda**	**Ativos para sinistros ocorridos - Valor presente dos fluxos de caixa futuros**	**Total**
Saldo de ativos na abertura	**11.569**	**112.194**	**123.763**	**6.204**	**45.854**	**52.058**
Receitas de resseguro	**–**	**(7.524)**	**(7.524)**	**–**	**(184.963)**	**(184.963)**
Montantes recuperados de serviços passados e outras despesas de resseguro	–	(82.919)	(82.919)	–	(184.963)	(184.963)
Ajuste de ativos para sinistros ocorridos	–	75.395	75.395	–	–	–
Despesas de resseguro	**37.033**	**–**	**37.033**	**(5.364)**	**–**	**(5.364)**
Despesas ou receitas líquidas de contratos de resseguro	**37.033**	**(7.524)**	**29.509**	**(5.364)**	**(184.963)**	**(190.327)**
Produtos financeiros ou encargos financeiros de contratos de resseguro	–	(4.289)	(4.289)	–	–	–
Despesas ou produtos financeiros líquidos de contratos de resseguro	**–**	**(4.289)**	**(4.289)**	**–**	**–**	**–**
Total das variações do resultado e das ORA	**37.033**	**(11.813)**	**25.220**	**(5.364)**	**(184.963)**	**(190.327)**
Prêmios pagos	(37.453)	–	(37.453)	–	–	–
Soma recuperada de resseguradores	–	79.921	79.921	–	118.622	118.622
Total de fluxo de caixa	**(37.453)**	**79.921**	**42.468**	**–**	**118.622**	**(118.622)**
Outros movimentos:	**(410)**	**(12)**	**(422)**	**–**	**–**	**–**
Incluindo outras variações	(410)	(12)	(422)	–	–	–
Saldo de ativos no fechamento	**12.399**	**44.098**	**56.497**	**11.569**	**112.194**	**123.763**

15.2. Análise dos novos contratos reconhecidos durante o exercício

				31/12/2025
	Contratos rentáveis emitidos - Vida	**Contratos rentáveis emitidos - Não Vida**	**Contratos onerosos emitidos - Não Vida**	**Total - Não Vida**
Fluxos de caixa para aquisição de seguros	245	69.677	2.096	71.773
Sinistros e outras despesas de prestação de serviços de seguros a pagar	7.655	309.148	5.565	314.713
Estimativas do valor presente das saídas de caixa	**7.900**	**378.825**	**7.661**	**386.486**
Estimativas do valor presente das entradas de caixa	**(6.966)**	**(471.884)**	**(6.295)**	**(478.179)**
Ajuste de risco para o risco não financeiro	251	18.718	377	19.095
CSM	–	74.341	–	74.341
Perdas reconhecidas no reconhecimento inicial	**1.185**	**–**	**1.743**	**1.743**

				31/12/2024
	Contratos rentáveis emitidos - Vida	**Contratos rentáveis emitidos - Não Vida**	**Contratos onerosos emitidos - Não Vida**	**Total - Não Vida**
Sinistros e outras despesas de prestação de serviços de seguros a pagar	188	46.414	6.757	53.171
Fluxos de caixa para aquisição de seguros	4.877	311.951	26.778	338.729
Estimativas do valor presente das saídas de caixa	**5.065**	**358.365**	**33.535**	**391.900**
Estimativas do valor presente das entradas de caixa	(5.491)	(402.091)	(32.842)	(434.933)
Ajuste de risco para o risco não financeiro	139	15.091	582	15.673
CSM	287	28.635	–	28.635
Perdas reconhecidas no reconhecimento inicial	**–**	**–**	**1.275**	**1.275**

continua→★

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

→★ continuação

15.3. Margem de serviço contratual (CSM)

										Consolidado 31/12/2025
	1 ano ou menos	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	De 5 a 10 anos	De 10 a 15 anos	De 15 a 20 anos	Mais de 20 anos	Total
Vida	552.122	448.239	360.835	287.929	225.559	556.994	147.658	32.995	4.007	**2.616.336**
Não vida	327.856	250.412	205.438	168.096	136.582	378.933	134.775	48.511	13.006	**1.663.609**

										Consolidado 31/12/2024
	1 ano ou menos	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	De 5 a 10 anos	De 10 a 15 anos	De 15 a 20 anos	Mais de 20 anos	Total
Vida	627.152	512.798	415.909	334.548	266.810	683.726	188.708	44.781	6.686	**3.081.118**
Não vida	350.631	278.311	230.957	190.450	156.036	435.924	155.217	56.772	18.768	**1.873.066**

15.4. Movimentação da CSM de transição e novas safras

a. Vida

				31/12/2025
	Contratos avaliados em Retrospectiva Modificada	Contratos baseados no valor justo	Outros Contratos (*i*)	Total
Saldo na abertura	**3.069.193**	**11.703**	**222**	**3.081.118**
Estimativa de resultados futuros	(76.331)	(8.755)	(67)	(85.153)
Despesas com serviços prestados no período	(704.002)	(1.535)	(84)	(705.621)
Receitas ou Despesas com seguros	324.721	1.238	33	325.992
Margem de Serviços Contratual	**2.613.581**	**2.651**	**104**	**2.616.336**
Receita de seguros	1.702.315	(34.878)	7.984	1.675.421

				31/12/2024
	Contratos avaliados em Retrospectiva Modificada	Contratos baseados no valor justo	Outros Contratos (*i*)	Total
Saldo na abertura	**3.282.860**	**10.299**	**717**	**3.293.876**
Estimativa de resultados futuros	232.832	6.777	(801)	238.808
Efeito dos contratos do período	–	–	287	287
Despesas com serviços prestados no período	(785.290)	(6.436)	(87)	(791.813)
Receitas ou Despesas com seguros	338.791	1.063	106	339.960
Margem de Serviços Contratual	**3.069.193**	**11.703**	**222**	**3.081.118**
Receita de seguros	1.716.425	32.418	3.733	1.752.576

(i) outros contratos são as safras reconhecidas após a transição

b. Não Vida

				31/12/2025
	Contratos avaliados em Retrospectiva Modificada	Contratos baseados no valor justo	Outros Contratos (*i*)	Total
Saldo na abertura	**1.743.227**	**113.410**	**16.430**	**1.873.067**
Estimativa de resultados futuros	(21.908)	(23.393)	5.288	(40.013)
Efeito dos contratos do período	–	–	74.341	74.341
Despesas com serviços prestados no período	(349.569)	(23.101)	(75.132)	(447.802)
Receitas ou Despesas com seguros	184.433	11.999	7.584	204.016
Magem de Serviços Contratual	**1.556.183**	**78.915**	**28.511**	**1.663.609**
Receita de seguros	548.136	41.254	550.313	1.139.703

				31/12/2024
	Contratos avaliados em Retrospectiva Modificada	Contratos baseados no valor justo	Outros Contratos (*i*)	Total
Saldo na abertura	1.938.252	131.595	16.559	2.086.406
Estimativa de resultados futuros	(14.906)	7.584	(4.379)	(11.701)
Efeito dos contratos do período	–	–	28.635	28.635
Despesas com serviços prestados no período	(380.147)	(39.350)	(28.450)	(447.946)
Receitas ou Despesas com seguros	200.028	13.581	4.065	217.673
Margem de Serviços Contratual	**1.743.227**	**113.410**	**16.430**	**1.873.066**
Receita de seguros	511.724	109.738	461.481	1.083.770

(i) outros contratos são as safras reconhecidas após a transição.

15.5. Desenvolvimento de sinistros não descontados

a. Vida

BRUTO — **31/12/2025**

Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**Total**
Ano de ocorrência	499.518	969.497	495.913	464.243	501.764	721.499	3.652.434
Um ano mais tarde	596.756	1.091.397	558.745	540.203	624.913	–	3.412.013
Dois anos mais tarde	622.100	1.130.039	582.504	584.864		–	2.919.507
Três anos mais tarde	633.026	1.143.768	608.919	–	–	–	2.385.713
Quatro anos mais tarde	637.769	1.166.538	–	–	–	–	1.804.307
Cinco anos mais tarde	646.040	–	–	–	–	–	646.040
Sinistros brutos acumulados pagos	**613.269**	**1.110.902**	**558.671**	**522.445**	**553.838**	**434.323**	**3.793.447**
Passivo bruto - de 2020 a 2025	32.771	55.636	50.248	62.419	71.075	287.176	559.325
Passivo bruto - antes de 2020	–	–	–	–	–	–	255.583
Efeito do desconto	–	–	–	–	–	–	(292.619)
Ajuste de risco	–	–	–	–	–	–	23.094
Passivos brutos referentes a sinistros incorridos incluídos no balanço patrimonial	–	–	–	–	–	–	**545.382**

BRUTO — **31/12/2024**

Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**Total**
Ano de ocorrência	997.976	831.885	1.200.224	731.688	684.865	716.189	5.162.827
Um ano mais tarde	890.701	741.655	1.145.114	608.915	589.886	–	3.976.271
Dois anos mais tarde	890.229	739.805	1.153.502	606.100	–	–	3.389.636
Três anos mais tarde	900.833	739.439	1.158.174	–	–	–	2.798.446
Quatro anos mais tarde	897.030	738.766	–	–	–	–	1.635.796
Cinco anos mais tarde	892.145	–	–	–	–	–	892.145
Sinistros brutos acumulados pagos	**853.245**	**704.086**	**1.103.468**	**547.374**	**503.964**	**390.330**	**4.102.467**
Passivo bruto - de 2019 a 2024	38.900	34.680	54.706	58.726	85.922	325.860	598.794
Passivo bruto - antes de 2019	–	–	–	–	–	–	228.273
Efeito do desconto	–	–	–	–	–	–	(316.625)
Ajuste de risco	–	–	–	–	–	–	19.720
Passivos brutos referentes a sinistros incorridos incluídos no balanço patrimonial	–	–	–	–	–	–	**530.162**

RESSEGURO — **31/12/2025**

Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados	**2020**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2025**	**Total**
Ano de Ocorrência	578	1.465	5	–	–	(464)	1.584
Um ano mais tarde	2.335	2.617	376	–	–	–	5.329
Dois anos mais tarde	4.619	3.214	415	–	–	–	8.248
Três anos mais tarde	4.725	3.381	520	–	–	–	8.626
Quatro anos mais tarde	4.725	3.381	–	–	–	–	8.106
Cinco anos mais tarde	4.725	–	–	–	–	–	4.725
Sinistros brutos acumulados pagos	**4.725**	**3.381**	**112**	**–**	**–**	**–**	**8.218**
Passivo bruto - de 2020 a 2025	–	–	409	–	–	(464)	(55)
Passivo bruto - antes de 2020	–	–	–	–	–	–	5.224
Efeito do desconto	–	–	–	–	–	–	(616)
Passivos brutos referentes a sinistros incorridos incluídos no balanço patrimonial	–	–	–	–	–	–	**4.553**

RESSEGURO — **31/12/2024**

Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados	**2020**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2025**	**Total**
Ano de Ocorrência	13.277	2.915	3.241	282	89	235	20.039
Um ano mais tarde	12.531	4.937	4.351	446	12	–	22.277
Dois anos mais tarde	12.404	4.812	4.258	435	–	–	21.909
Três anos mais tarde	12.373	4.778	3.389	–	–	–	20.540
Quatro anos mais tarde	12.389	4.738	–	–	–	–	17.127
Cinco anos mais tarde	12.634	–	–	–	–	–	12.634
Sinistros brutos acumulados pagos	**11.990**	**4.725**	**3.381**	**112**	**–**	**–**	**20.208**
Passivo bruto - de 2019 a 2024	644	12	8	323	12	235	1.234
Passivo bruto - antes de 2019	–	–	–	–	–	–	5.435
Outros efeitos	–	–	–	–	–	–	(1.304)
Passivos brutos referentes a sinistros incorridos incluídos no balanço patrimonial	–	–	–	–	–	–	**5.365**

b. Não Vida

BRUTO — **31/12/2025**

Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**Total**
Ano de ocorrência	329.242	340.601	392.070	341.260	575.226	332.840	2.311.238
Um ano mais tarde	341.417	353.359	403.464	374.612	592.525	–	2.065.376
Dois anos mais tarde	349.091	356.155	404.117	381.414	–	–	1.490.777
Três anos mais tarde	351.034	349.351	408.766	–	–	–	1.109.151
Quatro anos mais tarde	341.250	354.576	–	–	–	–	695.826
Cinco anos mais tarde	342.467	–	–	–	–	–	342.467
Sinistros brutos acumulados pagos	**288.478**	**310.145**	**355.539**	**334.715**	**544.086**	**256.200**	**2.089.164**
Passivo bruto - de 2020 a 2025	53.990	44.431	53.227	46.699	48.439	76.639	323.425
Passivo bruto - antes de 2020	–	–	–	–	–	–	447.999
Efeito do desconto	–	–	–	–	–	–	(470.545)
Ajuste de risco	–	–	–	–	–	–	10.854
Passivos brutos referentes a sinistros incorridos incluídos no balanço patrimonial	–	–	–	–	–	–	**311.733**

BRUTO — **31/12/2024**

Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**Total**
Ano de ocorrência	452.407	366.780	402.219	436.454	380.660	610.240	2.648.760
Um ano mais tarde	424.967	342.194	356.128	405.060	377.570	–	1.905.919
Dois anos mais tarde	415.329	351.894	360.297	405.019	–	–	1.532.539
Três anos mais tarde	429.875	355.270	354.348	–	–	–	1.139.493
Quatro anos mais tarde	436.638	347.396	–	–	–	–	784.034
Cinco anos mais tarde	431.772	–	–	–	–	–	431.772
Sinistros brutos acumulados pagos	**378.075**	**293.793**	**311.087**	**355.536**	**337.110**	**496.583**	**2.172.184**
Passivo bruto - de 2019 a 2024	53.697	53.603	43.263	49.483	40.460	113.657	354.163
Passivo bruto - antes de 2019	–	–	–	–	–	–	228.273
Efeito do desconto	–	–	–	–	–	–	(316.625)
Ajuste de risco	–	–	–	–	–	–	19.720
Passivos brutos referentes a sinistros incorridos incluídos no balanço patrimonial	–	–	–	–	–	–	**285.531**

RESSEGURO — **31/12/2025**

Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**Total**
Ano de Ocorrência	14.411	3.119	4.674	1.507	158.508	375	182.595
Um ano mais tarde	21.521	1.972	3.908	8.617	225.878	–	261.897
Dois anos mais tarde	14.968	(1.310)	3.893	8.636	–	–	26.187
Três anos mais tarde	11.133	(291)	4.854	–	–	–	15.695
Quatro anos mais tarde	12.748	184	–	–	–	–	12.932
Cinco anos mais tarde	15.191	–	–	–	–	–	15.191
Sinistros brutos acumulados pagos	**14.759**	**(82)**	**2.405**	**8.183**	**225.358**	**–**	**250.622**
Passivo bruto - de 2020 a 2025	432	266	2.449	453	520	375	4.495
Passivo bruto - antes de 2020	–	–	–	–	–	–	23.661
Efeito do desconto	–	–	–	–	–	–	15.942
Passivos brutos referentes a sinistros incorridos incluídos no balanço patrimonial	–	–	–	–	–	–	**44.098**

RESSEGURO — **31/12/2024**

Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**Total**
Ano de Ocorrência	13.277	2.915	3.241	282	89	235	20.039
Um ano mais tarde	12.531	4.937	4.351	446	12	–	22.277
Dois anos mais tarde	12.404	4.812	4.258	435	–	–	21.909
Três anos mais tarde	12.373	4.778	3.389	–	–	–	20.540
Quatro anos mais tarde	12.389	4.738	–	–	–	–	17.127
Cinco anos mais tarde	12.634	–	–	–	–	–	12.634
Sinistros brutos acumulados pagos	**11.990**	**4.725**	**3.381**	**112**	**–**	**–**	**20.208**
Passivo bruto - de 2019 a 2024	644	12	8	323	12	235	1.234
Passivo bruto - antes de 2019	–	–	–	–	–	–	5.435
Outros efeitos	–	–	–	–	–	–	(1.304)
Passivos brutos referentes a sinistros incorridos incluídos no balanço patrimonial	–	–	–	–	–	–	**5.365**

16. Passivo fiscal corrente

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRRF	29	38	3.467	3.251
ISS	–	–	547	494
IOF	–	–	40.239	36.451
INSS e FGTS	29	35	7.027	6.239
PIS, COFINS e CSLL retidos	3	13	1.431	1.369
IRPJ e CSLL	3.863	1.495	362.574	345.492
PIS e COFINS	485	787	8.642	9.455
Provisão de tributos contrato externo	4.662	4.662	4.662	4.662
Outros impostos e contribuições	297	296	297	295
Total	**9.368**	**7.326**	**428.886**	**407.708**

17. Outros passivos e Passivos de arrendamento

a. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	–	–	87	373
Depósitos de terceiros	–	–	130	134
Contas a pagar despesas operacionais	–	–	19.494	33.656
Contas a pagar despesas administrativas	14.427	14.434	70.281	94.188
Passivo de arrendamento	–	–	9.384	4.308
Outras obrigações a pagar	–	–	(6.452)	2.123
Total	**14.427**	**14.434**	**92.924**	**134.782**

b. Passivos de arrendamento

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

			Consolidado
	Passivo de arrendamento	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2025	**4.768**	**(460)**	**4.308**
Apropriação de juros transcorridos	–	574	574
Constituições/reavaliações de contratos	5.705	(759)	4.946
Pagamentos	4.712	–	4.712
Outras/Baixas	(4.584)	(572)	(5.156)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**10.601**	**(1.217)**	**9.384**
Circulante	3.876	(185)	3.691
Não circulante	6.731	(1.033)	5.698

Controladora: Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 não havia contratos ativos.

Consolidada: A taxa média ponderada utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arredamento é de 7,86 % a.a. em 31 de dezembro de 2025 (7,60 % a.a. em 31 de dezembro de 2024).

Valor presente dos pagamentos mínimos dos arredamentos:

			Consolidado 31/12/2025
	Até 1 ano	Mais de 1 ano e até 5 anos	Total
Passivo de arrendamento	12.527	22.591	35.118

18. Provisões para processos judiciais

18.1. Composição

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ações judiciais cíveis	520.523	549.374
Ações judiciais trabalhistas	55.130	53.500
Ações judiciais fiscais	16.172	–
Obrigações legais - fiscal *(i)*	3.834.503	3.579.338
Outras Obrigações	2.075	2.075
Totais	**4.428.403**	**4.184.287**

(i) O valor de obrigações legais fiscais provisionado em 2025 decorre de indeferimento de pedidos de compensação de contribuições previdenciárias, que estão em discussão administrativa junto a Receita Federal do Brasil.

Cíveis

As provisões judiciais cíveis referem-se, basicamente, a pedidos de indenização material e moral por negativa de pagamento de sinistros em função, principalmente, de: (i) doenças pré-existentes; (ii) discordância em relação ao valor indenizado; (iii) danos físicos ao imóvel por vício de construção e; (iv) falta de pagamento/devolução de prêmio.

Adicionalmente, a Companhia é parte envolvida em 7.103 ações judiciais relacionadas ao Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH (2024 - 7.268). O SH/SFH foi criado pelo artigo 14 da Lei nº 4.380/1964 e, desde 1988, passou a ter o equilíbrio da apólice garantida pelo FCVS, que foi criado no ano de 1967. Em razão dessas demandas judiciais, a Companhia é obrigada a assumir todas as despesas processuais e, posteriormente, busca o ressarcimento dos montantes pagos junto ao FCVS.

Desta forma, considerando os processos em que a Companhia é requerida judicialmente, sem uma perspectiva efetiva de ser totalmente ressarcida pelo FCVS, a Administração entendeu ser adequado efetuar uma provisão para contingenciar parte dos valores que estão em discussão. A provisão é composta pela expectativa de desembolso futuro, líquida dos valores que a Companhia espera ser reembolsada administrativamente pelo fundo, e por fim, sobre desse saldo desembolsado e não ressarcido, aplica-se um percentual estimado de perda das ações judiciais de cobrança. O montante provisionado corresponde a melhor estimativa do saldo líquido que será efetivamente desembolsado, mas que devem ter seu reembolso definitivamente glosado tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial. O saldo da provisão constituída em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 336.486 (31 de dezembro 2024 - R$ 359.009).

Trabalhistas

As provisões judiciais trabalhistas referem-se, basicamente, a questionamentos de valores por ocasião da rescisão contratual.

Fiscais

A Companhia possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento.

As discussões judiciais envolvendo obrigações legais são integralmente provisionadas independentemente da avaliação quanto a probabilidade de perda e referem-se basicamente a discussões de:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é provável. O processo aguarda o julgamento do recurso de Apelação interposto pela União para a aplicação do entendimento firmado no precedente do STF (RE 400.479/rj - Axa seguros). Período de 02/1999 a 12/2014. Valor provisionado em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 1.324.447 (31 de dezembro de 2024 - R$ 1.248.512);

(ii) Aumento da alíquota da CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 9% para 15% através da Lei 11.727/2008. A probabilidade de perda é provável. Aguarda-se (i) a homologação do pedido de desistência do processo, considerando que não há nenhuma possibilidade de sucesso nessa ação, visto que a majoração foi declarada constitucional no julgamento da ADI 4101, o qual será aplicado ao caso da Companhia em razão da sua natureza vinculante (art. 927, I, do CPC); (ii) os trâmites judiciais sobre a validação do valor depositado; (iii) a conversão em renda para a a União; e (iv) o excedente a ser levantado pela Companhia. Diante da decisão em 1ª instância que denegou a segurança pleiteada e em decorrência de outras ações da mesma natureza que tiveram julgamento desfavorável, conforme decisões proferidas pelo STF de improcedência das ADI nº 4101 e 5485, a Companhia realizou o depósito integral a fim de suspender a exigibilidade do crédito tributário, obstando-se a inscrição da contribuinte no CADIN. Valor atualizado provisionado e integralmente depositado em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 2.510.055 (31 de dezembro de 2024 foi de R$ 2.330.826).

Além dos saldos acima, ainda temos discussões que foram integralmente provisionadas e recolhidas. Caso a decisão seja favorável, as Controladas obterão direito de recuperação dos respectivos valores recolhidos:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se aguardando julgamento dos recursos extraordinário e especial, interpostos pela Companhia, conclusos para admissibilidade recursal, mas o processo deve retornar ao relator para aplicação da decisão do STF (RE 400.479/rj - Axa seguros) ao caso. Período de 02/1999 a 07/2007 - Valor em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 203.719;

(ii) PIS e COFINS - Lei 12.973/14: não incidência de PIS/COFINS sobre receita do ativo garantidor a partir de 2015. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se aguardando julgamento dos recursos extraordinário e especial interpostos pela Companhia, conclusos para admissibilidade recursal. Em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 181.378 (31 de dezembro de 2024 - R$ 171.769);

(iii) Majoração da Alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 15% para 20% através da Lei 13.169/2015. A probabilidade de perda é provável. O processo encontra-se aguardando julgamento do recurso especial interposto pela Companhia, concluso para admissibilidade recursal. Período de 09/2015 a 12/2018 - Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 385.514;

(iv) Mandado de Segurança - Exclusão do valor da SELIC que incide sobre os indébitos tributários dos contribuintes da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se aguardando certificação do trânsito em julgado e o seu consequente arquivamento definitivo, diante da decisão denegando seguimento ao recurso especial interposto pela empresa, em sede de juízo de admissibilidade, acerca da exigência de IRPJ/CSLL sobre a taxa SELIC na devolução de depósitos judiciais, ante o entendimento firmado no Tema nº 962/STF e Tema nº 504/STJ, no qual, reafirmou a orientação de que "os juros incidentes na devolução dos depósitos judiciais possuem natureza remuneratória e não escapam à tributação pelo IRPJ e pela CSLL". Contudo, a Companhia já obteve decisão favorável quanto ao afastamento da exigência de IRPJ/CSLL sobre os valores relativos à taxa Selic recebidos pelas empresas na repetição de indébito tributário, por meio de processos administrativos ou judiciais (Tema 962/STF), na qual declarou "a inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito". A fim de recuperar os valores pagos indevidamente a partir de 19/08/2016, a Companhia solicitou a habilitação dos créditos perante a Receita Federal, mediante a homologação da solicitação, efetuou a compensação dos valores em dezembro de 2024, sendo que os valores atualizados e compensados foram de R$ 7.561, não restando valores a registrar sobre o tema.

18.2. Segregação em função da probabilidade de perda

Apresentamos a seguir, os valores em riscos Consolidados:

					31/12/2025
Consolidado	**Quantidade**	**Remota**	**Possível**	**Provável**	**Total**
Natureza cível	7.588	173.344	111.970	520.523	805.837
Natureza trabalhista	282	7.180	106.442	55.130	168.752
Contingências fiscais	2	–	–	3.834.503	3.834.503
Obrigações legais fiscais	51	475	1.358	16.172	18.005
Outras obrigações	–	–	–	2.075	2.075
Totais	**7.923**	**180.999**	**219.770**	**4.428.403**	**4.829.172**

					31/12/2024
Consolidado	**Quantidade**	**Remota**	**Possível**	**Provável**	**Total**
Natureza cível	8.179	185.644	112.396	549.374	847.414
Natureza trabalhista	313	4.714	94.867	53.500	153.081
Obrigações legais fiscais	2	–	–	3.579.338	3.579.338
Contingências fiscais	15	–	9.010	–	9.010
Outras obrigações	–	–	–	2.075	2.075
	8.509	**190.358**	**216.273**	**4.184.287**	**4.590.918**

18.3. Movimentação das ações judiciais consolidadas

	Saldo 01/01/2025	Adições	Reversões	Baixas	Atualizações e juros	Saldo 31/12/2025
Natureza cível	549.374	28.356	(56.133)	(11.211)	10.137	**520.523**
Natureza trabalhista	53.500	2.975	(6.026)	(392)	5.073	**55.130**
Contingências Fiscais	–	11.148	–	–	5.024	**16.172**
Obrigações legais fiscais	3.579.338	–	–	–	255.165	**3.834.503**
Outras obrigações	2.075	–	–	–	–	**2.075**
Totais	**4.184.287**	**42.479**	**(62.159)**	**(11.603)**	**275.399**	**4.428.403**

	Saldo 01/01/2024	Adições	Reversões	Baixas	Atualizações e juros	Saldo 31/12/2024
Natureza cível	**487.447**	72.545	(15.718)	(11.245)	16.345	**549.374**
Natureza trabalhista	**51.268**	1.011	(3.660)	(921)	5.802	**53.500**
Obrigações legais fiscais	**3.379.317**	–	–	(159)	200.180	**3.579.338**
Outras obrigações	**2.474**	–	(399)	–	–	**2.075**
Totais	**3.920.506**	**73.556**	**(19.777)**	**(12.325)**	**222.327**	**4.184.287**

19. Passivos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	–	4	4.729	5.461
Honorários e remunerações	–	–	56.942	51.225
Obrigações a pagar empresas ligadas	15.665	13.439	23.964	18.146
Contas a pagar despesas operacionais	–	–	2.323	1.566
Passivos fundo angico	–	–	2.229	3.643
Outros passivos financeiros	–	59	2.979	3.636
Total	**15.665**	**13.502**	**93.166**	**83.677**

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 2.520.000 em 31 de dezembro de 2025 (31 de dezembro de 2024 - R$ 2.366.000), e está representado por 4.726.868 ações ordinárias nominativas sem valor nominal no período atual e anterior. Em março de 2025 foi aprovado o aumento do capital social da companhia no montante de R$ 154.000, mediante a capitalização da reserva legal.

20.2. Gestão do capital

A Gestão de capital é realizada de forma corporativa e busca assegurar que o Grupo mantenha uma sólida base de capital para fazer frente aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para esse fim, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, bem como a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação. O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, tanto em situações normais de mercado quanto em condições extremas.

A gestão de capital considera, principalmente, os indicadores regulatórios aplicáveis às sociedades seguradoras do grupo, incluindo o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao Capital Mínimo Requerido (CMR), conforme regulamentação vigente. Em 31 de dezembro de 2025, as sociedades reguladas do grupo atendiam integralmente aos requerimentos mínimos de capital estabelecidos pelo regulador.

Com a adoção do IFRS 17, houve alterações na mensuração dos contratos de seguros e no reconhecimento dos resultados, as quais podem impactar indicadores regulatórios das sociedades do grupo. Tais impactos foram devidamente considerados na gestão de capital e não resultaram em descumprimento dos limites regulatórios aplicáveis. Informações quantitativas detalhadas sobre os indicadores regulatórios, incluindo o cálculo do PLA e do CMR, são apresentadas nas demonstrações financeiras das controladas reguladas, publicadas conjuntamente com estas demonstrações financeiras.

20.3. Reservas de lucros

a. Reserva legal - é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 62.244 (31 de dezembro de 2024 - R$ 171.811).

b. Reserva de retenção de lucros - é constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar o dividendo proposto, a reserva legal e os juros sobre o capital próprio. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 2.990.623 (31 de dezembro de 2024 - R$ 2.856.597).

c. Reserva de Capital - é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e poderá ser utilizada conforme os fins previstos na referida lei. O saldo de 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 era de R$ 16.210.

20.4. Ajuste de avaliação patrimonial

A conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial registra, no patrimônio líquido, as variações de valor justo de ativos e passivos que, conforme as normas contábeis, não são reconhecidas diretamente no resultado, sendo apropriadas ao resultado apenas quando da sua realização ou liquidação. O saldo em 31 de dezembro de 2025 era de R$ (17.974) (31 de dezembro de 2024 - R$ (147.437)).

continua →★

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

→ continuação

20.5. Reserva de valor justo dos ativos financeiros

A reserva de valor justo dos ativos financeiros reflete as variações no valor de mercado dos ativos financeiros avaliados ao valor justo, como títulos de dívida e instrumentos de capital, cuja alteração no valor justo é reconhecida no patrimônio líquido, especificamente em Outros Resultados Abrangentes (ORA). O saldo em 31 de dezembro de 2025 era de R$ (28.264) (31 de dezembro de 2024 - R$ (107.937)).

20.6. Reservas de seguros e resseguros

Reserva criada para ajustes nas obrigações dos contratos de seguro devido a certos movimentos do mercado financeiro. Especificamente, essa reserva é utilizada para ajustes que surgem das mudanças na taxa de desconto usada para medir as obrigações dos contratos de seguros e resseguros. A variação no valor da reserva financeira é consequência do impacto no passivo relacionado a contratos de seguros e resseguros pela variação da taxa de juros observada no período. O saldo em 31 de dezembro de 2025 era de R$ (260.980) (31 de dezembro de 2024 - R$ 434.684).

20.7. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido do exercício, sendo que esses valores não são atualizados monetariamente, cujos montantes serão provisionados no final do exercício corrente.

Para os exercícios de 2025 e 2024, a Companhia havia feito distribuição de dividendo intercalar em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório, por essa razão, não foi registrado valor a pagar em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A seguir apresentamos os valores propostos pela Administração para aprovação dos Acionistas:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do período	888.668	993.472
(–) Reserva Legal	(44.433)	(49.674)
Base de cálculo de dividendos	**844.235**	**943.798**
Dividendo mínimo - 25%	211.059	235.950
Dividendos intercalares pagos	355.000	480.887
Dividendos complementares propostos pela Administração	327.901	174.770
Total	**682.901**	**655.657**

21. Detalhamento das principais contas da demonstração do resultado

Demonstramos abaixo a abertura dos principais grupos de contas do resultado:

21.1. Receita das operações de seguros e resseguro

São as receitas relacionadas a Contratos não mensurados nos termos da abordagem de alocação prêmios (PAA). Referem-se a valores relacionados a variações ou mudanças nos passivos para cobertura remanescente.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
CSM reconhecido para serviços prestados	1.153.423	1.239.760
Mudança do ajuste de risco	78.333	78.534
Expectativa de sinistros incorridos e outras despesas com prestação de serviços de seguro	1.319.021	1.265.974
Recuperação dos custos de aquisição	261.264	256.802
Ajuste de experiência	9.600	4.698
Variação do componente de perda	(6.517)	(10.249)
Receita das operações de seguro	**2.815.124**	**2.835.519**
Contratos mensurados nos termos do PAA	10.131	202.226
Total da receita de seguros e resseguros	**2.825.255**	**3.037.745**

21.2. Despesas com operações de seguros e resseguros

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Serviços e custos reais	(675.846)	(747.980)
Comissões	(265.299)	(256.498)
Custos reais atribuíveis	(412.331)	(427.266)
Variação associada a serviços passados	(175.599)	(173.063)
Amortização de custos de aquisição	(261.264)	(256.802)
Variação do ajustamento pelo risco - LIC	5.930	4.785
Perdas e recuperações em contratos deficitários	(7.910)	(5.277)
Despesas da operação de seguro	**(1.792.319)**	**(1.862.101)**
Contratos mensurados nos termos do PAA	(37.950)	5.523
Total	**(1.830.269)**	**(1.856.578)**

21.3. Resultado financeiro das operações de seguros

A composição dos resultados financeiros das operações de seguros, está demonstrada a seguir:

			31/12/2025
	Vida	Não Vida	Total
Receita financeira dos ativos vinculados a contratos de seguros	129.273	98.834	228.107
Valores reconhecidos em ORA	202.903	86.340	289.333
Total das receitas financeiras líquidas	**332.176**	**185.264**	**517.440**
Despesa financeira de contrato de seguros	4.949	(107.189)	(102.240)
Resultado financeiro das operações de seguros	**337.125**	**78.075**	**415.200**
Representada por:			
Valores reconhecidos no resultado	134.222	(8.355)	125.867
Valores reconhecidos em ORA	202.903	86.340	289.333

			31/12/2024
	Vida	Não Vida	Total
Receita financeira dos ativos vinculados a contratos de seguros	102.215	85.545	187.760
Valores reconhecidos em ORA	(577.599)	(238.963)	(816.562)
Total das receitas financeiras líquidas	**(475.384)**	**(153.418)**	**(628.803)**
Despesa financeira de contrato de seguros	176.852	(96.701)	80.151
Resultado financeiro das operações de seguros	**(298.532)**	**(250.119)**	**(548.651)**
Representada por:			
Valores reconhecidos no resultado	279.067	(11.156)	267.911
Valores reconhecidos em ORA	(577.599)	(238.963)	(816.562)

21.4. Outros resultados financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita com Título público de renda fixa	12.865	9.939	73.666	153.192
Despesa com Título público de renda fixa	(8.315)	(1.418)	10.377	13.724
Receita Título privado de renda fixa	(2.729)	(3.573)	(3.559)	(22.617)
Despesa Título privado de renda fixa	(10.357)	(1.035)	(15.449)	(24.400)
Receita com Fundos de investimento	31.407	31.735	213.993	139.734
Despesa Fundos de investimento	–	–	272	(734)
Resultado com fundos de investimentos - equiv. de caixa	33.833	–	117.190	–
Atualização de contingência	–	–	(275.399)	(222.328)
Juros sobre Capital Próprio	–	6.635	–	6.635
Outras receitas financeiras e despesas financeiras *(i)*	22.378	8.087	183.181	141.771
Total	**79.082**	**50.370**	**304.272**	**184.977**

(i) O grupo efetuou o registro de atualização de deposito judicial e contingência fiscal, que até então não vinham sendo atualizados

21.5. Resultado patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado de equivalência patrimonial - operação continuada	821.570	900.569	–	–
Resultado de equivalência patrimonial - descontinuada	2.598	38.239	2.598	38.239
Total	**824.168**	**938.808**	**2.598**	**38.239**

21.6. Outros resultados operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado com baixa de ativos	–	–	787	(8.922)
Movimentação do SFH *(i)*	–	–	22.565	(45.259)
Ganho na venda de participações societárias *(ii)*	20.341	–	20.341	–
Outros resultados operacionais	–	–	(2.055)	272
Total	**20.341**	**–**	**41.638**	**(53.909)**

(i) Refere-se substancialmente à variação da provisão para contingências de parte dos valores que estão em discussão, também relativo ao SH/SFH.
(ii) Vide nota explicativa 12.1.

21.7. Redução ao valor recuperável

Refere-se à reversão da provisão para perda de créditos a recuperar junto ao SH/SFH o saldo era de R$ 6.646 em 31 de dezembro de 2025, (31 de dezembro de 2024 - R$ 788).

22. Imposto de renda e contribuição social

Demonstramos a seguir o cálculo de taxa efetiva:

				Controladora
		31/12/2025		31/12/2024
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	910.264	910.264	980.806	980.806
(–) Resultado de equivalência patrimonial	(824.168)	(824.168)	(938.808)	(938.808)
(–) Outras variações	(22.550)	(22.550)	(73.731)	(73.731)
Base de cálculo	**63.546**	**63.546**	**(31.733)**	**(31.733)**
Taxa nominal do tributo	9,00%	25,00%	9,00%	25,00%
Tributos calculado a taxa nominal	**(5.719)**	**(15.887)**	**2.856**	**7.933**
Ajustes do lucro real	(17.130)	(17.130)	(20.623)	(19.867)
Ajustes temporários diferidos	(2.721)	(2.721)	5.217	5.217
Aproveitamento/Const. prejuízo fiscal	19.893	19.893	9.161	9.485
Total ajustes do lucro real	**42**	**42**	**6.244)**	**(5.164)**
Tributos sobre os ajustes	**(4)**	**(10)**	**562**	**1.291**
Incentivos fiscais	–	24	–	24
Despesa contabilizada	**(5.723)**	**(15.873)**	**3.418**	**9.248**
Taxa efetiva	**9,01%**	**24,98%**	**10,77%**	**29,14%**

				Consolidado
		31/12/2025		31/12/2024
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	1.433.721	1.433.721	1.533.813	1.533.813
(–) Resultado de equivalência patrimonial	(2.598)	(2.598)	(38.239)	(38.239)
(–) Outras variações	(29.810)	(29.810)	(99.561)	(97.700)
Base de cálculo	**1.401.312**	**1.401.312**	**1.396.013**	**1.397.874**
Tributos calculado a taxa nominal *(i)*	**(203.260)**	**(349.342)**	**(209.792)**	**(350.633)**
Ajustes do lucro real	(6.930)	(7.364)	28.001	26.321
Benefícios incentivados	8.557	8.557	20.500	20.500
Ajustes temporários diferidos	(14.418)	(14.835)	(85.846)	(83.817)
Aproveitamento/Const. prejuízo fiscal	18.385	18.385	9.086	9.410
Total ajustes do lucro real	**5.595**	**4.743**	**(28.259)**	**(27.586)**
Tributos sobre os ajustes	**(837)**	**(1.186)**	**3.858**	**6.897**
Incentivos fiscais	–	13.095	–	7.945
Despesa contabilizada	**(204.097)**	**(337.432)**	**(205.934)**	**(335.791)**

23. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas ao Grupo: sua controladora CNP Assurances S.A., suas acionistas Caixa Seguridade Participações S.A., e CNP Assurances Brasil Holding Ltda., suas Controladas e Coligada, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares.

O Grupo atua de forma integrada com suas controladas e compartilha com elas certos componentes da estrutura física, operacional e administrativa. Os custos dessa estrutura são atribuídos segundo critérios definidos pela administração que consideram, dentre outras variáveis, os volumes de negócios de cada uma das empresas.

Os saldos das operações ativas e passivas da Companhia. com as partes relacionadas em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 e seus respectivos resultados dos exercícios 2025 e 2024 são apresentados abaixo:

				Controladora		
		31/12/2025			31/12/2024	
	Empresa Relacionada *(i)*	Controlador Direto *(ii)*	Controlador Indireto *(iii)*	Empresa Relacionada *(i)*	Controlador Direto *(ii)*	Controlador Indireto *(iii)*
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	–	–	5	–	–	1
Títulos e créditos a receber	788	–	–	–	–	–
Dividendos a receber	7.224	–	–	7.383	–	–
Passivos	–	–	–	–	–	–
Passivos financeiros	(2.922)	(12.743)	–	(696)	(12.743)	–
Resultado						
Outras receitas e despesas operacionais recorrentes	(4.936)	–	–	(617)	(10.221)	–

				Consolidado		
		31/12/2025			31/12/2024	
	Empresa Relacionada *(i)*	Controlador Direto *(ii)*	Controlador Indireto *(iii)*	Empresa Relacionada *(i)*	Controlador Direto *(ii)*	Controlador Indireto *(iii)*
Ativos						
Caixa e Equivalente de Caixa	11.910	–	5	8.681	–	1
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	46.184	–	–	66.570	–	–
Títulos e créditos a receber	24.752	977	2.922	55.481	103	696
Outros investimentos	954	–	–	–	–	–
Passivos						
Provisões Técnicas de seguros	(10.803)	–	–	(13.605)	–	–
Passivos Financeiros	(11.221)	(12.743)	–	(5.440)	(12.743)	–
Resultado						
Receita das operações de seguros	12.205	–	–	9.010	–	–
Custos/Despesas da operação de seguro	(163.370)	–	–	(223.004)	–	–
Outros resultados financeiros	35	–	–	(2)	–	–
Outras receitas e despesas operacionais recorrentes	13.420	1.525	4.936	(68.811)	(10.118)	695
Outros resultados operacionais	329	–	–	–	–	–

(i) Empresas relacionadas: Caixa Seguradora especializada em Saúde S.A., Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda., CNP Participações Securitárias Brasil Ltda., Caixa Seguradora S.A., CNP Consórcios S.A;
(ii) Caixa Seguridade Participações S.A. e CNP Assurances, controladores direto da CNP Seguros Holding Brasil S.A;
(iii) Caixa Econômica Federal, controlador indireto da CNP Seguros Holding Brasil S.A.

A remuneração do pessoal-chave da Administração em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 1.409 (31 de dezembro de 2024 - R$ 1.464).

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

24. Plano de previdência patrocinado

Suas controladas são co-patrocinadoras de planos de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livre (PGBL). O Plano de Previdência Complementar Aberta - PREV 21 é um plano de benefício aberto que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.

Nos termos do regulamento do fundo, os patrocinadores contribuem com percentuais variáveis, aplicados sobre o salário de contribuição do empregado.

Para todos os empregados, independente da data de admissão, a colaboração dos patrocinadores no Plano de Previdência Complementar - PREV 21 será de forma paritária, na proporção de 1:1, considerando o valor das contribuições voluntárias dos empregados, limitada a 12%.

No exercício findo de 2025, o Grupo efetuou contribuições no montante de R$ 6.045 (31 de dezembro de 2024 - R$ 11.027).

Conselho de Administração

Thomas Behar (Presidente)
Julia Deiva (Membro)
Sonia Fanny Marie Odile de Demandolx Furtado (Membro)
Benoît Joseph Marie Piveteau (Membro)
Eduardo Fabiano Alves da Silva (Membro)
Maximiliano Alejandro Villanueva (Membro)
Marcos Brasiliano Rosa (Membro)
Miriam Aparecida Belchior (Membro)
Cristina Kiomi Mori (Membro)
Juliano Fernandes Bourim (Membro)

Diretoria Executiva

Sany de Jesus Mota Silveira (Diretora Presidente)
Marco Antonio Barbosa Pires (Diretor Financeiro)
Leticia de Oliveira Doherty (Diretora de Riscos e Controles Internos)
Joaquim Alfredo da Cruz Filho (Diretor de Operações)

Contadora

Roseli de Fatima Bernardi Theobald
CRC DF 014844/O-0

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da CNP Seguros Holding Brasil S/A ("Holding"), instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, composto por membros eleitos pela Assembleia Geral, estende a sua competência à Caixa Seguradora S/A e à Youse Seguradora S/A, supervisionadas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, atuando na condição de Comitê de Auditoria Único do Grupo, por deliberação dos seus acionistas e de acordo com o previsto na regulamentação pertinente.

O Comitê, no âmbito de suas atribuições, apoia o Conselho de Administração em suas responsabilidades de zelar pelas atividades que têm como objetivo garantir o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a integridade e qualidade das demonstrações financeiras, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de controles internos e da estrutura de gestão de riscos, o cumprimento de normas internas e externas, e a efetividade e independência das auditorias independente e interna.

O Comitê atua por meio de reuniões com representantes designados pela Administração e/ou convocados para prestar informações e responder a questionamentos formulados pelos seus membros, e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. No exercício findo em 31/12/2025, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regimento Interno, incluindo discussão com a Administração e com os auditores independentes e internos sobre o tratamento das questões contábeis, de controles internos, de conformidade e de gestão de riscos mais relevantes, e sobre a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as respectivas notas explicativas, o relatório da Administração e a análise dos relatórios dos auditores independentes sobre elas, visando seu alinhamento com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). O Comitê realizou ainda reuniões com a Presidência, na qual foram tratados, dentre outros assuntos, o plano de negócios das atividades do Grupo.

Suas avaliações baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e compliance, e nas suas próprias análises, sendo da Administração a responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Susep, e o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na sua preparação, bem como o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e conformidade.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), tendo o Comitê avaliado os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debatido com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

A auditoria interna auxilia a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade dos negócios ou a fidedignidade das demonstrações financeiras.

Com base nas informações recebidas e nas avaliações efetuadas, o Comitê entende que o sistema de controles internos da Holding e de suas subsidiárias está adequado ao porte e complexidade de seus negócios, e avalia como efetiva a qualidade dos trabalhos realizados pela auditoria interna e pela KPMG Auditores Independentes Ltda.

O Comitê, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração da Holding a aprovação das demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31/12/2025, e que tiveram parecer sem restrições dos auditores independentes.

Brasília (DF), 24 de fevereiro de 2026.

Assizio Aparecido de Oliveira — **João Antonio Chiappa** — **Eduardo Costa Oliveira**

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
CNP Seguros Holding Brasil S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **CNP Seguros Holding Brasil S.A.** (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **CNP Seguros Holding Brasil S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026.

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Carolina Maciel Messias dos Santos
Contadora CRC SP-246031/O-8

CAIXA SEGURADORA S.A.
CNPJ: 34.020.354/0001-10

CNP Seguros holding | Brasil

Relatório da Administração - Exercício de 2025

Senhores Acionistas,
Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da CAIXA SEGURADORA S.A. ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.
No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou desempenho econômico-financeiro positivo, encerrando o período com lucro líquido de R$ 846,9 milhões, o que representa crescimento de 7,6% em relação ao exercício anterior. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio (ROE médio) foi de 26,1%, refletindo a eficiência na gestão do capital e dos recursos disponíveis.
Os prêmios ganhos totalizaram R$ 2.789,3 milhões no exercício de 2025, apresentando redução de 3,1% quando comparados ao exercício anterior. Ainda assim, o resultado operacional da Companhia permaneceu adequado, apoiado principalmente pela evolução do resultado financeiro, que alcançou R$ 386,4 milhões, representando crescimento de 45,6% em relação a 2024, em linha com a estratégia de gestão do portfólio de investimentos.
Os ativos financeiros totalizaram R$ 4.352,0 milhões ao final do exercício, registrando aumento de 3,4% em relação ao exercício anterior, evidenciando a solidez da posição financeira da Companhia. As provisões técnicas encerraram o exercício de 2025 no montante de R$ 2.195,2 milhões, crescimento de 5,0% em comparação ao exercício anterior, mantendo-se compatíveis com as obrigações assumidas e em conformidade com os critérios estabelecidos pela regulamentação da SUSEP.
O patrimônio líquido da Companhia atingiu R$ 3.415,6 milhões em 31 de dezembro de 2025, ante R$ 3.074,5 milhões registrados em 2024, representando aumento de 11,1%. A Companhia manteve, ao longo do exercício, níveis adequados de capitalização e solvência, atendendo aos requerimentos regulatórios vigentes.
A Caixa Seguradora segue responsável pela administração da carteira de clientes do seguro habitacional e manteve sua posição de liderança no segmento em 2025. Estamos com 28,1% de participação de mercado, 2,8 milhões de contratos ativos e uma base de 3,7 milhões de clientes.
Política de Reinvestimento de Lucros e Distribuição de Dividendos
A destinação do lucro apurado em cada exercício social é proposta pelo Conselho de Administração, por ocasião das demonstrações financeiras. A aprovação desta proposta é feita pelos Acionistas e devidamente registrada em ata na qual constará, entre outras informações, e caso aplicável, a parcela de lucro líquido ajustado que será distribuída a título de dividendos e a parcela do lucro que será retida para manutenção da continuidade operacional da Companhia.
A Companhia tem como prática a distribuição dos resultados obtidos, assegurando aos Acionistas, a título de dividendos, o mínimo de 25%, conforme estabelecido no Estatuto Social.
Honorários de Auditoria externa
A divulgação dos honorários de auditoria externa é publicada anualmente nas informações financeiras do controlador final, CNP Assurances, na França.
Governança, Pessoas e Equidade de Gênero
As informações exigidas pelo art. 133, §6º, da Lei nº 6.404/76, conforme incluído pela Lei nº 15.177/2025, são divulgadas no Relatório da Administração da Controladora, CNP Seguros Holding Brasil S.A.
Estratégias de fidelização dos clientes
A abordagem estratégica da Caixa Seguradora é fundamentada em indicadores-chave de satisfação, como o Net Promoter Score (NPS) e o Customer Effort Score (CES). A partir da análise desses indicadores, construímos um ciclo contínuo de melhorias nos processos. Como resultado, a Caixa Seguradora alcançou um NPS global de 79% e um CES de 88%, níveis que refletem um patamar de excelência na qualidade do serviço prestado e assegura m a melhor experiência aos clientes
Paralelamente, realizamos esforços para manter a reputação da Caixa Seguradora em patamar "ótimo" no site Reclame Aqui, que é referência de percepção do mercado. A reputação da Companinha do site fechou 2025 com nota média de 8.7.
Novos negócios
No período, a Caixa Seguradora foi habilitada pela Caixa Econômica Federal em duas consultas públicas, resultando na contratação dos produtos Seguro Patrimonial Caixa (PATCEF) e Seguro dos Terminais Financeiros Lotéricos (TFL). Com essas habilitações, a Companhia segue garantindo a cobertura securitária de mais de 4 mil instalações físicas da Caixa em todo o território nacional, além de aproximadamente 50 mil equipamentos instalados nas unidades lotéricas.
Em conjunto com a oferta do Seguro MR Empresarial e dos Seguros Lotérico/CCA, essas iniciativas reforçam a parceria estratégica com o banco e evidenciam a competitividade e a solidez do portfólio da Companhia. Desde o retorno da oferta do MR Empresarial no Balcão Caixa, foram emitidas mais de 32 mil apólices, enquanto os Seguros Lotérico/CCA contabilizam aproximadamente 3.500 apólices emitidas, relacionadas ao processo de renovação, exigência da Caixa junto a seus correspondentes bancários.
Considerações Finais e Agradecimentos
A Companhia agradece o apoio e a confiança de acionistas, conselheiros, colaboradores e clientes.

Brasília, 24 de fevereiro de 2026.
A Administração

Balanço Patrimonial
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
CIRCULANTE		**3.844.953**	**2.586.060**
Disponível	5	**443.748**	**10.020**
Caixa e bancos		2.157	3.560
Equivalente de caixa		441.591	6.460
Aplicações	6	**2.530.646**	**1.672.009**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**674.226**	**663.919**
Prêmios a receber	7.1	664.300	588.404
Operações com seguradoras		154	408
Operações com resseguradoras	8	9.772	75.107
Outros créditos operacionais	7.2	**17.746**	**18.587**
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	8	**22.357**	**25.507**
Títulos e créditos a receber		**119.663**	**151.515**
Títulos e créditos a receber	10.1	108.794	140.154
Créditos tributários e previdenciários	10.2	2.874	4.144
Outros créditos	10.3	7.995	7.217
Outros valores e bens	9	**13.757**	**20.281**
Bens a venda		10.148	16.761
Outros valores		3.609	3.520
Despesas antecipadas		**9.663**	**10.145**
Custos de aquisições diferidos	11.1	**13.147**	**14.077**
Seguros		13.147	14.077
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**6.903.027**	**7.515.199**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**6.811.990**	**7.383.955**
Aplicações	6	**1.821.311**	**2.536.961**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**155.451**	**125.597**
Prêmios a receber	7.1	155.451	125.597
Outros créditos operacionais	7.2	**319.922**	**345.724**
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	8	**29.746**	**28.814**
Títulos e créditos a receber		**4.455.427**	**4.296.958**
Títulos e créditos a receber		123	130
Créditos tributários e previdenciários	10.2	1.000.023	1.043.565
Depósitos judiciais e fiscais	19	2.595.906	2.417.332
Outros créditos	10.3	859.375	835.931
Outros valores e bens	9	**25.818**	**47.644**
Custos de aquisição diferidos	11.1	**4.315**	**2.257**
Seguros		4.315	2.257
Investimentos		**1.177**	**1.176**
Participações societárias		954	954
Outros investimentos		223	222
Imobilizado	12	**11.560**	**12.836**
Bens móveis		6.044	7.798
Outras imobilizações		5.516	5.038
Intangível	13	**78.300**	**117.232**
Outros intangíveis		78.300	117.232
TOTAL DO ATIVO		**10.747.980**	**10.101.259**

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE		**1.637.150**	**1.595.049**
Contas a pagar	16	**576.231**	**591.990**
Obrigações a pagar	16.1	49.102	45.128
Impostos e encargos sociais a recolher		52.759	47.919
Encargos trabalhistas		12.847	10.772
Impostos e contribuições	16.2	385.292	370.296
Outras contas a pagar	16.3	76.231	117.875
Débitos de operações com seguros e resseguros	20	**42.345**	**60.851**
Prêmios a restituir	20.1	–	8.381
Operações com seguradoras		74	1.288
Operações com resseguradoras	20.2	29.677	45.199
Corretores de seguros e resseguros		7.749	312
Outros débitos operacionais	20.3	4.845	5.671
Depósitos de terceiros	18	**59.384**	**46.561**
Provisões técnicas - seguros	11.1	**947.164**	**881.213**
Danos		509.530	482.605
Pessoas		432.971	395.405
Vida individual		4.663	3.203
Outros débitos		**12.026**	**14.434**
Débitos diversos	17	12.026	14.434
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**5.695.273**	**5.431.714**
Provisões técnicas - seguros	11.1	**1.248.032**	**1.208.650**
Danos		648.836	611.552
Pessoas		597.733	595.205
Vida individual		1.463	1.893
Outros débitos		**4.447.241**	**4.223.064**
Provisões judiciais	19	4.426.264	4.182.077
Débitos diversos	17	20.977	40.987
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21	**3.415.557**	**3.074.496**
Capital social	21.1	1.437.000	1.324.000
Reservas de lucros	21.3	2.002.273	1.847.153
Ajuste de avaliação patrimonial		(23.716)	(96.657)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**10.747.980**	**10.101.259**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

		Exercício findo	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	**Nota**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Prêmios emitidos	24.a	2.820.550	2.831.111
Variações das provisões técnicas de prêmios		(31.221)	48.257
Prêmios ganhos	26	**2.789.329**	**2.879.368**
Sinistros ocorridos	24.b	(1.001.983)	(1.199.809)
Custos de aquisição	24.c	(264.183)	(268.060)
Outras receitas e despesas operacionais	24.d	(64.250)	(98.738)
Resultado com resseguro		**(26.413)**	**206.485**
Receita com resseguro		10.764	240.384
Despesa com resseguro		(37.201)	(33.867)
Outros resultados com resseguro		24	(32)
Despesas administrativas	24.e	(328.003)	(322.215)
Despesas com tributos	24.f	(101.319)	(99.770)
Resultado financeiro	24.g	386.351	265.371
Resultado operacional		**1.389.529**	**1.362.632**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	24.h	29.402	(53.425)
Resultado antes dos impostos e participações		**1.418.931**	**1.309.207**
Imposto de renda	25	(335.337)	(306.046)
Contribuição social	25	(209.226)	(187.967)
Participações sobre o resultado		(27.458)	(28.439)
Lucro líquido do exercício		**846.910**	**786.755**
Quantidade de ações		**8.465.054**	**8.465.054**
Lucro líquido por lote de mil ação em R$		**100,05**	**92,94**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	**846.910**	**786.755**
Outros lucros abrangentes	**72.941**	**(90.905)**
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado	**72.941**	**(90.905)**
Ajustes de títulos e valores mobiliários	121.569	(152.628)
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	(48.628)	61.723
Total dos lucros abrangentes para o exercício	**919.851**	**695.850**
Quantidade de ações	**8.465.054**	**8.465.054**
Lucro líquido por lote de mil ação em R$	**108,66**	**82,20**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

	31/12/2025	31/12/2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	**846.910**	**786.755**
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	43.550	59.114
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	(7.178)	(658)
Juros em passivos de arrendamento IFRS 16	2.836	5.283
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	1.734	14.462
Outros ajustes - diversos	(29.096)	45.068
Custos de aquisição diferidos	(1.128)	11.537
Variação de provisões técnicas - seguros, resseguros	17.000	(66.263)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(70.046)	183.928
Créditos das operações de seguros e resseguros	(6.340)	(55.958)
Ativos de resseguro	1.554	(3.573)
Créditos fiscais e previdenciários	2.987	(2.535)
Ativo fiscal diferido	41.825	(99.189)
Depósitos judiciais e fiscais	(178.574)	(142.723)
Despesas antecipadas	482	(3.833)
Outros ativos	41.975	196.882
Impostos e contribuições	555.772	531.632
Outras contas a pagar	(37.670)	(37.964)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(18.506)	3.978
Depósitos de terceiros	12.823	(34.869)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	88.998	28.473
Provisões para contingências	266.707	219.056
Outros passivos	(23.282)	(9.498)
Caixa gerado pelas operações	**1.553.333**	**1.629.105**
Juros pagos	(13)	(28)
Juros recebidos	3.115	3.430
Imposto sobre o lucro pagos	(535.936)	(649.574)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**1.020.499**	**982.933**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Recebimento pela venda:	**28.330**	**–**
Imobilizado	548	–
Intangível	27.782	–
Pagamento pela compra:	**(23.147)**	**(22.191)**
Imobilizado	(4.119)	(3.389)
Intangível	(19.028)	(18.802)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimentos	**5.183**	**(22.191)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(578.790)	(938.741)
Pagamentos de arrendamento	(13.164)	(22.941)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	**(591.954)**	**(961.682)**
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**433.728**	**(940)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**10.020**	**10.960**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**443.748**	**10.020**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

Descrição	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	**1.190.000**	**–**	**1.907.545**	**(5.752)**	**–**	**3.091.793**
Dividendos complementares: AGOE de 27.03.2024	–	–	(451.187)	–	–	(451.187)
Aumento de capital - AGOE de 27.03.2024	–	134.000	(134.000)	–	–	–
Dividendos intercalares: AGE de 30.09.2024	–	–	–	–	(261.960)	(261.960)
Aprovação de aumento de capital - Portaria CGRAJ/SUSEP nº 2.279 de 25.10.2024	134.000	(134.000)	–	–	–	–
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	(90.905)	–	(90.905)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	786.755	786.755
Reserva legal	–	–	39.338	–	(39.338)	–
Reserva de lucros	–	–	485.457	–	(485.457)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.324.000**	**–**	**1.847.153**	**(96.657)**	**–**	**3.074.496**
Dividendos complementares: AGE de 13.01.2025	–	–	(152.707)	–	–	(152.707)
Dividendos complementares: AGOE de 28.03.2025	–	–	(145.896)	–	–	(145.896)
Aumento de capital - AGOE de 28.03.2025	–	113.000	(113.000)	–	–	–
Dividendos intermediários: AGOE de 05.09.2025	–	–	–	–	(280.187)	(280.187)
Aprovação de aumento de capital - Portaria CGRAJ/SUSEP nº 2.920 de 26.12.2025	113.000	(113.000)	–	–	–	–
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	72.941	–	72.941
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	846.910	846.910
Reserva legal	–	–	42.347	–	(42.347)	–
Reserva de lucros	–	–	524.376	–	(524.376)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**1.437.000**	**–**	**2.002.273**	**(23.716)**	**–**	**3.415.557**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

1. Contexto operacional
A Caixa Seguradora S.A., com sede na SHN Quadra 1, Conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050 (doravante referida "Companhia"), tem como controladora direta a CNP Participações Securitárias Brasil Ltda., e como controladora indireta no Brasil a CNP Seguros Holding Brasil S.A. "CSH", pertencente ao grupo segurador francês CNP *Assurances*.
A Companhia atuava, anteriormente, em parceria com a Caixa Econômica Federal - CAIXA - na distribuição de produtos de seguros e de ramos elementares e habitacional, por meio da rede de agências da CAIXA, conhecida como "Balcão CAIXA".
Em fevereiro de 2021, em decorrência da reestruturação da rede de distribuição da CAIXA, a Companhia cessou as vendas de seguros dos ramos habitacional e residencial. No entanto, permanece reconhecendo receitas provenientes desses produtos até o encerramento da vigência dos contratos em vigor.
A partir do segundo semestre de 2023 a Companhia retomou a parceria com a CAIXA para distribuição de seguros do ramo compreensivo empresarial e continua avaliando novas oportunidades de parceria, com o objetivo de ampliar a distribuição dos seus produtos.
Além disso, mantém a comercialização direta ao consumidor, por meio da plataforma digital Youse, de produtos dos ramos Automóvel, Residencial e Vida.

2. Resumo das políticas contábeis materiais
As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo quando eventualmente especificado nas notas explicativas.
2.1. Base de preparação
As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos no Manual de Orientação - Manual do Elenco de Contas e dos Modelos de Publicação divulgados pela SUSEP, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis.
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.
A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.
A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 24 de fevereiro de 2026.
2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.
2.3. Caixa e equivalente de caixa
A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de contas bancárias sem vencimento e aplicações financeiras com liquidez imediata, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significativo de mudança de valor justo.
2.4. Mudança nas principais políticas contábeis
A Companhia adotou as alterações do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis a partir de 01 de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetam as informações contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.
As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre as políticas contábeis específicas que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.
2.5. Instrumentos financeiros
2.5.1. Classificação e reconhecimento
A classificação dos ativos financeiros nos termos do CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual o ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Atualmente, os títulos públicos detidos diretamente pela Companhia consistem exclusivamente em pagamentos de principal e juros (*Solely Payment of Principal and Interest* - SPPI). Os fundos de investimento são mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia desenvolveu o seu modelo de negócios para o gerenciamento de seus instrumentos financeiros, o qual direciona as estratégias e operações executadas pela Gerência de Investimentos.
A Companhia segue a classificação de ativos financeiros do CPC 48, que estabelece três categorias principais para a classificação: mensuração ao custo amortizado, valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo através do resultado (VJR), conforme detalhado nos itens abaixo.
Ademais, os ativos financeiros não são reclassificados após o reconhecimento inicial, exceto em circunstâncias em que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão desses ativos. Na hipótese dessa situação, todos os ativos financeiros impactados são reclassificados na primeira data de balanço subsequente à alteração no modelo de negócios.
a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
São avaliados pelo valor de custo com utilização do método de juros efetivos, ou seja, calculando o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e inserindo o resultado dos juros pela aplicação da taxa efetiva de juros, atualizando o valor de compra do ativo pela taxa de juros negociada na época até seu vencimento. Em se tratando de perda de risco de crédito a contabilização do ativo terá sua contraparte no resultado.
b. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)
No valor justo por meio do resultado os ativos financeiros são registrados ao valor justo (de mercado), com contrapartida das variações no resultado.
c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)
Um ativo financeiro é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR, ou seja:
• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são pagamento somente do principal e dos juros.
O CPC 48 exige que seja estimado um modelo de perda de crédito esperada para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).
2.5.2. Mensuração
O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir:
a. Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" emitidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) informados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.
b. Fundos de investimento: registrados com base no valor das quotas marcadas a mercado e divulgadas pelas instituições financeiras administradoras, cujas carteiras podem incluir títulos públicos, operações compromissadas, ações e quotas de outros fundos, avaliados conforme as metodologias estabelecidas pelos respectivos regulamentos dos fundos.
A carteira de investimentos da Companhia possui ativos classificados como valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, cujo detalhamento pode ser observado no item 5 - Instrumentos Financeiros.
2.6. *Impairment*
2.6.1. *Impairment* de instrumentos financeiros
a. Ativos mensurados ao custo amortizado
A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.
As perdas de crédito esperadas são estimadas com base na probabilidade de inadimplência e na perda estimada em caso de inadimplemento, considerando informações históricas, condições atuais e projeções razoáveis e fundamentadas de condições econômicas futuras.
A provisão para perdas é mensurada com base:
• nas perdas de crédito esperadas para os próximos 12 meses, quando não houver aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial; ou
• nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira do instrumento, quando houver aumento significativo no risco de crédito.
A Companhia considera, entre outros fatores, informações quantitativas e qualitativas para avaliar o aumento significativo do risco de crédito, incluindo histórico de inadimplência, situação financeira do devedor, condições macroeconômicas e outros indicadores relevantes. Quando não houver expectativa razoável de recuperação, o ativo financeiro é baixado contra a provisão constituída.
Para cálculo da provisão para redução ao valor recuperável dos valores a receber do FCVS - Fundo de Compensação de Variações Salariais, a Companhia adota metodologia especifica que está descrita na nota 7.2.1.
b. Ativos classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes
O CPC 48 introduz um conceito de perda esperada prospectivo, considerando não apenas as perdas incorridas, mas também as esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro. A norma exige que seja estimado um modelo de perda de crédito esperada para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e possui dois tipos de abordagem para a perda esperada que variam de acordo com o tipo de ativo financeiro: abordagem geral e simplificada.
Os ativos da Companhia se enquadram na abordagem geral e nesta abordagem as perdas de crédito esperadas devem ser mensuradas de acordo com o estágio das operações:
• Estágio I: todas as operações ao serem reconhecidas inicialmente são alocadas neste primeiro estágio, sendo estimadas as perdas esperadas para os próximos 12 meses, com os juros efetivos calculados sobre o valor bruto;
• Estágio II: todas operações que tiveram "mudanças significativas no risco de crédito" desde seu reconhecimento inicial, sendo reconhecidas as perdas esperadas até o fim do ativo (o reconhecimento de juros continua a ser feito sobre a base bruta da operação); e
• Estágio III: todas operações em inadimplência / *default*. Cálculo das perdas de crédito esperadas para a vida esperada do contrato (o reconhecimento de juros passa a ser feito sobre a base líquida da operação).
A Companhia adota a metodologia mais aplicada no mercado para a provisão de perda de crédito esperada (ECL - *Expected credit losses*) para os ativos financeiros da Companhia, o qual considera perdas estimadas em função de eventos de crédito do passado, do presente e do futuro.
A Companhia adotou a calibração de probabilidades de inadimplência com base nos *ratings* das maiores agências do mercado para mensurar a perda esperada de todos os seus ativos financeiros. No caso dos títulos públicos brasileiros, por se tratar de risco soberano e por prática de mercado, são considerados títulos livres de risco de crédito, ou seja, a Companhia avaliou que não há risco de perda. Desta forma, não houve impacto nas demonstrações financeiras de perda esperada futura reconhecida.
Com relação ao *impairment* dos créditos a receber do FCVS, que corresponde a valores a serem reembolsados pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, fundo público administrado pela CAIXA, e considerando a natureza pública desse fundo, a Companhia entendeu ser aplicável utilizar como parâmetro de mensuração da ECL o mesmo fator de risco aplicado no cálculo de perda esperada da sua carteira de investimento.
2.6.2. *Impairment* de ativos não financeiros
Os ativos não financeiros, substancialmente compostos pelos gastos com *software*, que estão sujeitos à amortização, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida, quando aplicável, pelo montante que excede ao valor recuperável do ativo. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.
2.6.3. Operações de seguros e resseguros
Em atendimento à Circular SUSEP n° 678/2022, a Companhia realiza estudo para definir a redução ao valor recuperável das operações de seguros relativas a prêmios. A partir dos dados analisados, é construída uma tabela de desenvolvimento do tempo até o pagamento do prêmio devido, com base no valor pago ao longo do tempo. Destaca-se que grande parte do pagamento é realizado até um mês após o vencimento e mais de 99% dos pagamentos, sendo esse o valor de corte para definição e constituição da redução ao valor recuperável. A reserva é constituída para o valor total dos créditos do devedor, quando o período de inadimplência superar 60 dias da data de vencimento, inclusive para outros valores a vencer do mesmo devedor.
Para os valores de crédito a recuperar de resseguro é constituída uma provisão para perda, caso a recuperação não ocorra em até 6 meses para contratos proporcionais e 60 meses para contratos não proporcionais. As provisões de perdas para os contratos não proporcionais ocorrem progressivamente até 60 meses. No caso dos ativos de resseguro, o percentual atual utilizado para o cálculo de redução ao valor recuperável é 0,10%. A área atuarial realiza o monitoramento periódico do percentual de sinistros pagos para permitir a definição do prazo de inadimplência. E, caso seja necessário, para adequar/reavaliar os estudos, conforme determinação da Circular SUSEP n° 678/2022.
Demais operações: constituída através de análises individualizadas e em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.
Mediante avaliações, a Companhia entende que a redução ao valor recuperável em consonância com determinações da SUSEP está adequada e reflete o histórico de perdas internas.
2.7. Ativos e Passivos relacionados a resseguros
A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da transferência de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações para com os segurados.
2.8. Outros valores e bens
2.8.1. Bens a venda - Salvados
Salvados à venda refere-se ao estoque de bens salvados constituídos através de recuperações oriundas das indenizações integrais aos segurados.
Salvados estimados são calculados através de técnicas estatísticas e atuariais especificadas em nota técnica atuarial, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros. Registra-se esse ativo no grupo de "Outros valores e bens" conforme Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores.
Para a redução ao valor recuperável de salvados à venda, a Companhia avalia o histórico de recebimento de salvados dos ramos de automóvel que ficaram pendentes por mais de 6 meses e que posteriormente foram recebidos. Esta metodologia se aplica a partir do 6º mês, sendo até o 5º mês equivalente a zero. A razão para o percentual zero até o 5º mês se deve ao prazo de venda e recebimento do valor relativo ao salvado. Após o mês cuja perda alcança o percentual de 95% de perda, considera-se que a perda será de 100%.
2.9. Imobilizado e intangível
O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são:
i. Equipamentos - 10% a 50% a.a.;
ii. Móveis, máquinas e utensílios - 10% a.a.;
iii. Veículos - 20% a.a.;
iv. Benfeitoria de imóveis de terceiros - 20% a.a.
O ativo intangível é registrado ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e é composto de licenças de *softwares* e, sistemas informatizados desenvolvidos internamente. O custo de aquisição inclui todos os gastos diretamente atribuíveis para preparar o ativo para o uso pretendido.
A taxa de amortização utilizada está demonstrada na nota 13.
2.10. Provisões técnicas
As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas.
A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela de prêmio comercial correspondente ao período de risco ainda não decorrido, e que deve ser suficiente para arcar com os sinistros a ocorrer relativos aos riscos ativos de contratos emitidos até a data do fechamento relativo ao balanço. A Administração constitui, adicionalmente, a parcela relativa aos Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (RVNE) da PPNG, obtida através do valor médio observado dos prêmios emitidos com atraso nos últimos 12 meses, conforme a metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial.
A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores que as áreas operacionais e jurídicas estimam serem necessários para arcar com os valores atualizados de indenização dos sinistros já avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço. Para os sinistros judiciais, a provisão é calculada através da probabilidade de pagamento do sinistro por tipologia, mediante a metodologia detalhada em Nota Técnica Atuarial.
A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores de indenização que a Companhia estima serem necessários para liquidar os sinistros já ocorridos, mas ainda não avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço, que é estimada pelo método *Chain Ladder* que considera o histórico dos sinistros ocorridos, com observações agrupadas em períodos (mensal, bimestral, trimestral, quadrimestral, semestral ou anual) e ramos de seguro.
Para o cálculo do IBNR, os ramos SUSEP são agrupados conforme tabela abaixo:

Grupo IBNR	Grupo de Ramos SUSEP
AUTO	AUTOMÓVEL, TRANSPORTES
CRED	CRÉDITO, RISCOS FINANCEIROS
HIPD	[1065] SEG.HABIT.APÓL.MERC.DEMAIS COBERT.
HIPF	[1068] HABITACIONAL FORA DO SFH(RUN OFF)
HIPV	[1061] SEG.HABIT.APÓL. MERC. PRESTAMISTA
RIDI	CASCOS, PATRIMONIAL, RESPONSABILIDADES
RIEN	MARÍTIMOS, PATRIMONIAL, RESPONSABILIDADES, RISCOS ESPECIAIS
VIDA	PESSOAS COLETIVO, PESSOAS INDIVIDUAL

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos pagamentos futuros dos valores de despesas diretamente relacionadas aos sinistros já ocorridos ou somente avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço. Esta provisão é estimada com base na razão entre despesas e indenizações, ambos relativos a sinistros avisados, observado no histórico registrado no sistema FIPSUSEP. Para se obter a estimativa para o passivo de despesas, esta razão é multiplicada pelo passivo calculado de indenização do mês de referência do cálculo.
A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída para a cobertura da insuficiência nas provisões técnicas, quando esta for constatada pelo Teste de Adequação de Passivos (TAP), nos termos do CPC 11 e Circulares SUSEP nº 648/2021 e nº 678/2022.
A Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR) abrange os valores referentes aos prêmios a restituir aos segurados, que representam as parcelas de prêmios de seguros cancelados e/ou outros ajustes pendentes de liquidação junto aos segurados.
2.10.1. Tábuas
No quadro a seguir apresentamos o conjunto das tábuas e taxas de carregamento dos principais produtos comercializados pela Companhia em 31 de dezembro de 2025:

Grupo Ramo	Produto	Tábua	Taxas de Carregamento
01	MULTIRISCO EMPRESARIAL	NA	Corretagem: de 0,00% a 40,00%
			Despesas Administrativas, Operacionais e Margem de Lucro: de 0,00% a 100,00%
05	YOUSE AUTO	NA	Despesas Comerciais: de 0,01% a 30,00%
			Despesas Operacionais: de 5,00% a 10,00%
			Despesas Administrativas: de 5,00% a 10,00%
			Margem de Lucro: de 10,00% a 20,00%
01	YOUSE RESIDENCIAL	NA	Despesas Comerciais: de 1,00% a 60,00%
			Despesas Administrativas: de 1,00% a 30,00%
			Margem de Lucro: de 1,00% a 30,00%
13	YOUSE VIDA	AT-83 Male	Despesas Comerciais: de 0,01%
			Despesas Administrativas e Operacionais: de 0,00% a 20,00%
			Margem de Lucro: de 0,00% a 20,00%

continua →★

CAIXA SEGURADORA S.A.
CNPJ: 34.020.354/0001-10

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

→★ continuação

2.11. Avaliação dos passivos originados de contratos de seguros
2.11.1. Passivos de contratos de seguros
Os contratos que transferem risco significativo de seguro para Companhia são avaliados segundo uma metodologia, ou modelo contábil aplicável para contratos de seguro. A Companhia utilizou as regras do CPC 11, quando este não contrarie as regras da SUSEP e CNSP para avaliação destes contratos. Com isso, a Companhia aplicou as regras e procedimentos mínimos previstos no CPC 11 para avaliação de contratos de seguro que incluem, principalmente: i) a realização de um teste de adequação dos passivos de contratos de seguro (TAP); e ii) processo de classificação econômica e atuarial entre contratos de seguro ou contratos de investimento.
2.11.2. Custos de aquisição diferidos
Os custos de aquisição diferidos são compostos por gastos que possuem uma relação direta e incremental com emissão ou renovação de contratos de seguro, e que possam ser avaliados com confiabilidade. Os demais custos de aquisição que não possuam essa relação direta e incremental são registrados como despesa, conforme incorridos. Para os custos diferidos, a amortização é realizada segundo o período do contrato, e o prazo médio dos contratos ativos em 31 de dezembro de 2025 era de 12,57 meses e em 31 de dezembro de 2024 foi de 11,92 meses.
2.11.3. Teste de adequação dos passivos (TAP)
O Estudo atuarial contendo o TAP foi assinado pelo Atuário Técnico Responsável e pelo Diretor Técnico e está disponível na sede da Companhia para o órgão regulador e demais fiscalizações, conforme requerido pela SUSEP. A Companhia efetuou um teste de adequação dos passivos para todos os contratos que atendam à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estejam vigentes na data de execução do teste.
Para esse teste, a Companhia elaborou uma metodologia atuarial baseada no valor presente da estimativa corrente dos fluxos de caixa futuros das obrigações já assumidas. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos foram agrupados conforme os grupos de ramos estabelecidos em regulamentação específica. Respeitando as segregações obrigatórias, será efetuada a compensação dos resultados parciais dos grupos de contratos.
As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) definidas pela SUSEP, conforme determina a legislação. No cálculo atuarial das estimativas correntes dos fluxos de caixa foram consideradas premissas atuariais realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida, conforme abaixo:
a) Estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ): para desconto dos valores futuros dos fluxos projetados foram utilizados os índices, conforme divulgado pela SUSEP.
b) Sinistralidade: para estimativa dos sinistros decorrentes de produtos que utilizam tábua de mortalidade em suas projeções, foram utilizadas as tábuas BR-EMS 2021; para sinistros decorrentes de produtos que utilizam tábua de invalidez, foi utilizada a tábua Álvaro Vindas; para estimativa dos sinistros decorrentes de produtos que não utilizem tábuas biométricas e foram apuradas sinistralidades com base no histórico observado, de cada produto que compõe o estudo. Para projeção por grupo foi utilizada a sinistralidade abaixo:
• Automóvel: 65,7%;
• Patrimonial: 26,6%;
• Pessoas: 60,5% para os produtos que não se aplicam tábua, BR-EMS MT para coberturas de morte e Álvaro Vindas para coberturas de invalidez;
• Habitacional: 2,9% cobertura de danos físicos ao imóvel, BR-EMS MT para coberturas de morte e Álvaro Vindas para coberturas de invalidez.
c) Cancelamento: para estimativa de cancelamentos anuais utilizados no modelo, quando aplicável, foram utilizadas as bases históricas da evolução de contratos ativos observado de cada grupo que compõe o estudo;
d) Resseguro: as projeções foram geradas considerando os valores dos fluxos brutos de resseguro;
e) Despesas comerciais: as premissas foram estabelecidas conforme contrato;
f) Salvados e ressarcidos: estimativas feitas com base no histórico de salvados e ressarcidos recuperados de carteira;
g) Despesas administrativas / operacionais / tributárias: estimativas feitas com base no histórico dessas mesmas despesas. Para projeção foi utilizada:
• Administrativas: 10,6%;
• Operacionais: 2,5%;
• Tributárias: 3,6%.
Como conclusão dos testes realizados, não foram encontradas insuficiências em nenhum dos agrupamentos analisados, conforme tabelas abaixo, para a data-base de 31 de dezembro de 2025. Dessa forma, não há necessidade de constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) conforme Circular SUSEP n° 648/2021 e alterações. No prêmio registrado a suficiência é dada pela PPNG menos o valor presente dos fluxos e no prêmio futuro corresponde ao oposto do valor presente dos fluxos:

	(A)	(B)	(C) = (B) - (A)
TIPO DE PRODUTO	**PPNG CONSTITUÍDA LÍQUIDA DO CAD DIRETAMENTE RELACIONADO À PPNG**	**VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG**	**PCC-PPNG**
Automóvel	498.230	274.908	(223.322)
Habitacional	–	–	–
Patrimonial e demais	31.491	15.036	(16.454)
Pessoas coletivo e individual	539	416	(123)
	(D) = ∑(A)	**(E) = ∑(B)**	**(F) = Máx[0; (E)-(D)]**
Total	530.259	290.360	–
	(G)		
TIPO DE PRODUTO	***VALOR PRESENTE DO FLUXO DE CAIXA RELACIONADO À PPNG FUTURA DE PRÊMIOS NÃO REGISTRADOS (SAÍDAS - ENTRADAS)***		
Automóvel			–
Habitacional			(754.964)
Patrimonial e demais			(102.986)
Pessoas coletivo e individual			(216)
	(H) = ∑(G)		
Total			(858.166)
(I) = Máx[0; (H)] PCC-NÃO REGISTRADO) = 0			

2.12. Outras provisões, ativos e passivos contingentes
A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos seja necessário para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.
A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável, que impliquem em desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade esteja sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais e tributárias (fiscais e previdenciárias) que decorrem de processos judiciais cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e, quando aplicável, são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal aplicável.
2.13. Apuração do resultado
Os prêmios de seguro e de cosseguro aceito, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguro, e os respectivos custos de aquisição correspondentes, são registrados quando da emissão das apólices ou no início da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, em linha com a Circular SUSEP nº 648/2021, e alterações posteriores.
As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas até a data-base e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.
2.14. Provisão para imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais. A contribuição social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação vigente.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas de 25% e 15%, respectivamente, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros.
As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os valores de imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.
As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante, até o limite do imposto a pagar e em caso de excedente, é registrado no ativo circulante.
Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.
2.14.1. Regras globais contra a erosão da base tributária
Considerando a legislação aplicável às Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (Global Anti-Base Erosion Rules - GloBE), ou Pilar 2 da OCDE, implementada no Brasil por meio da Lei nº 15.079/2024 e regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 2.228/2024 e Instrução Normativa RFB nº 2.282/2025, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, a Companhia realizou análises com o objetivo de avaliar o seu enquadramento e o atendimento aos requisitos estabelecidos pelas normas.
Dessa forma, com base nas informações atualmente disponíveis e conforme as metodologias de cálculo definidas pela Instruções Normativas da Receita Federal Brasil, a Companhia não está, neste momento, sujeita à incidência do Adicional da CSLL relacionado ao Pilar 2, uma vez que sua carga tributária efetiva já supera o limite mínimo global de 15% estabelecido pelas regulamentações aplicáveis.
A Companhia seguirá acompanhando o tema, com o objetivo de assegurar plena conformidade com a legislação vigente, bem como com eventuais regulamentações ou orientações futuras.
2.14.2. Reforma tributária
Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 132, no âmbito da Reforma Tributária sobre o Consumo. A norma institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), estabelecendo um novo modelo de tributação sobre o consumo no Brasil, com implementação gradual ao longo do período de transição.
A Companhia está enquadrada no regime específico, com alíquotas de IBS e de CBS a serem aplicadas de forma escalonada, iniciando em 10,85% em 2027 e aumentando gradualmente até atingir 12,50% em 2033. No novo modelo de tributação sobre o consumo, a legislação assegura o direito à apropriação de créditos do IBS e da CBS relativos às aquisições de bens e serviços vinculados às atividades da Companhia. A apuração desses tributos passará a refletir uma alíquota efetiva mensal, a qual dependerá do volume de deduções e créditos efetivamente apropriáveis em cada período.
A Companhia encontra-se em processo contínuo de monitoramento e avaliação das normas relacionadas à Reforma Tributária e espera dimensionar os possíveis impactos financeiros ao longo do exercício de 2026, à medida que os órgãos competentes emitam as regulamentações complementares e disponibilizem as informações necessárias para a realização dos cálculos.
2.15. Arrendamentos
Definição de arrendamento
A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento do CPC 06(R2).
A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e CPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2).
Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)
Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de mercado. A Companhia reconheceu o passivo de arrendamento pelo valor dos arrendamentos, ajustado por quaisquer pagamentos antecipados ou acumulados. Essa abordagem foi aplicada a todos os arrendamentos mercantis.
Na data da transição, a Companhia avaliou os ativos de direito de uso para verificar se havia perda de valor e concluiu que não havia indicação de desvalorização.
A Companhia aplicou as isenções previstas no CPC 06(R2) e não reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos com prazo remanescente inferior a 12 meses na data de aplicação inicial; e arrendamentos cujo ativo subjacente seja de baixo valor.
2.16. Novas normas e interpretações
2.16.1. Normas contábeis recentemente adotadas
Lei nº 15.040/2024 - Lei geral do contrato de Seguro
Em 9 de dezembro de 2024 foi publicada a Lei nº 15.040/2024, que institui a Lei Geral do Contrato de Seguro e estabelece novo arcabouço jurídico aplicável aos contratos de seguro no Brasil, consolidando normas anteriormente dispersas e alterando dispositivos do Código Civil e regulamentações correlatas. A legislação passou por período de transição normativo-regulatório e entrou em vigor em 11 de dezembro de 2025, produzindo efeitos jurídicos a partir dessa data.
A nova lei dispõe, entre outros aspectos, sobre a formação e vigência dos contratos, critérios de interpretação contratual, prazos para regulação e liquidação de sinistros, regras de prescrição, deveres de informação das partes e hipóteses de resolução e cancelamento contratual.
Com base na avaliação realizada até a data de emissão destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que a nova legislação não produziu efeitos materiais imediatos sobre os saldos contábeis apresentados.
A Companhia permanece monitorando a regulamentação complementar a ser emitida pela SUSEP e pelo CNSP, para fins de avaliação de eventuais efeitos futuros.
2.16.2. Normas contábeis ainda não adotadas
As normas e interpretações emitidas, não adotadas ou ainda não vigentes pela SUSEP, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:
CPC 50 - Contratos de Seguro: Norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. A norma CPC 50 substituirá a CPC 11, aplicando-se a todos os tipos de contratos de seguros, independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária.
O CPC 50 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023, entretanto, a Companhia aguarda o direcionamento do órgão regulador sobre a aplicação da norma na contabilização local.
CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis: Em abril de 2024, o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu o IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, correspondente ao CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, que substituirá o IAS 1 - *Presentation of Financial Statements* (CPC 26). A norma estabelece requisitos revisados para a apresentação das demonstrações financeiras, incluindo a introdução de subtotais obrigatórios na demonstração do resultado, maior padronização na classificação de receitas e despesas, e aprimoramentos nos requisitos de divulgação.
O IFRS 18 / CPC 51 é aplicável para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada, observada a necessidade de aprovação e referendo pelos órgãos reguladores competentes. As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foram elaboradas de acordo com esta norma.
A Administração avaliou preliminarmente os potenciais impactos decorrentes da adoção do IFRS 18 / CPC 51 nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, considerando que a Companhia atua no setor de seguros e é regulada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Com base nessa avaliação, não são esperados impactos relevantes nos critérios de reconhecimento ou mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, uma vez que a norma trata essencialmente de aspectos de apresentação e divulgação. Eventuais impactos estarão limitados à forma de apresentação da demonstração do resultado e às divulgações adicionais requeridas, sujeitos à regulamentação específica aplicável ao setor.
A Companhia continuará acompanhando a evolução das orientações emitidas pelo IASB, pelo CPC e pela SUSEP, avaliando oportunamente os efeitos da adoção do IFRS 18 / CPC 51, quando de sua incorporação ao arcabouço regulatório aplicável.
2.17. Segregação entre circulante e não circulante
A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante e não circulante a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar adequadamente os ativos e passivos de acordo com a expectativa de realização, mantendo no não circulante os montantes cuja expectativa de realização ultrapasse o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, exceto quando descrito em Nota Explicativa própria sobre o ativo ou passivo.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos
A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.
Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii) informações sobre incertezas, e sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.
Nota 2.11.1 - Classificação dos contratos de seguro;
Notas 2.10, 2.11.3 e 11 - Provisões técnicas, Teste de adequação dos passivos; e
Notas 7.2.1 e 19 - Outros créditos operacionais- valores recuperáveis e Provisões judiciais.

4. Gerenciamento de riscos
A implementação do Acordo de Basiléia II, nas diretrizes formuladas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), foi acompanhada pela SUSEP, através da divulgação da Circular nº 648, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores divulgadas na Circular nº 678, de 10 de outubro de 2022, e pelo Banco Central através da Resolução nº 4.557, de 23/02/2017 e suas alterações posteriores divulgadas na Resolução nº 4.943, de 15/09/2021 e a Resolução CNSP 416/21, que regulamenta mais recentemente a EGR - Estrutura de Gestão de Risco. Todas essas normas exigem a implantação de estruturas de gestão de riscos, seguindo critérios mínimos específicos como a criação do cargo de Gestor de Riscos (*Chief Risk Officer*), independente, assegurando a função de liderança no sistema de gestão de riscos.
A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégias, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor.
O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, subscrição, mercado, operacionais entre outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.
A Diretoria de Riscos e Controles Internos da CSH foi criada em respeito à exigência normativa e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.
As principais responsabilidades da Diretoria de Riscos e Controles Internos são:
• Definir a visão estratégica em apetite ao risco por meio das políticas de risco e trabalhos de alocação do capital econômico;
• Definir as políticas de gestão de risco (segurança da informação, continuidade de negócios, proteção de dados pessoais, gestão de riscos, riscos operacionais, terceirização e controle interno) de acordo com as estratégias definidas pela Diretoria Executiva da CSH, bem como acompanhar e verificar nas unidades de negócios e áreas centralizadas o seu cumprimento;
• Manter a Alta Administração da CSH informada sobre a evolução do perfil de risco do grupo;
• Revisar e aprovar os relatórios de Solvência II, ORSA, IFRS e de Estudos de Viabilidade;
• Gerir o programa de treinamento relacionado à gestão de riscos e controles internos;
• Elaborar, trimestralmente, o *dashboard* (painel de riscos), destinado à Diretoria Executiva - DIREX, Acionistas, Conselho de Administração, Comitê de Riscos e Comitê de Auditoria, contendo informações quantitativas e qualitativas dos riscos e do ambiente de controle da CSH;
• Auxiliar a CSH no alcance dos objetivos estratégicos, a conformidade e a redução de impactos financeiros, de imagem e jurídicos decorrentes dos riscos operacionais e de sustentabilidade, que lhes sejam inerentes, avaliando permanentemente e fazendo evoluir o ambiente de controle interno da CSH;
• Avaliar os fornecedores críticos; gerir a base de perdas operacionais; e conduzir as atividades de Governança de Riscos;
• Acompanhar e avaliar a eficácia dos dispositivos de vigilância dos Riscos Técnicos e Riscos Financeiros;
• Acompanhar e avaliar a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos de segurança da informação, proteção de dados e continuidade do negócio.
No que tange aos regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.
Com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a Diretoria de Riscos e Controles Internos organiza regularmente vários comitês, sendo eles, os *Comitês d'Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), de Investimentos, Riscos Operacionais e Controles Internos, de Crise e de Incidentes de Segurança.
A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.
Além disso, um Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.
Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se:
(i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e Auditoria Interna;
(ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, às questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.
4.1. Riscos de seguro
O Risco de Seguro é o risco preexistente, transferido do segurado para a seguradora, ou seja, é o risco que a seguradora aceita do segurado em troca de um prêmio.
O gerenciamento de capital visa assegurar que a Companhia mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características da empresa.
O quadro a seguir demonstra a concentração de risco por região e por ramo baseado nos prêmios ganhos no ano:
a. Bruto de resseguro

31/12/2025							
Região geográfica	**Centro Oeste**	**Nordeste**	**Norte**	**Sudeste**	**Sul**	**Total**	**Proporção de ramo %**
Habitacional fora do SFH	255.194	401.803	85.757	1.057.386	426.603	2.226.743	79,8%
Automóvel	90.407	25.244	7.802	242.743	60.161	426.357	15,3%
Compreensivo residencial	7.555	9.987	2.901	38.314	18.053	76.810	2,8%
Compreensivo empresarial	18.344	5.865	1.769	12.208	7.615	45.801	1,6%
Demais ramos	4.067	968	344	6.199	2.040	13.618	0,5%
Total	**375.567**	**443.867**	**98.573**	**1.356.850**	**514.472**	**2.789.329**	**100,0%**

31/12/2024							
Região geográfica	**Centro Oeste**	**Nordeste**	**Norte**	**Sudeste**	**Sul**	**Total**	**Proporção de ramo %**
Habitacional fora do SFH	261.410	414.213	87.737	1.102.856	436.558	2.302.774	80,0%
Automóvel	69.946	34.211	8.653	197.300	58.036	368.146	12,8%
Compreensivo residencial	13.058	17.949	5.034	68.267	31.831	136.139	4,7%
Compreensivo empresarial	5.218	10.701	5.735	19.633	11.757	53.044	1,8%
Demais ramos	6.780	1.554	501	8.381	2.049	19.265	0,7%
Total	**356.412**	**478.628**	**107.660**	**1.396.437**	**540.231**	**2.879.368**	**100,0%**

b. Líquido de resseguro

31/12/2025							
Região geográfica	**Centro Oeste**	**Nordeste**	**Norte**	**Sudeste**	**Sul**	**Total**	**Proporção de ramo %**
Habitacional fora do SFH	251.791	396.444	84.613	1.043.283	420.913	2.197.044	79,8%
Automóvel	89.201	24.908	7.698	239.506	59.358	420.671	15,3%
Compreensivo residencial	7.454	9.853	2.862	37.803	17.813	75.785	2,8%
Compreensivo empresarial	18.100	5.786	1.745	12.045	7.513	45.189	1,6%
Demais ramos	4.014	956	340	6.116	2.013	13.439	0,5%
Total	**370.560**	**437.947**	**97.258**	**1.338.753**	**507.610**	**2.752.128**	**100%**

31/12/2024							
Região geográfica	**Centro Oeste**	**Nordeste**	**Norte**	**Sudeste**	**Sul**	**Total**	**Proporção de ramo %**
Habitacional fora do SFH	258.335	409.341	86.705	1.089.884	431.423	2.275.688	80,0%
Automóvel	69.124	33.809	8.551	194.980	57.354	363.818	12,8%
Compreensivo residencial	12.904	17.738	4.975	67.464	31.456	134.537	4,7%
Compreensivo empresarial	5.156	10.575	5.668	19.402	11.619	52.420	1,8%
Demais ramos	6.702	1.535	495	8.282	2.024	19.038	0,7%
Total	**352.221**	**472.998**	**106.394**	**1.380.012**	**533.876**	**2.845.501**	**100%**

4.1.1. Controle do risco de seguro
A Gestão de Riscos permite que os riscos de seguro sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados através de um forte mecanismo de controle implantado, o qual inclui funções de gerenciamento de risco, funções de controle interno e, de forma indireta, pelas funções de auditoria interna e externa.
A Companhia conta com um regime de alçadas delineado e com padrões de operação bem definidos por meio de normas, procedimentos e atribuições bem descritos, divulgados e monitorados. Além disso, a Companhia dispõe de políticas de subscrição de risco, de prevenção à fraude, lavagem de dinheiro, e segurança da informação (implantadas e monitoradas), e com o trabalho de profissionais de risco e conformidade designados, conhecedores de suas atribuições e atuantes em todas as áreas.
4.1.2. Estratégia de subscrição
A política de subscrição é parte integrante do quadro de gestão de risco, ou seja, a política estabelece as condições e os limites para aceitação e precificação das garantias prestadas, em linha com as diretrizes estabelecidas pela Alta Administração na forma de apetite a risco e objetivos estratégicos. Tais diretrizes permitem, através de um processo de tomada de decisão claro e compartilhado, monitorar e gerir os riscos da Companhia.
4.1.3. Estratégia de resseguro
A estratégia de resseguro da Companhia é baseada numa estrutura central de contratos por risco e catastróficos não-proporcionais que se aplicam de forma corporativa a riscos de diversas carteiras. Os contratos são segregados usualmente em Vida e Não-Vida, com exceção do contrato *umbrella,* que provê cobertura para eventos de grande porte para Vida e Não-Vida de forma isolada ou conjunta. Ao redor dessa estrutura central, contratos de menor porte são direcionados à cobertura de riscos específicos, sendo negociados caso a caso, normalmente em modalidade proporcional, podendo a parceria com um ou mais resseguradores destinar-se à aquisição de conhecimento e sua posterior solidificação dentro da Companhia.
Enquanto o atendimento ao ambiente regulatório e às diretrizes da Política de Resseguro são observados em toda a sua abrangência para todo e qualquer contrato, o Grupo adota uma postura de risco prudente e conservadora, privilegiando a retenção de prêmios pela seguradora, por meio da calibragem fina dos parâmetros de retenção e cessão em resseguro. Essa estratégia encontra seu complemento na Política de Subscrição do Grupo, focada em resguardar a Seguradora quanto ao risco técnico e de imagem. Como prática de subscrição, a Companhia não atua como líder na linha dos chamados riscos especiais, que abrangem os segmentos de seguros Rurais, Garantia, Riscos de Engenharia Grupo II, Responsabilidade Civil, Riscos Operacionais e Nomeados, Transportes, Valores, Obras de Arte, Cascos (*Aviation* e *Marine*) ou, de modo geral, todo e qualquer risco ou atividade excluídos dos contratos de resseguro corporativos.
O quadro a seguir apresenta, por contrato de resseguro, as carteiras cobertas, os resseguradores e seus respectivos *ratings*:

Contrato	Carteiras	Ressegurador	Participação Ressegurador	Exposição do Ressegurador	Rating[i]	Condição
PATED 2526RIS0001	Habitacional/DFI, Engenharia, MR Empresarial, Residencial	IRB Brasil Resseguros S/A	20%	4.400.000	A-	Local
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	25%	5.500.000	A	Local
		Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55%	12.100.000	A+	Local
PATED 2526CAT0001	Habitacional/DFI, Engenharia, MR Empresarial, Residencial	IRB Brasil Resseguros S/A	20%	10.800.00	A-	Local
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	25%	13.500.000	A	Local
		Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55%	29.700.000	A+	Local
PATED 2526CAT0002	Auto	IRB Brasil Resseguros S/A	20%	1.010.000	A-	Local
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	25%	1.262.500	A	Local
		Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55%	2.777.500	A+	Local
UMBED 2526CAT0001	Habitacional, Engenharia, MR Empresarial, Residencial, Auto, Vida Individual	IRB Brasil Resseguros S/A	20%	18.000.000	A-	Local
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	25%	22.500.000	A	Local
		Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55%	49.500.000	A+	Local
VIDED 2526CAT0001	Habitacional/MIP, Vida Individual	Hannover Rück SE	30%	17.325.000	A+	Admitido
		Austral Resseguradora do Brasil S/A	10%	5.775.000	A-	Local
		IRB Brasil Resseguros S/A	10%	5.775.000	A-	Local
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	50%	28.875.000	A	Local
PATCP 2526CEF0001	MR Empresarial para o patrimônio Caixa Econômica Federal	IRB Brasil Resseguros S/A	20%	39.400.000	A-	Local
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	25%	49.250.000	A	Eventual
		Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55%	108.350.000	A+	Local

(i) Ratings pela A.M Best (rating da casa matriz para resseguradores estrangeiros autorizados a operar no Brasil).
4.1.4. Resseguro em sinistros catastróficos
O levantamento para acionamento do resseguro de catástrofe considera blocos de perdas acumuladas de até 168 horas consecutivas, condicionado à identificação do evento gerador. Nos últimos tempos, a frequência de eventos climáticos extremos tem apresentado uma tendência de aumento, com eventos de grande magnitude que impactam o negócio. O território brasileiro é particularmente sujeito a eventos envolvendo grandes volumes d'água. Nesse sentido, as tempestades são a categoria de evento mais importante, porém alguns outros tipos de eventos decorrem ou do extravasamento dos cursos d'água (inundações ou enxurradas) ou de acúmulos de água (alagamentos), podendo levar a consequências como deslizamentos de terra, entre outros.
A Companhia monitora a ocorrência de grandes eventos via captura de informações veiculadas por órgãos oficiais, particularmente o INMET (Instituto Nacional de Meteorologia), e checagens de volumes de sinistros ocorridos, conforme registro nas bases de dados internas, sempre que alguma suspeita de ocorrência de catástrofe tenha sido levantada.
Em maio de 2024, o Rio Grande do Sul foi grandemente afetado por fortes chuvas durante um período que se alongou por mais de um mês, e os altos volumes de precipitação deixaram cidades gaúchas debaixo d'água, que levaram a mortes e a um montante elevado de prejuízos materiais. A tragédia atingiu as carteiras patrimoniais da Companhia, tendo gerado uma alta carga de sinistros - 7.824 no período total, com cerca de 7.346 cobertos por contratos de resseguro, enfaticamente no ramo habitacional, representando, em valores aproximados, uma perda de seguros de R$ 228.510 e cobertura de resseguro de R$ 205.613. Tais montantes justificam as variações observadas na Demonstração de Resultado com resseguro quando comparado aos números de 2025.
4.1.5. Gerenciamento de ativos e passivos
Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.
4.1.6. Teste de sensibilidade
As análises de sensibilidade da Companhia, considerando-se as mudanças nas principais premissas em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, líquidas dos efeitos tributários, seguem apresentadas nos quadros a seguir, demonstrando os impactos de cada premissa no Resultado e no Patrimônio Líquido:

	31/12/2025		**31/12/2024**	
Sensibilidade	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**
Taxa +1%	-0,70%	-0,70%	-1,20%	-1,20%
Taxa -1%	0,72%	0,72%	1,24%	1,24%
Mortalidade/Sinistralidade +5%	3,53%	3,49%	4,58%	3,66%
Mortalidade/Sinistralidade -5%	-3,53%	-3,49%	-3,66%	-3,83%
Inflação +1%	-0,85%	-0,85%	-1,52%	-1,52%
Inflação -1%	0,87%	0,87%	1,56%	1,56%

i) A sensibilidade à taxa de juros foi calculada sobre os ativos financeiros, pelo modelo de cálculo de duration e convexidade, considerando a curva de juros prefixada 100 basis points para cima e para baixo;
*ii) Para o teste de sensibilidade da mortalidade/sinistralidade consideramos o cenário de (des)agravamento "A" em +- 5% no volume de sinistros ocorridos, dessa forma o montante de sinistros encontrados nos cenários de stress considera a seguinte fórmula: Sinistros A = Sinistros Ocorridos * (1+A). Por fim, buscando uma estimativa simplificada do impacto no resultado, o impacto percentual informado considera a seguinte relação:*
IMPACTO % = Resultado antes dos impostos e participações + (Sinistros Ocorridos - Sinistros A) Resultado antes dos impostos e participações -1;
iii) O cálculo do risco de inflação considera exclusivamente o impacto direto sobre o apreçamento dos ativos e passivos e a imunização deste risco por meio da estratégia de investimentos. Na ausência de descasamentos e/ou ativos pós-fixados, o risco é equivalente a zero. Porém, é importante destacar que a inflação interfere nas curvas de juros e, por consequência, impactará no valor de mercado. Neste contexto, o cálculo de sensibilidade das curvas de juros considera a abertura ou fechamento da curva de juros, também, em razão do risco indireto da flutuação da inflação.
4.2. Risco de crédito
Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não cumprir ou de sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia. As operações-chave em que a Companhia está exposta ao risco de crédito são:
i) parte ressegurada dos passivos de seguro; ii) montantes devidos pelos resseguradores referentes a sinistros pagos; iii) montantes devidos pelos segurados referentes a contratos de seguro; iv) montantes devidos por intermediários nas operações de seguros; v) montantes referentes a empréstimos e recebíveis; e vi) montantes referentes a títulos de dívidas.
O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por Companhias avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's ou Moody's, e atualmente a Companhia privilegia a avaliação produzida pela Moody's, para valores que não sejam relacionados ao resseguro.
A Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradores individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradores que atendem os critérios definidos na Política de Resseguro do Grupo, dos quais a classificação de crédito é um dos quesitos. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos, conforme ilustrado no quadro do item 4.1.3. com as exposições e *ratings* com as resseguradoras. Para as Resseguradora a Companhia privilegia a avaliação produzida pela AM Best.
A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito em instrumentos financeiros - (Os *ratings* não são auditados).

31/12/2025														
Composição dos ativos	**Aaa**	**Aa1**	**Aa2**	**Aa3**	**A1**	**A2**	**A3**	**Baa1**	**Baa3**	**Ba1**	**Ba2**	**Ba3**	***Sem Rating***	**Total**
Valor justo por meio do resultado	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**6.081**	–	–	**2.080.229**	**2.086.310**
Fundos de investimentos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2.080.246	2.080.246
Operações compromissadas	–	–	–	–	–	–	–	–	–	6.081	–	–	–	6.081
Outros valores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(17)	(17)
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**2.265.648**	–	–	–	**2.265.648**
Letras financeira do tesouro	–	–	–	–	–	–	–	–	–	271.215	–	–	–	271.215
Letras do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.079.562	–	–	–	1.079.562
Notas do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–	–	–	–	914.871	–	–	–	914.871
Ao custo amortizado	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**1.205.929**	–	–	–	**1.205.929**
Créditos junto ao FCVS (i)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.205.929	–	–	–	1.205.929
Outros ativos	–	–	–	–	**16.168**	**8.499**	**13.192**	**24.016**	–	–	–	–	**819.905**	**881.780**
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	–	–	–	–	–	9.772	–	–	–	–	–	819.905	829.677
Ativos de resseguros	–	–	–	–	16.168	8.499	3.420	24.016	–	–	–	–	–	52.103
Exposição máxima	–	–	–	–	**16.168**	**8.499**	**13.192**	**24.016**	–	**3.477.658**	–	–	**2.900.134**	**6.439.667**

continua→★

CAIXA SEGURADORA S.A.
CNPJ: 34.020.354/0001-10

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

→★ continuação

Composição dos ativos	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	A1	A2	A3	Baa1	Baa3	Ba1	Ba2	Ba3	*Sem Rating*	31/12/2024 Total
Valor justo por meio do resultado	**3.910**	**4.424**	**776**	**621**	–	**1.034**	–	–	**2.981**	**3.055**	**9.726**	**2.692**	**794.730**	**823.949**
Ações	3.910	4.424	776	621	–	1.034	–	–	2.981	3.055	4.508	2.692	25.604	49.605
Fundos de investimentos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	768.402	768.402
Operações compromissadas	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	5.218	–	–	5.218
Outros valores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	724	724
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**3.385.021**	–	–	**3.385.021**
Letras do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2.089.781	–	–	2.089.781
Notas do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.295.240	–	–	1.295.240
Ao custo amortizado	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**1.199.381**	–	–	**1.199.381**
Créditos junto ao FCVS *(i)*	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.199.381	–	–	1.199.381
Outros ativos	–	–	**1.154**	–	**25.324**	**5.239**	**97.711**	–	–	–	–	–	**714.409**	**843.837**
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	–	1.154	–	25.324	5.239	22.604	–	–	–	–	–	–	54.321
Ativos de resseguros	–	–	–	–	–	–	75.107	–	–	–	–	–	714.409	789.516
Exposição máxima	**3.910**	**4.424**	**1.930**	**621**	**25.324**	**6.273**	**97.711**	–	**2.981**	**3.055**	**4.594.128**	**2.692**	**1.509.139**	**6.252.188**

(i) A contraparte destes créditos é o fundo público gerido pelo Governo Federal, desta forma, consideramos o rating do risco Brasil (tesouro nacional)

4.3. Risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas, que podem causar descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos de mercado inerentes à Companhia, destacam-se: o risco de taxa de juros e risco de preço de ações. O *rating* da carteira de ações está sendo divulgado na nota 4.2. Risco de crédito.

4.3.1. Controle de risco de mercado

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é *o Value-at-risk* (VaR), o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros utilizados são recomendados pela SUSEP, conforme estabelecido na Estrutura de Gestão de Riscos (EGR), descrita no Manual Operacional e os limites definidos pela Administração. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do VaR, está o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos o custodiante dos investimentos utiliza-se dos seguintes parâmetros:
- Modelo não-paramétrico;
- Intervalo de confiança de 99%;
- Horizonte temporal de um dia; e
- Volatilidade sob o critério EWMA.

O *Value at Risk* da carteira de investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 23.186 (31 de dezembro de 2024 era de R$ 24.915).
O valor acima representa a perda máxima das aplicações financeiras da Companhia para o horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99%.

4.3.2. Atribuições relacionadas ao monitoramento de risco

Cabe ao administrador da carteira dos ativos:
- Definir as políticas e metodologias de precificação, de gestão de risco de mercado e de medição de performance para os fundos e carteiras dos clientes;
- Fornecer os preços e taxas de operações marcadas a mercado dos fundos, conforme regras pré-estabelecidas;
- Acompanhar diariamente os limites de cada fundo, verificando seu enquadramento;
- Monitorar a compatibilidade entre a carteira de ativos e de passivos, quanto a prazos, vencimentos e indicadores, bem como o enquadramento aos limites de exposição definidos nas políticas;
- Produzir os relatórios de risco de mercado da Companhia, diários (simplificados) e mensais (completo), contendo informações sobre o nível de exposição dos fundos de investimentos e carteiras consolidadas em relação a diversos fatores de risco (*VaR*) e de análise de perdas e ganhos (*Stress Analysis*); e
- Verificar o atendimento à legislação vigente e aos mandatos estabelecidos pela Companhia.

Cabe à área de controle de risco da Companhia:
- Monitorar se os limites de alocação foram devidamente respeitados para todos os tipos de ativos;
- Monitorar o risco de perda potencial (*VaR)* das carteiras gerenciais;
- Informar aos Gestores em caso de extrapolação dos limites de alocação por ativo e dos limites de perda potencial (*VaR)*;
- Solicitar aos Gestores, em caso de desenquadramento, o reenquadramento dos fundos.

4.4. Risco de liquidez

Risco associado à insuficiência de recursos financeiros para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. A falta de liquidez imediata pode impor perdas em virtude da necessidade de alienação de ativos com a consequente realização de prejuízo.

A liquidez é monitorada através do modelo de gestão de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*). O ajuste nos prazos de vencimento das aplicações segundo a projeção de exigibilidade dos recursos é monitorado permanentemente, além da manutenção de um volume mínimo de caixa para atender demandas recorrentes.

A Política de Liquidez de ALM vigente determina um conjunto de estratégias e mecanismos de monitoramento dos indicadores dos riscos. Desta forma, a gestão do fluxo de caixa estabelece critérios para gerir a manutenção de recursos financeiros suficientes para cumprir todas as obrigações à medida de sua exigibilidade e um conjunto de controles, principalmente para atingir os limites técnicos, faz parte da estratégia e dos procedimentos para situações de necessidade imediata de caixa.

No caso da Companhia, o risco de liquidez pode ser considerado baixo, pois considera as projeções revisadas periodicamente dos fluxos de caixa dos passivos e ativos e seu nível de suficiência, conforme demonstrado no quadro a seguir. Além disso, a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados nas categorias "valor justo por meio do resultado" ou "valor justo por meio de outros resultados abrangentes", reduzindo assim o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

31/12/2025	Até 1 ano	Mais de 1 ano Até 5 anos	Mais de 5 anos	Sem vencimento	Total
Fluxo dos ativos *(i)*	1.697.172	3.848.933	7.951	2.080.229	**7.634.285**
Fluxo dos passivos *(ii)*	1.904.779	1.071.390	330.673	–	**3.306.842**

31/12/2024	Até 1 ano	Mais de 1 ano Até 5 anos	Mais de 5 anos	Sem vencimento	Total
Fluxo dos ativos *(i)*	1.623.726	4.127.967	426.230	818.730	**7.006.653**
Fluxo dos passivos *(ii)*	1.595.049	1.272.010	17.603	–	**2.884.662**

(i) O fluxo de ativos considera o disponível, aplicações financeiras, créditos das operações com seguros e resseguros, ativos de resseguro e títulos e créditos a receber, e outros créditos. Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. As aplicações financeiras estão classificadas na categoria ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado, e em eventual necessidade de liquidez podem ser alienados para cumprir as necessidades de caixa; e

(ii) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar, débitos das operações com seguros e resseguros, passivos de arrendamento e provisões técnicas. Os passivos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, exceto para o fluxo de caixa de saída das provisões técnicas, o qual considera a expectativa de liberação das provisões. O modelo de projeção leva em consideração premissas técnicas, tais como permanência e hipóteses econômicas, bem como o comportamento histórico de algumas provisões, permitindo a geração de expectativa futura de liberação.

5. Disponível

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	2.157	3.560
Equivalente de caixa *(i)*	441.591	6.460
Total	**443.748**	**10.020**

(i) Refere-se, em sua maioria, a valores de fundo de investimento destinado para fins de caixa.

6. Instrumentos financeiros

6.1. Resumo da classificação das aplicações e da hierarquia do valor justo

Os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos exclusivos são apresentados em conjunto com os títulos de propriedade direta da Companhia, os valores a receber, a pagar e de tesouraria desses fundos são apresentados na linha de outros valores. Na hierarquia do valor justo, os ativos da carteira são classificados no Nível 1, uma vez que possuem cotação em mercado ativo. As operações compromissadas constituem a única exceção, sendo classificadas no Nível 2, em função da inexistência de preço cotado em mercado ativo e da utilização de dados observáveis na sua mensuração.

	31/12/2025 Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Sem Vencimento	Valor de curva	Valor Justo	Ajuste ao valor justo	Valor de mercado	%	31/12/2024 Valor de mercado	%
Valor justo por meio do resultado	**6.081**	–	**2.080.229**	**2.086.310**	**2.086.310**	–	**2.086.310**	**48%**	**823.949**	**20%**
Ações	–	–	–	–	–	–	–	–	49.605	6%
Fundos de investimentos	–	–	2.080.246	2.080.246	2.080.246	–	2.080.246	100%	768.402	93%
Operações compromissadas	6.081	–	–	6.081	6.081	–	6.081	–	5.218	1%
Outros valores	–	–	(17)	(17)	(17)	–	(17)	–	724	0%
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**456.945**	**1.808.703**	–	**2.305.174**	**2.265.648**	**(39.526)**	**2.265.648**	**52%**	**3.385.021**	**80%**
Letras do Financeiras do Tesouro	–	271.215	–	271.287	271.215	(71)	271.215	12%	–	0%
Letras do Tesouro Nacional	–	1.079.562	–	1.111.742	1.079.562	(32.180)	1.079.562	48%	2.089.781	62%
Nota do Tesouro Nacional	456.945	457.926	–	922.145	914.871	(7.275)	914.871	40%	1.295.240	38%
Total	**463.026**	**1.808.703**	**2.080.229**	**4.391.484**	**4.351.958**	**(39.526)**	**4.351.958**	**100%**	**4.208.970**	**100%**

O saldo do balanço patrimonial é composto pelo valor de mercado.

6.2. Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	31/12/2024	Aplicações	Transferência	Resgates	Ajuste de Valor justo	Rendimentos	31/12/2025
Valor justo por meio do resultado	**823.949**	2.505.543	(304.036)	(1.121.584)	–	182.438	**2.086.310**
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**3.385.021**	1.088.197	–	(2.599.257)	121.569	270.118	**2.265.648**
Saldo	**4.208.970**	**3.593.740**	**(304.036)**	**(3.720.841)**	**121.569**	**452.556**	**4.351.958**

	01/01/2024	Aplicações	Resgates	Ajuste de Valor justo	Rendimentos	31/12/2024
Valor justo por meio do resultado	**1.063.580**	3.268.779	(3.594.506)	–	86.096	**823.949**
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**3.420.223**	2.561.887	(2.757.029)	(152.628)	312.568	**3.385.021**
Saldo	**4.483.803**	**5.830.666**	**(6.351.535)**	**(152.628)**	**398.664**	**4.208.970**

6.3. Análise de sensibilidade

6.3.1. Carteira de ativos

A carteira de investimentos da Companhia possui ativos classificados como: Valor justo por meio do resultado e Valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos da Companhia é o de *Stress Test*. Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do *VaR* das carteiras e o choque de 100 *basis point* na curva de juros. Este cenário contempla variações na curva de inflação e curva de juros. O resultado dos testes realizados com o principal risco e sua variação estão apresentados no quadro abaixo:

Fatores de Risco	Value-at-Risk	DV-1
Fundos	(2.024)	–
Juros Pré	–	(17.620)
Cupom de IPCA	–	(2.492)
LFT	–	(3.074)
Total	**(2.024)**	**(23.187)**

6.4. Taxas de juros contratadas

A carteira de investimentos da Companhia possui as seguintes taxas de juros contratadas:

	31/12/2025 Maior taxa	31/12/2025 Menor taxa	31/12/2024 Maior taxa	31/12/2024 Menor taxa
Letras do Financeiras do Tesouro - LFT	100% da SELIC	100% da SELIC	100% da SELIC	100% da SELIC
Nota do Tesouro Nacional - NTN-F	14,06%	14,05%	7,19%	6,05%
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11,24%	10,95%	12,77%	10,95%
Nota do Tesouro Nacional - NTN-B	7,03%	7,03%	7,03%	7,03%

7. Créditos das operações

7.1. Prêmios a receber de segurados

7.1.1. Prêmios a receber e provisão para risco de crédito por ramo

Ramo	31/12/2025 Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido	31/12/2024 Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido
Habitacional fora do SFH	246.352	(89)	246.263	200.277	(177)	200.100
Automóvel	533.135	(1.103)	532.032	474.417	(1.564)	472.853
Compreensivo residencial	27.454	(2.388)	25.066	28.866	(4.388)	24.478
Compreensivo empresarial	10.387	(1.794)	8.593	13.951	(3.022)	10.929
Demais ramos	7.987	(190)	7.797	5.930	(289)	5.641
Total	**825.315**	**(5.564)**	**819.751**	**723.441**	**(9.440)**	**714.001**

7.1.2. Movimentação dos prêmios a receber e da provisão para risco de crédito

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	**714.001**	**757.183**
Prêmios emitidos	3.412.320	3.297.811
IOF	3.798	(2.545)
Adicional de fracionamento	–	2
Prêmios cancelados	(228.880)	(246.874)
Recebimentos	(3.085.630)	(3.098.112)
Prêmios de RVNE	266	82
Saldo	**815.875**	**707.547**
Constituição/(reversão) de provisão para perda	3.876	6.454
Saldo total	**819.751**	**714.001**

7.1.3. Faixas de vencimento

Prêmios a vencer	31/12/2025 Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido	31/12/2024 Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido
De 1 a 60 dias	335.047	(287)	334.760	282.488	(741)	281.747
De 61 a 120 dias	70.557	(147)	70.410	65.176	(244)	64.932
De 121 a 180 dias	63.551	(123)	63.428	59.625	(195)	59.429
De 181 a 365 dias	156.547	(297)	156.250	146.846	(476)	146.370
Acima de 365 dias	155.711	(260)	155.451	125.984	(387)	125.597
Prêmios Vencidos						
De 1 a 60 dias	39.600	(148)	39.452	36.400	(475)	35.926
De 61 a 120 dias	137	(137)	–	372	(372)	–
De 121 a 180 dias	82	(82)	–	366	(366)	–
De 181 a 365 dias	343	(343)	–	992	(992)	–
Acima de 365 dias	3.740	(3.740)	–	5.192	(5.192)	–
Total	**825.315**	**(5.564)**	**819.751**	**723.441**	**(9.440)**	**714.001**

Atualmente a Companhia opera com prêmio parcelado para os produtos empresarial, automóvel e residencial. O prazo médio de parcelamento, em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, foi de 5 meses para o produto empresarial, 24 meses para o produto automóvel e 60 meses para o produto residencial.

7.2. Outros créditos operacionais

A rubrica de outros créditos operacionais é representada integralmente por valores a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).

7.2.1. Apresentamos a seguir a composição dos créditos a receber do FCVS

	31/12/2025	31/12/2024
Títulos e créditos a receber - FCVS *(iii)*	52.794	51.464
Créditos a receber do FCVS *(i)*	337.668	364.311
Títulos e créditos a receber - FCVS *(iii)*	1.000.982	975.766
Redução ao valor recuperáveis *(ii)*	(185.515)	(192.160)
Total do FCVS	**1.205.929**	**1.199.381**

(i) É composto por créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). O FCVS foi criado pela Resolução do Conselho de Administração do Banco Nacional da Habitação - RC BNH nº 25, de 16 de junho de 1967 e, desde 1988, passou a ter o encargo adicional de garantir o equilíbrio da apólice pública do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH.

Entretanto, passaram a figurar no polo passivo de demandas judiciais com fundamento na apólice pública, em que os segurados buscavam indenização pelos danos físicos ao imóvel ou morte e invalidez permanente, suportando todos os ônus do passivo judicial. Dessa forma, a Companhia realiza a defesa dos interesses do Fundo em juízo e, em razão dessas demandas judiciais, é obrigada a assumir todas as despesas processuais e, posteriormente, busca o ressarcimento dos montantes pagos junto ao FCVS, uma vez que a Lei nº 12.409/2011, com nova redação dada pela Lei nº 13.000/2014, bem como a Resolução CCFCVS nº 364/2014 atribuíram expressamente ao FCVS a responsabilidade pelos direitos e obrigações do SH/SFH e pela cobertura direta aos contratos de financiamento habitacional averbados na extinta apólice SH/SFH, além de atribuir à CAIXA, na qualidade de Administradora do Fundo, a competência para representar judicial e extrajudicialmente os interesses do FCVS. Os créditos a receber do FCVS são registrados contabilmente mediante o efetivo desembolso financeiro decorrente da execução dos processos judiciais.

(ii) Representa a provisão para redução ao valor recuperável dos valores a receber do FCVS. Considerando que parte dos valores que a Companhia busca o ressarcimento são glosados pelo fundo, por motivos como:

(a) ausência de comprovação de vínculo; (b) ausência de documentos relacionados ao processo, entre outros. A Companhia, após avaliar a natureza e motivo das glosas, avalia o ingresso de uma ação de cobrança, na esfera judicial, com objetivo de obter o ressarcimento daquilo que foi glosado e que, na sua avaliação, não tem substância ou argumento para tal. Diante deste cenário, a Companhia mensura uma provisão ao valor recuperável, por meio de metodologia específica, que é baseada em médias históricas da experiência da Companhia, que considera: (i) percentual de glosa administrativa realizada diretamente pelo FCVS; e (ii) percentual de perda das ações judiciais de cobrança. Desta forma, a provisão corresponde a estimativa dos montantes que serão glosados administrativamente, ponderado pelas recuperações das ações judiciais de cobrança.

(iii) Para compor o saldo total a receber do FCVS considera-se também parte do valor dos Títulos e créditos a receber - FCVS, conforme demonstrado na nota 10.1 e nota 10.3. São classificados no grupo de títulos e créditos a receber os pagamentos das despesas processuais que foram realizados pela Companhia, para os quais já houve a solicitação do reembolso junto ao FCVS mas que a Companhia ainda aguarda o seu ressarcimento.

7.2.2. Movimentação dos créditos a receber do FCVS:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	**1.199.381**	**1.196.628**
Adições - pagamentos realizados	58.808	69.401
Baixas - por recebimentos	(58.904)	(67.437)
Redução ao valor recuperável	6.645	788
Saldo final	**1.205.929**	**1.199.381**

8. Operações com resseguradoras

Apresentamos a seguir informações referentes às operações de resseguro:

	31/12/2025	31/12/2024
Sinistros pagos a recuperar *(i)*	37.944	103.667
Provisão para risco de crédito	(28.172)	(28.560)
Operações com resseguradoras	**9.772**	**75.107**
Provisão de sinistros a liquidar	34.807	36.446
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	1.687	2.870
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	12.366	11.800
Provisão de prêmios não ganhos - RVNE	93	–
Provisão de despesas relacionadas	3.189	3.246
Redução ao valor recuperável - ativos de resseguro *(ii)*	(39)	(41)
Ativos de resseguros - Provisões técnicas	**52.103**	**54.321**
Total	**61.875**	**129.428**

(i) Aumento observado em 2024 decorrente decorrente de resseguro dos sinistros catastróficos ocorridos no Rio Grande do Sul.
(ii) Conforme define a circular nº 678/22 e critérios descritos na nota 2.6.3.

9. Outros valores e bens

Apresentamos a seguir as informações referentes a bens a venda e outros valores:

9.1. Composição

	31/12/2025	31/12/2024
Bens a venda-salvados (9.2)	10.149	16.761
Direito a salvados - estimado (9.4)	5.400	5.426
Bens de direitos de uso (9.5)	23.928	45.640
Outros	98	98
Total	**39.575**	**67.925**

9.2. Movimentação de bens a venda - salvados

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	**16.761**	**14.944**
Aviso de salvados	70.778	66.516
Reavaliação de salvados	(22.718)	(14.397)
Reabertura de salvados	(1.842)	(2.210)
Cancelamento de salvados	791	1.311
Recebimentos	(57.036)	(50.859)
Saldo	**6.734**	**15.305**
Redução ao valor recuperável	3.415	1.456
Saldo final (*i*)	**10.149**	**16.761**

(i) O estoque de Bens Salvados da companhia é oriundo do ramo de Automóvel.

9.3. Faixas de vencimento

Salvados	31/12/2025	31/12/2024
De 1 a 60 dias	6.210	7.681
De 61 a 120 dias	2.625	6.681
De 121 a 180 dias	528	1.590
De 181 a 365 dias	1.048	2.278
Acima de 365 dias	4.493	6.700
Total	**14.904**	**24.930**
Redução ao valor recuperável	(4.755)	(8.169)
Total	**10.149**	**16.761**

9.4. Direitos e salvados estimados

Salvados	31/12/2025 Expectativa de realização	Efetivas realizações	31/12/2024 Expectativa de realização	Efetivas realizações
No mês do pagamento	520	9,63%	405	7,47%
1 mês após o pagamento	520	9,63%	405	7,47%
2 meses após o pagamento	520	9,63%	405	7,47%
3 meses após o pagamento	303	5,61%	297	5,47%
4 meses após o pagamento	303	5,61%	297	5,47%
5 meses após o pagamento	303	5,61%	297	5,47%
6 meses após o pagamento	226	4,18%	250	4,61%
7 meses após o pagamento	226	4,18%	250	4,61%
8 meses após o pagamento	226	4,18%	250	4,61%
9 meses após o pagamento	154	2,85%	221	4,07%
10 meses após o pagamento	154	2,85%	221	4,07%
11 meses após o pagamento	154	2,85%	221	4,07%
De 12 a 18 meses após o pagamento do sinistro	511	9,45%	1.059	19,53%
De 18 a 24 meses após o pagamento do sinistro	454	8,40%	623	11,49%
De 24 a 30 meses após o pagamento do sinistro	320	5,93%	156	2,88%
De 36 a 42 meses após o pagamento do sinistro	149	2,75%	59	1,08%
De 54 a 60 meses após o pagamento do sinistro	–	0,00%	9	0,16%
Total	**5.400**	**100,00%**	**5.426**	**100,00%**
Circulante	3.609	9,63%	3.518	–
Não circulante	1.792	9,63%	1.906	–

9.5. Ativo de direito de uso

Referem-se substancialmente aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 2.15), descontado a valor presente:

Direito de uso	Saldo em 31/12/2024	Movimentações: Novos contratos/ Reavaliações	Alterações/ cancelamentos de contratos	Despesa de depreciação do período	Composição do saldo: Ativo de direito de uso	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2025
Imóveis	**42.795**	(21.003)	4.860	(7.474)	97.058	(77.880)	**19.178**
Máquinas e Equipamentos	**2.845**	5.002	(312)	(2.785)	22.358	(17.608)	**4.750**
Total	**45.640**	**(16.001)**	**4.548**	**(10.259)**	**119.416**	**(95.488)**	**23.928**

Direito de uso	Saldo em 01/01/2024	Movimentações: Novos contratos/ Reavaliações	Alterações/ cancelamentos de contratos	Despesa de depreciação do período	Composição do saldo: Ativo de direito de uso	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2024
Imóveis	**83.056**	(25.630)	–	(14.631)	113.201	(70.406)	**42.795**
Máquinas e Equipamentos	**3.896**	2.030	(581)	(2.500)	17.668	(14.823)	**2.845**
Total	**86.952**	**(23.600)**	**(581)**	**(17.131)**	**130.869**	**(85.229)**	**45.640**

A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos: em 31 de dezembro de 2025 era representando por uma taxa de 16,64% a.a. (31 de dezembro de 2024 por uma taxa de 19,04 % a.a.).

10. Títulos e créditos a receber

10.1. Títulos e créditos a receber

A composição dos títulos e créditos a receber são representados conforme a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
FCVS *(i)*	52.794	51.464
Ressarcimentos de custos a receber *(ii)*	26.106	55.399
Ressarcimentos - estimados	370	371
Comissão a recuperar	1.344	–
Ressarcimentos - Outros *(iii)*	13.642	23.402
Pagamentos pendentes de baixa *(iv)*	14.661	9.648
Total	**108.917**	**140.284**

(i) Valor a receber do FCVS, conforme detalhado na nota 7.2.1;
(ii) Créditos referentes ao valor a receber de transações intercompany, detalhadas na nota 23. A redução se justifica pelo recebimento do valor de prestação de serviços pendente em 2024;
(iii) Outros ressarcimentos a receber líquido da redução ao valor recuperável;
(iv) O saldo está substancialmente concentrado no fluxo de retornos bancários, referentes aos pagamentos de sinistros pendentes baixa.

10.2. Créditos tributários e previdenciários e passivo fiscal diferido

A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação dos créditos tributários e passivo fiscal diferido, podem ser resumidas como segue:

10.2.1. Composição e movimentação

	01/01/2024	Constituições (realizações) IR/CS	Outros tributos	31/12/2024	Constituições (realizações) IR/CS	Outros tributos	31/12/2025
Ativo							
A compensar	3.883	(369)	630	4.144	(583)	(687)	2.874
Total ativo circulante	**3.883**	**(369)**	**630**	**4.144**	**(583)**	**(687)**	**2.874**
A compensar	20.161	1.875	398	22.434	(1.458)	(259)	20.717
Ajuste de títulos a valor justo TVM	3.835	60.602	–	64.437	(48.627)	–	15.810
Diferenças temporárias:	**918.106**	**38.588**	–	**956.694**	**6.802**	–	**963.496**
Contingências fiscal	473.768	24.175	–	497.943	36.707	–	534.650
Contingências cíveis	69.370	6.722	–	76.092	(2.504)	–	73.588
Contingências trabalhistas	20.507	894	–	21.401	652	–	22.053
Provisão para risco de crédito	276.012	17.510	–	293.522	(14.554)	–	278.968
Provisão para participações nos lucros	12.298	–	(2.012)	–	10.286	2.254	12.540
Operações de arrendamento - CPC 06	3.617	–	(239)	–	3.378	(409)	2.969
Outras provisões	62.534	(8.462)	–	54.072	(15.344)	–	38.728
Total do ativo não circulante	**942.102**	**101.065**	**398**	**1.043.565**	**(43.283)**	**(259)**	**1.000.023**
Ajuste de títulos a valor justo TVM	(1.121)	–	1.121	–	–	–	–
Total do passivo diferido	**(1.121)**	–	**1.121**	–	–	–	–

10.2.2. Expectativa da efetiva realização

Ano de Realização	Diferenças temporárias Valor	%	Ajuste de títulos a valor justo TVM Valor	%	Total Valor	%
2026	367.369	38%	3.369	21%	370.738	38%
2027	297.790	31%	12.441	79%	310.231	32%
2028	31.414	3%	–	0%	31.414	3%
2029	29.566	3%	–	0%	29.566	3%
2030	33.833	4%	–	0%	33.833	3%
2031 até 2035	203.524	21%	–	0%	203.524	21%
Total	**963.496**	**100%**	**15.810**	**100%**	**979.306**	**100%**

10.3. Outros créditos

Os saldos de outros créditos registrados no ativo circulante são representados substancialmente por valores inicialmente bloqueados nas contas bancárias da Companhia e posteriormente quando desbloqueados e transferidos para uma conta judicial até o limite do valor executado, são reclassificados para o ativo não circulante, em função da expectativa de realização maior que 365 dias e esses valores ficam à disposição até que sobrevenha nova decisão judicial sobre a destinação final do valor. O saldo dessa rubrica no curto prazo, em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 7.995 (31 de dezembro de 2024 - R$ 7.217).

Os saldos de outros créditos no ativo não circulante são representados substancialmente por valores a receber do FCVS (R$ 815.467), representados pelos pagamentos de despesas processuais que a Companhia realizou, solicitou o reembolso junto ao FCVS e aguarda o seu ressarcimento. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo total desse grupo era de R$ 859.375 (e em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 835.931), pois além desse valor do FCVS, temos o valor de R$ 43.908 (31 de dezembro de 2024 - R$ 52.325), referente a transferências judiciais.

11. Provisões técnicas e custos de aquisições diferidos

Apresentamos a seguir informações referentes às provisões técnicas e custos de aquisição diferidos:

11.1. Abertura

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	546.163	514.943
Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	1.113.617	1.098.324
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	327.284	341.123
Provisão de sinistros ocorridos, mas não suficientemente avisados (IBNER)	(192)	–
Provisão de despesa relacionada (PDR)	136.473	135.473
Outros Valores a Regularizar (PVR) *(i)*	71.851	–
Total das Provisões Técnicas	**2.195.196**	**2.089.863**
Total Custos de aquisições diferidos	**17.462**	**16.334**

(i) Devoluções de prêmios - o valor observado no período refere-se as devoluções pendentes de liquidação do último mês, cuja liquidação ocorre no mês subsequente.

11.2. Movimentação

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial das provisões técnicas	**2.089.863**	**2.123.219**
(+) Aviso de sinistros/despesas	872.756	821.803
(+/–) Atualização monetária e juros	41.875	51.846
(–) Pagamentos efetuados	(1.086.182)	(1.290.981)
(+/–) Ajuste de estimativa de sinistros/despesas de sinistro	187.844	443.606
(+/–) Variações das provisões técnicas de prêmios	103.071	(48.257)
(+/–) Variações das provisões técnicas de sinistros	(14.031)	(11.373)
Saldo final das provisões técnicas	**2.195.196**	**2.089.863**

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial dos custos de aquisição diferidos	**16.334**	**27.871**
(+/–) Variações dos custos de aquisições diferidos	1.128	(11.537)
Saldo final dos custos de aquisição diferidos	**17.462**	**16.334**

continua→★

CAIXA SEGURADORA S.A.
CNPJ: 34.020.354/0001-10

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

→★ continuação

11.3. Garantia das provisões técnicas

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões técnicas	**2.195.196**	**2.089.863**
Total das exclusões	**546.481**	**501.890**
Provisões técnicas - Resseguro	39.644	42.521
Direito creditório	489.287	437.479
Depósitos Judiciais	17.550	21.890
Total a ser coberto	**1.648.715**	**1.587.973**
Total dos ativos garantidores:	**1.922.432**	**1.945.808**
Títulos da dívida pública	1.922.432	1.945.808
Suficiência de cobertura	**273.717**	**357.836**
Suficiência de Ativos Garantidores (%)	**16,60%**	**22,53%**

12. Imobilizado

12.1. Composição

O ativo imobilizado está composto da seguinte forma:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo	Depreciação/amortização acumulada	Total	Custo	Depreciação/amortização acumulada	Total
Equipamentos	14.277	(12.396)	1.881	14.232	(12.698)	1.534
Móveis, máquinas e utensílios	24.116	(21.544)	2.572	17.052	(15.529)	1.523
Veículos	4.614	(1.274)	3.340	4.939	(1.953)	2.986
Sistemas e aplicativos	772	(768)	4	768	(768)	–
Outros	9.594	(4.555)	5.039	8.229	(2.712)	5.517
Total	**53.373**	**(40.537)**	**12.836**	**45.220**	**(33.660)**	**11.560**

12.2. Movimentação

	Taxa anual de depreciação (%)	Saldo inicial 31/12/2024	Aquisições	Baixas	Depreciações	Saldo final 31/12/2025
Equipamentos de Informática	10% a 50%	1.885	378	(20)	(710)	1.533
Móveis, máquinas e utensílios	10%	5.323	392	(338)	(1.266)	4.113
Veículos	20%	3.350	1.001	(465)	(891)	2.986
Benfeitoria em imóveis de terceiros	20%	2.278	2.348	(942)	(763)	2.928
Total		**12.836**	**4.119**	**(1.765)**	**(3.630)**	**11.560**

	Taxa anual de depreciação (%)	Saldo inicial 01/01/2024	Aquisições	Baixas	Depreciações	Saldo final 31/12/2024
Equipamentos de Informática	10% a 50%	1.684	1.209	(28)	(980)	1.885
Móveis, máquinas e utensílios	10%	7.911	182	(216)	(2.554)	5.323
Veículos	20%	4.847	868	(1.476)	(889)	3.350
Benfeitoria em imóveis de terceiros	20%	1.946	1.130	–	(798)	2.278
Total		**16.388**	**3.389**	**(1.720)**	**(5.221)**	**12.836**

13. Intangível

A composição do ativo intangível está da seguinte forma:

	Taxa anual de amortização (%)	Saldo inicial 31/12/2024	Aquisições	Baixas	Transferências	Amortização	Saldo final 31/12/2025
Marcas e patentes *(i)*	–	51	–	–	–	–	51
Sistemas aplicativos	20%	5.580	270	(877)	–	(2.743)	2.230
Sistemas de computação	20%	72.025	–	(9.904)	28.836	(26.918)	64.039
Sistemas em desenvolvimento *(ii)*	–	39.576	18.758	(17.518)	(28.836)	–	11.980
Total		**117.232**	**19.028**	**(28.299)**	**–**	**(29.661)**	**78.300**

	Taxa anual de amortização (%)	Saldo inicial 01/01/2024	Aquisições	Baixas	Transferências	Amortização	Saldo final 31/12/2024
Marcas e patentes *(i)*	–	51	–	–	–	–	51
Sistemas aplicativos	20%	21.410	–	(9.409)	–	(6.421)	5.580
Sistemas de computação	20%	81.062	–	(3.016)	24.320	(30.341)	72.025
Sistemas em desenvolvimento *(ii)*	–	45.411	18.802	(317)	(24.320)	–	39.576
Total		**147.934**	**18.802**	**(12.742)**	**–**	**(36.762)**	**117.232**

(i) Marcas e patentes não são amortizadas;
(ii) Sistemas em desenvolvimento não são amortizados. A amortização ocorre a partir da conclusão do sistema e movimentação para conta de sistemas de computação.
A movimentação observada no período refere-se à baixa por cessão de ativos realizada no período.

14. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas.

14.1. Sinistros brutos de resseguro

Conciliação	**31/12/2025**
Total do Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros	1.440.706
Total da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) + IBNR + IBNER	**1.440.706**

a. Sinistros administrativos

Data de Aviso	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano do aviso	577.566	605.802	687.098	773.802	780.528	1.261.169	833.061	763.485	1.034.803	1.013.739	–
1 ano depois	658.705	681.157	788.179	789.053	859.454	1.358.291	878.236	846.846	1.162.268	–	–
2 anos depois	686.768	690.176	783.311	792.532	869.813	1.385.298	899.532	884.106	–	–	–
3 anos depois	687.526	695.180	766.376	770.700	876.129	1.396.635	922.073	–	–	–	–
4 anos depois	693.062	698.606	744.572	774.693	882.617	1.420.007	–	–	–	–	–
5 anos depois	694.077	702.406	745.463	776.607	891.278	–	–	–	–	–	–
6 anos depois	696.120	705.525	745.509	782.977	–	–	–	–	–	–	–
7 anos depois	696.494	706.663	749.176	–	–	–	–	–	–	–	–
8 anos depois	696.918	708.059	–	–	–	–	–	–	–	–	–
9 anos depois	698.161	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	698.161	708.059	749.176	782.977	891.278	1.420.007	922.073	884.106	1.162.268	1.013.739	9.231.845
Pagamentos acumulados até a data base	696.408	704.991	745.026	777.268	881.786	1.399.425	900.009	852.453	1.095.685	688.474	8.741.525
Passivo reconhecido no balanço	1.753	3.068	4.150	5.709	9.492	20.582	22.063	31.653	66.584	325.265	490.320
Passivo em relação a anos anteriores a 2016	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.308
PSL de Retrocessão	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2.746
Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(11.745)
Total do passivo incluso no balanço	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**482.629**

b. Sinistros judiciais

Data de Aviso	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano do aviso	13.839	12.584	12.434	20.204	20.176	27.756	35.309	28.095	20.967	19.674	–
1 ano depois	61.122	52.593	51.310	70.409	60.957	73.842	73.450	60.607	47.433	–	–
2 anos depois	92.603	74.498	88.129	91.208	83.372	88.013	77.019	71.756	–	–	–
3 anos depois	109.235	86.095	98.735	113.427	90.159	84.514	82.823	–	–	–	–
4 anos depois	123.070	88.396	113.451	114.150	80.293	86.704	–	–	–	–	–
5 anos depois	114.465	99.032	108.376	106.603	81.458	–	–	–	–	–	–
6 anos depois	126.047	92.154	103.768	105.702	–	–	–	–	–	–	–
7 anos depois	119.066	87.822	104.060	–	–	–	–	–	–	–	–
8 anos depois	117.618	90.271	–	–	–	–	–	–	–	–	–
9 anos depois	110.616	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	110.616	90.271	104.060	105.702	81.458	86.704	82.823	71.756	47.433	19.674	800.496
Pagamentos acumulados até a data base	34.274	34.162	44.311	31.467	12.677	15.935	10.729	3.314	1.201	585	188.655
Passivo reconhecido no balanço	76.342	56.109	59.749	74.234	68.781	70.769	72.093	68.442	46.233	19.090	611.842
Passivo em relação a anos anteriores a 2016	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	346.236
Total do passivo incluso no balanço	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**958.078**

14.2. Sinistros líquidos de resseguro

Valores em Reais mil	**31/12/2025**
Total do Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros	1.078.810
Total da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	**1.078.810**

a. Sinistros administrativos *(i)*

Data de Aviso	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano do aviso	822.883	854.919	924.342	1.030.330	889.705	1.448.043	1.045.514	929.756	1.069.003	1.013.441	–
1 ano depois	701.296	710.230	796.629	845.495	843.997	1.415.671	1.001.748	900.964	967.939	–	–
2 anos depois	707.315	715.442	780.642	832.521	845.278	1.422.395	1.010.473	904.463	–	–	–
3 anos depois	715.784	711.299	780.739	835.431	851.498	1.424.826	1.012.726	–	–	–	–
4 anos depois	713.018	711.547	782.586	835.862	853.168	1.426.686	–	–	–	–	–
5 anos depois	713.704	714.723	782.687	835.256	850.950	–	–	–	–	–	–
6 anos depois	716.104	715.015	782.170	835.344	–	–	–	–	–	–	–
7 anos depois	715.796	715.793	781.968	–	–	–	–	–	–	–	–
8 anos depois	716.103	715.402	–	–	–	–	–	–	–	–	–
9 anos depois	716.303	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	716.303	715.402	781.968	835.344	850.950	1.426.686	1.012.726	904.463	967.939	1.013.441	9.225.222
Pagamentos acumulados até a data base	715.819	715.107	781.569	835.288	850.391	1.426.261	1.011.006	904.000	964.781	859.438	9.063.660
Passivo reconhecido no balanço	483	295	400	55	560	425	1.721	462	3.158	154.003	161.561
Passivo em relação a anos anteriores a 2016	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	252
PSL de Retrocessão	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2.746
Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(10.863)
PSL de Nota Técnica / IBNER	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	102
Total do passivo incluso no balanço	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**153.799**

b. Sinistros judiciais *(i)*

Data de Aviso	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
No ano do aviso	36.205	35.063	37.635	42.122	46.478	50.643	63.869	48.118	46.410	32.769	–
1 ano depois	80.320	77.048	79.372	88.440	85.526	94.481	102.228	71.264	70.939	–	–
2 anos depois	102.719	91.146	83.804	100.866	108.573	101.127	99.497	79.460	–	–	–
3 anos depois	111.101	92.845	84.154	118.730	108.776	92.572	102.238	–	–	–	–
4 anos depois	108.215	92.162	93.263	115.250	96.183	93.413	–	–	–	–	–
5 anos depois	105.906	102.094	87.666	103.113	93.813	–	–	–	–	–	–
6 anos depois	111.116	92.447	83.363	101.313	–	–	–	–	–	–	–
7 anos depois	102.768	88.383	82.336	–	–	–	–	–	–	–	–
8 anos depois	98.401	87.766	–	–	–	–	–	–	–	–	–
9 anos depois	96.265	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	96.265	87.766	82.336	101.313	93.813	93.413	102.238	79.460	70.939	32.769	840.312
Pagamentos acumulados até a data base	37.409	38.385	30.852	31.934	15.760	16.338	11.076	8.243	2.923	1.134	194.054
Passivo reconhecido no balanço	58.856	49.381	51.484	69.379	78.053	77.076	91.162	71.217	68.016	31.635	646.259
Passivo em relação a anos anteriores a 2016	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	278.752
Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Total do passivo incluso no balanço	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**925.011**

(i) Os valores informados nos itens (a) e (b) não incluem despesas relacionadas com a regulação de sinistros administrativos ou judiciais, inclusive sucumbência.

15. Discriminação das provisões de sinistros judiciais

	31/12/2025	31/12/2024
Total de ações judiciais pagas no período e que se encontravam provisionadas	39.166	51.252
Total provisionado de ações judiciais pagas no período	50.192	70.309
Processos encerrados sem pagamento no período, para os quais havia provisão constituída	68.309	63.073
Total de ações judiciais pagas no período e não provisionadas no exercício anterior	9.858	5.321

16. Detalhamento dos principais grupos de contas a pagar

16.1. Obrigações a pagar

A composição em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	4.706	5.000
Honorários e remunerações a Pagar	42.068	38.507
Outras Obrigações a Pagar	2.328	1.621
Total	**49.102**	**45.128**

16.2. Impostos e contribuições

Do saldo total observado no grupo, o montante substancial é relativo ao IRPJ e à CSLL, que em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 377.509 (31 de dezembro de 2024 - R$ 362.080).

16.3. Outras contas a pagar

A composição em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de terceiros operacional	15.078	28.317
Serviços de terceiros administrativo	55.808	79.724
Outras obrigações a pagar	5.345	9.834
Total	**76.231**	**117.875**

17. Débitos diversos

Do saldo total observado no grupo, o montante substancial é relativo a Passivo de arrendamento, que em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 31.591 (31 de dezembro de 2024 - R$ 54.369).

17.1. Passivo de arrendamento

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurados pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontados por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

			31/12/2025
	Passivo de arrendamento	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2025	**62.713**	**(8.344)**	**54.369**
Apropriação de juros transcorridos	–	2.836	2.836
Constituições/reavaliações de contratos	(18.074)	2.073	(16.001)
Pagamentos	(13.164)	–	(13.164)
Outras/Baixas	3.643	(92)	3.551
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**35.118**	**(3.527)**	**31.591**
Circulante	12.527	(501)	12.026
Não circulante	22.591	(3.026)	19.565

			31/12/2024
	Passivo de arrendamento	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**113.538**	**(17.485)**	**96.053**
Apropriação de juros transcorridos	–	5.283	5.283
Constituições/reavaliações de contratos	(27.290)	3.690	(23.600)
Pagamentos	(22.941)	–	(22.941)
Outras/Baixas	(594)	168	(426)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**62.713**	**(8.344)**	**54.369**
Circulante	18.124	(3.690)	14.434
Não circulante	44.588	(4.653)	39.935

A taxa média ponderada utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arredamento em 31 de dezembro de 2025 é de 7,86% a.a. (31 de dezembro de 2024 é de 7,60 % a.a.).
Valor presente dos pagamentos mínimos dos arredamentos:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Até 1 ano	Mais de 1 ano Até 5 anos	Total	Até 1 ano	Mais de 1 ano Até 5 anos	Total
Passivo de arrendamento	12.527	22.591	**35.118**	18.124	44.588	**62.713**

18. Depósitos de terceiros

A composição da conta de depósitos de terceiros, por data de pendência, é a seguinte:

	31/12/2025				31/12/2024			
	Prêmios antecipados	Prêmios e emolumentos recebidos	Outros depósitos	Total	Prêmios antecipados	Prêmios e emolumentos recebidos	Outros depósitos	Total
De 1 a 30 dias	–	543	32.883	33.426	–	480	8.869	9.349
De 31 a 60 dias	–	457	1.482	1.939	–	4.274	2.831	7.105
De 61 a 120 dias	27	72	5.118	5.217	–	239	746	985
De 121 a 180 dias	–	31	1.644	1.675	–	151	2.611	2.762
De 181 a 365 dias	23	56	4.847	4.926	–	61	4.624	4.685
Acima de 365 dias	–	6.872	5.329	12.201	249	6.984	14.442	21.675
Total	**50**	**8.031**	**51.303**	**59.384**	**249**	**12.189**	**34.123**	**46.561**

19. Depósitos judiciais e fiscais, provisões judiciais e obrigações fiscais

A composição em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 está demonstrada a seguir:

	Depósitos judiciais		Provisões judiciais	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contingências cíveis	61.560	64.728	520.459	549.239
Contingências trabalhistas	18.081	16.830	55.130	53.500
Contingências fiscais	531	492	16.172	–
Obrigações legais - fiscal	2.515.734	2.335.282	3.834.503	3.579.338
Total	**2.595.906**	**2.417.332**	**4.426.264**	**4.182.077**

Os depósitos judiciais de causas cíveis correspondem substancialmente a depósitos para cobertura de sinistros que estão em discussão judicial, contabilizados na conta de Sinistros a Liquidar. O valor contabilizado para os sinistros judiciais em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 951.982 (31 de dezembro de 2024 era de R$ 930.768).
O valor de contingências fiscais provisionado em 2025, decorre de indeferimento de pedidos de compensação de contribuições previdenciárias, que estão em discussão administrativa junto a Receita Federal do Brasil.

Cíveis

As provisões judiciais cíveis referem-se, basicamente, a pedidos de indenização material e moral por negativa de pagamento de sinistros em função, principalmente, de: (i) doenças pré-existentes; (ii) discordância em relação ao valor indenizado; (iii) danos físicos ao imóvel por vício de construção e; (iv) falta de pagamento/devolução de prêmio.
Adicionalmente, a Companhia é parte envolvida em 7.103 (2024 - 7.268) ações judiciais relacionadas ao Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH. O SH/SFH foi criado pelo artigo 14 da Lei nº 4.380/1964 e, desde 1988, passou a ter o equilíbrio da apólice garantida pelo FCVS, que foi criado no ano de 1967. Em razão dessas demandas judiciais, a Companhia é obrigada a assumir todas as despesas processuais e, posteriormente, busca o ressarcimento dos montantes pagos junto ao FCVS.
Desta forma, considerando os processos em que a Companhia é requerida judicialmente, sem uma perspectiva efetiva de ser totalmente ressarcida pelo FCVS, a Administração entendeu ser adequado efetuar uma provisão para contingenciar parte dos valores que estão em discussão. A provisão é composta pela expectativa de desembolso futuro, líquida dos valores que a Companhia espera ser reembolsada administrativamente pelo fundo, e por fim, sobre desse saldo desembolsado e não ressarcido, aplica-se um percentual estimado de perda das ações judiciais de cobrança. O montante provisionado corresponde à melhor estimativa do saldo líquido que será efetivamente desembolsado, mas que pode ter seu reembolso definitivamente glosado tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial. O saldo da provisão constituída em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 336.486 e 31 de dezembro de 2024 era de R$ 359.009.

Trabalhistas

As provisões judiciais trabalhistas referem-se, basicamente, a questionamentos de valores por ocasião da rescisão contratual.

Fiscais

A Companhia possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento.
As discussões judiciais envolvendo obrigações legais são integralmente provisionadas independentemente da avaliação quanto à probabilidade de perda e referem-se basicamente a discussões de:
(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é provável. O processo aguarda o julgamento do recurso de Apelação interposto pela União para a aplicação do entendimento firmado no precedente do STF (RE 400.479/rj - Axa seguros). Período de 02/1999 a 12/2014. Valor provisionado em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 1.324.447 (31 de dezembro de 2024 foi de R$ 1.248.512);
(ii) Aumento da alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 9% para 15% através da Lei 11.727/2008. A probabilidade de perda é provável. Aguarda-se (i) a homologação do pedido de desistência do processo, considerando que não há nenhuma possibilidade de sucesso nessa ação, visto que a majoração foi declarada constitucional no julgamento da ADI 4101, o qual será aplicado ao caso da Companhia em razão da sua natureza vinculante (art. 927, I, do CPC); (ii) os trâmites judiciais sobre a validação do valor depositado; (iii) a conversão em renda para a a União; e (iv) o excedente a ser levantado pela Companhia. Diante da decisão em 1ª instância que denegou a segurança pleiteada e em decorrência de outras ações da mesma natureza que tiveram julgamento desfavorável, conforme decisões proferidas pelo STF de improcedência das ADI nº 4101 e 5485, a Companhia realizou o depósito integral a fim de suspender a exigibilidade do crédito tributário, obstando-se a inscrição da contribuinte no CADIN. Valor atualizado provisionado e integralmente depositado em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 2.510.055 (31 de dezembro de 2024 foi de R$ 2.330.826).
Além dos saldos acima, a Companhia tem ações no polo ativo, as quais, em caso de êxito, poderão redundar no retorno, os valores recolhidos, que poderá ter o direito de recuperação dos valores recolhidos:
(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute-se a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se aguardando julgamento dos recursos extraordinário e especial, interpostos pela Companhia, conclusos para admissibilidade recursal, mas o processo deve retornar ao relator para aplicação da decisão do STF (RE 400.479/rj - Axa seguros) ao caso concreto. Período de 02/1999 a 07/2007 - O valor em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 203.719;
(ii) PIS e COFINS - Lei 12.973/14: não incidência de PIS/COFINS sobre receita do ativo garantidor a partir de 2015. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se aguardando julgamento dos recursos extraordinário e especial interpostos pela Companhia, conclusos para admissibilidade recursal. - Em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 181.378 (em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 171.769);
(iii) Majoração da Alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 15% para 20% trazida pela Lei 13.169/2015. A probabilidade de perda é provável. Os autos encontram-se aguardando julgamento do recurso de apelação interposto pela Companhia, conclusos para admissibilidade recursal e aplicação da decisão do STF no processo. Período de 09/2015 a 12/2018 - Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 - R$ 385.514;
(iv) Mandado de Segurança - Exclusão do valor da SELIC que incide sobre os indébitos tributários dos contribuintes da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se aguardando certificação do trânsito em julgado e o seu consequente arquivamento definitivo, diante da decisão denegando seguimento ao recurso especial interposto pela empresa, em sede de juízo de admissibilidade, acerca da exigência de IRPJ/CSLL sobre a taxa SELIC na devolução de depósitos judiciais, ante o entendimento firmado no Tema n° 962/STF e Tema n° 504/STJ, no qual, reafirmou a orientação de que "os juros incidentes na devolução dos depósitos judiciais possuem natureza remuneratória e não escapam à tributação pelo IRPJ e pela CSLL". Contudo, a Companhia já obteve decisão favorável quanto ao afastamento da exigência de IRPJ/CSLL sobre os valores relativos à taxa Selic recebidos pelas empresas na repetição de indébito tributário, por meio de processos administrativos ou judiciais (Tema 962/STF), na qual declarou "a inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito". A fim de recuperar os valores pagos indevidamente a partir de 19/08/2016, a Companhia solicitou a habilitação dos créditos perante a Receita Federal, mediante a homologação da solicitação, efetuou a compensação dos valores em dezembro de 2024, sendo que os valores atualizados e compensados foram de R$ 7.561, não restando valores a registrar sobre o tema.

19.1. Segregação em função da probabilidade de perda

					31/12/2025
	Quantidade	Remota	Possível	Provável	Total
Cíveis	7.568	173.292	111.949	520.459	805.700
Trabalhistas	280	7.154	106.414	55.130	168.698
Natureza fiscal - Obrigações legais	2	–	–	3.834.503	3.834.503
Natureza fiscal - Contingências	51	475	1.358	16.172	18.005
	7.901	**180.921**	**219.721**	**4.426.264**	**4.826.906**

					31/12/2024
	Quantidade	Remota	Possível	Provável	Total
Cíveis	8.147	185.540	112.358	549.239	847.137
Trabalhistas	311	4.690	94.842	53.500	153.032
Natureza fiscal - Obrigações legais	2	–	–	3.579.338	3.579.338
Natureza fiscal - Contingências	15	–	9.010	–	9.010
	8.475	**190.230**	**216.210**	**4.182.077**	**4.588.517**

19.2. Movimentação das ações judiciais

	Saldo 31/12/2024	Adições	Reversões	Baixas	Atualizações e juros	Saldo 31/12/2025
Contingências cíveis	549.240	28.335	(56.035)	(11.211)	10.131	520.459
Contingências trabalhistas	53.500	2.975	(6.026)	(392)	5.073	55.130
Provisões judiciais fiscais	–	11.148	–	–	5.024	16.172
Obrigações legais - fiscais	3.579.337	–	–	–	255.165	3.834.503
Total	**4.182.077**	**42.458**	**(62.061)**	**(11.603)**	**275.393**	**4.426.264**

	Saldo 45.292	Adições	Reversões	Baixas	Atualizações e juros	Saldo 45.657
Contingências cíveis	487.176	71.966	(15.561)	(10.668)	16.327	549.240
Contingências trabalhistas	51.268	1.011	(3.660)	(921)	5.802	53.500
Obrigações legais - fiscais	3.379.317	–	–	(160)	200.180	3.579.337
Total	**3.917.761**	**72.977**	**(19.221)**	**(11.749)**	**222.309**	**4.182.077**

20. Débitos de operações com seguros e resseguros

20.1. Prêmios a restituir

Refere-se substancialmente às parcelas de prêmios de seguros cancelados que estão pendentes de restituição. Os valores relativos à restituição de prêmios foram reclassificados para o grupo de Outros Valores a Regularizar - PVR (Nota 11), e por este motivo não havia saldo em 31 de dezembro de 2025 (em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 8.381).

20.2. Operações com resseguradoras

Referem-se prêmios de resseguro cedidos pendentes de liquidação junto aos resseguradores, e líquido da comissão a recuperar. O saldo em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 29.677 (em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 45.199).

20.3. Outros débitos operacionais

O saldo apresentado corresponde substancialmente a valores a pagar de tarifa de uso balcão. O saldo do grupo em 31 de dezembro de 2025 era de 4.845 (em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 5.671).

21. Patrimônio líquido

21.1. Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 1.437.000 (31 de dezembro de 2024 - R$ 1.324.000), e está representado por 8.465.054 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

21.2. Gestão de capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

21.3. Reservas de lucros

a. Reserva legal - é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital, sendo constituída no final de cada exercício. O saldo em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 42.344 (em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 39.338).

b. Reserva de retenção de lucros - é constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar o dividendo proposto, a reserva legal e os juros sobre o capital próprio, a cada final de exercício. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 1.959.929 (em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 1.807.816).

21.4. Dividendos

Aos acionistas é assegurado, nos termos do estatuto social, um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício. Esses valores não sofrem atualização monetária e são provisionados ao final do exercício corrente.
Para os exercícios de 2025 e 2024, a Companhia havia feito distribuição de dividendo intercalar em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório, por essa razão, não foi registrado valor a pagar em 31 de dezembro de 2025 e 2024.
A seguir apresentamos os valores propostos pela Administração para aprovação dos Acionistas:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do período	846.910	786.755
(–) Reserva legal	(42.346)	(39.338)
Base de cálculo de dividendos	**804.564**	**747.417**
Dividendo mínimo - 25%	201.141	186.854
Dividendos intercalares pagos	280.187	414.668
Dividendos complementares propostos pela Administração	323.237	145.896
Total	**603.424**	**560.564**

22. Patrimônio Líquido Ajustado e Adequação de Capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2022 as Sociedades Supervisionadas devem apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR).
A Companhia apura o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado como demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido	**3.415.557**	**3.074.496**
(+) Ajustes contábeis	**(973.856)**	**(1.057.078)**
(–) Participação em soc. financeiras e não financeiras, nacionais ou no ext.	(954)	(954)
(–) Despesas antecipadas	(9.663)	(10.145)
(–) Créditos tributários de dif. temporárias que excederem 15% do CMR	(883.157)	(923.317)
(–) Ativos Intangíveis	(78.300)	(117.232)
(–) Obras de arte	(223)	(222)
(–) Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(1.559)	(5.208)
(-) PLA Nível 3 - (C)	**96.150**	**97.632**
PLA Nível 1 - (A)	**2.345.551**	**1.919.602**
(+) Valor do ajuste = mín(60% ou 100% do item 2.3.44, Limite def. item 2.3.46) *(i)*	143.328	121.735
PLA Nível 2 - (B)	**143.328**	**121.735**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	96.149	97.816
PLA Nível 3 - (C)	**96.149**	**97.816**
Patrimônio líquido ajustado total (A) + (B) + (C) + (D)	**2.585.032**	**2.139.153**
Capital base	**8.100**	**15.000**
Capital adicional de risco de crédito	192.955	206.002
Capital de risco de subscrição	417.075	436.248
Capital de risco de mercado	204.558	175.079
Capital de risco de operação	11.793	12.193
Benefício da correção entre risco	(185.385)	(177.413)
Capital mínimo requerido (CMR) - (E)	**640.996**	**650.880**
Suficiência de Capital (PLA - CMR) - (F)	**1.944.036**	**1.487.044**
% Suficiência - (PLA Total (A) + (B) + (C) + (D) / (E))	**303%**	**229%**

(i) Ajuste refere-se ao acréscimo do superávit entre as provisões constituídas que são passíveis de gerar PCC - líquidas dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados à PPNG e dos ativos de resseguro ou retrocessão relacionados àquelas provisões - e o fluxo realista de entradas e saídas decorrentes de prêmios/contribuições registradas - considerando as operações de resseguro ou de retrocessão relacionadas, líquido dos efeitos tributários e limitado ao efeito no capital mínimo requerido da parcela de risco de subscrição.

continua→★

CAIXA SEGURADORA S.A.
CNPJ: 34.020.354/0001-10

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

→ continuação

23. Transações com partes relacionadas

Os saldos das operações ativas e passivas da Companhia com as partes relacionadas em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 e seus respectivos resultados dos exercícios 2025 e 2024 são apresentados a seguir:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Empresa Relacionada *(i)*	Controlador Direto *(ii)*	Controlador Indireto *(iii)*	Empresa Relacionada *(i)*	Controlador Direto *(ii)*	Controlador Indireto *(iii)*
Ativos						
Caixa e Equivalente de Caixa	11.886	–	–	8.668	–	–
Direito de Uso - Imóveis	15.416	–	–	41.717	–	–
Operações de Seguros	1.284	–	–	143	–	–
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	22.206	977	2.922	54.771	103	696
Passivos						
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	(68)	–	–	(83)	–	–
Obrigações a Pagar	(2.070)	–	–	(1.325)	–	–
Provisões Técnicas de seguros	(2.060)	–	–	(4.374)	–	–
Outros Débitos Operacionais	(9.005)	–	–	(9.292)	–	–
Passivo de Arrendamento	(22.206)	–	–	(50.061)	–	–

	31/12/2025			31/12/2024		
	Empresa Relacionada *(i)*	Controlador Direto *(ii)*	Controlador Indireto *(iii)*	Empresa Relacionada *(i)*	Controlador Direto *(ii)*	Controlador Indireto *(iii)*
Despesa						
Custeio Sociedades Ligadas	–	–	–	(5.420)	–	–
Despesa com Operações de Seguros (*iv*)	(9.522)	–	–	(124.676)	–	–
Despesa de Pessoal	(6.942)	–	–	(12.327)	–	–
Despesas Administrativas	(6.173)	–	–	(32.887)	–	–
Despesas Financeiras	(1.058)	–	–	(4.738)	–	–
Outras Despesas Operacionais	(129.727)	–	–	(122.799)	–	–
Receita						
Custeio Sociedades Ligadas	27.681	1.525	4.936	86.254	103	695
Receita Financeira	329	–	–	4	–	–
Receitas com Operações de Seguros	37	–	–	9.001	–	–
Prestação de serviços e reembolso	12.196	–	–	–	–	–

(i) Empresas relacionadas: Caixa Vida e Previdência S.A., Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda., Jadlog Logística S.A., Fundo De Investimento Imobiliário Renda Corporativa Angico - FII, Fundos de Investimento Exclusivos, CNP Capitalização S.A., Caixa Seguridade Corretagem e Administração de Seguros S.A., Pan Corretora de Seguros Ltda, Companhia de Seguros Previdência do Sul, Caixa Econômica Federal, XS5 Admin. Consórcio S.A., CNP Consórcios S.A., Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda., Caixa Seguradora especializada em Saúde S.A., CNP Assurances Latam Holding Ltda., Youse Seguradora S.A.;
(ii) CNP Participações Securitárias Brasil Ltda., controlador direto da Caixa Seguradora S.A.;
(iii) CNP Seguros Holding Brasil S.A., controlador indireto da Caixa Seguradora S.A.;
(iv) Os valores comparativos de 31 de dezembro de 2024 incluem saldos da Wiz Co Participações e Corretagem de Seguros S.A., então classificada como parte relacionada, condição que deixou de vigorar a partir de janeiro de 2025.

A remuneração do pessoal-chave da Administração em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 5.979 (31 de dezembro de 2024 - R$ 4.590). A Companhia realizou operações decorrentes de seus produtos com partes relacionadas para membros do pessoal-chave da Administração em 31 de dezembro de 2025, no valor de R$ 38 (31 de dezembro de 2024 - R$ 34).

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

24. Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado

Apresentamos a seguir o detalhamento dos principais grupos de contas da demonstração do resultado:

a) Prêmio emitido	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios diretos	2.820.241	2.830.953
Prêmios de cosseguros aceitos	42	46
Prêmios cedidos cosseguros	–	30
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	266	82
Total	**2.820.550**	**2.831.111**

b) Sinistros ocorridos	31/12/2025	31/12/2024
Indenizações avisadas	(1.022.736)	(1.191.362)
Despesas com sinistros	(40.671)	(70.983)
Serviços de assistência	(4.313)	(6.076)
Recuperação de sinistros	321	811
Salvados e ressarcimentos	51.384	56.428
Variação da provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	13.839	11.373
Variação da provisão de sinistros ocorridos, mas não suficientemente avisados	193	–
Total	**(1.001.983)**	**(1.199.809)**

c) Custos de aquisição	31/12/2025	31/12/2024
Comissões de corretagem sobre vendas	(103.946)	(97.199)
Comissões sobre prêmios cedidos a congêneres	–	(4)
Remuneração CAIXA	(110.288)	(114.594)
Variação das despesas de comercialização diferidas	1.128	(11.537)
Campanhas comerciais	(11.941)	(9.985)
Outras despesas de comercialização	(39.136)	(34.741)
Total	**(264.183)**	**(268.060)**

d) Outras receitas/despesas operacionais	31/12/2025	31/12/2024
Outras receitas com operações de seguros	(3.047)	(2.079)
Tarifa de cobrança e uso de balcão	(7.874)	(7.591)
Despesas com administração de apólices ou contratos	(1.520)	(137)
Redução ao valor recuperável para recebíveis	7.178	658
Despesas com provisões cíveis	16.392	(477)
Títulos de capitalização	(924)	(80)
Custas e outras despesas processuais	(46.407)	(51.129)
Serviços com manuseio de documentos	(6.272)	(7.926)
Central de relacionamento	(869)	(7.636)
Serviços técnicos e vistorias	(2.957)	(4.008)
Publicidade e propaganda - produto	(2.713)	(2.522)
Fretes e correspondências	(591)	(78)
Serviços de terceiros	(10.272)	(12.518)
Outras receitas e despesas operacionais	(4.374)	(3.214)
Total	**(64.250)**	**(98.738)**

e) Despesas administrativas	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal próprio	(143.977)	(129.089)
Serviços de terceiros	(88.912)	(83.633)
Localização	(35.239)	(45.809)
Publicidade e propaganda	(42.584)	(38.212)
Donativos e contribuições	(930)	(1.476)
Direito de uso - arrendamento	(10.258)	(17.132)
Publicações	(215)	44
Auditoria externa	(1.869)	(1.872)
Outras despesas administrativas	(4.019)	(5.036)
Total	**(328.003)**	**(322.215)**

f) Despesas com tributos	31/12/2025	31/12/2024
PIS / COFINS	(95.362)	(93.183)
Taxa de fiscalização	(5.199)	(5.199)
Tributos federais	(4)	(161)
Outras despesas com tributos	(754)	(1.227)
Total	**(101.319)**	**(99.770)**

g) Resultado financeiro	31/12/2025	31/12/2024
Resultado com títulos de renda fixa	270.118	312.568
Resultado com fundos de investimentos	182.730	86.096
Resultado com fundos de investimentos - equivalentes de caixa	68.440	–
Receitas financeiras com operações de seguros	3.705	4.615
Despesas financeiras com operações de seguros	(40.490)	(50.284)
Juros e atualizações - contingências tributárias	(79.698)	(58.665)
Juros e atualizações - contingências trabalhistas	(5.073)	(5.802)
Juros e atualizações - contingências cíveis	(10.131)	(16.327)
Juros de arrendamento	(2.836)	(5.283)
IOF sobre operações financeiras	(1.103)	(479)
Outras receitas e despesas financeiras	689	(1.068)
Total	**386.351**	**265.371**

h) Ganhos ou perdas com ativos não correntes	31/12/2025	31/12/2024
Resultado de baixa do ativo imobilizado	(414)	(9.165)
Redução ao valor recuperável *(i)*	6.690	789
Outras despesas não correntes *(ii)*	22.520	(45.260)
Outras receitas e despesas	606	211
Total	**29.402**	**(53.425)**

(i) referem-se à movimentação da provisão para perda do ativo de créditos a recuperar junto ao SH/SFH;
(ii) referente a provisão para riscos de demandas judiciais do SH/SFH;

25. Imposto de renda e contribuição social

Apresentamos a seguir a conciliação entre as alíquotas nominal e efetiva do imposto de renda e da contribuição social:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	1.391.473	1.391.473	1.280.768	1.280.768
(-) Outras variações	(2.548)	(2.548)	(14.734)	(12.878)
Base de cálculo	**1.388.925**	**1.388.925**	**1.266.034**	**1.267.890**
Taxa nominal do tributo	15,00%	25,00%	15,00%	25,00%
Tributos calculados a taxa nominal	**(208.339)**	**(347.231)**	**(189.905)**	**(316.973)**
Ajustes do lucro real	13.427	13.427	63.421	63.421
Benefícios incentivados	8.553	8.553	20.500	20.500
Ajustes temporários diferidos	(16.062)	(17.572)	(96.844)	(96.244)
Total dos ajustes a base de cálculo	**5.918**	**4.408**	**(12.923)**	**(12.323)**
Tributos sobre os ajustes	**(887)**	**(1.102)**	**1.938**	**3.081**
Incentivos fiscais	–	12.996	–	7.846
Despesa contabilizada	**(209.226)**	**(335.337)**	**(187.967)**	**(306.046)**
Taxa efetiva	**15,06%**	**24,14%**	**14,85%**	**24,14%**

26. Abertura de prêmio por ramo, índice de sinistralidade e comissionamento

Demonstramos a seguir os principais ramos de atuação da Companhia, além do índice de sinistralidade e de comercialização:

	31/12/2025			31/12/2024		
Ramos	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade*(i)*	Índice de comissionamento	Prêmio ganho	Índice de sinistralidade*(i)*	Índice de comissionamento
Habitacional fora do SFH	2.226.743	32,22%	8,36%	2.319.702	36,83%	8,31%
Automóvel	426.357	56,69%	13,24%	405.065	60,83%	11,89%
Compreensivo residencial	76.809	11,93%	16,47%	92.015	43,73%	17,45%
Compreensivo empresarial	45.801	29,01%	15,99%	48.065	74,38%	18,91%
Demais ramos	13.619	149,97%	12,14%	14.521	158,86%	14,01%
Total	**2.789.329**	**35,92%**	**9,47%**	**2.879.368**	**41,67%**	**9,31%**

(i) Índice de sinistralidade obtido através da divisão dos Sinistros Ocorridos pelos Prêmios Ganhos.

27. Plano de previdência patrocinado

A Companhia é co-patrocinadora de planos de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livre (PGBL). O Plano de Previdência Complementar Aberta - PREV 21 é um plano de benefícios aberto que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.

Nos termos do regulamento do fundo, os patrocinadores contribuem com percentuais variáveis, aplicados sobre o salário de contribuição do empregado. Para todos os empregados, independente da data de admissão, a colaboração dos patrocinadores no Plano de Previdência Complementar Aberta - PREV 21 será de forma paritária, na proporção 1:1, considerando o valor das contribuições voluntárias dos empregados, limitada a 12%.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou contribuições no montante de R$ 6.036 (31 de dezembro de 2024 - R$ 8.225).

28. Comitê de auditoria

O Comitê de Auditoria está constituído na CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora), com base na Resolução CNSP nº 432/21, tendo alcance sobre a Companhia. Por essa razão e com amparo no § 2º do artigo 133 daquela Resolução, o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria está publicado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da empresa líder do Grupo.

Conselho de Administração

Maximiliano Alejandro Villanueva (Presidente) | **Eduardo Fabiano Alves da Silva** (Membro) | **Sany de Jesus Mota Silveira** (Membro) | **Tânia Maria de Oliveira** (Membro) | **Daniel de Castro Borges** (Membro)

Diretoria Executiva

Sany de Jesus Mota Silveira
Diretora Presidente

Marco Antonio Barbosa Pires
Diretor Financeiro

Leticia de Oliveira Doherty
Diretora de Riscos e Controles Internos

Conselho Fiscal

José Linaldo Gomes de Aguiar
Membro do Conselho Fiscal

Laudimiro Almeida da Silva Filho
Membro do Conselho Fiscal

Jailton Zanon da Silveira
Membro do Conselho Fiscal

Contadora

Roseli de Fatima Bernardi Theobald
Contadora CRC DF 014844/O-0

Atuário

João Roberto Monteiro Soares
Atuário MIBA nº 1167

Parecer do Conselho Fiscal

Parecer do Conselho Fiscal da Caixa Seguradora S.A. emitido em 24/02/2026: "Concluído o exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2025 e, constatada a exatidão de todos os elementos apreciados, considerando o relatório sem ressalvas emitido pela KPMG, os membros do Conselho Fiscal da Caixa Seguradora S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período e estão em condições de ser submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas."

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Administradores e Acionistas da **Caixa Seguradora S.A.**

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Caixa Seguradora S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2025 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Caixa Seguradora S.A.** em 31 de dezembro de 2025, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Brasília, 24 de fevereiro de 2026.

pwc

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
ST SHS Quadra 06 Conjunto A Bloco C, sala 823
Asa Sul, Brasília - DF - Brasil, CEP 70316-109
CNPJ 02.646.397/0003-80
CIBA 105
VINÍCIUS OLIVEIRA CECAROLI
MIBA 2699

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Caixa Seguradora S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa Seguradora S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Caixa Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Carolina Maciel Messias dos Santos
Contadora CRC SP-246031/O-8

YOUSE SEGURADORA S.A.
CNPJ: 24.856.160/0001-03

Relatório da Administração - Exercício de 2025

Senhores Acionistas,
Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da YOUSE SEGURADORA S.A. ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Principais informações financeiras
No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou lucro líquido de R$ 3.378 mil, representando crescimento de 0,7% em relação ao exercício anterior. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio (ROE médio) foi de 5,7%, considerando um patrimônio líquido médio de R$ 59.113 mil no período.
Tendo em vista que a Companhia ainda não iniciou a comercialização de produtos, o resultado do exercício decorre substancialmente do resultado financeiro obtido com a aplicação dos recursos disponíveis. Nesse contexto, o resultado financeiro totalizou R$ 7.363 mil em 2025, apresentando aumento de 22,1% em comparação ao exercício anterior, em função das condições de mercado e da gestão dos ativos financeiros.
O patrimônio líquido da Companhia encerrou o exercício de 2025 no montante de R$ 61.219 mil, frente aos R$ 57.007 mil apurados no exercício anterior, representando incremento de 7,4%, decorrente, principalmente, da geração de resultado no período.

Honorários de Auditoria externa
A divulgação dos honorários de auditoria externa é publicada anualmente nas informações financeiras do controlador final, CNP Assurances, na França.

Política de Reinvestimento de Lucros e Distribuição de Dividendos
A destinação do lucro apurado em cada exercício social é proposta pelo Conselho de Administração, por ocasião das demonstrações financeiras. A aprovação desta proposta é feita pelos Acionistas e devidamente registrada em ata na qual constará, entre outras informações, e caso aplicável, a parcela de lucro líquido ajustado que será distribuída a título de dividendos e a parcela do lucro que será retida para manutenção da continuidade operacional da Companhia.
A Companhia tem como prática a distribuição dos resultados obtidos, assegurando aos acionistas, a título de dividendos, o mínimo de 25%, conforme estabelecido no Estatuto Social.

Governança, Pessoas e Equidade de Gênero
As informações exigidas pelo art. 133, §6º, da Lei nº 6.404/76, conforme incluído pela Lei nº 15.177/2025, são divulgadas no Relatório da Administração da Controladora, CNP Seguros Holding Brasil S.A.

Considerações Finais e Agradecimentos
A YOUSE SEGURADORA S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas, conselheiros e colaboradores.

Brasília, 25 de fevereiro de 2026.
A Administração

Balanço Patrimonial
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
CIRCULANTE		**55.302**	**21.745**
Disponível	5	**12.098**	**9**
Caixa e bancos		22	9
Equivalente de caixa		**12.076**	**–**
Aplicações	6	**43.076**	**21.687**
Títulos e créditos a receber	7	**128**	**49**
Títulos e créditos a receber	7.1	128	22
Outros créditos		–	27
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**9.376**	**37.887**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**9.374**	**37.885**
Aplicações	6	**9.041**	**37.057**
Títulos e créditos a receber	7	**333**	**828**
Créditos tributários e previdenciários	7.2	333	828
Imobilizado		**2**	**2**
Bens móveis		2	2
TOTAL DO ATIVO		**64.678**	**59.632**

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE		**2.959**	**2.625**
Contas a pagar		**2.959**	**2.625**
Obrigações a pagar	8.1	823	798
Impostos e encargos sociais a recolher		6	2
Impostos e contribuições	8.2	2.121	1.771
Outras contas a pagar		9	54
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**500**	**–**
Outros débitos		**500**	**–**
Débitos diversos	8.3	500	–
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	**61.219**	**57.007**
Capital social	9.1	40.000	40.000
Reservas de lucros	9.3	21.428	18.055
Ajuste de avaliação patrimonial		(209)	(1.048)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**64.678**	**59.632**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Despesas administrativas	12	(915)	(379)
Despesas com tributos	12	(556)	(260)
Resultado financeiro	12	7.363	6.029
Resultado operacional		**5.892**	**5.390**
Resultado antes dos impostos e participações		**5.892**	**5.390**
Imposto de renda	13	(1.562)	(1.263)
Contribuição social	13	(952)	(772)
Lucro líquido do exercício		**3.378**	**3.355**
Quantidade de ações		**40.000.000**	**40.000.000**
Lucro líquido por lote de mil ações em R$		**84,45**	**83,88**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	**3.378**	**3.355**
Outros resultados abrangentes	**839**	**(1.246)**
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado	**839**	**(1.246)**
Ajustes de títulos e valores mobiliários	1.398	(2.077)
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	(559)	831
Total dos resultados abrangentes para o exercício	**4.217**	**2.109**
Quantidade de ações	**40.000.000**	**40.000.000**
Resultado abrangente por lote mil ações	**105,42**	**52,73**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

Descrição	Capital Social	Reservas de lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	**40.000**	**14.582**	**198**	**–**	**54.780**
Reserva de lucros - reversão de dividendos mínimos obrigatórios: AGOE de 27.03.2024	–	915	–	–	915
Títulos e valores mobiliários	–	–	(1.246)	–	(1.246)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	3.355	3.355
Proposta para distribuição do resultado:					
Reserva legal	–	167	–	(167)	–
Reserva de lucros	–	2.391	–	(2.391)	–
Dividendos propostos	–	–	–	(797)	(797)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**40.000**	**18.055**	**(1.048)**	**–**	**57.007**
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios: AGOE de 28.03.2025	–	797	–	–	797
Títulos e valores mobiliários	–	–	839	–	839
Lucro líquido do exercício	–	–	–	3.378	3.378
Proposta para distribuição do resultado:					
Reserva legal	–	169	–	(169)	–
Reserva de lucros	–	2.407	–	(2.407)	–
Dividendos propostos	–	–	–	(802)	(802)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**40.000**	**21.428**	**(209)**	**–**	**61.219**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

	31/12/2025	31/12/2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	**3.378**	**3.355**
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	1	1
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	7.466	(2.038)
Créditos fiscais e previdenciários	(64)	(126)
Ativo fiscal diferido	559	(702)
Outros ativos	(143)	(15)
Impostos e contribuições	2.518	2.031
Outras contas a pagar	(25)	(20)
Outros passivos	500	1
Caixa gerado pelas operações	**14.189**	**2.487**
Juros pagos	–	(1)
Juros recebidos	64	–
Imposto sobre o lucro pagos	(2.164)	(2.544)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	**12.089**	**(58)**
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**12.089**	**(58)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**9**	**67**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**12.098**	**9**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

1. Contexto operacional
A Youse Seguradora S.A. "Companhia", foi constituída em 11 de maio de 2016, com sede na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050, controlada pela CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. Sua controladora indireta no Brasil é a CNP Seguros Holding Brasil S.A. "CSH", que por sua vez é controlada pelo grupo segurador francês CNP *Assurances* e atua em parceria com a Caixa Econômica Federal - CAIXA ("CAIXA") na distribuição de seus produtos nas modalidades de seguros e de ramos elementares no âmbito do território nacional. Tem por objeto social a exploração de operações de seguros de danos e de pessoas, em quaisquer de suas modalidades ou formas, em todo o território nacional, podendo, ainda, participar do capital social de outras Companhias, observadas as disposições legais pertinentes.
A autorização para exploração das operações de seguros de danos e pessoas foi publicada pela SUSEP em 26 de março de 2018, entretanto, por decisão estratégica dos Acionistas da Companhia, as operações de seguros não foram iniciadas até o momento da aprovação dessas demonstrações financeiras.

2. Resumo das políticas contábeis materiais
As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação
As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela SUSEP". As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos no Manual de Orientação - Manual do Elenco de Contas e dos Modelos de Publicação divulgados pela SUSEP, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis.
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.
A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar início aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de geração de caixa, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.
A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2026.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa
A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de contas bancárias sem vencimento e aplicações financeiras com liquidez imediata, sem risco significante de mudança de valor justo, utilizados para atender obrigações de curto prazo.

2.4. Instrumentos financeiros

2.4.1. Classificação e reconhecimento
A classificação dos ativos financeiros nos termos do CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual o ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Atualmente, os ativos financeiros de nossa carteira de investimentos consistem exclusivamente em pagamentos de principal e juros (*Solely Payment of Principal and Interest - SPPI*).
A Companhia desenvolveu o seu modelo de negócios para o gerenciamento de seus instrumentos financeiros, o qual direciona as estratégias e operações executadas pela Gerência de Investimentos.
A Companhia segue a classificação de ativos do CPC 48, que estabelece três categorias principais para a classificação de ativos financeiros: mensuração ao custo amortizado, valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo através do resultado (VJR), conforme detalhado nos itens abaixo.
Ademais, os ativos financeiros não são reclassificados após o reconhecimento inicial, exceto em circunstâncias em que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão desses ativos. Na hipótese dessa situação, todos os ativos financeiros impactados são reclassificados na primeira data de balanço subsequente à alteração no modelo de negócios.

a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
São avaliados pelo valor de custo com utilização do método de juros efetivos, ou seja, calculando o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e inserindo o resultado dos juros pela aplicação da taxa efetiva de juros, atualizando o valor de compra do ativo pela taxa de juros negociados na época até seu vencimento. Em se tratando de perda de risco de crédito a contabilização do ativo terá sua contraparte no resultado.

b. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)
No valor justo por meio do resultado os ativos financeiros são registrados ao valor justo com contrapartida no resultado.

c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)
Um ativo financeiro é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR, ou seja:
• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são pagamento somente do principal e dos juros.
O CPC 48 exige que seja estimado um modelo de perda de crédito esperada para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

2.4.2. Mensuração
O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir:
a. Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" emitidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.
b. Fundos de investimentos: registrados com base nos valores das quotas marcadas a mercado e divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

2.5. *Impairment*

2.5.1. *Impairment* de instrumentos financeiros

a. Ativos mensurados ao custo amortizado
A Companhia avalia, ao final de cada período, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e esses eventos de perda têm um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.
Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:
• Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
• Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
• Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
• O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
• Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

b. Ativos classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes
O CPC 48/IFRS 9 introduz um conceito de perda esperada prospectivo, considerando não apenas as perdas incorridas, mas também as esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro. A norma exige que seja estimado um modelo de perda de crédito esperada para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e possui dois tipos de abordagem para a perda esperada que variam de acordo com o tipo de ativo financeiro: abordagem geral e simplificada.
Os ativos da Companhia se enquadram na abordagem geral e nesta abordagem as perdas de crédito esperadas devem ser mensuradas de acordo com o estágio das operações:
• Estágio I: todas as operações ao serem reconhecidas inicialmente são alocadas neste primeiro estágio, sendo estimadas as perdas esperadas para os próximos 12 meses, com os juros efetivos calculados sobre o valor bruto;
• Estágio II: todas as operações que tiveram "mudanças significativas no risco de crédito" desde seu reconhecimento inicial, sendo reconhecidas as perdas esperadas até o fim do ativo (o reconhecimento de juros continua a ser feito sobre a base bruta da operação); e
• Estágio III: todas as operações em inadimplência/default. Cálculo das perdas de crédito esperadas para a vida esperada do contrato (o reconhecimento de juros passa a ser feito sobre a base líquida da operação).
A Companhia adota a metodologia mais aplicada no mercado para a provisão de perda de crédito esperada (ECL - *Expected credit losses*) para os ativos financeiros da Companhia, o qual considera perdas estimadas em função de eventos de crédito do passado, do presente e do futuro.
A Companhia adotou a análise de probabilidades de inadimplência com base nos ratings das maiores agências do mercado para mensurar a perda esperada de todos os ativos financeiros da companhia. No caso dos títulos públicos brasileiros por se tratar de risco soberano e por prática de mercado a serem considerados títulos livres de baixíssimo risco de crédito, a Companhia avaliou que não há risco de perda. Desta forma, não houve impacto nas demonstrações financeiras de perda esperada futura reconhecida.

2.5.2. *Impairment* de ativos não financeiros
Os ativos não financeiros que estão sujeitos à amortização, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida, quando aplicável, pelo montante que excede ao valor recuperável do ativo. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.6. Imobilizado e intangível
O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada e as depreciações são calculadas com base na vida útil estimada dos bens.
i) móveis, máquinas e equipamentos - 10% a 50% a.a.;
ii) equipamentos de informática - 10% a 50% a.a.
São classificados como intangível as licenças de *software*, sistemas informatizados desenvolvidos internamente. A amortização dos intangíveis é conforme o prazo de vida útil do ativo, e no caso da Companhia, para a maioria dos intangíveis, é utilizada a taxa de amortização de 20% a.a.

2.7. Ativos e passivos circulantes e não circulantes
Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas, quando aplicável. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

2.8. Apuração do resultado
As receitas financeiras compreendem os juros auferidos sobre ativos financeiros - inclusive aqueles classificados como disponíveis para venda -, os ganhos obtidos na alienação desses ativos e as variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.
As despesas financeiras incluem, principalmente, as perdas decorrentes de variação no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, bem como as perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros quando reconhecidas no resultado.
As participações nos lucros atribuídas aos empregados são registradas com base em estimativas e ajustadas no momento do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas com base no regime de competência, refletindo os efeitos econômicos das transações no período em que ocorrem, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

2.9. Provisão para imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda (IRPJ) é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais. A contribuição social (CSLL) foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação em vigor.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas de 25% e 15% para IRPJ e CSLL respectivamente, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros.
As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.
As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.
Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

2.9.1. Regras Globais Contra a erosão da Base Tributária
Considerando as recentes alterações na legislação tributária brasileira, em especial a Medida Provisória nº 1.262/2024 e a Instrução Normativa RFB nº 2.228/2024, em vigor desde 1º de janeiro de 2025, que regulamentam o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em conformidade com as Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (GloBE Rules), ou Pilar 2 da OCDE, a Companhia realizou uma análise preliminar sobre seu enquadramento e potenciais impactos.
As avaliações indicam que, embora o Grupo CNP *Assurances* se enquadre nos critérios de aplicação das Regras GloBE, em razão do volume de suas receitas anuais, a Companhia, individualmente, apresenta uma alíquota efetiva de imposto superior ao percentual mínimo de 15% estabelecido pela nova regulamentação.
Dessa forma, com base nas informações atualmente disponíveis e conforme as metodologias de cálculo definidas pela IN RFB nº 2.228/2024, a operação da Companhia não está, neste momento, sujeita à incidência do Adicional da CSLL relacionado ao Pilar 2, uma vez que sua carga tributária efetiva já supera o limite mínimo global.
A Companhia seguirá acompanhando o tema e aprofundando suas análises, com o objetivo de assegurar plena conformidade com a legislação vigente e com eventuais regulamentações ou orientações futuras.

2.9.2. Reforma Tributária
Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 132, no âmbito da Reforma Tributária sobre o Consumo. A norma institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), estabelecendo um novo modelo de tributação sobre o consumo no Brasil, com implementação gradual ao longo do período de transição.
A Companhia está enquadrada no regime específico, com alíquotas de IBS e de CBS a serem aplicadas de forma escalonada, iniciando em 10,85% em 2027 e aumentando gradualmente até atingir 12,50% em 2033. No novo modelo de tributação sobre o consumo, a legislação assegura o direito à apropriação de créditos do IBS e da CBS relativos às aquisições de bens e serviços vinculados às atividades da Companhia. A apuração desses tributos passará a refletir uma alíquota efetiva mensal, a qual dependerá do volume de deduções e créditos efetivamente apropriáveis em cada período.
A Companhia encontra-se em processo contínuo de monitoramento e avaliação das normas relacionadas à Reforma Tributária e espera dimensionar os possíveis impactos financeiros ao longo do exercício de 2026, à medida que os órgãos competentes emitam as regulamentações complementares e disponibilizem as informações necessárias para a realização dos cálculos.

2.10. Normas e interpretações ainda não adotadas
As novas normas e interpretações emitidas e não vigentes e ou adotadas pela SUSEP, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:
IFRS 17 - CPC 50 - Contratos de Seguro: Norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. A norma IFRS 17 - CPC 50 substituirá a IFRS 4/CPC 11, aplicando-se a todos os tipos de contratos de seguros, independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária.
O IFRS 17 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023, entretanto, a Companhia aguarda o direcionamento do órgão regulador sobre a aplicação da norma na contabilização local.
CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis
Em abril de 2024, o *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu o IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, correspondente ao CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, que substituirá o IAS 1 - *Presentation of Financial Statements* (CPC 26).
A norma estabelece requisitos revisados para a apresentação das demonstrações financeiras, incluindo a introdução de subtotais obrigatórios na demonstração do resultado, maior padronização na classificação de receitas e despesas, e aprimoramentos nos requisitos de divulgação.
O IFRS 18/CPC 51 é aplicável para exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada, observada a necessidade de aprovação e referendo pelos órgãos reguladores competentes. As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foram elaboradas de acordo com esta norma.
A Administração avaliou preliminarmente os potenciais impactos decorrentes da adoção do IFRS 18/CPC 51 nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, considerando que a Companhia atua no setor de seguros e é regulada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Com base nessa avaliação, não são esperados impactos relevantes nos critérios de reconhecimento ou mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, uma vez que a norma trata essencialmente de aspectos de apresentação e divulgação. Eventuais impactos estarão limitados à forma de apresentação da demonstração do resultado e às divulgações adicionais requeridas, sujeitos à regulamentação específica aplicável ao setor.
A Companhia continuará acompanhando a evolução das orientações emitidas pelo IASB, pelo CPC e pela SUSEP, avaliando oportunamente os efeitos da adoção do IFRS 18/CPC 51, quando de sua incorporação ao arcabouço regulatório aplicável.
Lei nº 15.040/2024 - Lei geral do contrato de Seguro
Em 9 de dezembro de 2024 foi publicada a Lei nº 15.040/2024, que institui a Lei Geral do Contrato de Seguro e estabelece novo arcabouço jurídico aplicável aos contratos de seguro no Brasil, consolidando normas anteriormente dispersas e alterando dispositivos do Código Civil e regulamentações correlatas. A legislação passou por período de transição normativo-regulatório e entrou em vigor em 11 de dezembro de 2025, produzindo efeitos jurídicos a partir dessa data.
A nova lei dispõe, entre outros aspectos, sobre a formação e vigência dos contratos, critérios de interpretação contratual, prazos para regulação e liquidação de sinistros, regras de prescrição, deveres de informação das partes e hipóteses de resolução e cancelamento contratual.
Com base na avaliação realizada até a data de emissão destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que a nova legislação não produziu efeitos materiais imediatos sobre os saldos contábeis apresentados.
A Companhia permanece monitorando a regulamentação complementar a ser emitida pela SUSEP e pelo CNSP, para fins de avaliação de eventuais efeitos futuros.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos
A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.
A nota explicativa 5 - Instrumentos Financeiros (Aplicações) inclui: i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

3.1. Estimativas utilizadas para cálculo de *impairment* de ativos financeiros
A Companhia aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado.
Para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*, a Companhia avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

4. Gestão de riscos
A implementação do Acordo de Basileia II, nas diretrizes formuladas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), foi acompanhada pela SUSEP, através da divulgação da Circular nº 648, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores divulgadas na Circular nº 678, de 10 de outubro de 2022, e pelo Banco Central através da Resolução nº 4.557, de 23/02/2017 e suas alterações posteriores divulgadas na Resolução nº 4.943, de 15/09/2021 e a Resolução CNSP 416/21, que regulamenta mais recentemente a EGR - Estrutura de Gestão de Risco. Todas essas normas exigem a implantação de estruturas de gestão de riscos, seguindo critérios mínimos específicos como a criação do cargo de Gestor de Riscos (*Chief Risk Officer*), independente, assegurando a função de liderança no sistema de gestão de riscos.
A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégias, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor. O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, subscrição, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

continua →

YOUSE SEGURADORA S.A.
CNPJ: 24.856.160/0001-03

Notas Explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

continuação

A Diretoria de Riscos e Controles Internos da CSH foi criada em respeito à exigência normativa e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.

As principais responsabilidades da Diretoria de Riscos e Controles Internos são:

- Definir a visão estratégica de *Risk Appetite*;
- Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos;
- Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais e áreas centralizadas;
- Manter a alta administração da CSH informada sobre a evolução do perfil de risco do grupo;
- Revisar e aprovar as políticas de subscrição, resseguro e investimento, levando em consideração os procedimentos referentes a Solvência II, ORSA e IFRS;
- Elaborar o *dashboard* (painel de riscos), destinado à alta Gestão, Acionistas, Comitês de Riscos e Comitê de Auditoria, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da Companhia;
- Promover a gestão de risco na cultura da Companhia.

No que tange regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

Com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a Diretoria de Riscos e Controles Internos organiza regularmente vários comitês, sendo eles, os *Comitês d'Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), de Investimentos, Riscos Operacionais e Controles Internos, de Crise e de Incidentes de Segurança.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à Segurança da Informação e Segurança Cibernética, a prevenção à fraude, entre outros.

4.1. Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's*, entre outras. Atualmente, a Companhia utiliza a avaliação da *Moody's*.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito:

	31/12/2025		31/12/2024		
Composição dos ativos	**Ba1**	**Total**	**Ba2**	**Sem *Rating***	**Total**
Valor justo por meio do resultado	**–**	**–**	**–**	**21.687**	**21.687**
Fundos de investimentos	–	–	–	21.687	21.687
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**52.117**	**52.117**	**37.057**	**–**	**37.057**
Letras financeira do tesouro	9.041	9.041	–	–	–
Letras do tesouro nacional	43.076	43.076	37.057	–	37.057
Exposição máxima	**52.117**	**52.117**	**37.057**	**21.687**	**58.744**

4.2. Risco de liquidez

Risco associado à insuficiência de recursos financeiros aptos para a Companhia honrar seus compromissos, em razão dos descasamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. A falta de liquidez imediata pode impor perdas, em virtude da necessidade de alienação de ativos, com a consequente realização de prejuízo. A liquidez é monitorada através do modelo de gestão de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*). O ajuste nos prazos de vencimento das aplicações, segundo a projeção de exigibilidade dos recursos, é monitorado permanentemente, além da manutenção de um volume mínimo de caixa para atender as demandas recorrentes.

A Política de liquidez de ALM vigente determina um conjunto de estratégias e mecanismos de monitoramento dos indicadores dos riscos. Desta forma, a gestão do fluxo de caixa estabelece critérios para gerir a manutenção de recursos financeiros suficientes para cumprir todas as obrigações à medida de sua exigibilidade e um conjunto de controles, principalmente para atingir os limites técnicos, fazem parte da estratégia e dos procedimentos para situações de necessidade imediata de caixa.

No caso da Companhia, o risco de liquidez pode ser considerado baixo, pois considera as projeções revisadas periodicamente dos fluxos de caixa dos passivos e ativos e seu casamento. Além disso, a carteira é constituída, em sua maior parte, por ativos classificados nas categorias "ao valor justo por meio do resultado" ou "ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes", reduzindo, assim, o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

			31/12/2025
	Até 1 ano	**Entre 01 e 05 anos**	**Total**
Fluxo dos ativos (i)	55.302	9.041	64.343
Fluxo dos passivos (ii)	2.959	500	3.459

				31/12/2024
	Até 1 ano	**Entre 01 e 05 anos**	**Sem vencimento**	**Total**
Fluxo dos ativos (i)	58	37.057	21.687	58.802
Fluxo dos passivos (ii)	2.625	–	–	2.625

(i) O fluxo de ativos considera o disponível, aplicações financeiras e títulos e créditos a receber. Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. As aplicações financeiras estão classificadas na categoria "ao valor justo por meio do resultado" e "ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes", e em eventual necessidade de liquidez podem ser alienados para cumprir as necessidades de caixa; e

(ii) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar.

4.3. Risco de mercado

4.3.1. Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia, de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos inerentes à Companhia, destacam-se o risco de taxa de juros e risco de preço de ações.

4.3.2. Controle de risco de mercado

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os fatores são definidos nos Anexos XX a XXII da Resolução CNSP 432/21, e os limites definidos pela Administração. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do *VaR*, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos, o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:

- Modelo não-paramétrico;
- Intervalo de confiança de 99%;
- Horizonte temporal de um dia; e
- Volatilidade sob o critério EWMA.

Apresentamos, a seguir, o *Value at Risk* da carteira de investimentos da Companhia:

Fatores de Risco	**Value-at-Risk**	**DV-1**
Fundos	6	–
Curva de juros Pré	(0)	(119)
LFT	(0)	(102)
Total	**6**	**(221)**

O valor acima representa a perda máxima das aplicações financeiras da Companhia, para o horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99%.

4.3.3. Atribuições relacionadas ao monitoramento de risco

Cabe ao administrador da carteira dos ativos:

- Definir as políticas e metodologias de precificação, de gestão de risco de mercado e de medição de performance para os fundos e carteiras dos clientes;
- Fornecer os preços e taxas de operações marcadas a mercado dos fundos, conforme regras pré-estabelecidas;
- Acompanhar, diariamente os limites de cada fundo, verificando seu enquadramento;
- Produzir os relatórios de risco de mercado da Companhia, diários (simplificados) e mensais (completo), contendo informações sobre o nível de exposição dos fundos de investimentos e carteiras consolidadas em relação a diversos fatores de risco (*VaR*) e de análise de perdas e ganhos (*Stress Analysis*); e
- Verificar o atendimento à legislação vigente e aos mandatos estabelecidos pela Companhia.

Cabe à área de controle de risco da Companhia:

- Monitorar se os limites de alocação foram devidamente respeitados para todos os tipos de ativos;
- Monitorar o risco de perda potencial (*VaR)* das carteiras gerenciais;
- Informar aos gestores em caso de extrapolação dos limites de alocação por ativo e dos limites de perda potencial (*VaR)*;
- Solicitar aos gestores, em caso de desenquadramento, o reenquadramento dos fundos.

5. Disponível

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	22	9
Equivalente de caixa *(i)*	12.076	–
Total	**12.098**	**9**

(i) Refere-se a valores de fundo de investimento destinado para fins de caixa.

6. Instrumentos financeiros

6.1. Resumo da classificação das aplicações e da hierarquia do valor justo

As carteiras dos fundos de investimentos são apresentadas segregadas por tipo de investimento, classificação e prazo de vencimento. Na hierarquia do valor justo, os ativos da carteira são classificados no Nível 1, uma vez que possuem cotação em mercado ativo. As operações compromissadas constituem a única exceção, sendo classificadas no Nível 2, em função da inexistência de preço cotado em mercado ativo e da utilização de dados observáveis na sua mensuração.

						31/12/2025		31/12/2024	
	Até 1 ano	**Entre 1 e 5 anos**	**Valor de curva**	**Valor Justo**	**Ajuste ao valor justo**	**Valor de mercado**	**%**	**Valor de mercado**	**%**
Valor justo por meio do resultado	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**0%**	**21.687**	**37%**
Fundos de investimentos	–	–	–	–	–	–	0%	21.687	100%
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**43.076**	**9.041**	**52.465**	**52.117**	**(348)**	**52.117**	**100%**	**37.057**	**63%**
Letras financeira do tesouro	–	9.041	9.041	9.041	–	9.041	17%	–	0%
Letras do tesouro nacional	43.076	–	43.424	43.076	(348)	43.076	83%	37.057	100%
Total	**43.076**	**9.041**	**52.465**	**52.117**	**(348)**	**52.117**		**58.744**	

O saldo do balanço patrimonial é composto pelo valor de mercado.

6.2. Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	01/01/2025	**Aplicações**	**Transferências *(i)***	**Ajuste a Valor justo**	**Rendimentos**	**31/12/2025**
Ao valor justo por meio do resultado	**21.687**	–	(21.687)	–	–	**–**
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**37.057**	8.878	–	1.398	4.784	**52.117**
Saldo	**58.744**	**8.878**	**(21.687)**	**1.398**	**4.784**	**52.117**

(i) Refere-se aos valores que estavam em aplicações e foram reclassificados para equivalente de caixa, vide NE 5.

	01/01/2024	**Aplicações**	**Resgates**	**Ajuste a Valor justo**	**Rendimentos**	**31/12/2024**
Ao valor justo por meio do resultado	**5.899**	30.223	(16.793)	–	2.358	**21.687**
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**52.053**	37.288	(54.081)	(2.077)	3.874	**37.057**
Saldo	**57.952**	**67.511**	**(70.874)**	**(2.077)**	**6.232**	**58.744**

6.3. Taxas contratadas

a. Taxas de juros contratadas

A carteira de investimentos da Companhia possui as seguintes taxas de juros contratadas:

	31/12/2025		31/12/2024	
Título	**Maior taxa**	**Menor taxa**	**Maior taxa**	**Menor taxa**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	100% da SELIC	100% da SELIC	–	–
Letras do Tesouro Nacional - LTN	12,26%	11,69%	12,26%	11,69%

7. Títulos e créditos a receber

7.1. Títulos e créditos a receber

São representados integralmente por valores a receber da Caixa Seguradora, relativo a reembolso de custo operacional. O saldo em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 128 (31 de dezembro de 2024 - R$ 22).

7.2. Créditos tributários e previdenciários e passivo diferido

A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação, podem ser resumidas como segue:

7.2.1. Composição e movimentação

	01/01/2024	**Constituições (realizações) IR/CS**	**31/12/2024**	**Constituições (realizações) IR/CS**	**31/12/2025**
A compensar	–	126	126	64	191
Ajuste de títulos a valor justo TVM	–	699	699	(559)	139
Diferenças temporárias:	**–**	**3**	**3**	**–**	**3**
Outras provisões	–	3	3	–	3
Total do ativo não circulante	**–**	**828**	**828**	**(495)**	**333**
Diferenças temporárias:	**29**	**(29)**	**–**	**–**	**–**
Outras provisões	29	(29)	–	–	–
Ajuste de títulos a valor justo TVM	(132)	132	–	–	–
Total do passivo diferido	**(103)**	**103**	**–**	**–**	**–**

7.2.2. Expectativa da efetiva realização

A Companhia tem a expectativa da efetiva realização das diferenças temporárias para o exercício de 2026. O valor em 31 de dezembro de 2025 é de R$143.

8. Detalhamento dos principais grupos de contas a pagar

8.1. Obrigações a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Dividendos	802	797
Outras obrigações	21	1
Total	**823**	**798**

8.2. Impostos e contribuições

São representados integralmente pelo IRPJ e pela CSLL a recolher. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R$2.121 (31 de dezembro de 2024 - R$1.771).

8.3. Outros débitos

É representado integralmente pela provisão de multa SUSEP. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R$500. Não havia saldo nesta conta em 31 de dezembro de 2024.

9. Patrimônio líquido

9.1. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$40.000 em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, e está representado por 40.000.000 (quarenta milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

9.2. Gestão de Capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

9.3. Reservas de lucros

a. Reserva legal - É constituída em conformidade com a Lei das Companhias por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2025 era de R$1.111 (31 de dezembro de 2024 - R$942).

b. Reserva de retenção de lucros - É constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar o dividendo proposto, a reserva legal e os juros sobre o capital próprio. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro de 2025 era de R$20.317 (31 de dezembro de 2024 - R$17.113).

9.4. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido do exercício, sendo que esses valores não são atualizados monetariamente, cujos montantes são provisionados no final do exercício corrente.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do Exercício	3.378	3.355
(-) Reserva legal	(169)	(167)
Base de cálculo de dividendos	**3.209**	**3.188**
Dividendo mínimo - 25%	802	797
Dividendos provisionados	**802**	**797**

10. Patrimônio Líquido Ajustado e Adequação de Capital

Em atendimento à Resolução CNSP 432/2022, e suas alterações, as Companhias Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR).

A Companhia apura o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado como demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido	**61.219**	**57.007**
(-) PLA Nível 3 - (C)	(143)	(702)
PLA Nível 1 - (A)	**61.076**	**56.305**
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	143	702
PLA Nível 3 - (C)	**143**	**702**
Patrimônio líquido ajustado total (A) + (B) + (C)	**61.219**	**57.007**
Capital base *(i)*	**8.100**	**15.000**
Capital de risco de crédito	68	1.825
Capital de risco de mercado	195	4.931
Benefício da correção entre risco	(41)	(1.086)
Capital Mínimo Requerido (CMR) - (E)	**8.100**	**15.000**
Suficiência de Capital (PLA - CMR) - (F)	**53.119**	**42.007**
% Suficiência - (PLA Total (A) + (B) + (C) - (E) / (E))	**656%**	**280%**

(i) A variação observada no capital base em 2025 foi devido reenquadramento prudencial de S1 para S3, aprovado pela SUSEP.

11. Transações com partes relacionadas

Os saldos das operações ativas e passivas da Companhia com as partes relacionadas em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 e seus respectivos resultados dos exercícios 2025 e 2024 são apresentados abaixo:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Empresas Relacionadas *(i)*	**Controlador Direto *(ii)***	**Empresas Relacionadas *(i)***	**Controlador Direto *(ii)***
Ativos				
Caixa e Equivalente de Caixa	9	–	4	–
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	128	–	22	–
Passivos				
Obrigações a Pagar	(20)	–	–	–
Dividendos a Pagar	–	(802)	–	(797)

(i) Empresas relacionadas: Caixa Seguradora especializada em Saúde S.A., Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda., Caixa Seguradora S.A., e Caixa Econômica Federal;

(ii) Controlador direto: CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.

A Remuneração do pessoal-chave da Administração em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 108 (31 de dezembro de 2024 - R$ 69).

A Companhia não fornece benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

12. Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado

Apresentamos a seguir o detalhamento dos principais grupos de contas da demonstração do resultado:

Despesas Administrativas	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Pessoal e administradores	(133)	(97)
Serviços de terceiros	(171)	(174)
Localização	(9)	(12)
Publicações legais	(85)	(20)
Contribuições para entidade de classe	(17)	(30)
Multas diversas	(500)	(45)
Outras despesas administrativas	–	(1)
Total	**(915)**	**(379)**
Despesas com Tributos		
Taxa de fiscalização	(552)	(252)
Outras despesas com tributos	(4)	(8)
Total	**(556)**	**(260)**
Receitas/Despesas Financeiras		
Resultado com títulos de renda fixa	4.784	3.874
Resultado com fundos de investimentos	–	2.358
Resultado com Aplicações - Equivalente de Caixa	2.620	–
Receitas financeiras - juros	64	–
Outras despesas financeiras	(105)	(203)
Total	**7.363**	**6.029**

13. Imposto de renda e contribuição social

Demonstramos a seguir o cálculo de taxa efetiva:

	31/12/2025		31/12/2024	
DESCRIÇÃO	**Contribuição Social**	**Imposto de Renda**	**Contribuição Social**	**Imposto de Renda**
Resultado antes dos tributos e após participações	5.892	5.892	5.390	5.390
(-) Outras variações	–	–	(319)	(314)
Base de cálculo	**5.892**	**5.892**	**5.071**	**5.076**
Taxa nominal do tributo	15%	25%	15%	25%
Tributos calculado a taxa nominal	**(884)**	**(1.473)**	**(761)**	**(1.269)**
Ajustes do lucro real	454	454	9	9
Ajustes temporários diferidos	(1)	(1)	64	64
Total dos ajustes a base de cálculo	**453**	**453**	**73**	**73**
Tributos sobre os ajustes	**(68)**	**(113)**	**(11)**	**(18)**
Incentivos fiscais	**–**	**24**	**–**	**24**
Despesa contabilizada	**(952)**	**(1.562)**	**(772)**	**(1.263)**
Taxa efetiva	**16,16%**	**26,51%**	**15,22%**	**24,89%**

14. Contingências

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 não existiam ações judiciais impetradas contra a Companhia.

15. Comitê de auditoria

O Comitê de Auditoria está constituído na CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora), com base na Resolução CNSP nº 432/21, tendo alcance sobre a Companhia. Por essa razão e com amparo no § 2º do artigo 133 daquela Resolução, o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria está publicado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da empresa líder do Grupo.

Diretoria Executiva

Sany de Jesus Mota Silveira - Diretora Presidente

Marco Antonio Barbosa Pires - Diretor Financeiro

Leticia de Oliveira Doherty - Diretora de Riscos e Controles Internos

Conselho de Administração

Eduardo Fabiano Alves da Silva - Presidente

Sany de Jesus Mota Silveira
Maximiliano Alejandro Villanueva

Matheus Neves Sinibaldi
Duncan Frank Semple

Contadora

Roseli de Fatima Bernardi Theobald
Contadora CRC DF 014844/O-0

Atuário

João Roberto Monteiro Soares
Atuário MIBA nº 1167

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Youse Seguradora S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Youse Seguradora S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Youse Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional.
- Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo
- a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Carolina Maciel Messias dos Santos
Contadora CRC SP-246031/O-8

CNP Seguros holding | Brasil

cshbrasil

cshbrasil.com.br

Editor: José Carlos Vieira (Cidades)
josecarlos.df@dabr.com.br e
Tels. : 3214-1119/3214-1113
Atendimento ao leitor: 3342-1000
cidades.df@dabr.com.br

POLÍTICA

A apresentação do presidente da instituição sobre a necessidade de buscar aporte financeiro para o banco será crucial para decisão dos parlamentares sobre o projeto do GDF que lista terrenos como garantias para novos investimentos

Esquenta debate sobre proposta para o BRB

» MILA FERREIRA
» ANA CAROLINA ALVES
» ADRIANA BERNARDES

Esquenta o debate acerca do projeto de lei do Executivo que coloca terrenos públicos como garantia para possíveis empréstimos (em torno de R$ 6,6 bilhões) a serem tomados pelo Banco de Brasília (BRB). Na Câmara Legislativa (CLDF), além dos deputados da oposição, parlamentares da base governista de Ibaneis Rocha começam a se manifestar publicamente contrários à proposta como está. Mas a expectativa fica em torno da ida à CLDF do presidente do BRB, Nelson Antônio de Souza, que deve fazer uma exposição de motivos mais detalhada sobre a necessidade de capitalização por parte do banco. A reunião está prevista para a próxima segunda-feira.

Após a reunião com o presidente Nelson de Souza, que deve acontecer pela manhã, todos os deputados vão se reunir para decidir se o projeto será colocado em votação na próxima semana ou não. O próprio presidente da Câmara, Wellington Luiz (MDB), afirmou que esse projeto não pode ser votado a toque de caixa e que os parlamentares precisam de tempo para entender a proposta.

De acordo com a Secretaria de Economia do Distrito Federal (Seec), o BRB segue negociando soluções no mercado, e o envio do projeto demonstra que o GDF está disposto a colaborar na construção de alternativas que assegurem a estabilidade e a continuidade das atividades do banco. "Como acionista controlador, o Distrito Federal tem o dever de zelar pela solidez patrimonial da instituição e assegurar o cumprimento dos requisitos prudenciais", destacou a pasta, em nota.

A secretaria esclareceu que o projeto não determina a venda automática de imóveis. Ele autoriza o Executivo a adotar medidas com base em critérios técnicos, avaliação prévia de mercado, respeito à legislação urbanística e ambiental e observância do interesse público. A pasta explica que a nova lista dos bens foi selecionada a partir de critérios técnicos de mercado, com a participação da Terracap, considerando a viabilidade jurídica e a possibilidade de integração a soluções estruturadas junto ao sistema financeiro. "Não é correta a relação de que os imóveis tenham sido reunidos, porque seu valor corresponderia a eventual prejuízo do banco. As auditorias do BRB ainda não foram concluídas e, portanto, não é possível indicar valor exato de eventual impacto financeiro", ressaltou a a pasta.

Clima tenso

Questionado sobre um posicionamento acerca do projeto, o distrital Eduardo Pedrosa (União) disse ao **Correio** que está requerendo informações ao BRB e ao Governo do Distrito Federal (GDF) e que vai se posicionar após a reunião de segunda-feira com o presidente do banco. O deputado Pepa (PP) declarou que também não vai se manifestar por enquanto.

A surpresa em plenário, ontem, foi o posicionamento do deputado distrital Rogério Morro da Cruz (PRD), aliado do governador Ibaneis. O parlamentar subiu à tribuna e criticou o projeto e a condução do processo que o governo está fazendo desde as negociações para aprovação da proposta que dava carta-branca para o BRB seguir negociando com o Banco Master. "Os últimos dias têm sido de muita reflexão para mim e, por que não dizer, de sofrimento e tristeza. O caso Master-BRB tem assombrado Brasília e o Brasil", discursou.

O deputado chamou de irresponsável a gestão que conduziu o BRB à situação atual. Sobre a compra do Master, o deputado alega que confiou nos argumentos e documentos apresentados pelo governo em favor da negociação. "Nos foram apresentados pareceres que, à primeira vista, pareciam confiáveis. No entanto, o que se revelou depois foi um conjunto de inconsistências que nos conduziram à aprovação de uma medida temerária", alegou. "Em nome do povo do Distrito Federal e em nome do povo de São Sebastião, votarei contra (a proposta)", avisou. "Apresentar uma lista de imóveis pertencentes ao povo com a intenção de cobrir um rombo que o próprio povo não causou é inaceitável", afirmou.

O parlamentar elogiou o posicionamento do deputado Thiago Manzoni (PL), o primeiro da base aliada a se manifestar abertamente contrário ao projeto do GDF. "Compartilhamos o entendimento de que, neste momento, não há condições adequadas para votação deste projeto", ressaltou. Rogério Morro da Cruz também questionou a falta de informações no projeto. "Não há informações essenciais para avaliarmos adequadamente. Faltaram mapas com as localizações e os valores dos terrenos", acrescentou.

A falta de informações mais detalhadas sobre os terrenos incomodou o deputado Jorge Vianna (PSD). "Eu não vou votar em nenhum projeto que não seja bem explicado de forma clara. Não sabemos os valores reais dos imóveis e se eles podem ser alienados. Preciso saber o valor real necessário para cobrir o deficit do BRB", argumentou.

Análise

O economista Newton Marques, professor da Universidade de Brasília (UnB), avalia que, caso o projeto do GDF seja aprovado, a operação não se resume a oferecer imóveis como garantia, mas à necessidade concreta de recomposição de capital do banco. Como o controlador majoritário é o GDF, Marques explica que cabe ao governo aportar recursos. "O banco não pode simplesmente ficar com imóveis. Ele tem que transformar isso em dinheiro. O GDF teria que estruturar uma operação no mercado financeiro, oferecendo esses imóveis como garantia para captar recursos e, aí sim, aportar no banco", explicou.

Ele ressaltou que a avaliação dos bens é um ponto sensível: "Uma coisa é o governo estimar um valor. Outra coisa é o mercado aceitar. O banco que for emprestar o crédito pode dizer que o imóvel não vale o que está sendo anunciado".

O especialista chamou atenção para entraves jurídicos e para a necessidade de aval do Banco Central. "Não é porque a Câmara autorizou que está resolvido. O Banco Central pode barrar, assim como fez com a compra do Master", afirma. Ele questionou, inclusive, a situação de alguns imóveis listados. "Tem imóvel que sequer está regularizado. Como é que se dá em garantia algo que não está plenamente no nome do governo?", indagou. Na avaliação dele, a autorização legislativa para oferecer essas áreas representa "um cheque em branco", já que envolve estruturas públicas estratégicas e áreas de interesse coletivo.

Terrenos

Um terreno de 99 mil metros quadrados no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), onde funcionam a Farmácia Central, a Oficina Ortopédica e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), está entre os imóveis que o GDF pretende oferecer como garantia para viabilizar eventual empréstimo ao BRB. Trata-se do Parque de Apoio da Secretaria de Saúde, no Trecho Serviço Público, Lote G, que concentra 10 construções e abriga estruturas estratégicas, como arquivo central, almoxarifado, departamento de tecnologia, oficina mecânica e setor de transporte.

Outro imóvel listado é o Lote F do mesmo trecho no SIA, onde funciona a maior área operacional da Caesb, com oficina mecânica, parte da frota, escola corporativa e equipes de manutenção de água e esgoto. O diretor jurídico do Sindicato Sindágua-DF, Paulo César, afirmou que colocar o centro operacional como garantia é um risco para o serviço prestado à população. "É um serviço essencial, 24 horas por dia, sete dias por semana. Não faz o menor sentido colocar em risco o funcionamento de uma área operacional para cobrir um rombo que o saneamento não ajudou a causar", criticou.

A lista inclui, também, a Gleba "A", na Serrinha do Paranoá, área de 716 hectares considerada estratégica para o equilíbrio hídrico do DF. Segundo a Rede Preserva Serrinha, a região reúne mais de 100 nascentes catalogadas e integra o cinturão verde previsto no plano urbanístico de Lucio Costa. Em manifesto divulgado ontem, o grupo classificou a inclusão da área como "mais uma ameaça a Brasília" e alertou para riscos de erosão, perda de Cerrado nativo e impactos na recarga de aquíferos. "A Serrinha do Paranoá é estratégica para o equilíbrio hídrico do DF. Entregá-la como prêmio de uma negociata é condenar a capital a um futuro inviável", afirma o texto.

Andressa Anholete/ Agência CLDF

Alguns parlamentares da base governista começam a se manifestar contrários ao modelo de proposta apresentado pelo Palácio do Buriti para capitalizar o BRB

Ed Alves CB/DA Press

Terreno da Caesb faz parte da lista de áreas do governo

Ed Alves CB/DA Press

Clube da Saúde é outro terreno incluído no projeto

Ed Alves CB/DA Press

A sede da Novacap consta na proposta apresentada

Eixo Capital

ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

À QUEIMA ROUPA

IBANEIS ROCHA (MDB), GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

"Eu estou tranquilo. Me preocupo com o BRB que é um patrimônio da cidade".

Ed Alves/CB/D.A Press

Poderia falar sobre sua expectativa em relação à aprovação do projeto do BRB na Câmara Legislativa e a importância dessa aprovação?

Disso depende a sobrevivência do BRB e do emprego de mais de 5 mil famílias. Eu posso ou não continuar na política, mas essas famílias não terão como sobreviver. Não se trata de apoiar ou não o governo, e sim de apoiar a cidade. O BRB é operador de todos os programas sociais, do serviço de bilhetagem, o que pode atingir diretamente toda a população do DF; em especial, a mais carente. Todas as medidas já foram tomadas. Contrataram auditoria independente do Machado Meyer em parceria com a Kroll. Eles estão orientando na recuperação de ativos. Todos os processos de recuperação de ativos estão sendo ajuizados permanecendo em sigilo por conta da decisão do STF e da proteção ao mercado.

Como o senhor está nesse processo? Tranquilo ou ansioso?

Eu estou tranquilo. Me preocupo com o BRB, que é um patrimônio da cidade.

Continua determinado a concorrer ao Senado e se desincompatibilizar em 28 de março?

Não vejo motivo para não fazer isso. O povo me adora e tenho muito a mostrar do trabalho que fiz ao longo desses oito anos. Vou às ruas todos os dias e a recepção da população é maravilhosa.

Ate o fim de março, a solução para o BRB estará encaminhada?

Tem que estar.

Quem foi o responsável pela crise do BRB? Paulo Henrique?

Isso só a Justiça vai dizer.

Está se sentindo traído pelo PL?

De modo algum. A Bia (Kicis) é uma excelente deputada e uma das maiores defensoras do bolsonarismo. Nada mais natural que o ex-presidente e a família apoiem sua pretensão. Eu sigo firme no propósito de manter palanque único no DF. Até porque nossos inimigos são outros.

Como único? Com a sua coligação e sem outro candidato ao Senado?

Essas coisas vão se desenrolar com o tempo.

Do barro ao asfalto

A senadora Leila do Vôlei (PDT) e a deputada distrital Paula Belmonte (PSDB) fizeram, ontem, uma agenda conjunta. Foram ao Sol Nascente acompanhar a entrega do asfalto do acesso à Escola Classe Córrego das Corujas. A obra, entregue pelo GDF, foi viabilizada com recursos de emendas parlamentares destinadas ainda em 2020, quando Paula exercia mandato como deputada federal, em articulação com a senadora. As duas percorreram juntas os cinco quilômetros pavimentados e se emocionaram com a mudança do cenário, que era de barro. Leila destinou R$ 14,9 milhões e Paula, R$ 6 milhões ao programa Caminhos da Escola, executado pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER).

Divulgação

Sintonia

A agenda reforça a sintonia entre as duas, que estão em pré-campanha: Paula Belmonte disputará o Governo do DF e Leila tentará a reeleição. Em discurso, Paula relembrou sua ligação com a região e afirmou que entrou na política "por conta das crianças do Sol Nascente". Foi, inclusive, a própria Leila quem a incentivou a ingressar na vida pública.

Renato Alves/Agência Brasília

Política sem guerra

As duas políticas da oposição estiveram no evento ao lado do governador Ibaneis Rocha (MDB) e da vice-governadora Celina Leão (PP), e foram muito bem tratadas, inclusive com reconhecimento pelo mérito das emendas voltadas ao Sol Nascente. Foram anunciadas pelo cerimonial de Ibaneis e chamadas ao palco.

Antonio Cunha/Esp. CB/D.A Press

Campeonato e Prêmio Claudio Coutinho

A DFSUB - Associação Brasileira de Esportes e Pesca Subaquáticos, em reunião com o secretário de Esportes do DF, Renato Junqueira, obteve o apoio para realização do Campeonato Brasileiro de Apneia Indoor da AIDA (Associação Internacional) no Centro Aquático Claudio Coutinho. O evento será realizado de 14 a 16 de agosto. Paralelamente ao Campeonato Brasileiro, a DFSUB também realizará o Troféu Claudio Coutinho de Apneia Indoor, aberto a atletas internacionais. O prêmio será assim denominado em memória ao treinador e técnico Claudio Coutinho, que morreu em 1981, no Rio de Janeiro, enquanto praticava seu esporte de coração, a pesca submarina em apneia.

40 anos de história

A Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (ANABB) celebrou, na última sexta-feira (20), quatro décadas de existência. O evento, realizado no Unique Palace, em Brasília, reuniu parlamentares, autoridades ligadas ao Banco do Brasil e lideranças do funcionalismo público em uma noite descrita pelos participantes como histórica.

Acompanhe a cobertura da política local com *@anacampos_cb*

»Entrevista | ALBERTO FRAGA | DEPUTADO FEDERAL (PL-DF)

"Vejo o BRB com preocupação"

Ao *CB.Poder*, o parlamentar comentou sobre os novos desdobramentos do caso Master e avaliou a aprovação do PL Antifacção

» LUIZ FELLIPE ALVES

O deputado federal Alberto Fraga (PL-DF) comentou sobre a atual situação do BRB e sobre as ações tomadas pelo governador Ibaneis Rocha (MDB) para tentar socorrer a instituição financeira. No CB.Poder *— programa em parceria do* ***Correio Braziliense*** *com a TV Brasília —, o parlamentar avaliou como "desastroso politicamente" o caso envolvendo os bancos Master e BRB. Às jornalistas Ana Maria Campos e Sibele Negromonte, Fraga também falou sobre as negociações eleitorais do partido para as eleições de 4 de outubro no DF. O também presidente da Frente Parlamentar de Segurança Pública avaliou a aprovação, na última terça-feira, do Projeto de Lei Antifacção, que endurece as penas para crimes violentos relacionados a facções criminosas.*

Estamos enfrentando um problema nacional que tem muito impacto no DF, que é o caso Master-BRB. Como o senhor avalia esse projeto de tentar salvar a instituição com imóveis públicos?

Eu vejo com muita preocupação. A gente sabia que o BRB era um banco sadio, uma instituição sólida. Por conta de uma ação equivocada, ou até mal-intencionada do governador, o banco está nessa situação. Eu atribuo a culpa principal ao Ibaneis (Rocha, governador), ele que tem que responder. Todo mundo sabia que o banco Master não era confiável. Quando o banco começou a dar aquelas vantagens de aplicações que resultavam em lucros fantásticos, estava na cara que tinha alguma coisa errada. "Quando a esmola é demais, o santo desconfia". Os deputados distritais, independentemente de serem da base do governo ou não, têm que entender que o patrimônio que está sendo colocado como garantia é um patrimônio do GDF, um patrimônio do cidadão brasiliense.

Como avalia o impacto dessa polêmica neste ano de eleição?

Politicamente, é um desastre. Os distritais têm que pensar muito bem como vão votar nesse projeto em que o governador encaminhou para a Câmara (Legislativa). A população não vai esquecer, todo mundo sabe o grau de dificuldade em que o banco se encontra hoje. Esperamos que os deputados sejam de uma base aliada, e não de uma base alienada. Ibaneis tem dinheiro suficiente para viver bem, não precisa de política. Agora, os deputados precisam se reeleger, e eu tenho certeza absoluta de que eles encontrarão dificuldades. Ontem (terça-feira), fiquei muito feliz quando ouvi o discurso do Thiago Manzoni (PL-DF) na tribuna, não retiro uma palavra do que ele disse. Espero que o discurso dele sirva de orientação para os outros deputados que seguem em dúvida sobre o projeto.

Ed Alves CB/DA Press

Aponte a câmera do celular e assista a entrevista completa

Sobre as eleições que se aproximam, o PL tem mostrado algumas divergências em relação ao apoio a candidatos para o GDF. O senhor e o deputado Izalci Lucas apoiam o ex-governador José Roberto Arruda. A deputada Bia Kicis, presidente local do partido, colocou a pré-candidatura ao Senado ao lado da ex-primeira-dama Michele Bolsonaro...

É uma situação um pouco complicada de explicar. Os membros do PL, como eu, Izalci e a própria Bia, não queremos apoiar o governo Ibaneis. A Michele declarou apoio a Celina (Leão, vice-governadora, do PP), e temos que entender que ela tem uma amizade pessoal com ela. Ibaneis não está nos projetos do PL.

Sobre a pré-candidatura de Arruda, o senhor acredita que a Justiça Eleitoral vai permitir que ele se candidate?

À luz da nova Lei da Ficha Limpa, eu acredito que a candidatura dele vai ser registrada e vai poder disputar a eleição. Para mim, ele vai sair vitorioso. Eu pedi autorização e liberdade ao Valdemar (da Costa Neto) para apoiar o Arruda. Ele, que é uma pessoa muito sensata, disse que estava tudo bem. A minha intenção é permanecer no PL, acho que, quando você começa a trocar muito de partido, fica meio complicado.

E para o seu futuro? Vai se candidatar à reeleição para deputado?

Em princípio, sou candidato à reeleição. Eu gostaria muito de ser o vice do Arruda, gostaria muito mesmo. Mas quem decide isso é o Arruda. Eu estou à disposição, inclusive; eu trocaria até de partido se for para fazer uma coligação. Estou disposto a isso.

Qual a sua avaliação sobre a aprovação do projeto Antifacção?

Conseguimos manter as penas mínimas para o crime organizado. Também foi criada uma tipicidade nova, que é de crime ultraviolento, referente aqueles que dominam cidades, a prática do novo cangaço, explosões de caixas de eletrônicas. Agora, as penas variam de 20 a 40 anos e, cumulativamente, podemos ter penas de até 70 anos. Outra medida que conseguimos é a retirada do auxílio reclusão desses presos. Eu acho um absurdo o país pagar auxílio para o criminoso.

FAENGE EMPREENDIMENTOS

UM FAENGE **SEMPRE** SURPREENDE

NOROESTE | ÁGUAS CLARAS | PARK SUL

R.I: 2º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL R.9/131486
PERSPECTIVA ILUSTRADA

PALAZZO 105

LUXO REFLETIDO DE FORMA ÚNICA

NOROESTE

- 4 SUÍTES
- **VISITE DECORADO BY STUDIO ZUBA**
- PRONTO PARA MORAR

R.I: 3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL R.4/341104
PERSPECTIVA ILUSTRADA

VIVA ÁGUAS CLARAS RESIDENCIAL RESORT

UM RESORT PARA CHAMAR DE LAR EM 10.600 m² DE TERRENO

ÁGUAS CLARAS

- 2, 3, 4 QUARTOS E COBERTURAS
- **VISITE DECORADOS**
- LANÇAMENTO

R.I: 4º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL R-9.59286/R-A-115388
PERSPECTIVA ILUSTRADA

fikey PARK SUL

UM NOVO JEITO DE INVESTIR. **UMA NOVA FORMA DE FICAR.**

PARK SUL

- STUDIO, 1 QUARTO E LOJAS
- **VISITE DECORADOS**
- PRÉ LANÇAMENTO

SEU IMÓVEL MERECE SER UM **FAENGE**

CONSTRUÇÃO E VENDAS
FAENGE EMPREENDIMENTOS

EMPRESA FILIADA À ADEMI DF

CENTRAIS DE VENDAS **3020 2000**

Noroeste
Avenida W9, Quadra 509, ao lado do Posto Shell.

Águas Claras
Av. Sibipiruna, acima da CAESB

Park Sul
Avenida do Casa Park, em frente à Pão Dourado.

EDUCAÇÃO / Unidade em Ceilândia é composta por 16 salas de aula, biblioteca, auditório e laboratório de informática. Capacidade é para atender cerca de 550 estudantes, e investimento foi de R$ 7,9 milhões

Escola Classe 59 é reinaugurada

» DAVI CRUZ

O novo prédio da Escola Classe (EC) 59, em Ceilândia, foi entregue oficialmente ontem pelo governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB). A unidade, que fica na QNN 36, Área Especial 2, passa a oferecer 16 salas de aula, com capacidade para cerca de 550 estudantes das séries iniciais do ensino fundamental, nos turnos matutino e vespertino. Foram investidos na obra cerca de R$ 7,9 milhões.

Durante agenda oficial, o chefe do Executivo disse que a nova escola garante mais qualidade para que as crianças possam se dedicar e construir um futuro com mais oportunidades, perto de casa. "Ter os filhos estudando próximo às suas residências dá tranquilidade aos pais, porque eles sabem que os jovens estão em um ambiente seguro, salubre, com uma boa alimentação e com excelentes professores da nossa rede pública de ensino", destacou.

A vice-governadora Celina Leão lembrou que a inauguração é mais uma política pública adotada pelo governo. "Essa entrega é motivo de orgulho, pois com ela garantimos oportunidades reais de ensino para as nossas crianças e jovens."

A nova unidade foi construída em um terreno de 6.180 metros quadrados. Além das salas de aula, a estrutura contempla biblioteca, auditório, laboratório de informática, laboratório de artes, refeitório, quadra poliesportiva, sala de recursos, sala de apoio à aprendizagem, Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Serviço de Orientação Educacional (SOE).

A unidade de ensino foi projetada com rampas que garantem o acesso de pessoas com deficiência (PcDs) ou com dificuldades de locomoção, banheiros adaptados, piso tátil e placas de identificação das salas em Braille. O prédio conta, ainda, com saídas de emergência e alarmes de incêndio nos corredores, além de extintores e mangueiras.

A chefe da pasta de Educação, Hélvia Paranaguá, ressaltou a relevância da entrega para a comunidade escolar da região, que começou o ano letivo de 2026 nas novas instalações. "Tinha um movimento judicial para acabar com essa escola, mas quando nós assumimos o governo, começamos a construção do zero e hoje estamos aqui entregando uma unidade moderna, arrojada, que comporta todos os estudantes da região", relatou.

Atualmente, a EC 59 atende crianças a partir de 4 anos, na educação infantil, até o 5º ano do ensino fundamental, com estudantes entre 10 e 12 anos de idade. A unidade tem, hoje, cerca de 470 alunos matriculados, mas possui capacidade para atender até 547.

Renato Alves/ Agência Brasília

O governador Ibaneis Rocha esteve na escola, para entregá-la oficialmente ontem

Pavimentação

O governador aproveitou a agenda em Ceilândia e entregou a obra de pavimentação da via de acesso à Escola Classe Córrego das Corujas, no Sol Nascente/Pôr do Sol. A inauguração faz parte do programa Caminho das Escolas, coordenado pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER-DF). São 5 km de asfalto novo, que leva melhores condições de mobilidade, segurança e trafegabilidade para estudantes, professores e moradores da região.

Mais de 100 estudantes, atendidos em horário integral no ensino fundamental e na educação infantil, serão beneficiados. A intervenção contou com investimento de R$ 5,4 milhões, e a obra incluiu serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem e sinalização horizontal e vertical, além de intervenções complementares, como implantação de canteiro e paisagismo.

VIOLAÇÃO

Túmulos são vandalizados em cemitério da Asa Sul

O setor B da quadra 801 do Cemitério Campo da Esperança, na Asa Sul, tem sido alvo de furtos e danos a lápides nos últimos dias. A situação causa revolta e preocupação entre familiares que visitam os jazigos e se deparam com sinais de depredação.

A estudante de enfermagem Tainá Rubstem, 24 anos, esteve no local após saber dos recentes casos de vandalismo. Ela constatou que os túmulos de seus familiares não haviam sido atingidos, mas relatou a angústia diante do ocorrido. "É um sentimento de dor, né? A gente fica muito triste em saber disso. Vim correndo para poder ver se os túmulos do meu avô e da minha avó estavam intactos. Graças a Deus, está tudo em paz", disse ela.

A estudante se solidarizou com as outras famílias que tiveram o túmulo de seus entes danificados. "Eu fico triste pelas outras pessoas, porque, às vezes, elas só conseguem encontrar através dos nomes. Infelizmente, agora vai ser difícil saber isso", afirmou. Tainá também defendeu o reforço na fiscalização. "Que tenha mais monitoramento para que esse tipo de coisa não aconteça mais", completou.

Em nota, a Campo da Esperança Serviços Ltda informou que está ciente da situação e que iniciará os reparos e as substituições necessárias das peças danificadas. A empresa destacou que a segurança privada nos cemitérios é realizada 24 horas por dia por profissionais armados. "Porém, infelizmente, mesmo com a vigilância, ainda é possível verificar casos de furtos, o que significa prejuízo financeiro para a empresa, visto que ela repõe as peças", informou.

A concessionária também disse que, recentemente, jardineiros informais que atuam nos cemitérios perderam mais um recurso em ação movida pela empresa para regularizar a prestação de serviços de manutenção dos jazigos. De acordo com a nota, sempre que há decisões judiciais nesse sentido, aumentam os casos de depredação, furtos e envio de vídeos à imprensa.

A empresa acrescentou que, em 2025, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) concluiu que os serviços cemiteriais no Distrito Federal são serviços públicos e, portanto, só podem ser executados pela empresa concessionária. No entendimento da Justiça, trabalhadores informais atuam de forma irregular, sem fiscalização, o que prejudica o andamento das atividades da empresa gestora.

Investigação

A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) orienta que familiares que verificarem irregularidades nos jazigos devem procurar a delegacia mais próxima para comunicar o fato.

Os crimes podem se enquadrar como furto (artigo 155 do Código Penal), violação de sepultura (artigo 210 do Código Penal) ou outros tipos penais, a depender do caso concreto.

A corporação ressalta que todo fato que se enquadre como crime previsto no Código Penal Brasileiro e que ocorra no âmbito do DF será investigado após o registro de ocorrência policial ou denúncia.

De acordo com a Polícia Militar (PMDF), os cemitérios do DF contam com seguranças privados que devem acionar imediatamente a Polícia Militar ao notar qualquer situação suspeita no local. "Quem furta lápide pode estar incidindo nos crimes de furto, com pena de reclusão de 2 a 8 anos, devido ao rompimento de obstáculo, e vilipêndio a cadáver como forma de ultraje à memória do falecido, com pena prevista de detenção de um a três anos ou multa", esclarece a PM.

Danos morais

De acordo com o Instituto de Defesa do Consumidor (Procon-DF) é dever da administradora do cemitério cuidar da segurança do local e realizar a adequada prestação de serviços. "As famílias devem, primeiramente, documentar o ocorrido e procurar a administração do cemitério para exigir a reparação." O Procon ainda informou que, caso a empresa não resolva o problema, os consumidores podem registrar a reclamação no Procon on-line ou presencialmente, em um dos postos de atendimento do órgão.

O advogado criminal Alexandre de Carvalho disse que, sob a perspectiva jurídica, o tema, inicialmente, pode ser analisado no âmbito do Direito Penal. "Ao tratar dos crimes contra o sentimento de respeito aos mortos, o Código prevê, no artigo 210, o crime de profanação de sepultura, aplicável àquele que destrói ou depreda túmulo", explicou.

Para além do âmbito penal, o criminalista destacou que, à luz dos artigos 186 e 927 do Código Civil, aquele que causa dano a outrem tem o dever de repará-lo. "Se o usuário contratou o serviço de administração e manutenção do cemitério e, ao visitar o local para prestar homenagem a seu ente querido, encontra o túmulo danificado ou inexistente, há evidente falha na prestação do serviço. Cabe ação de indenização por danos materiais e, conforme o caso concreto, também por danos morais", acrescentou.

O especialista recomenda que o familiar reúna notas fiscais, contratos ou, caso não os possua mais, em razão do tempo decorrido, realize orçamentos atuais para apuração do valor necessário à reconstrução do túmulo ou da lápide. "A indenização não tem o poder de reparar integralmente o sofrimento causado, tampouco de restituir o ente querido. Contudo, cumpre função compensatória e pedagógica", concluiu. (**DC**)

Davi Cruz/CB/DA.Press

Famílias que identificarem danos devem procurar a polícia

Davi Cruz/CB/DA.Press

A estudante Tainá Rubstem cobra mais fiscalização

CRIME

Divulgação/ Neoenergia

Responsáveis foram detidos e encaminhados à delegacia

Operação fecha mineradoras clandestinas

» ANA CAROLINA ALVES

Três mineradoras clandestinas de criptomoedas foram desativadas em São Sebastião durante a segunda fase da Operação CriptoGato, realizada na última segunda-feira pela Neoenergia, em parceria com a 30ª Delegacia de Polícia (São Sebastião). A força-tarefa identificou desvios diretos de energia elétrica que funcionavam 24 horas por dia e causavam instabilidade no fornecimento da região.

Durante a fiscalização, foram apreendidas 384 máquinas de mineração em funcionamento ininterrupto. Os estabelecimentos foram interditados, e os responsáveis, detidos e encaminhados à delegacia. A Polícia Civil do Distrito Federal instaurou inquérito para apurar possíveis crimes associados à atividade. Segundo a distribuidora, o impacto financeiro do esquema ultrapassa R$ 5 milhões, com consumo irregular equivalente ao necessário para abastecer cerca de 34 mil moradias por mês.

Foram emitidos Termos de Ocorrência de Irregularidade (TOI) para cobrança da energia desviada, e as ligações clandestinas foram regularizadas. O furto de energia é crime previsto no artigo 155 do Código Penal, com pena de até oito anos de reclusão.

Obituário

Sepultamentos realizados em 25 de fevereiro de 2026

» Campo da Esperança

Affonsina Righi Fontes, 81 anos
Antonio Lima Mendes, 77 anos
Carlos Olacir Leal, 87 anos
Glauco Falcão de Araujo, 90 anos
Edson Flávio Gomes Maciel, 57 anos
Erivaldo de Holanda Leal, 71 anos
Fernando Evaldo Pauka Kruchak, 80 anos
Guiomar de Fátima Borges de Oliveira Mendonça, 72 anos
José Carlos Vieira, 70 anos
Júlio Cesar Perez, 64 anos
Lourival Luiz de Melo, 1 ano
Mônica Mathildes Soto de Costa, 87 anos
Nair Maria Kineip, 97 anos
Ubiratan Leal de Souza, 84 anos

» Taguatinga

Adalberto de Oliveira, 76 anos
Alexandre Apoliano Dutra Coutinho, 80 anos
Círio Mateus Chaves, 79 anos
Domingos Alexandrino Neves Dutra, 52 anos
Epitácio Gonçalves da Silva, 92 anos
Haroldo Nunes Oliveira, 57 anos
Jaqueline Lopes de Oliveira, 43 anos
Maria do Carmo Barbosa, 82 anos
Maria Noeme Maciel de Oliveira, 60 anos
Maurício Oliveira do Nascimento, 35 anos
Osmar dos Reis da Silva, 77 anos
Ryan Eustáquio Gomes Braga, 19 anos

» Gama

Antônia Damião das Chagas, 75 anos
Cesário Aparecido Coatio, 65 anos
Darlene Tifanne de Oliveira Silva, menos de 1 ano
Samara Denise Soares Barreira, 48 anos
Tereza Maria da Silva, 63 anos

» Planaltina

Alberto Amorim da Cruz, 68 anos
Benedito da Silva Moreira, 81 anos

» Brazlândia

Antônio Contiero, 81 anos
Maria das Graças de Jesus, 71 anos

» Sobradinho

Davy Henrique de Souza Nunes, menos de 1 ano
Francisco José Loureiro, 75 anos
Luciene Martins dos Anjos, 49 anos
Maria Regina Mendes de Santana, 66 anos
Neusa Barbosa dos Santos Silva, 71 anos
Valdete Ferreira Di Santos, 59 anos

» Jardim Metropolitano

Joaquim de Oliveira Campos, 102 anos
José de Oliveira Costa, 69 anos (cremação)
Maria Neide Vieira de Araújo, 74 anos (cremação)

Capital S/A

MALCIA AFONSO (INTERINA)
malciaafonso@gmail.com

Educar é crescer. E crescer é viver. Educação é, assim, vida no sentido mais autêntico da palavra
Anísio Teixeira

Vendas de ovos de Páscoa devem crescer 3,1% no DF

No comércio do Distrito Federal, as vendas de ovos de chocolate para a Páscoa devem ter aumento este ano de 3,1% contra 2,3% registrados nesta época em 2025 e 4,8% em 2024. A projeção é do Sindicato do Comércio Varejista do DF (Sindivarejista), que reúne lojas de shoppings e de rua. O domingo de Páscoa será em 5 de abril e o comércio já está turbinando os estoques. O pico das vendas será a partir de 27 de março, avalia o presidente do Sindivarejista, Sebastião Abritta, acrescentando que o domingo de Páscoa tem como característica unir as famílias em almoços ou lanches. "É uma data bem familiar", destaca.

- Os preços dos ovos variam entre R$ 27 e R$ 420 (com recheios e até brinquedos).
- Barras de chocolate custam de R$ 25 a R$ 140, dependendo do tamanho.
- A maioria das vendas, 62%, será feita por mulheres que compram ovos para os filhos e demais familiares.
- Os cartões de crédito devem liderar as formas de pagamento, 74% contra 69% da última Páscoa.
- Os chocolates marrons seguem como os preferidos dos brasilienses, sendo escolhidos por 75%. Os demais oferecem chocolates brancos.

Inflação do chocolate

E o consumidor deve estar preparado. Os preços dos chocolates em barra e dos bombons, por exemplo, aumentaram 24,77% em 12 meses (acumulados até janeiro). Brasília registrou o segundo maior aumento — 27,57% em um ano, perdendo apenas para Porto Alegre, onde chegou a 31,85%, conforme o IPCA, que considera 16 capitais e regiões metropolitanas.

Indústria está otimista

Essa tendência de elevação deve se reverter. A indústria de chocolates está otimista quanto ao cenário geral para os próximos meses, depois de um período complicado para o setor, que conseguiu se manter estável, apesar da explosão do preço do cacau no mercado internacional. A previsão já para esta Páscoa é de crescimento nas vendas e na geração de empregos, embora em níveis modestos. Os dados serão consolidados na próxima semana pela Abicab (Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados), que também prevê aumento na produção nacional.

Cotação do cacau

O motivo da previsão de um cenário positivo é a queda na cotação do cacau, que alcançou o patamar de US$ 12 mil no ano passado, e vem caindo, chegando a faixa de pouco mais de US$ 3 mil, na Bolsa de Valores de Nova Iorque. O aumento ocorreu por força da crise climática em Gana e na Costa do Marfim, responsáveis por 70% da produção mundial.

Atacadistas vão às urnas hoje

A eleição para a nova diretoria do Sindicato do Comércio Atacadista do Distrito Federal será hoje com chapa única, encabeçada pelo empresário Alaor Gomes Neto, diretor da entidade. O atual presidente, Álvaro Silveira Júnior, à frente do Sindiatacadista-DF nos últimos quatro anos, assumirá os cargos de primeiro vice-presidente e primeiro delegado junto à Fecomércio-DF. A posse da nova diretoria será em 1º de abril.

Sindiatacadista/Divulgação

"Foi uma gestão voltada à representatividade, à articulação institucional e ao fortalecimento do sindicato"
Álvaro Silveira Júnior

Interlocução

O diálogo institucional, principalmente com órgãos governamentais, é destacado por Álvaro Júnior como uma das marcas de sua gestão. "O sindicato, em conjunto com outras entidades representativas do setor, teve participação ativa no acompanhamento de todas as etapas da reforma tributária, contribuindo tecnicamente e defendendo os interesses da categoria", afirma.

Prioridade na mão de obra

Buscar soluções para a qualificação profissional é prioridade para a futura gestão. "Temos enfrentado muita dificuldade para contratar funcionários nas empresas filiadas", diz Alaor Gomes Neto. Outra preocupação é a possível aprovação da escala 6 x 1, que, de acordo com o Sindiatacadista, pode gerar um aumento médio de cerca de 23% nos custos das empresas que trabalham com atendimento de balcão. A transição do atual regime tributário para o novo modelo também é ponto de atenção. "Nossa preocupação é que, na fase de regulamentação, não haja aumento da carga tributária além do que já foi estabelecido no projeto de lei", enfatiza.

Rafaela Moraes/Divulgação

"Há casos de empresas com até 50 vagas abertas e que não conseguem preencher esses postos. Estamos estudando a criação de um banco de vagas no site do sindicato"
Alaor Gomes Neto

Celebração à cultura do CD

Ulisses de Freitas/ Divulgação

A Infinu, na 506 Sul, recebe de 28 de fevereiro a 1º de março a feira Vinil é Coisa de Cringe. Sob o slogan *Vinil é investimento, CD é sentimento*, o projeto idealizado por Cláudio Bull e Ulisses de Freitas propõe simplicidade, desapego e nostalgia. É um contraponto ao mercado do vinil, que vem se elitizando. O foco será o "bota-fora", com preços entre R$ 5 e R$ 50, e uma zona de escambo, para renovar acervos pessoais. Quem quiser desapegar ou negociar seus CDs, é só levar ao local, das 12h às 19h. A entrada é gratuita.

CB.DEBATE / Evento promovido pelo **Correio** reúne hoje especialistas, autoridades e representantes da sociedade civil

Proteção da mulher é a pauta do dia

» LUIZ FELLIPE ALVES

Hoje, a partir das 8h30, o **Correio** promoverá um debate gratuito sobre a defesa dos direitos das mulheres e meninas, no auditório do jornal. O *CB.Debate O Brasil pelas mulheres: proteção a todo tempo* acontece de forma gratuita. O debate acontece às vésperas do Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março

A iniciativa parte do entendimento de que a proteção das mulheres é uma construção coletiva que exige vigilância e ação constante. O debate pretende fortalecer o diálogo sobre segurança, dignidade e políticas de amparo feminino em um país em que a maioria das mulheres não se sente segura.

Para essa edição, estão confirmadas as presenças da presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Maria Elizabeth Rocha; a jurista e ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Maria Cristina Peduzzi; a secretária-executiva do Ministério das Mulheres, Eutália Barbosa; a senadora Damares Alves (Republicanos-DF); a deputada distrital Jane Klebia (Republicanos); a presidente da União Brasileira de Mulheres (UBM-DF), Maria das Neves Filha; e da presidente-executiva do Instituto Palavra Aberta, Patrícia Blanco.

Andressa Anholete/Agência Senado

A senadora Damares Alves é uma das convidadas do encontro

Maria Elizabeth Rocha, presidente do STM, destaca a importância do evento para a proteção da mulher em diferentes níveis. Ela acredita que o tema é uma responsabilidade de toda a sociedade. "A proteção das mulheres exige uma atuação permanente do Estado e da sociedade, não apenas na repressão à violência, mas sobretudo na formação de uma cultura de respeito, igualdade e responsabilidade compartilhada", afirmou.

O debate será dividido em dois painéis: o primeiro irá tratar da proteção à mulher durante a infância e contará com a participação da presidente-executiva do Instituto Palavra Aberta, Patrícia Blanco e Eutália Barbosa, secretária-executiva do Ministério da Mulher e a secretária da Mulher do Distrito Federal, Giselle Ferreira; o segundo painel irá abordar a proteção da mulher em diferentes instâncias e órgãos dos governos, e contará com a participação da deputada distrital Dra. Jane e Maria das Neves, Dirigente da União Brasileira de Mulheres (UBM) e a Juíza de Direito Marília Ávila Sampaio.

O evento é uma forma de o jornal reafirmar seu papel como agente de transformação social, contribuindo para a mobilização coletiva em torno de uma causa que diz respeito a todos. Em janeiro deste ano, outro debate com a temática de proteção à mulher foi realizado. Com presenças das ministras do Meio Ambiente, Marina Silva, e da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, o encontro abordou as políticas públicas voltadas para este tema.

Maria Elizabeth Rocha, uma das painelistas, comentou que o combate a violência é um dever de todos e precisa envolver homens e mulheres. "É necessária essa inclusão para construir soluções estruturais, fortalecendo a educação como instrumento de transformação social e reafirmando o compromisso institucional com a dignidade e a segurança de todas as mulheres", ressaltou.

O CB.Debate parte do compromisso do **Correio** em promover debates sobre a defesa dos direitos das mulheres. Entre a série de iniciativas realizadas com esse propósito estão os podcasts, entrevistas e reportagens especiais que dão destaque a estatísticas e caminhos apontados por pesquisadores e autoridades para que haja mudança social efetiva. O debate também poderá ser acompanhado ao vivo nas redes sociais do **Correio**. Além disso, o público presencial e on-line poderão enviar perguntas ao final de cada painel.

Serviço

CB.Debate O Brasil pelas mulheres: proteção a todo tempo

- Quinta-feira (26/2), a partir das 8h30
- Local: auditório do **Correio Braziliense** (SIG QD 02 lote 340)
- Inscrições pelo Sympla, no link: *https://bit.ly/4aLrjYi*
- Transmissão ao vivo no canal do YouTube *@correio.braziliense*

MEGA-SENA

É hoje! R$ 130 milhões serão sorteados

» JOÃO PEDRO ZAMORA*

Jerônimo Filho, morador de Vicente Pires de 68 anos, é um dos cidadãos que aguarda ainda hoje o sorteio da Mega-Sena que poderá premiar R$ 130 milhões. Ele conta que, caso ganhe, planeja investir parte do montante em uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) focada no tratamento de doenças mentais. O sorteio ocorrerá às 20h no Espaço da Sorte, em São Paulo. Para concorrer é preciso acertar os seis números sorteados.

Ageu Rodrigues, vigilante de 56 anos, arriscou uma fezinha para mudar de vida. "Quero ganhar para viver meu sonho de viajar o mundo por anos", conta. O economista Newton Ferreira alerta sobre cuidados necessários na hora de apostar e de retirar o dinheiro: "É muito comum as pessoas ficarem desnorteadas quando recebem muito dinheiro. É preciso agir com paciência, saber preservar a maior parte do capital e fazer aplicações precisas", disse o especialista, que recomenda a consultoria com um especialista para gerenciar o montante.

Outro ponto de interesse são os "bolões", apostas em grupo que visam aumentar as chances de acerto em troca da repartição do prêmio em caso de sucesso. A própria Caixa oferece os bolões oficiais reconhecidos pelo banco. Essa forma de apostar se torna ainda mais atraente em premiações acumuladas, devido à maior parte da parcela a ser recebida por cada integrante. No entanto o valor mínimo da aposta é de R$ 18,00.

Como apostar

O responsável por acertar os seis números sorteados recebe milhões da Mega-Sena. Contudo, é possível ganhar prêmios menores ao acertar quatro ou cinco números dentre os 60 disponíveis no volante de apostas.

Para levar o prêmio total, os seis números do volante precisam ser acertados. Na modalidade chamada de "surpresinha", é possível deixar que o sistema escolha os números. Na "Teimosinha", é possível concorrer com a mesma aposta por 2, 3, 4, 6, 8, 9 e 12 concursos consecutivos.

Os sorteios da Mega-Sena são realizados três vezes por semana, às terças, quintas e aos sábados. A aposta mínima, de seis números, custa R$ 6. Quanto mais números marcar, maior o preço da aposta.

***Estagiário sob supervisão de Márcia Machado**

João Pedro Zamora

O vigilante Ageu Rodrigues fez uma fezinha para mudar de vida

Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | *severinofrancisco.df@dabr.com.br*

A partida de Nelson

Para homenagear Nelsinho Rodrigues, que nos deixou ontem, evocarei uma história dele com o pai, de quem herdou a paixão pelo Fluminense. Nelson Rodrigues nunca teve problemas em falar sobre a morte. Ela sempre esteve colada em seu corpo e ele jamais se esquivou de encará-la em crônicas, contos, peças ou entrevistas: "A morte é anterior a si mesma. Começa antes, muito antes. É todo um lento, suave, maravilhoso processo. O sujeito já começou a morrer e não sabe".

O amor e a morte eram os grandes temas de sua vida: "Morrer significa, em última análise, um pouco de vocação. Há vivos tão pouco militantes que temos vontade de lhes enviar coroas ou de lhes atirar na cara a última pá de cal. Esses, sim, têm a vocação da morte." Apesar da obsessão, Nelson tinha uma enorme e visceral vocação para a vida.

A última crônica que escreveu não poderia ser mais dramática, épica e comovente. Nelson estava muito doente, debilitado desde os anos 1930, quando sobreviveu a uma tuberculose. A doença no pulmão se irradiou pelo corpo e fragilizou, especialmente, o coração.

Estávamos no início de dezembro de 1980. Disputavam a final do campeonato carioca o Vasco da Gama e o Fluminense, time de coração de Nelson há 60 mil anos antes do paraíso. O médico e amigo do cronista, doutor Stand Murad, recomendou expressamente evitar qualquer emoção forte.

Nelsinho Filho proibiu que o pai ligasse o radinho de pilha e prometeu relatar todos os lances com detalhes. Ambos estavam com 200 megavolts de tensão. E se o Vasco fizesse um gol? E se o Flu empatasse e virasse o jogo? E se o Vasco revertesse o resultado? Não importava, qualquer acontecimento ou placar eram perigosos.

Nelsinho tremia de emoção, mas desconversava: "O Flu está bem". A partida virou 0x0. E logo no início do segundo tempo, o zagueiro Edinho cobrou uma falta e fez o gol que daria o título ao Fluminense. Nelsinho chorou lágrimas de esguicho, mas segurou a notícia. E se o Vasco virasse? Ufa, finalmente, o drama acabou. Contudo, havia ainda o mais difícil: como contar a Nelson sem desencadear uma violenta emoção.

Com habilidade, Nelsinho declarou de maneira contida: o Fluminense era campeão. Nelson não tinha forças, mas arrancou um grito: "Preciso escrever". Não conseguia ordenar as palavras. Resolveu dizer para Nelsinho a última crônica: "Amigos, em futebol, nunca houve uma vitória improvisada. Tem sido assim através dos tempos. Tudo começou 6 mil anos atrás. Vocês compreenderam?"

A crônica foi publicada em 2 de dezembro e, 18 dias depois, Nelson morreria: "A maior dignidade da morte é física. Nunca o homem é tão belo como quando está morto", escreveu Nelson: "Porque tem então assegurada a eternidade, é na morte que o homem tem o seu rosto verdadeiro. Na vida, usamos máscaras sucessivas e contraditórias. Só a morte revela a nossa verdadeira face."

Em uma entrevista a Otto Lara Resende, ao ser perguntado sobre quais seriam as últimas palavras no leito de morte, Nelson respondeu: "O Marx é uma besta. Que boa besta é o Marx!" Nelson ficava indignado com o fato de o filósofo alemão nunca ter escrito nenhuma linha sobre o tema essencial. Mas Nelson partiu feliz, no êxtase do campeonato do Fluminense: "A morte é um grande despertar", intuiu o nosso profeta do óbvio.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press

ENTRE 4 E 8 DE MARÇO, O ESPAÇO CULTURAL RENATO RUSSO DEIXA DE LADO AS GRANDES TRUPES PARA FOCAR NA POTÊNCIA DO INDIVÍDUO. SOB O TEMA *SOLOS DO PICADEIRO*, O EVENTO PROPÕE UM MERGULHO NA INTIMIDADE DO ARTISTA

Luiza Adjuto utiliza a lira acrobática para brincar com estereótipos da feminilidade

A magia do circo diante dos olhos

» LETÍCIA MOUHAMAD

O silêncio que precede o movimento no picadeiro ganha um novo contorno na quarta edição do Arranha-Céu: Festival de Circo Atual. Entre 4 e 8 de março, o Espaço Cultural Renato Russo, na 508 Sul, deixa de lado as grandes trupes para focar na potência do indivíduo. Sob o tema "Solos do picadeiro", o evento propõe um mergulho na intimidade do artista, provando que um único corpo é capaz de preencher toda a imensidão de uma lona — ou de um palco — com a mesma força de um elenco inteiro.

Essa escolha pelo formato mais enxuto não foi apenas uma adaptação logística, mas uma oportunidade de curadoria afetiva. Julia Henning, uma das organizadoras, explica que o olhar se voltou para espetáculos de diferentes cantos do Brasil que emocionaram a equipe nos últimos anos. "Vimos muitos solos potentes e ficamos com vontade de compartilhar esse encantamento com o público de Brasília. Cada artista convidado vira, também, um parceiro do festival", conta Julia, destacando que a programação abrange talentos de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e do Distrito Federal.

Para Beatrice Martins, também organizadora, o espetáculo solo transforma a energia da plateia. "Tudo passa por um único corpo em cena; é ele que sustenta o tempo, o risco, o silêncio e o olhar", observa. Essa proximidade quebra a barreira entre quem faz e quem assiste, permitindo que o público sinta a respiração do artista. Beatrice ressalta que o objetivo é mostrar o circo como linguagem contemporânea. "O artista está só, mas nunca isolado: ele compartilha o olhar e convoca à troca com quem assiste".

Memórias

Um dos exemplos mais lúdicos dessa troca é o espetáculo *A Sanfonástica Mulher-Lona*, de Lívia Mattos. Diferentemente dos palcos tradicionais, a artista carrega o próprio picadeiro no corpo, vestindo uma lona iluminada enquanto toca sanfona e caminha entre as pessoas. É uma intervenção que exige proximidade máxima, funcionando como uma espécie de "menor espetáculo do mundo". Para vivenciar a obra, o espectador precisa estar ali, colado ao movimento, transformando o espaço público em um encontro de memórias e sons.

Escaneie o QR Code e veja a programação completa

Tiago Lima

Lívia Mattos em *A Sanfonástica Mulher-Lona*

No palco, a diversidade de temas mostra que o circo atual vai muito além da excelência em habilidades físicas. O festival traz espetáculos como *Faminta*, de Natasha Jascalevich, e *Sobretudo*, de Emerson Noise, que exploram desde a liberdade feminina até a poesia da solidão. Já em *Dita Cuja*, a brasiliense radicada na Europa Luiza Adjuto utiliza a lira acrobática para brincar com estereótipos da feminilidade. Para ela, o circo é um meio de subverter a realidade. "O estereótipo se torna não uma mentira, mas uma verdade incompleta que a gente desconstrói em cena", pontua a artista.

Luiza, que começou sua trajetória na dança e hoje circula por picadeiros do mundo, vê no festival uma chance de apresentar um circo que desafia expectativas. "É importante mostrar para além do que o espectador espera. O fazer artístico do circo é itinerante, então é muito bom poder girar os diferentes fazeres artísticos", diz ela, que também ministrará uma oficina de lira acrobática focada na integração total do corpo. Sua proposta é que os participantes sintam a potência do voo, unindo técnica e subjetividade.

Liderança e criação

A presença feminina é o fio condutor que amarra toda a estrutura do Arranha-Céu, idealizado pelo coletivo brasiliense Instrumento de Ver, com recursos do Fundo de Apoio à Cultura (FAC-DF) e apoio da Secretaria de Cultura (Secec-DF). Com a culminação no Dia Internacional da Mulher, todas as atrações contam com direção feminina, refletindo um mercado onde as mulheres ocupam espaços de liderança e criação.

Julia Henning destaca que as temáticas não fogem de debates necessários, como a objetificação e os desafios da mulher na cultura. "Somos realizadoras pioneiras no DF e sabemos os desafios de manter um trabalho sólido sendo mulheres", afirma, reforçando que o cuidado com cada detalhe nasce desse olhar atento.

Além das apresentações, o festival estende seu picadeiro para oficinas na Vila Telebrasília, exibições de filmes e debates no Colóquio Pilotis. É um convite para quem quer redescobrir o circo por meio de novas lentes, unindo a lembrança afetiva das lonas itinerantes de infância à vanguarda das artes cênicas. No Arranha-Céu, o lugar do circo é, antes de tudo, no corpo — e esse corpo convida Brasília para um encontro onde ninguém, de fato, está sozinho no picadeiro.

Oficinas

CRIAÇÃO E SEUS PASSOS, com Emerson Noise
O encontro propõe um espaço de investigação e experimentação, oferecendo ferramentas práticas que impulsionam os participantes no desenvolvimento de suas ideias, com exercícios e métodos para tornar o processo criativo mais acessível e estruturado.
» Quando: 6/3 (sexta-feira), das 14h às 18h
» Onde: Sala Marco Antônio Guimarães – Espaço Cultural Renato Russo
» A partir de 16 anos.

LIRA ACROBÁTICA, com Luiza Adjuto
Focada em entendimento de postura e ativação do corpo na execução de exercícios dinâmicos. Apesar de ser voltada a todos os níveis, os participantes precisam de um contato prévio com o aparelho e fazer esquadros bem executados. Para participar, é preciso usar roupas confortáveis para prática de exercícios, de preferência que cubram bem o corpo, principalmente axila, parte de trás dos joelhos e região lombar.
» Quando: 14/3 (sábado), das 14h às 18h
» Onde: Espaço Cia Miragem - Vila Telebrasília
» A partir de 16 anos.

COLÓQUIO PILOTIS
Artistas, criadores de espetáculos e pesquisadores da cena se reúnem para falar sobre a escrita em suas muitas possibilidades circense: a criação da dramaturgia no circo, a escrita de textos no processo criativo, a escrita dos textos que vão para a cena e outras familiaridades e estranhamentos entre procedimentos de criação da literatura e da cena.
» Quando: 4/3, às 19h, on-line e gratuito.
» Os ingressos para o Colóquio Pilotis e as inscrições para as oficinas, que ficam abertas até o dia do evento ou até acabarem as vagas, estão disponíveis no site do Coletivo Instrumento de Ver.

CORREIO BRAZILIENSE

ESPORTES

correiobraziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

Edu Viana/Coca-Cola

Tour da Taça

A Copa do Mundo Fifa está em Brasília desde ontem na última escala do roteiro do tour da taça rumo à 23ª edição do torneio antes do desembarque nos três países sede do evento a partir de 11 de junho: Canadá, EUA e México. Ontem, o troféu foi exposto em um evento corporativo fechado da Coca-Cola, parceira da Fifa. Hoje, o troféu será levado ao Palácio do Planalto, às 15h, em visita ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

RECOPA SUL-AMERICANA

Derrotado por 1 x 0 na ida, Flamengo recebe o Lanús precisando de bola na rede. Cenário entra no desejo de Pedro de marcar primeiro gol de título pelo rubro-negro

Autor de 154 gols pelo Flamengo, Pedro não marcou um responsável por decidir um título. Hoje, artilheiro tem nova oportunidade

Adriano Fontes/Flamengo

Necessidade mútua

DANILO QUEIROZ

A noite de hoje reserva tensão máxima para o Flamengo no Estádio do Maracanã. Às 21h30, o rubro-negro encara o Lanús pela final da Recopa Sul-Americana com a missão clara: reverter o 1 x 0 sofrido na Argentina e transformar pressão em troféu. Ainda em busca do melhor nível de performance em 2026, os cariocas terão de ter uma noite ofensiva iluminada para não passarem sufoco. No centro das atenções está Pedro. Desde 2020 no clube, o camisa 9 construiu números consistentes, mas ainda não eternizou um gol de título em decisões do tipo.

Com o revés na Argentina, a equipe carioca precisa vencer por dois ou mais gols de diferença para conquistar o título no tempo regulamentar. Caso devolva a margem mínima, a decisão seguirá para prorrogação e, persistindo o placar agregado, pênaltis. Qualquer empate garante a taça aos argentinos. A ESPN e o Disney+ transmitem a partida ao vivo. O cenário coloca o rubro-negro diante de um teste de maturidade após um início de temporada irregular. Entre oscilações no Campeonato Carioca e tropeços na Série A do Campeonato Brasileiro, a Recopa surge como oportunidade de recolocar o elenco no eixo e recuperar confiança.

Lesionado na reta final de 2025, Pedro é um dos jogadores do elenco rubro-negro com maior necessidade de retomar a fé em si mesmo. Marcar pela primeira vez um gol responsável por consolidar um título pode ser um bom caminho para isso. Em 2022, o atacante marcou na decisão da Copa do Brasil contra o Corinthians, porém, o troféu veio apenas nos pênaltis. Em 2023, balançou a rede na Supercopa em Brasília, mas o Palmeiras ficou com a taça. Na decisão do Carioca de 2020, também deixou marca no jogo de ida, mas o gol decisivo na volta teve assinatura de Vitinho.

Mesmo com 154 marcados com a camisa do Flamengo, Pedro ainda não conseguiu repetir um cenário antes frequente para Gabigol. No auge da passagem rubro-negro, o antigo dono da nove fez gols importantes em títulos da Libertadores (duas vezes), Copa do Brasil e Supercopa, por exemplo. Agora, a chance de protagonismo reaparece para a atual referência ofensiva. Diante de um Maracanã lotado, Pedro pode escrever capítulo próprio em uma noite de virada continental. A necessidade de ao menos um gol para forçar prorrogação já coloca o centroavante como peça-chave na engrenagem ofensiva montada por Filipe Luís.

O treinador, aliás, valoriza acima das estatísticas. Para ele, o momento do camisa 9 passa por sensações e conexões dentro de campo. "Para mim, é muito importante ver comportamentos dentro de campo. Para os jogadores é importante recuperar sensações. Ver o Pedro fazer gol novamente, estar perto da área, ter conexões, essa química entre companheiros que jogam com ele, que eles se procurem... Por isso, são importantes esses jogos de pré-temporada. Também guiam para nós da comissão para corrigirmos erros e conectar essas conexões que se formam em campo", elogiou o técnico Filipe Luís após o atacante marcar pela primeira vez no ano.

Apesar de ter começado com Pedro na reserva na derrota na Argentina, a declaração reforça o entendimento de que a final pode servir como divisor emocional para o elenco. Além do peso simbólico de levantar o bicampeonato da Recopa, o Flamengo busca afirmação competitiva diante de um adversário organizado, experiente e confortável com a vantagem mínima construída na ida. O Lanús, por sua vez, chega ao Maracanã com estratégia simples: administrar o resultado e explorar eventuais espaços deixados por um rival obrigado a atacar. A equipe argentina joga pelo empate e pode controlar o ritmo da partida, apostando em transições rápidas para esfriar o ambiente.

O roteiro está desenhado. Pressão da arquibancada, necessidade de gols e um centroavante em busca de redenção histórica. Para o Flamengo, faltam os gols de mais uma conquista continental. Para Pedro, apesar do currículo recheado de taças e de bolas na rede vestindo rubro-negro, falta o momento eterno, aquele para não sair da memória de nenhum torcedor flamenguista. O cenário está montado para, quem sabe, a noite dos cariocas terminar em festa com a apoteose da principal referência ofensiva do elenco.

LIBERTADORES

Fase prévia volta a vitimar um brasileiro

Arisson Marinho/AFP

Gabriel Xavier lamenta a queda do Bahia: time sucumbiu nos pênaltis

Pela nona vez consecutiva, a fase preliminar da Libertadores da América deixou um time brasileiro pelo caminho. Ontem, Bahia e Botafogo defenderam as cores do país na segunda etapa do torneio continental e apenas os cariocas tiveram sucesso na empreitada. Na Arena Fonte Nova, o tricolor bateu o chileno O'Higgins por 2 x 1, mas perdeu nos pênaltis, por 4 x 3. No Nilton Santos, o alvinegro venceu o Nacional Potosí, por 2 x 0.

A sina negativa se estende desde 2018, quando a Chapecoense foi eliminada e o Vasco chegou aos grupos. Desde então, a dupla brasileira sempre revezou: enquanto um chegava na etapa principal da competição continental, outro amargava a queda precoce e dizia adeus ao principal objetivo esportivo das temporadas.

O primeiro tempo do Bahia foi bastante promissor. Logo no minuto inicial da partida, Willian José marcou o primeiro. Aos 45, o camisa 12 fez o segundo em rebote de pênalti perdido por ele mesmo para ampliar. Os chilenos reagiram com Arnaldo Castillo, seguraram os tricolores e levaram a definição para a marca da cal. O goleiro Ronaldo chegou a pegar uma batida, mas o atacante Dell e o meio-campista Everton Ribeiro perderam as oportunidades e foram vilões na eliminação baiana.

A construção do placar favorável ao Botafogo foi parecida ao enredo do Bahia. Logo nos primeiros minutos de jogo, Alex Telles colocou o Glorioso em vantagem. Na última jogada da etapa inicial, Danilo aproveitou lance ensaiado de bola parada para ampliar. O 2 x 0 servia e os cariocas voltaram menos intensos do intervalo. Mesmo frágil, o Potosí chegou a carimbar a trave alvinegra. Os donos da casa não aproveitaram nenhum dos contra-ataques para ampliar, mas deixaram o Nilton Santos com a vaga na terceira fase da Libertadores assegurada.

LIGA DOS CAMPEÕES

Vinicius Junior bate o ponto do Real Madrid

Pierre-Philippe Marcou/AFP

Vini chuta cruzado para marcar o gol da vitória no Santiago Bernabéu

MARCOS PAULO LIMA

Há poucas certezas na vida. A presença do Real Madrid nas oitavas de final da Liga dos Campeões é uma delas. O recordista de títulos do principal torneio de clubes da Europa jamais foi eliminado antes dessa fase desde a temporada de 1992/1993, quando o torneio foi rebatizado de Copa dos Campeões para Uefa Champions League. São 30 edições e 30 classificações do colecionador de 15 troféus continentais. Ontem, Vinicius Junior bateu o ponto merengue na vitória por 2 x 1 contra o Benfica.

Vítima de injúria racial do meia argentino Gianluca Prestianni na partida de ida, em Lisboa, Vinicius Junior respondeu na bola. Ele inicia o lance do primeiro gol, marcado pelo volante francês Tchouaméni. Rafa Silva empata para o Benfica, mas o atacante brasileiro recebe lançamento do uruguaio Valverde na etapa final, invade a área pela esquerda e finaliza com taco de sinuca no canto esquerdo do goleiro Trubin. Vini formou par de ataque com Gonzalo Garcia. Mbappé ficou fora do jogo. Vini mais uma vez assumiu o protagonismo. São seis gols em 25 dias. Igualou a série da temporada de 2023/2024. Pode quebrar a marca contra o Getafe no fim de semana pelo Espanhol.

O sorteio de amanhã das oitavas de final da Champions League, às 8h, em Nyon, na Suíça, tem todos os clubes definidos. A Inglaterra quebrou recorde de times entre os 16 com seis representantes: Arsenal, Liverpool, Tottenham, Chelsea, Manchester City e Newcastle. A Espanha emplacou Real Madrid, Barcelona e Atlético de Madrid. A Alemanha avança com Bayern de Munique e Bayer Leverkusen.

As outras nações representadas na próxima fase são: Portugal (Sporting), Noruega (Bodo/Glimt), Itália (Atalanta), França (PSG) e a Turquia (Galatasaray).

ESPORTES

COPA DO BRASIL Pênaltis traçam os destinos dos candangos na segunda fase: Capital avança, enquanto Gama e Ceilândia caem

Os caprichos da marca da cal

MEL KAROLINE*

Os destinos dos três times do Distrito Federal na segunda fase da Copa do Brasil foram traçados em decisões por pênaltis, com dois desfechos. Primeiro a entrar em campo na quarta de gala para o combalido futebol do Quadradinho, o Capital desbancou o Juazeirense na Bahia por 3 x 1 na marca da cal. O finalista das últimas duas edições do Campeonato Candango era inspiração para Ceilândia e Gama, mas Gato Preto e Periquito não estiveram na mesma sintonia do conterrâneo e se despediram do segundo torneio mais importante do país, ao caírem diante de Jacuipense e Goiás, respectivamente.

Além de assegurar a classificação à terceira fase da Copa do Brasil, o Capital encerrou o trauma de decisões por pênaltis. Finalista das últimas duas edições do Campeonato Candango, o Coruja foi derrotado no desempate por Ceilândia em 2024 (4 x 3) e Gama em 2025 (3 x 1). Com o avanço ao terceiro mata-mata da Copa do Brasil, o Capital embolsa R$ 950 mil em premiação. Pela estreia na segunda fase, o Coruja recebeu R$ 830 mil. No total, são mais de R$ 1,7 milhão de recompensa.

O próximo adversário do Capital na Copa do Brasil sairá do confronto entre Betim e Operário-PR, em 4 de março, em Minas Gerais. Antes de voltar a pensar no mata-mata nacional, o time de Brasília retorna as atenções ao Campeonato Candango. No sábado, às 16h, recebe o líder Gama pela última rodada no Estádio JK. Quarto colocado, o Coruja depende das próprias forças para avançar à semifinal, mas precisa da vitória. Hoje, o que sustenta o time na última posição do G-4 é o saldo de gols de nove contra dois do Sobradinho (5º).

Também contra adversário baiano, mas em casa, o Ceilândia teve noite para esquecer no Abadião. O tricampeão do Distrito Federal saiu atrás no primeiro tempo, mas empatou com Marquinhos. Na definição por pênaltis, acertou apenas uma das três concedidas, com Cabralzinho. Robert e Fabinho desperdiçaram.

Embora enfrentasse o Goiás, o adversário de nível técnico mais exigente, o Gama entrou em campo sob grandes expectativas em um Estádio Bezerrão com 11.500 presentes para renda de R$ 470 mil. O recordista de taças do Campeonato Candango bateu de frente com uma equipe de Série B. Teve volume, chances e, por capricho, não teve placar superior ao empate por 2 x 2 no tempo regulamentar. Ramon e Davi Lucas marcaram para os candangos, enquanto Anselmo Ramón e Cadu, a dois minutos do fim, marcaram para os goianos.

Mesmo com a derrota, os torcedores do Gama, que lotaram os três setores disponíveis no Estádio Bezerrão, orgulharam-se da exibição do time e da campanha de retorno à Copa do Brasil, após cinco anos. Não faltou festa, com bandeiras, balões e homenagem nas arquibancadas para o ilustre torcedor José dos Santos Cavalcante, o Palhaço Pirulito, morto em 2020.

***Estagiária sob a supervisão de Victor Parrini**

R$ 950 MIL

embolsou o Capital em premiação. Clube acumula mais de R$ 1,7 milhão pela participação no torneio

Ed Alves/CB/D.A. Press

Gama estava com o pé calibrado até a quinta e última cobrança, de Lucas Piauí, defendida por Tadeu

Capital SAF/Divulgação

A alegria da delegação do Capital após a classificação à terceira fase

---

BRASILEIRÃO

Sob pressão, Santos e Vasco se enfrentam

Os torcedores andam muito irritados com as péssimas temporadas de Santos e Vasco. Eliminado nas quartas de final do Paulistão, o Peixe não engrena e nem mesmo a volta de Neymar em uma partida completa foi suficiente para evitar novo vexame, na queda para o Novorizontino. O Gigante da Colina não tem mais o maestro Philippe Coutinho e está em busca de um treinador desde a demissão de Fernando Diniz, após a derrota por 1 x 0 no jogo de ida semifinal do Carioca para o Fluminense. Hoje, às 19h, as equipes se encontram na Vila Belmiro, em busca da primeira vitória na Série A do Brasileirão. SporTV e Premiere transmitem o confronto.

Ainda revoltado com a goleada sofrida por 6 x 0 no último encontro, o Santos entra em campo pensando em revanche. Após três rodadas, estão na zona de rebaixamento (com apenas um ponto) e necessitam de reação.

Cada vez mais pressionado no cargo, o técnico santista Juan Pablo Vojvoda aposta todas as fichas em Neymar. "Está muito bem fisicamente. Eu, sinceramente, confio muito nele. O jogo dele vai evoluir a cada partida e vai estimular os outros jogadores e a ele mesmo para alcançar os objetivos, seja no Santos ou na seleção", afirma o comandante, que deve abrir mão do quarteto ofensivo contra os cariocas.

Autor do gol do Santos diante do Novorizontino, no domingo, Gabriel Bontempo deve aparecer no meio ao lado de William Arão e Gabriel Menino, dando mais liberdade para Neymar armar o jogo para os atacantes e também ter possibilidade de chegar mais na frente, o que não ocorreu nas quartas do Paulistão.

O Vasco por mais um ano larga no Brasileirão sem ter o que comemorar. Nos últimos anos, vem escapando da queda no sacrifício e havia prometido um 2026 diferente. Mas somou somente um ponto, está entre os piores e juntando os cacos. Bruno Lazaroni dirigirá a equipe de maneira interina enquanto um substituto não é anunciado.

O comandante promete modificações na escalação, mas esconde qual time utilizará na Vila Belmiro. Thiago Mendes está recuperado de lesão e pode ser novidade. Hinestroza foi testado entre os titulares na vaga do questionado português Nuno Moreira, cada vez mais cobrado pela torcida, que também declarou toda sua ira com o lateral Lucas Piton.

O jogo pode definir o futuro treinador do Vasco, já que o clube monitora Juan Pablo Vojvoda caso as tratativas com Renato Gaúcho não avancem. Um triunfo na Vila Belmiro pode deixar o argentino livre no mercado. Preferido da diretoria vascaína, o português Artur Jorge, ex-Botafogo, manifestou o desejo de seguir no Al-Rayyan, do Catar.

Raul Baretta/Santos

Recuperado de lesão, Neymar será titular pela segunda vez em 2026

SÉRIE A

		P	J	V	E	D	GP	GC	SG
LIBERTADORES	1º Palmeiras	10	4	3	1	0	12	5	7
	2º São Paulo	10	4	3	1	0	6	2	4
	3º Corinthians	7	4	2	1	1	5	3	2
	4º Bahia	7	3	2	1	0	4	2	2
	5º Fluminense	7	4	2	1	1	5	4	1
	6º Athletico-PR	7	4	2	1	1	4	3	1
	7º Bragantino	7	4	2	1	1	3	3	0
	8º Grêmio	6	4	2	0	2	8	8	0
	9º Chapecoense	5	3	1	2	0	8	6	2
	10º Mirassol	5	3	1	2	0	6	5	1
	11º Flamengo	4	3	1	1	1	4	4	0
	12º Coritiba	4	4	1	1	2	5	6	-1
	13º Botafogo	3	3	1	0	2	7	6	1
	14º Vitória	3	3	1	0	2	4	7	-3
	15º Remo	3	4	0	3	1	6	8	-2
	16º Atlético-MG	2	4	0	2	2	6	8	-2
REBAIXADOS	17º Internacional	2	4	0	2	2	3	6	-3
	18º Cruzeiro	2	4	0	2	2	4	9	-5
	19º Vasco	1	3	0	1	2	2	4	-2
	20º Santos	1	3	0	1	2	4	7	-3

4ª RODADA

Ontem

Bragantino 1 x 1 Athletico-PR
Remo 1 x 1 Internacional
Coritiba 0 x 1 São Paulo
Cruzeiro 1 x 1 Corinthians
Palmeiras 2 x 1 Fluminense
Grêmio 2 x 1 Atlético-MG

Hoje

19h Santos x Vasco

Adiados

Flamengo x Mirassol
Botafogo x Vitória
Bahia x Chapecoense

Palmeiras segue líder e invicto

Haverá um Choque-Rei no domingo, às 20h30, pela semifinal em jogo único do Campeonato Paulista, e existe uma disputa particular entre Palmeiras e São Paulo pela liderança do Brasileirão após quatro rodadas. Ontem, o tricolor bateu o Coritiba por 1 x 0 no Couto Pereira e jogou a pressão para o rival contra o Fluminense. Com cabeça fria e coração quente, a companhia alviverde venceu por 2 x 1 e se manteve na ponta devido ao saldo de gols.

Palmeiras e São Paulo têm, cada, três vitórias e um empate. Porém, o alviverde coleciona saldo positivo de sete contra quatro do vizinho. Ontem, a trupe orquestrada por Abel Ferreira deu indícios de que poderia aplicar uma goleada ao abrir 2 x 0 com 14 minutos de jogo, após intervenções de Vitor Roque e Allan. Entretanto, o Fluminense equilibrou antes do intervalo com Lucho Acosta.

O duelo na Arena Barueri marcou o reencontro de Jhon Arias com o Fluminense. Campeão da Libertadores pelo tricolor carioca em 2023, o meia-atacante entrou no segundo tempo no lugar de Flaco Lopez. Contribuiu com bons passes e movimentações, mas nada de gol ou assistência.

Autor do primeiro gol e responsável por colocar uma bola no travessão, Vitor Roque comentou o triunfo. "Pode-se dizer que começamos com 2 x 0, mas, às vezes, o time baixa sem querer. Acontece. Seguir trabalhando para melhorar e buscar a liderança, sempre", comentou em entrevista à tevê Globo.

O gol de pênalti marcado por Cauly ampliou para oito jogos a invencibilidade do São Paulo, com cinco vitórias seguidas. O último tropeço foi justamente contra o Palmeiras, por 3 x 1, pela primeira fase do Campeonato Paulista.

No reencontro do técnico Tite com o Corinthians, prevaleceu o empate por 1 x 1, mas com sentimento de derrota para o Cruzeiro. Pressionada por um empate e duas derrotas nos primeiros compromissos na Série A, largou na frente no Estádio Mineirão com golaço de Matheus Pereira, chegou a ampliar com Kaio Jorge, em posição de impedimento, mas viu o atual campeão da Copa do Brasil empatar aos 32 minutos da etapa final, com o zagueiro João Pedro Tchoca.

O resultado é considerado positivo, pois alguns titulares, como Memphis Depay e Rodrigo Garro, foram poupados na maior parte do jogo. O time treinado por Dorival Júnior assume provisoriamente a terceira colocação. A única derrota foi para o Bahia, na estreia, por 2 x 1.

Em Bragança Paulista, Red Bull Bragantino e Athletico-PR empataram por 1 x 1. O placar foi o mesmo na visita do Internacional ao Remo no Estádio Mangueirão. Em Porto Alegre, o Grêmio derrotou o Atlético-MG por 2 x 1.

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Mercúrio inicia aproximação à Terra. Hoje é aquele dia em que as redes sociais fazem da aproximação de Mercúrio à Terra um espetáculo, com algumas pessoas fazendo piadas, que são sempre bem-vindas, porque rir dessa realidade distorcida em que existimos continua sendo o melhor remédio, e com outras instigando medo e ansiedade, porque elas mesmas são medrosas e ansiosas. Fato é que os tempos mudam e nossa humanidade é na atualidade mais conhecedora, tendo, por isso, maior capacidade de interpretar os eventos estelares do que os antigos, que viam na retrogradação, que é uma ilusão de ótica da aproximação dos planetas à Terra, augúrios catastróficos. Repetir cegamente as interpretações dos antigos é o mal inadvertido que produzem as pessoas que, ansiosas por fazer um espetáculo nas redes sociais, desorientam, em vez de orientar.

ÁRIES
21/03 a 20/04

Procure não levar muito a sério esses murmúrios que chegam aos seus ouvidos, com potencial de atrapalhar bastante seus planos, porque no fim das contas, nada disso vai acontecer e tudo não passará de fofoca. Em frente.

TOURO
21/04 a 20/05

Como o mundo anda de ponta-cabeça e esse nada mais é do que as pessoas que o compõem, não é de admirar que você experimente tantas contrariedades no trato com as pessoas de seu interesse. Confie, tudo se resolve.

GÊMEOS
21/05 a 20/06

Agora, que sua alma está mais exposta do que o habitual e as pessoas dependem de suas decisões, é quando se torna mais pesado o fardo que você carrega. Na hora de colocar as decisões sobre a mesa acontece o alívio.

CÂNCER
21/06 a 21/07

É possível que haja erros de comunicação, mas nem sequer isso há de ser tomado como justificativa para os abusos que as pessoas cometem, levantando seu santo nome em assuntos para os quais você não se dispôs.

LEÃO
22/07 a 22/08

Alguns assuntos que pareciam bem amarrados mostram agora as pontas que ficaram soltas, e apesar de que a situação dá nos nervos, vai servir para você construir um domínio mais consistente. Males que vêm por bem, como sempre.

VIRGEM
23/08 a 22/09

Os ajustes de contas se mostram mais difíceis do que você imaginava, porém, vale a pena continuar em frente, porque logo mais o cenário vai desanuviar e seus projetos deslancharão com relativa facilidade.

LIBRA
23/09 a 22/10

Aquilo que parecia que ia decolar e se tornar protagonista do momento, agora sofre demoras e contratempos, sinalizando que a situação não era tão interessante quanto parecia no início. Cenas dos próximos capítulos.

ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

Talvez não seja oportuno, neste momento, você se movimentar com a alma orientada pela satisfação dos desejos, mas, ao contrário, permitir que as necessidades sejam supridas, mesmo que não seja esse seu desejo.

SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

Aquilo que andava bem pode desandar um pouco, mas isso não há de se converter num drama, porque é algo passageiro. Portanto, mantenha sua confiança em que tudo continua correndo da melhor forma possível.

CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

É bastante normal que os desejos e as necessidades não convirjam, mas é justamente aí que a alma deve intervir com seu livre arbítrio, para decidir a que dar mais atenção, se aos desejos ou às necessidades.

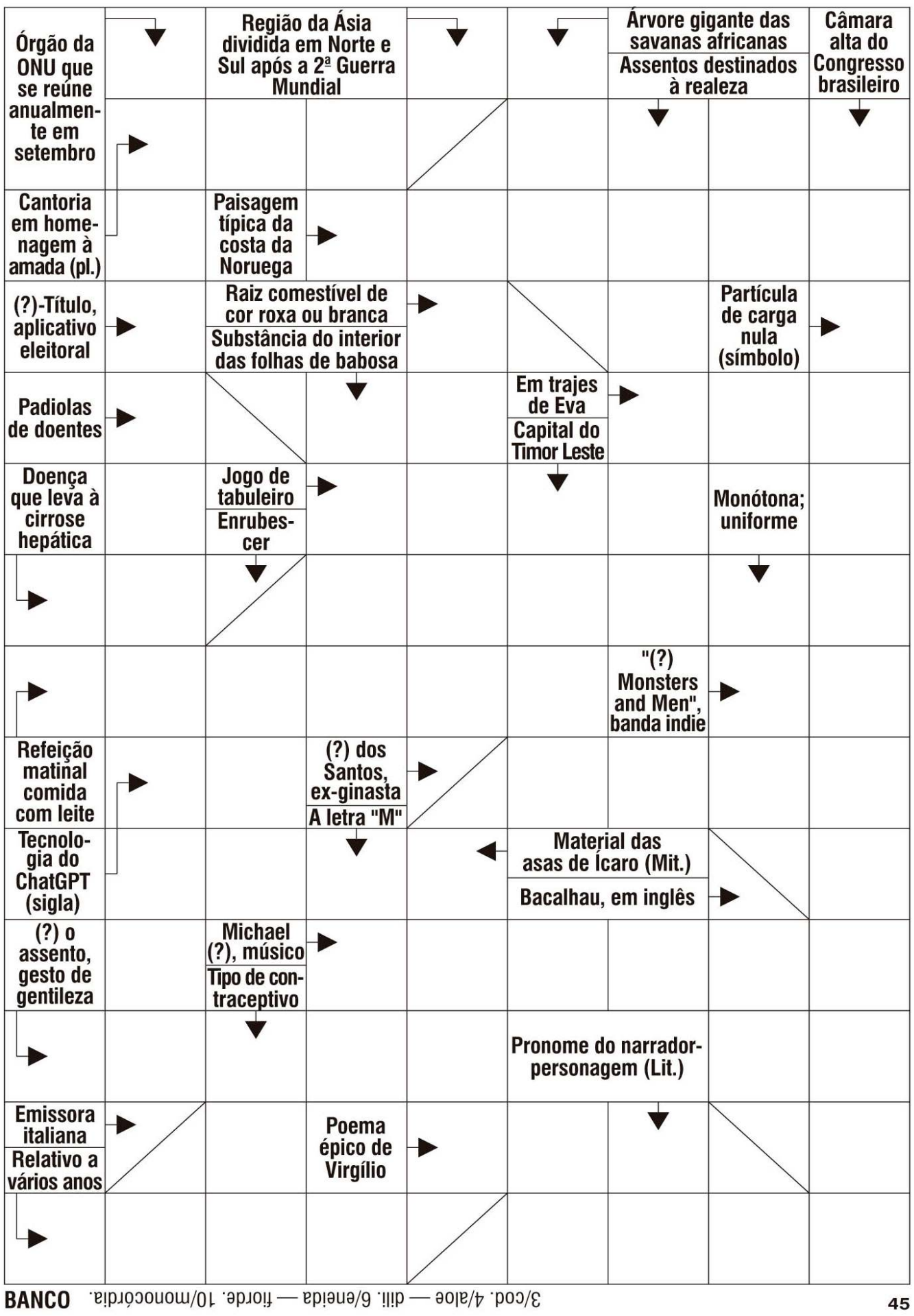
AQUÁRIO
21/01 a 19/02

Por mais que os avanços financeiros sejam menores do que os pretendidos, ainda assim servirão para sua alma se sentir mais segura e confortável lidando com os assuntos financeiros, que tanta dor de cabeça provocam.

PEIXES
20/02 a 20/03

Nada nem ninguém pode obrigar você a usar o discernimento, isso é algo que você precisa decidir interiormente, diante do cenário que desorienta pelo excesso de estímulos e alternativas. A decisão é toda sua.

CRUZADAS



BANCO 3/cod. 4/aloe — dili. 6/enelda — fiorde. 10/monocórdia. 45

© Ediouro Publicações — Licenciado ao **Correio Braziliense** para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

		C A			D			C
	P	R	E	F	A	C	I	O
C	A	R	T	E	L			N
	L	E G		B	A	Q	U	E
	M	A	D	R	I		R	X
	I	D	A D	E			E	Ã
	T	O		M	O	N	T	O
F	O	R	M	A	T	U	R A	
	J			C	O	S		N
Q	U	O	R	U	M		A	T O
	Ç		B U	L	I	M	I	A
P	A	T	I	O		A		R
	R	E		S	I	R I	R	I
C	A	L	H	A	M	A	Ç	O

SUDOKU DE ONTEM

4	5	1	6	3	2	9	8	7
9	6	3	7	4	8	5	2	1
8	7	2	9	1	5	6	4	3
6	8	7	2	5	1	4	3	9
2	4	9	3	8	6	1	7	5
1	3	5	4	9	7	2	6	8
7	9	8	5	6	4	3	1	2
5	1	4	8	2	3	7	9	6
3	2	6	1	7	9	8	5	4

OBITUÁRIO

Adeus a Nelson Rodrigues Filho

Arquivo

Nelsinho Rodrigues: ele foi importante na preservação do acervo do pai

» JOÃO PEDRO CARVALHO*

O diretor de teatro e produtor cultural Nelson Rodrigues Filho, o Nelsinho, morreu ontem, no Rio de Janeiro. Ele tinha 79 anos e sofria, desde 2016, as sequelas de um acidente vascular cerebral (AVC). Ainda não há confirmação oficial da causa da morte.

Nelsinho foi um dos responsáveis por fundar o bloco do Barbas, no bairro de Botafogo, em 1985, que ajudou na retomada do carnaval de rua do Rio de Janeiro. O também roteirista foi militante do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), de oposição à ditadura militar no Brasil. Ele ficou preso durante sete anos e, em entrevistas, costumava dizer que permaneceu vivo graças ao prestígio do pai com os militares.

Nelsinho também herdou a paixão tricolor do pai. Em nota, o clube carioca prestou homenagem ao diretor. "O Fluminense Football Club lamenta profundamente a partida de Nelsinho Rodrigues e deseja muita força à família, aos amigos e fãs".

Diferentemente da imagem conservadora que muitos atribuíam ao pai, Nelsinho seguiu caminhos de militância política que o levaram ao cárcere durante os anos de chumbo. Sua prisão e as torturas que sofreu foram um dos poucos temas capazes de dobrar a firmeza de Nelson pai, que moveu mundos e fundos, recorreu inclusive a contatos no alto escalão militar, para garantir a integridade do filho.

Nelsinho também atuou como um pilar fundamental na organização e defesa do acervo de Nelson Rodrigues e garantiu que as peças e crônicas do pai permanecessem acessíveis e compreendidas pelas novas gerações.

***Estagiário sob a supervisão de Severino Francisco**

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

ENQUANTO A MORTE NÃO CHEGA

Vou curtindo a morte todo dia
Entre goles de cerveja gelada
E tira gostos proibidos pelo cardiologista
Que a vida se vivida é mortal
A fome de ver põe meus olhos de plantão
Crivados nas belezas da natureza
E nas cores de cada estação
Enquanto a morte se atrasa
Vou curtindo uma letra de canção
Um versinho despretensioso
A beleza solidária da minha mulher
E o abraço cúmplice dos amigos
Aí fico horas e horas encarando a esquina
Na aconchegante solidão de uma mesa de bar
Entre goles de cerveja gelada
E tira gostos proibidos pelo cardiologista

Climério Ferreira

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

	1							
			9		3		6	
6					8		5	2
	5				9			
2								7
		4	8					3
8			7	5	4	2		
9						1		
	7	5						

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

cultura.df@dabr.com.br
3214-1178/3214-1179
Editor: José Carlos Vieira
josecarlos.df@dabr.com.br

Correio Braziliense
Brasília, quinta-feira, 26 de fevereiro de 2026

HISTÓRIAS REPASSADAS PELO...

Amor, morte e resgate do passado estão estampados nos filmes *Sirât*, *Elvis Presley in concert* e... ...*A história do som*, que chegam aos cinemas. Num lançamento nacional, a vitalidade de Rosamaria Murtinho brilha

» RICARDO DAEHN

Não só de imagem: o cinema contempla o som, e numa potência absolutamente alta, diante das atrações programadas para a telona, nas estreias alinhadas nesta semana. Das pistas abertas de festas eletrônicas até os shows setentistas de alcance estratosférico, passando ainda por uma relação delicada e bastante assentada na capacidade musical. Esses temas estão presentes nos filmes *Sirât*, *EPiC: Elvis Presley in concert* e *A história do som*.

No encalço das premiações do nacional *O agente secreto*, desde a disputa no Festival de Cannes do ano passado, o longa espanhol *Sirât* chega em cartaz selecionado como o representante espanhol na 98ª edição do Oscar, dentro da disputa de melhor filme internacional. "Você consegue imaginar sua morte, dançando?", já questionou o diretor Oliver Laxe, que, aos 43 anos, despontou no cenário internacional, com a proposta de fazer um filme sobre a morte.

Quarto longa-metragem de Laxe, *Sirât* se descreve, no título, como "um caminho" e, por enquanto, faturou categorias do European Film Awards de melhor escalação de elenco, melhor fotografia (Mauro Herce) e ainda melhor edição (Cristóbal Fernández). Além da vitória do Prêmio do Júri no Festival de Cannes, o longa está no Oscar (com vencedores divulgados em 15 de março) também na disputa pelo melhor som.

Fortemente ligado à elementos da contracultura e de vivências alternativas, *Sirât* é ambientado no Marrocos, durante a travessia de diferentes personagens pelo Saara. Sergi López, ator profissional que dá vida ao personagem Luis, comanda a trama de angústias, vivendo o pai de Esteban (Brúno Nuñez), ambos detidos na circulação entre nômades que buscam diversão das raves em pleno deserto.

Na missão da dupla está o desejo de buscar a extraviada parente Mar, outrora entretida nos festejos deserto adentro. "Ainda estou vivo, com uma perna a menos, mais ainda por aqui", já disse em entrevistas o ator de ocasião Tonin Janvier, integrado ao elenco. Jade Oukid, com mais de 20 anos nas pistas, também defende a origem turca, num projeto em que ficou receosa, dada a abordagem pela mídia das festas rave. Steffania Gadda, a Stef, é outra personagem incorporada à trama.

Imagem Filmes/Divulgação

***A história do som*: notas de um escândalo**

Resgate vocal

Anos depois de reconhecido por filmes como *Romeo + Juliet*, *Moulin Rouge!* e *O grande Gatsby*, o australiano Baz Luhrmann investiu, em 2022, na conclusão de *Elvis*, cinebiografia com Austin Butler e Tom Hanks. Durante a pesquisa para o filme, despontou o material do documentário *EPiC: Elvis Presley in Concert*, que chega aos cinemas. Com raros ou inéditos registros de arquivo, o filme traz segmentos dos shows *Elvis: That's the way it is* e *Elvis on tour*.

Rolos de filme em 35mm e 8mm foram localizados pela Warner, e assim, o cantor interessado por gospel, blues e country voltou a brilhar na telona, no Festival de Toronto de 2025. Desde os ensaios até a gana do contato com o público, Elvis aparece em shows em Las Vegas, transcorridos desde 1969 e ao longo de sete anos, com uma maratona condensada em média de dois shows diários. O restauro estrutura um filme com pouco mais de 90 minutos e que investe ainda, em parte, no período no Havaí, em 1957, quando Elvis desponta com comentado paletó dourado.

Notas de amor

O gosto pela ideia de "uma escuta ativa" junto com o sabor de testemunhar o silêncio levou o diretor sul-africano Oliver Hermanus à criação de *A história do som*, estrelado pelos atores Josh O´Connor e Paul Mescal e que, na tela, dão vida aos apaixonados David e Lionel, respectivamente. Com filmagens que demandaram circulação pelos Estados Unidos, Reino Unido e Itália o investimento financeiro, por pouco, não se tornou empecilho. "É uma produção de época e viajamos pelo mundo todo", explicou o diretor, em entrevista ao Screen Daily.

Como inspirações, o cineasta buscou *Cinzas no paraíso* (1978) e *O paciente inglês* (1996). Entre relacionamentos platônicos e a interferência do "se" no destino dos personagens, o ator Paul Mescal contou à imprensa estrangeira sobre a experiência de incorporar um personagem associado à tristeza e ciente da aceitação de uma dor: "É fato que existiu um grande amor", avaliou, ao falar do roteiro elaborado pelo escritor Ben Shattuck.

Na tela, o filme, que competiu a prêmios no mais recente Festival de Cannes, é impulsionado pelo encontro do cantor do Kentucky Lionel e o estudante de composição David, às vésperas dos anos de 1920, no Conservatório de Música de Boston. "Convivi com séries de músicas, que geraram inúmeras versões. Nisso, tive a percepção das diferenciadas tonalidades e arranjos que elas geram", comentou o diretor à revista *Newsweek*. A jornada da coleta de infinitas canções folclóricas aproximou, amorosamente, David e Lionel. "Embora o material do filme seja bastante denso, a sensação a que associei o trabalho com o diretor foi o de ir à casa de um amigo, numa sexta-feira, depois da escola", observou Mescal ao *Screen Daily*. "Não se trata de atuação ou exibicionismo, mas sim de se conectar de fato com músicas", completou o artista.

Universal/Divulgação

***EPiC: Elvis Presley in Concert*: pérolas do passado**

Elo Studio/Divulgação

***É tempo de amoras*: uma despedida serena e poética**

HORIZONTE PERPÉTUO

São décadas de acúmulo de presenças no audiovisual das mais variadas, que vão da Princesa Isabel até um apanhado forte de personagens identificados pelos espectadores de novelas como *A próxima vítima* e *Pecado capital*, além das revolucionárias *Pantanal* e *Kananga* do Japão. Com toda a experiência e o diálogo anterior com reconhecimento entre espectadores, à época, jovens, de *Estrela-Guia* e ainda de *Chocolate com pimenta*, a atriz Rosamaria Murtinho chega aos 93 anos tateando a ampliação de público. "Acredito que este novo filme (*É tempo de amoras*) traz algo muito importante. Todos estão muito esquecidos dos atores da terceira idade. Parece que não existimos mais e, muito pelo contrário, estamos prontos para trabalhar", comemora a atriz, em entrevista ao **Correio**.

Rosamaria cita colegas como Laura Cardoso, Zezé Motta e Irene Ravache — "são pessoas muito ativas ainda na profissão e que sempre me dão alegria de poder vê-las", pontua. A familiaridade junto às crianças espectadoras promete ser ampliada com o longa assinado por Anahí Borges. No filme, Pasqualina é a personagem de Rosamaria que, ao acaso, afirma uma amizade com a pequena Petrolina (ou Pety), personagem de Analu Reis. "A experiência com a Analu foi muito boa.

Não dá para ver a diferença entre nós (em termos de contrastes de experiência) porque, na hora em que estamos representando, são duas atrizes em cena — fazemos o jogo sem ficar avaliando idade. São duas atrizes profissionais ali, juntas", comenta a atriz. Prêmios na Áustria e nos Estados Unidos cercam a produção que trata de proteção e de afeto. "Acho que o passado traz com ele a minha história, e ela tem que estar naturalmente associada a mim", comenta a intérprete.

No filme, há ainda a presença do personagem de Rafael Pereira, que realimenta os laços de Petrolina e de Pasqualina. Na vida pessoal, qual seria o segredo de tanta longevidade e vitalidade? "Realmente, não sei dizer. Eu apenas vivo, não fico pensando em morte ou em coisas ruins — eu vivo minha vida. Vou aos médicos, me cuido — sou muito atenta à minha saúde", desconversa a atriz. Formando um casal admirado, com extensa carreira, desde 1959, Rosamaria está casada com Mauro Mendonça. "O Mauro costuma dizer uma coisa muito engraçada (sobre nós): 'sempre foi uma luta, mas ninguém ganhou a guerra', diverte-se.

Elo Studio/Divulgação

***É tempo de amoras*: uma despedida serena e poética**

Editora
Ana Maria Campos
anacampos.df@dabr.com.br
Tel. 3214-1344

Justiça sob questionamento

Maria Eduarda Lavocat

Por meio de nota, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) anunciou, ontem, que o desembargador Magid Nauef Láuar recuou e decidiu manter a decisão de 1ª instância que condenou um homem de 35 anos a nove anos e quatro meses de prisão por estuprar uma menina de 12 anos.

O caso teve início em 2024, quando o Conselho Tutelar de Indianópolis (MG) recebeu a denúncia de que a adolescente havia deixado de frequentar a escola. Durante as investigações, constatou-se que ela estaria morando com o homem de 35 anos e mantendo uma espécie de relacionamento conjugal, com a anuência da mãe. O Ministério Público foi acionado e ofereceu denúncia, sustentando a prática de estupro de vulnerável, crime caracterizado pela manutenção de conjunção carnal ou ato libidinoso com menor de 14 anos, independentemente de consentimento.

O réu e a mãe da vítima haviam sido condenados. No entanto, o que parecia ser o desfecho do caso tomou outro rumo. Em 25 de março de 2025, a defesa apresentou recurso questionando a decisão anterior, e, em agosto, o processo foi encaminhado ao relator, o desembargador Magid Nauef Láuar. Em 13 de fevereiro, a 9ª Câmara Criminal Especializada do TJMG votou pela absolvição de ambos.

Ao fundamentar o voto, o relator afirmou que a vítima e o homem mantinham "uma relação análoga ao matrimônio, fato este que seria do conhecimento de sua família". Segundo ele, o relacionamento não teria sido marcado por violência, coação ou fraude, mas por um vínculo afetivo de forma pública na comunidade. O voto a favor da absolvição foi seguido pelo seu colega de turma, Walner Barbosa Milward de Azevedo, compondo a maioria. A única contrária foi a desembargadora Kárin Emmerich, também integrante da 9ª Câmara Criminal do TJMG.

A lei estabelece pena de 8 a 15 anos de reclusão e é objetiva ao afirmar, no parágrafo 5º, que as penas aplicam-se independentemente do consentimento da vítima ou de ela ter mantido relações sexuais anteriormente. Segundo o MPMG (Ministério Público de Minas Gerais), essa diretriz visa tratar a dignidade sexual de crianças como um bem jurídico indisponível, que não pode ser relativizado por suposto consentimento ou anuência familiar.

Pacifico/CB/D.A Press

Porém, para o magistrado, a análise da tipicidade penal não pode se restringir ao plano formal da lei. Ele sustentou que é necessário avaliar a efetiva lesividade da conduta, sob a ótica dos princípios da ofensividade, da proporcionalidade e da intervenção mínima do direito penal.

O advogado, professor em direito penal e coordenador do núcleo de direito penal da Dotti Advogados, Gustavo Scandelari, explica que, antigamente, houve precedentes, sempre minoritários, em sentido semelhante ao da decisão de TJMG. "Mas nunca vi algum caso de absolvição em que houvesse tamanha diferença de idade", conta.

Segundo ele, em 2018, o Código Penal foi alterado para estabelecer que o crime exista "independentemente do consentimento da vítima ou do fato de ela ter mantido relações sexuais anteriormente ao crime", justamente porque estes eram alguns argumentos usados em casos excepcionais para absolver. Mas antes disso, a matéria já estava pacificada no STJ, com o Tema Repetitivo 918 (2015) e a Súmula 593 (2017).

Dessa forma, há mais de uma década a jurisprudência predominante é no sentido de que a presunção de vulnerabilidade de menores de 14 anos de idade é absoluta, isto é, não admite exceções ou relativizações. "Isso significa que eventual consentimento da vítima, de seus pais, relacionamentos anteriores ou uma aparente constituição de família não afastam o crime de estupro. Eventual gravidez da vítima pode, inclusive, ser utilizada para aumentar a pena do réu", afirma o advogado.

Scandelari celebra a decisão do Ministério Público em recorrer foi. "Não conheço o recurso, mas certamente ele trouxe a jurisprudência mais atual e pontuou aspectos fáticos e legais que não poderiam ter sido ignorados. O TJMG decidiu bem ao restabelecer as condenações de primeira instância".

Repercussão

Desde que a absolvição do TJMG veio a público, o caso passou a gerar ampla repercussão e a manifestação de órgãos competentes. O corregedor nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell Marques, instaurou, no último sábado, um Pedido de Providências para apurar a atuação do tribunal e do desembargador Magid Nauef Láuar. Na decisão, o corregedor determinou que o tribunal e o magistrado prestem informações, no prazo de cinco dias, sobre os fatos veiculados em reportagens que apontam "a ocorrência de situações que devem ser devidamente esclarecidas". O procedimento tramitará sob sigilo, por envolver vítima menor de idade.

Além disso, o procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, Paulo de Tarso Morais Filho, afirmou que o Ministério Público recorrerá ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão. "O Ministério Público vai simplesmente cumprir o seu papel. Já o fez na primeira instância, ao processar criminalmente as duas pessoas que se entendiam responsáveis por essa situação que, para nós, é abominável e assim considerada pela lei", declarou. "Vamos tomar as providências necessárias para reverter essa decisão proferida em segunda instância", completou o procurador-geral.

Para Gustavo Scandelari, à luz da legislação e da jurisprudência atuais, não há sustentação para a absolvição. "Não vislumbro fundamentos absolutórios, apenas condenatórios, que estão expressos na literalidade do Código Penal e consolidados pela jurisprudência dominante", afirma.

Na segunda-feira desta semana, o TJMG instaurou procedimento administrativo para apurar denúncias de supostos casos de assédio sexual atribuídos ao desembargador Magid Nauef Láuar. Por meio de nota, o tribunal informou que recebeu uma "representação noticiando os fatos em questão" e que já determinou a abertura de procedimento para apuração de eventual falta funcional. O magistrado não se manifestou sobre as acusações.

A primeira denúncia partiu de Saulo Lauar, parente do desembargador, que afirmou, em suas redes sociais, ter sido vítima de uma tentativa de abuso sexual quando tinha 14 anos. "O ato só não se consumou porque eu fugi", afirmou em seu Instagram. Na mesma postagem, outra mulher também relatou ter sido vítima do que classificou como abuso praticado pela "mesma pessoa". Cássia Cláudia Fernandes afirmou que decidiu se manifestar após ler o relato de Saulo. "Ler seu relato não só doeu, mas me fez criar coragem, porque também fui vítima da mesma pessoa, há muitos anos", escreveu.

Com base nesses depoimentos, as deputadas Duda Salabert (PDT-MG), na esfera federal, e Bella Gonçalves (Psol), na Assembleia Legislativa, acionaram o CNJ para que investigue as denúncias. Bella Gonçalves informou ainda que levou o caso ao comando do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e solicitou o afastamento cautelar do desembargador até a conclusão das apurações. Já Duda Salabert afirmou que, além dos dois relatos divulgados nas redes sociais, recebeu pelo menos outras duas denúncias semelhantes.

Data Venia

Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Divulgação/TJGO

Pena por assédio sexual

Denúncias de assédio sexual envolvendo magistrados têm repercutido com seriedade. O desembargador Orloff Neves Rocha, do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO), foi aposentado compulsoriamente por assediar uma colaboradora do órgão. As acusações foram julgadas procedentes por unanimidade pelos conselheiros e pelas conselheiras do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nesta semana. Em abril de 2021, o magistrado, às vésperas de sua aposentadoria voluntária, pediu atendimento técnico para a formatação de computador de seu gabinete. A demanda foi atendida por uma colaboradora terceirizada do tribunal. Entre os atos de assédio, ele propôs um encontro fora do tribunal e tentou beijá-la. Ela registrou uma denúncia na delegacia, sob o crime de importunação sexual, que prevê pena de um a cinco anos de detenção.

Palavra da vítima

Para o relator do Processo Administrativo Disciplinar, conselheiro João Paulo Schoucair, a conduta violou os deveres impostos à magistratura, com afronta aos deveres de integridade, dignidade, honra e decoro, configurando a prática de assédio sexual. Ele também reafirmou a importância da palavra da vítima, apesar de o fato ter ocorrido em ambiente reservado. Em seu voto, Schoucair indicou que a aposentadoria voluntária deve ser transformada em aposentadoria compulsória, o que foi acompanhado pela maioria.

Reprodução/Youtube

Bancada do PT pede que MP e Procuradoria impeçam participação de Vorcaro nas decisões do BRB

A bancada do PT na Câmara Legislativa protocolou representações dirigidas ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e à Procuradoria-geral do DF com o pedido de que sejam adotadas medidas judiciais e, se for o caso, também administrativas para buscar a indisponibilidade das ações do BRB adquiridas pelo banqueiro Daniel Vorcaro e seus prepostos. Pedem também que Vorcaro e representantes de empresas vinculadas ao ex-CEO do Banco Master sejam impedidos de participar de assembleias de acionistas do BRB. O objetivo é recompor integralmente o patrimônio do BRB e impedir que decisões sejam influenciadas pelo grupo sob investigação na Operação Compliance Zero. Assinam as representações os deputados distritais Chico Vigilante, Ricardo Vale e Gabriel Magno, do PT.

"Triangulações nebulosas"

Nas representações, a bancada petista afirma que, em 2024 e 2025, o BRB realizou um processo de aumento de capital que resultou na participação de Vorcaro, seus sócios e veículos de investimento por ele comandados na aquisição de ações ordinárias e preferenciais da instituição. Segundo indica investigação da PF, citada pelos parlamentares, esse aumento de capital foi conduzido por meio de "triangulações nebulosas", com o intuito de dificultar a identificação dos verdadeiros interessados nas ações do BRB. "Tais manobras, aliadas a uma relação irregular e sob forte conflito de interesses, permitiram a participação do banqueiro Daniel Vorcaro no capital social do BRB. A gravidade da situação foi potencializada pelo fato de que, à época, o BRB, sob a presidência de Paulo Henrique Costa, adquiriu carteiras de crédito fraudulentas do Banco Master e, em paralelo, tentou conduzir uma fusão corporativa entre as duas instituições", apontam os deputados. Os deputados sustentam que, nesse cenário de inúmeras incertezas, o BRB publicou no Diário Oficial do DF a convocação de uma Assembleia Geral de Acionistas para o dia 16 de março de 2026, para deliberar sobre o aumento de capital da instituição. "A participação de Daniel Vorcaro e seus representantes, cuja legitimidade e legalidade na aquisição de ações estão sob forte questionamento, em deliberações cruciais como essa, pode consolidar atos potencialmente ilícitos. A consumação de decisões tomadas com base em uma participação acionária viciada agravará o dano ao erário, dificultará a futura reparação e comprometerá a integridade do processo de governança corporativa do BRB", afirmam.

Capítulo final

Dayane Pires/CMRJ

Em 14 de março, a morte da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes completa oito anos. Mas agora a data chegará com um desfecho diferente. Aos olhos da Justiça, a pergunta para quem mandou matar Marielle está respondida. Os criminosos foram condenados a até 76 anos de prisão. E a motivação, segundo o relator, ministro Alexandre de Moraes, foi política, voltada à manutenção e à perpetuação de atividades ilícitas praticadas por grupos milicianos, especialmente nas regiões de Rio das Pedras, Osvaldo Cruz e Jacarepaguá. Segundo o ministro, a atuação parlamentar de Marielle e de integrantes do PSol contrariava interesses da organização criminosa liderada pelos irmãos Brazão. O assassinato, conforme o voto, teria sido determinado como forma de intimidação a opositores políticos.

"A Justiça humana não é capaz de apaziguar essa dor. Esse julgamento é apenas o testemunho tímido, quase constrangido da minha parte, da resposta que o direito pode dar diante da dor pungente e atroz que tem aqui a face da mãe, da filha, do filho, das viúvas, da trabalhadora que se afirma ter sobrevivido quando todo mundo tem o direito à vida e não à sobrevida. Esse processo, eu digo, presidente, me faz mal"

Ed Alves/CB/D.A Press

Ministra Cármen Lúcia, em seu voto no julgamento dos irmãos Frazão, condenados pela 1ª Turma do STF pela morte da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes

Eleição define novo integrante do Conselho Superior da Sociedade Rural Brasileira

Divulgação

A Sociedade Rural Brasileira (SRB) elegeu o advogado Wander Neto, 27 anos, como membro titular do Conselho Superior da entidade. A entidade foi fundada em 1919 e representa produtores rurais e empresas do setor agropecuário. Integrante do Bento Muniz Advocacia, escritório com sede em Brasília, o especialista em agronegócio cumprirá mandato de nove anos. O advogado foi eleito como o mais jovem integrante do colegiado.

Divulgação

Brasil global

A advogada Lara Selem, especialista em gestão estratégica de escritórios de advocacia, é a única brasileira no Conselho Consultivo de Preparação para o Futuro da Association of Legal Administrators (ALA), entidade internacional que reúne especialistas em administração e modernização de escritórios de advocacia. Ela tomará posse em abril para o biênio 2026–2028, em Washington.

Agência Brasil/Divulgação

Produtividade e longevidade

Foram mais de 25 anos de atividade judicante. O ministro Felix Fischer que morreu ontem superou a marca de 253 mil julgamentos, incluindo as decisões monocráticas e os votos proferidos nos processos que relatou. Além de ser o ministro mais longevo do STJ, Fischer foi o que mais processos julgou, entre todos os ministros que compõem a Terceira Seção da Corte.

Perfil

DESEMBARGADOR JAIR OLIVEIRA SOARES, futuro presidente do TJDFT

Quase 40 anos dedicados à magistratura

Ana Maria Campos

O desembargador Jair Oliveira Soares, 72 anos, será o presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) no biênio 2026-2028, a partir de 22 de abril. Atual presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF), o magistrado foi eleito pelo Pleno da Corte na sessão da última terça-feira (24).

Mineiro de Coromandel, cidade a 405 quilômetros de Brasília, o desembargador completará, em agosto, 38 anos no TJDFT. Ele tomou posse como juiz de direito substituto em 22 de agosto de 1988. Deverá deixar a magistratura, pela aposentadoria compulsória, aos 75 anos, com quatro décadas de trabalho no TJDFT.

Jair Soares escolheu ser juiz de direito do TJDFT entre várias opções que dispunha no serviço público. O mineiro foi aprovado em cinco complexos concursos públicos da carreira jurídica. O primeiro cargo foi como procurador federal do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), onde trabalhou de 1982 a 1987.

Focado em concursos, em 1987, ele passou para promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), a mesma seleção que aprovou, também, o hoje ministro Rogério Schietti, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Nesse ano, Soares ingressou no Ministério Público Federal, como procurador da República, na mesma turma do procurador-geral da República, Paulo Gonet, e dos antecessores dele, Augusto Aras e Raquel Dodge.

Enquanto trabalhava no MPF em Brasília, acabou sendo nomeado em 1988 pelo então presidente José Sarney para a vaga conquistada para exercer a função de juiz federal. Teria, no entanto, de se mudar para o Rio de Janeiro. Ele não topou. Optou por permanecer como procurador da República, até que uma outra nomeação, também a partir de concurso, surgiu: a de juiz de direito substituto do TJDFT.

A partir daí, ele fincou pé. Parou de fazer provas e se dedicou totalmente à magistratura. Acredita que foi uma escolha iluminada por Deus. Começou como substituto da 4ª Vara Criminal de Taguatinga. Foi promovido por antiguidade a juiz em 30 de setembro de 1992. Passou pela 4ª Vara Criminal de Brasília e pela Vara de Delitos de Trânsito. Chegou a desembargador, por merecimento, em 20 de janeiro de 2004.

No TJDFT, atuou na 6ª Turma Cível e hoje está lotado na 2ª Turma Criminal, para onde deverá retornar quando terminar o mandato na presidência em abril de 2028, até a aposentadoria quatro meses depois.

Jair Soares chegou a Brasília aos 18 anos, em 1971. Já havia perdido pai e mãe, ambos trabalhadores na pequena propriedade da família em Minas Gerais. Viveu um tempo com o avô, mas decidiu tentar a vida na capital. Foi auxiliar de escritório e escriturário de duas empresas. Em julho de 1974, entrou no Incra como datilógrafo. Vai completar em breve 52 anos como servidor do regime estatutário.

Em 1975, ingressou na Universidade de Brasília (UnB). Enfrentou longos períodos de greves até se graduar em 1981. Na UnB, teve professores como o ministro Moreira Alves, o jurista Josaphá Marinho, o desembargador José Manoel Coelho, o ministro Luiz Vicente Cernichiaro e o desembargador Elmano Cavalcanti.

Em 1979, Jair Soares se casou com Vitória Soares, com quem teve duas filhas, Flávia e Marcela, que seguiram a carreira jurídica. Ambas são procuradoras da Advocacia-Geral da União (AGU). Elas deram dois netos ao magistrado — Isadora e Augusto.

No Judiciário local, atingiu o topo da carreira. Tomará posse como presidente do TJDFT, depois de mandato no comando do TRE-DF. Na Corte Eleitoral, deixará sua marca por ter inaugurado a Central de Atendimento ao Eleitor (CAE), instalada no edifício-sede do Tribunal.

Divulgação/TRE-DF

"Acredito que o maior desafio do juiz hoje é manter, como sempre, a imparcialidade e a serenidade. Se não for com uma certa serenidade, fica difícil fazer Justiça. Se ele não mantiver essa serenidade e essa imparcialidade, vai haver descrédito para a Justiça"

O novo ambiente reúne, em um único local, 14 zonas eleitorais do Distrito Federal, com o propósito de garantir maior funcionalidade, segurança e economia de recursos.

Em agosto de 2024, o desembargador Jair Soares foi entrevistado pelo primeiro vice-presidente do TJDFT, desembargador Roberval Belinati, no Programa História Oral. Ele falou sobre como vê a magistratura. "O mundo está muito polarizado (...)Acredito que o maior desafio do juiz hoje é manter, como sempre, a imparcialidade e a serenidade. Se não for com uma certa serenidade, fica difícil fazer Justiça. Se ele não mantiver essa serenidade e essa imparcialidade, vai haver descrédito para a Justiça", afirmou o magistrado.

Questionado sobre os sonhos que ainda gostaria de realizar na magistratura, o desembargador ressaltou a origem humilde e as "pequenas coisas" da vida. Para quem cresceu no interior e perdeu os pais na adolescência, Jair Soares foi bem longe pelas próprias pernas.

O magistrado falou também sobre o incômodo ao adotar medidas punitivas em processos criminais. Disse que cumpre a lei, muitas vezes com desejo de que as coisas pudessem ser diferentes.

ENTREVISTA — JOÃO CARLOS SOUTO, professor e doutor em direito

Respeito à divisão dos poderes nos EUA

Ana Maria Campos

A Suprema Corte dos Estados Unidos derrubou, na última sexta-feira (20/02), as tarifas sobre produtos importados impostas pelo presidente Donald Trump. Por seis votos a três, o tribunal sustentou que as medidas deveriam ter sido autorizadas previamente pelo Congresso americano.

Trump considerou a decisão, por seis votos a três, "ridícula, estúpida e extremamente divisiva". A Suprema Corte também restringiu o uso da Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (IEEPA, na sigla em inglês). A maioria dos ministros considerou que a forma como o governo Trump aplicou a lei para impor as tarifas interferiu nos poderes do Congresso e violou um princípio jurídico chamado doutrina das questões importantes.

Em entrevista ao caderno Direito&Justiça, *João Carlos Souto, professor e doutor em direito, pesquisador visitante no Max Planck Institute (Heidelberg, Alemanha), autor de dois livros sobre a Suprema Corte dos Estados Unidos, explica a decisão.*

Arquivo pessoal

Quais foram os fundamentos constitucionais da Suprema Corte dos Estados Unidos para derrubar o tarifaço global?

A Corte foi objetiva. Identificou que o ato unilateral do presidente da República não tem respaldo na Constituição. O aumento de tarifas pode ser proposto pelo presidente da República, mas com a anuência prévia do Congresso — da Câmara e do Senado. Então, ele tem que remeter a proposta para a Câmara e para o Senado. Um dos que votaram contra o aumento de tarifas, o juiz Neil Gorsuch, foi, num determinado momento do voto, muito feliz em registrar que o processo legislativo deve ser respeitado, que o processo legislativo é amplo, lento, mas é assim que deve ser. O que não pode é uma pessoa, no caso, o presidente da República decidir o que pode e o que não pode aumentar com relação a tarifa, sem critério algum.

O que a decisão revela sobre o posicionamento dos ministros?

A decisão foi 6 a 3, ou seja, seis juízes votaram a favor da inconstitucionalidade do ato normativo e três a favor. O que chama a atenção é que, dos seis que votaram, três, o presidente da Corte, que lá se chama de Chief Justice, John Roberts, a juíza Amy Coney Barrett, indicada por Trump, e o juiz Neil Gorsuch, também indicado por Trump, são conservadores, e têm sempre formado a maioria contra os liberais. É o 6 a 3 contra. Mas, dessa vez, eles se juntaram e votaram a favor. O que isso revela sobre o posicionamento? Revela que a Corte está viva, muito embora muitas críticas tenham sido feitas ao longo do tempo, desde que os conservadores assumiram, se transformaram em maioria, com o Trump. A partir do primeiro mandato do presidente Trump, os conservadores tiveram uma grande, uma expressiva maioria. O presidente da Corte, John Roberts, por vezes, se posiciona com os liberais, mas ultimamente, ele tem votado com os conservadores. Dessa vez, mudou de posição. Revela um suspiro, uma esperança, mas, em verdade, a Corte dificilmente iria por outro caminho, porque a ilegalidade, a inconstitucionalidade, a falta de autorização constitucional para legislar nessa situação é tão evidente que não tinha outra saída.

Houve precedentes relevantes citados no julgamento?

Eu prefiro dizer o seguinte: a Corte se valeu de precedentes que demonstram, primeiro, o controle sobre os atos do Poder Executivo, quando exacerbam o desenho estabelecido na Constituição.

A decisão redefine os limites do poder do presidente dos Estados Unidos em política comercial?

Com relação à decisão, não sei se redefinir é a expressão mais adequada. Talvez fosse melhor dizer joga luz, esclarece em definitivo, porque ela redefine para esse presidente, mas a Suprema Corte não criou nada, ela se baseou no texto constitucional que diz que atos dessa natureza precisam passar pelo Congresso. Falei muito em inconstitucionalidade: a Suprema Corte identificou a inconstitucionalidade, que é uma usurpação de poder do presidente no que diz respeito ao poder do Legislativo, mas essa decisão tem uma característica interessante. Tem um caráter de tratar de tema constitucional, divisão de poderes, desenho da República e também uma questão de legalidade, que é o ato, o IEEPA (Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional), em que o Trump se baseou. E o que a Corte diz é o seguinte: a lei não dá autorização para esse tipo de atividade, de atuação. Então, a Corte tanto declarou a inconstitucionalidade quanto também a ilegalidade em outra situação.

Há risco de tensão entre Executivo e Judiciário depos dessa decisão?

Não deveria haver. É evidente que certas decisões levantam polêmica e causam certa atenção. Não é de hoje. Por exemplo, quando, em 1954, a Suprema Corte decidiu que a discriminação racial não tinha respaldo na Constituição, que era inconstitucional, e determinou que as escolas fossem integradas, que elas tivessem alunos brancos e negros, causou, especialmente no Sul dos Estados Unidos, uma tensão social enorme. Foi preciso determinar que a Guarda Nacional tomasse pé da situação e interviesse. A situação foi ainda mais grave do que nós vimos em Mineápolis, recentemente. Só que, em Mineápolis, era uma revolta da população contra o ICE (polícia migratória), que estava agindo de forma absurda, de forma exagerada, no que diz respeito aos imigrantes, na tentativa de identificar e deportar imigrantes. Então, tensões sempre ocorreram. O ideal é que não ocorresse e, evidentemente, que elas são um ponto fora da curva, não são comuns. Agora, nesse caso já se observa nas declarações que quem está tensionando, em verdade, é o presidente que não admite ser contrariado. E olha que ele já foi beneficiário de algumas decisões da Suprema Corte, inclusive a que disse que ele tinha imunidade, já que a Constituição é silente no que diz respeito à imunidade para o presidente da República, diferentemente da Constituição brasileira, que é bem explícita nesse tema.

Esse julgamento indica uma tendência maior de controle judicial sobre decisões presidenciais?

É difícil responder. O julgamento é uma fotografia, uma fotografia de um instante sobre um tema que aparentemente não deixa dúvida, no sentido de que o presidente não poderia atuar da forma que ele atuou, porque há uma clara invasão de uma competência que é do Legislativo, que é repartida entre ele e o Legislativo, que é a necessidade de o Legislativo se pronunciar. Então, dizer que vai ter maior controle, não necessariamente. É um sinal. É importante ressaltar também, muito importante, que boa parte das decisões da Suprema Corte neste segundo mandato — não estou me referindo ao primeiro — até aqui são decisões cautelares que foram concedidas, transpondo para a linguagem do direito brasileiro, são liminares. Então, não há ainda grandes pronunciamentos de mérito sobre as ações que chegaram até a Suprema Corte.

Acredita que a decisão foi política, como forma de barrar o poderio de Donald Trump?

Olha, as Cortes Supremas, que as constituições asseguram o poder de dar a última palavra sobre praticamente qualquer assunto, praticamente qualquer tema, agem pouco mais, pouco menos, também politicamente. São decisões que se aplicam contra todos, que se aplicam com força, que se projetam para todo o país e para toda a população. Então, há um componente que diz que deve ser sopesado quando uma Corte Suprema, seja ela qual for, decide. Assim, a decisão foi jurídica, a decisão foi com base na divisão de poderes estabelecida na Constituição. A divisão levou em conta também que o IEEPA não se aplicava da forma como o Trump estava aplicando.

Como Trump pode atuar, agora, na política de tarifas comerciais internacionais?

Trump foi impedido de continuar fazendo o que ele vinha fazendo, mas a Suprema Corte evidentemente não proibiu a imposição de tarifas com base em outra lei, uma lei de 74, que é a lei de comércio e, porém, por essa lei ele pode impor uma tarifa. Mas essa tarifa tem que ser temporária, até 150 dias, quer dizer, totalmente diferente da situação anterior, então a porta não está totalmente fechada. Tem uma outra possibilidade também, mas tudo complicado, nem se compara com a facilidade que ele tinha de pegar a caneta e assinar. Um documento aumentando tarifa da noite para o dia, né? Tem uma outra possibilidade, é o Departamento de Comércio, que equivale ao Ministério do Comércio aqui no Brasil, abrir uma investigação contra o país, dizer que esse país está praticando a ilegalidade ou um dumping contra os Estados Unidos e aí, com base nesse documento, nessa investigação, ele também pode impor tarifas, mas não daquela forma como aconteceu antes.

Visão do Direito

Marcos Camargo
Presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF)

Investir em segurança é retorno para o Estado

Nas últimas décadas, as organizações criminosas experimentaram significativa modernização. Evoluíram de estruturas isoladas, meramente territoriais, muitas vezes restritas ao sistema prisional, e passaram a se organizar de forma complexa, transnacional e até mundial, utilizando redes bastante estruturadas e ampla tecnologia.

Essa realidade, em especial quando se fala em criminalidade transnacional e internacional, impõe um grande desafio para as forças de segurança pública da União, representadas pela Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Penal Federal, que não dispõem de previsibilidade financeira capaz de garantir a melhor capacidade tecnológica e operacional para fiscalizar, monitorar, investigar e produzir provas de maneira a prevenir, reprimir e impedir avanços do crime organizado.

Apesar dessas dificuldades, o Brasil tem acumulado experiência relevante no rastreamento de fluxos ilícitos, na recuperação de ativos e na descapitalização de redes criminosas. Esse acúmulo de capacidade demonstra que o enfrentamento qualificado ao crime organizado já tem produzido alguns resultados concretos. Mas, para que essas ações continuem e possam avançar, um passo importante é garantir fonte direta e permanente de recursos às instituições, promovendo o fortalecimento institucional e valorizando o trabalho dos policiais da União, servidores que em sua maior parte trabalham longe dos holofotes, nos locais mais distantes do país e com todo tipo de dificuldade logística, material e biopsicossocial.

É nesse sentido que as discussões sobre a criação do Fundo Nacional de Combate ao Crime Organizado (Funcoc) recolocam no centro da agenda pública um tema essencial: a viabilização de uma estrutura permanente e eficiente para o Estado combater a criminalidade com eficiência e ter capacidade de enfrentar organizações criminosas estruturadas e sofisticadas.

As investigações dependem, cada vez mais, de tecnologia, sistemas de análise de dados, cooperação internacional, inteligência financeira e produção de prova científica qualificada. Crimes como corrupção, lavagem de dinheiro, exploração ilegal de minérios e tráfico internacional de drogas se enfrentam com estrutura técnica, integração institucional e investimento contínuo. Sem esses elementos, a capacidade de resposta do Estado pode enfraquecer e favorecer a impunidade.

Nesse contexto, o Funcoc pode viabilizar um modelo de reinvestimento inteligente e contínuo. Ao utilizar os recursos confiscados do crime organizado para investimento nas polícias da União, o fundo cumpre um papel importante e estruturante, permitindo recursos para modernização tecnológica, capacitação permanente, integração de bases de dados e melhoria das condições operacionais. É um investimento com retorno concreto.

Operações recentes mostram isso. Mesmo com um orçamento anual médio de menos de R$ 2 bilhões, em uma única operação a Polícia Federal conseguiu revelar um esquema que movimentou mais de R$ 46 bilhões por meio de empresas de fachada e instituições financeiras paralelas, foi o caso da "Operação Carbono Oculto". Esse é um exemplo claro para evidenciar que a segurança pública não deve ser vista apenas como despesa, mas sim como investimento com impacto econômico, institucional e social mensurável. Dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública apontam, por sua vez, que a descapitalização do crime organizado pelas Polícias da União atingiu pelo menos R$ 9,5 bilhões em 2025, decorrentes de apreensões em imóveis, aviões, carros, bloqueios de contas e dinheiro em espécie.

Parte considerável desses recursos, todavia, permanece sem destinação vinculada ao enfrentamento ao crime, ficando dispersos no sistema orçamentário quando poderiam ser utilizados para a transformação do resultado operacional em fortalecimento permanente da estrutura pública.

Esses exemplos e dados evidenciam a eficiência operacional das polícias da União, mas também apontam para uma assimetria estrutural em termos de disponibilidade de recursos diante de organizações criminosas que movimentam centenas de bilhões de reais anualmente.

Ao propor um modelo de reinvestimento permanente, o Funcoc cria um ciclo contínuo de fortalecimento da segurança pública, sendo uma proposta concreta para o aperfeiçoamento do combate à criminalidade organizada, por meio de maior previsibilidade de recursos às forças policiais da União, capazes de aprimorar tecnologia e trazer mais eficiência ao combate ao crime organizado. A aprovação do fundo é, portanto, um passo estruturante para um impacto positivo e permanente na segurança pública, sendo fundamental, para tanto, o envio célere da proposta à apreciação do Congresso Nacional.

Visão do Direito

Paulo Serra
Especialista em Gestão Governamental, Políticas Públicas, Financiamento de Infraestrutura e Regulação e Gestão de Parcerias Público-Privadas. Primeiro vice-presidente da Executiva Nacional do PSDB e presidente do Diretório Estadual do PSDB de São Paulo. Foi prefeito de Santo André-SP de 2017 a 2024

Banco Master e STF: o conflito entre a legalidade formal e a legitimidade moral

O recente escândalo envolvendo o Banco Master e o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), recolocou no centro do debate público um tema estrutural do Estado brasileiro: a necessidade de códigos de conduta claros, objetivos e vinculantes para membros do Judiciário, especialmente para a mais alta Corte do país.

A controvérsia não se limita à análise estrita da legalidade. Mesmo que determinada conduta não configure crime ou infração formal, há situações em que a mesma afronta princípios elementares da ética pública.

No caso em questão, a discussão sobre vínculos financeiros com instituição que figura em processos sob relatoria do ministro evidencia um problema clássico do direito público contemporâneo: o conflito entre legalidade formal e legitimidade moral.

No âmbito do Estado Democrático de Direito, a validade das decisões judiciais não decorre apenas da competência constitucional do órgão julgador. Ela depende, também, da confiança social na imparcialidade objetiva e subjetiva de seus membros. Quando um magistrado atua em processo envolvendo instituição com a qual mantém relações financeiras, ainda que posteriormente se declare impedido ou seja afastado, instala-se um dano institucional difícil de reparar.

O Supremo, embora tenha normas internas e esteja submetido à Lei Orgânica da Magistratura, não dispõe de um código de conduta próprio, detalhado e publicamente estruturado nos moldes de Tribunais Constitucionais de outras democracias consolidadas. A ausência de parâmetros objetivos sobre conflitos de interesse, investimentos financeiros, participações societárias e relações privadas de ministros abre margem para interpretações casuísticas – e, pior, para suspeitas recorrentes.

O debate não deve ser personalizado, mas, sim, institucional. O problema não é apenas um ministro do STF ou um episódio específico. Trata-se de compreender que o desenho constitucional brasileiro, fundado na tripartição dos poderes, exige mecanismos efetivos de freios e contrapesos. Quando o Judiciário se apresenta como instância última de controle dos demais poderes, sua responsabilidade ética é redobrada.

A inexistência de um código de ética robusto para ministros do Supremo fragiliza o sistema de accountability institucional. Em qualquer Democracia madura, conflitos de interesse são tratados preventivamente, com regras claras de transparência patrimonial, impedimentos automáticos e protocolos objetivos de afastamento. Não se trata de criminalizar relações privadas legítimas, mas de evitar que comprometam – ou aparentem comprometer – a neutralidade decisória.

Além disso, escândalos envolvendo instituições financeiras e autoridades judiciais afetam a credibilidade do país, a segurança jurídica e a confiança do mercado. A leniência ou a percepção de impunidade em casos de potencial conflito de interesses corrói a autoridade moral do Judiciário e alimenta o descrédito nas instituições.

É importante frisar: o fortalecimento de códigos de conduta não enfraquece o STF; ao contrário, o protege. Regulamentos não são instrumentos de perseguição, mas de blindagem institucional. Eles resguardam o magistrado de suspeitas e preservam a Corte de crises recorrentes de legitimidade.

Em última análise, a credibilidade do Judiciário é um dos pilares da democracia. Sem confiança na imparcialidade das decisões, se enfraquece o próprio pacto constitucional. E, em matéria de ética pública, prevenir é sempre mais eficaz, e menos custoso, do que remediar.

Visão do Direito

Elisa Alonso
Advogada especializada em direito trabalhista

Fim da escala 6x1: riscos econômicos, jurídicos e os limites do apelo popular

No início do ano, em um contexto marcado por calendário eleitoral e pela retomada de pautas de apelo social no Congresso, o debate sobre o fim da escala 6x1 voltou a ganhar força política e relevância no debate público. A ideia de mais dias de descanso, melhor qualidade de vida e redução do desgaste físico e mental do trabalhador é, à primeira vista, legítima e atraente. O problema, no entanto, começa quando o discurso se afasta da realidade econômica do país e das empresas, transformando uma pauta sensível em promessa fácil, sem a devida análise de consequências práticas.

Não se discute, aqui, que a organização do trabalho precisa evoluir. O que se questiona é como essa mudança será conduzida. A redução abrupta da jornada semanal, por via constitucional, sem debate técnico aprofundado sobre setores, custos, produtividade e impactos regionais, pode gerar exatamente o efeito contrário ao pretendido.

Do ponto de vista empresarial, o fim da escala 6x1 não é apenas uma reorganização de turnos. Em muitos segmentos, a exemplo de comércio, saúde, logística, hotelaria e alimentação, essa escala é a única forma de garantir funcionamento contínuo. A substituição por modelos com mais dias de descanso exige, na prática, aumento de quadro, revisão de contratos, mais encargos e maior custo fixo. Em um país ainda marcado por margens estreitas, alta carga tributária e insegurança jurídica, isso não é um mero detalhe, mas fator determinante para continuidade dos negócios.

Desconsiderar esse contexto e promover a alteração normativa poderá levar as empresas a escolhas difíceis, com efetivo impacto operacional e econômico. Algumas podem simplesmente não conseguir absorver o custo adicional. Outras buscarão alternativas já conhecidas, a exemplo da redução de postos formais, aumento da informalidade, terceirizações, pejotização e automatização. O risco é evidente: uma medida apresentada como proteção ao trabalhador pode, na prática, reduzir empregos formais e enfraquecer garantias trabalhistas.

Há, também, um risco jurídico pouco explorado no discurso público. Alterações constitucionais desta monta, sem regras claras de transição, negociação coletiva ou diferenciação setorial, tendem a gerar um período prolongado de litigiosidade. Empresas e empregados passarão anos discutindo interpretação de jornada, compensações, horas extras, escalas híbridas e exceções operacionais. A Justiça do Trabalho, já sobrecarregada, será novamente chamada a dirimir controvérsias decorrentes de alteração legislativa aprovada sem o necessário grau de aprofundamento técnico e normativo.

Para o próprio empregado, os riscos devem ser sopesados. A redução dos dias trabalhados não implica, por si só, melhoria da renda ou da qualidade de vida. Para muitos trabalhadores, especialmente aqueles que dependem de horas extras, adicionais e complementações salariais, a redução da jornada pode implicar perda real de renda, com impacto direto no orçamento familiar. Além disto, reduções adotadas sem critérios adequados tendem a resultar em maior pressão por metas, acúmulo informal de tarefas ou até perda de benefícios indiretos, gerando, por conseguinte, insegurança econômica.

Não se trata, aqui, de defender a manutenção da escala 6x1 ou negar a necessidade de evolução das relações de trabalho. O que se questiona é a condução do tema como bandeira política, em resposta ao apoio popular,sem os prévios e necessários estudos setoriais, impactos econômicos e diálogo técnico com quem efetivamente executa a operação: empresas, sindicatos e trabalhadores. Mudanças estruturais exigem dados, não apenas adesão popular.

Outro ponto sensível é tratar o tema como se houvesse uma solução única para realidades produtivas completamente distintas. Pequenas empresas, negócios familiares e operações regionais não têm a mesma capacidade de adaptação que grandes corporações. Uma mudança deste porte, imposta de cima para baixo, desconsidera essas diferenças e amplia desigualdades já existentes. O risco maior é transformar uma pauta legítima em uma promessa populista, dissociada dos seus efeitos concretos.

Nada disso significa que a escala 6x1 seja intocável. Significa, sim, que mudanças estruturais no mundo do trabalho exigem responsabilidade técnica, dados concretos, diálogo e tempo de adaptação. O caminho mais seguro passa por negociação coletiva, incentivos à reorganização produtiva, testes setoriais e políticas públicas que acompanhem a transição, não por uma alteração constitucional de aplicação ampla, cujos impactos econômicos, operacionais e jurídicos tendem a recair de forma imediata e desigual sobre empresas e trabalhadores.

Quando o apelo emocional se sobrepõe à análise econômica, os efeitos tendem a recair sobre a própria estrutura produtiva: empresas que não conseguem se adaptar reduzem ou encerram atividades e, comoconsequência, trabalhadores perdem espaço no mercado formal.

O desafio não é escolher entre lucro e dignidade da pessoa humana, mas construir soluções que sejam sustentáveis, juridicamente seguras e economicamente viáveis. Sem esse equilíbrio, o fim da escala 6x1 pode se tornar mais um exemplo de boa intenção com efeitos colaterais graves, inclusive para aqueles que se pretende proteger.

Visão do Direito

Sérgio Pelcerman
Especialista em direito do trabalho e sócio do Almeida Prado e Hoffmann Advogados

IA, plataformas e a nova fronteira da responsabilidade jurídica

O avanço da inteligência artificial no ambiente corporativo brasileiro deixou de ser uma promessa futurista para se consolidar como elemento estruturante das decisões empresariais. Algoritmos já operam rotinas financeiras, realizam conciliações, classificam despesas, analisam riscos, influenciam concessões de crédito e definem prioridades operacionais com mínima intervenção humana. Esse cenário inaugura uma inflexão jurídica relevante: tais tecnologias deixam de ser percebidas como ferramentas neutras e passam a ser compreendidas como verdadeiras infraestruturas de poder informacional e econômico, capazes de moldar decisões e produzir efeitos concretos nas relações de trabalho e de mercado.

A mudança de perspectiva altera o próprio enquadramento jurídico das plataformas e das empresas que desenvolvem ou operam esses sistemas. Se modelos algorítmicos influenciam comportamentos, modulam a visibilidade de informações e impactam dinâmicas concorrenciais, torna-se inevitável reconhecer deveres proporcionais ao seu grau de influência. Transparência algorítmica, mitigação de riscos previsíveis, rastreabilidade decisória e estruturas robustas de governança digital passam a integrar não apenas a agenda regulatória, mas também os critérios reputacionais e de responsabilidade civil dessas organizações.

Outro eixo sensível envolve a proteção de dados pessoais. O treinamento massivo de modelos, o cruzamento automatizado de informações e a circulação de dados em larga escala ampliam riscos de vieses, usos excessivos e exposições indevidas. Nesse contexto, bases legais claras, critérios de minimização e mecanismos de segurança compatíveis com o risco tecnológico deixam de ser boas práticas e assumem natureza de obrigação estratégica e permanente.

O debate contemporâneo não aponta para a contenção da inovação, mas para sua qualificação jurídica. A convergência entre governança de dados, decisões automatizadas e impactos trabalhistas revela que a conformidade digital deixou de ser fragmentada. Hoje, é indivisível — e central para a sustentabilidade jurídica e reputacional dos negócios na economia orientada por algoritmos.

Visão do Direito

Ulisses Rabaneda
Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Eficiência, diálogo e modernização: um ano de compromisso no CNJ

Ao completar um ano de atuação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é possível realizar um balanço de um período marcado por intensa atividade institucional e por foco na entrega de resultados concretos. Nesse intervalo, foram analisados 779 processos, proferidas 206 decisões — sendo 26 liminares e 180 terminativas — e contabilizados 142 processos baixados.

Os indicadores posicionaram o gabinete entre aqueles com maior volume de processos baixados no CNJ em 2025. Contudo, mais relevante do que os números é a diretriz que orientou o trabalho desenvolvido: contribuir para o fortalecimento do papel estruturante do Conselho como órgão de coordenação nacional das políticas judiciárias.

O CNJ não substitui a autonomia dos tribunais. Sua função consiste em estabelecer parâmetros, diretrizes e instrumentos voltados à promoção da eficiência, da transparência e de uma governança orientada por dados em todo o país. O equilíbrio entre coordenação nacional e respeito às realidades locais é elemento essencial para a coesão do sistema judicial brasileiro.

Ao longo do período, foram realizadas 183 audiências institucionais com representantes da advocacia e com diversos atores do sistema de Justiça. A escuta qualificada das demandas sociais é condição para decisões mais conectadas à realidade do Judiciário. Políticas públicas judiciais exigem diálogo técnico permanente e abertura institucional.

Entre algumas relevantes iniciativas institucionais, destaca-se a atuação na presidência do Fórum Nacional de Precatórios, com a emissão de 50 pareceres e a aprovação de enunciados administrativos destinados a conferir maior uniformidade e segurança jurídica à gestão de precatórios. Foi realizado, ainda, o Encontro Nacional do Fonaprec, no qual representantes de tribunais de todo o país se reuniram no CNJ para debater soluções estruturais e boas práticas na administração de precatórios, fortalecendo a cooperação institucional e a padronização responsável de procedimentos.

Paralelamente, foram constituídos e supervisionados diversos grupos de trabalho e colegiados estratégicos, voltados ao aprimoramento de políticas públicas judiciais e à racionalização administrativa. Entre eles, destacam-se a supervisão da força-tarefa do Sispreq; a presidência de grupo de trabalho para regulamentação da implementação da emenda constitucional n.º 136; a coordenação de grupo voltado a um melhor tratamento na reinserção de egressos do sistema prisional, objetivando previnir que entrem ou regressem à situação de rua; a participação em comitê nacional de enfrentamento ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas; além de grupo destinado ao enfrentamento do chamado "golpe do falso advogado". Essas iniciativas refletem uma atuação estruturante, voltada à prevenção de conflitos e ao aperfeiçoamento sistêmico do Judiciário.

No campo das prerrogativas da advocacia, a atuação foi ampla e constante, com diversas decisões e manifestações voltadas à proteção do exercício profissional e à afirmação do papel institucional da advocacia. Entre essas iniciativas, insere-se o parecer proferido na Comissão de Solução Adequada de Conflitos, favorável à explicitação normativa da obrigatoriedade da presença de advogados nos CEJUSCs nos casos em que a legislação assim exigir, em consonância com a interpretação conferida pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 6.324. A medida buscou evitar leituras ampliativas que pudessem fragilizar a representação técnica obrigatória, reafirmando que a autocomposição não exclui a necessidade de assistência jurídica quando prevista em lei.

> **"O CNJ não substitui a autonomia dos tribunais. Sua função consiste em estabelecer parâmetros, diretrizes e instrumentos voltados à promoção da eficiência, da transparência e de uma governança orientada por dados em todo o país"**

No âmbito disciplinar, infelizmente ainda se observam casos graves de violação às prerrogativas da advocacia e aos deveres funcionais da magistratura. Em voto divergente acolhido pelo colegiado, foi julgada procedente revisão disciplinar para desconstituir arquivamento de reclamação envolvendo magistrado que, na condução de processo e audiência, utilizou expressões ofensivas e adotou postura incompatível com os deveres de urbanidade, inclusive com restrição indevida à atuação presencial de advogadas.

A decisão reafirmou que a independência judicial não autoriza desrespeito às prerrogativas profissionais nem hierarquização entre magistratura e advocacia, determinando o regular processamento disciplinar, com possibilidade de Termo de Ajustamento de Conduta quando cabível.

Também no campo disciplinar, enfrentaram-se situações de maior gravidade institucional. Em caso de avocação por ausência de quórum qualificado na origem, foi aplicada a pena de aposentadoria compulsória a magistrado que atuou deliberadamente sem competência, proferindo decisões em processos de elevado impacto financeiro, em violação aos deveres de imparcialidade e prudência. A decisão firmou orientação quanto à necessidade de suspensão imediata de julgamentos disciplinares quando não alcançado o quórum exigido, evitando arquivamentos formais sem deliberação válida e fortalecendo a efetividade do controle disciplinar.

Em outro caso de relevo, revisão disciplinar instaurada de ofício resultou na majoração de sanção aplicada a magistrado por condutas reiteradas de assédio e importunação sexual no ambiente de trabalho. A decisão destacou que a proporcionalidade da pena é elemento essencial para a credibilidade do sistema disciplinar e que a prática de assédio, ainda que anterior a regulamentações específicas, já configurava infração funcional à luz da legislação orgânica da magistratura e do Código de Ética.

Ainda na seara estrutural, decisões determinaram o cumprimento obrigatório de resoluções do CNJ voltadas à proteção da liberdade individual, especialmente quanto à vedação de expedição automática de mandados de prisão para início do cumprimento de pena em regimes aberto ou semiaberto, bem como quanto à observância do prazo máximo para expedição e cumprimento de alvarás de soltura. Tais deliberações reforçaram o caráter vinculante dos atos normativos do Conselho e contribuíram para uniformizar práticas administrativas com impacto direto sobre direitos fundamentais.

A modernização do Judiciário demanda avanço tecnológico contínuo. A digitalização evoluiu de forma significativa, mas os próximos passos exigem interoperabilidade efetiva entre sistemas, consolidação de plataformas nacionais integradas e uso responsável da inteligência artificial como ferramenta de apoio às atividades jurisdicional e administrativa. Esses avanços devem ser acompanhados por investimentos em segurança da informação e capacitação permanente de magistrados e servidores.

Outro desafio relevante é a redução das desigualdades entre tribunais. A padronização deve concentrar-se em diretrizes estruturais, metas nacionais, parâmetros tecnológicos e modelos de governança, preservando as especificidades regionais. O equilíbrio entre uniformidade e flexibilidade é essencial para assegurar eficiência com respeito à diversidade institucional. A aproximação do Judiciário com o cidadão permanece como eixo prioritário. A ampliação de políticas de acesso à Justiça, o fortalecimento de projetos de Justiça itinerante, o incentivo a plataformas digitais de atendimento e a promoção da inclusão digital são medidas necessárias para alcançar populações vulneráveis e regiões distantes dos grandes centros.

No campo da transparência, o fortalecimento de sistemas de dados abertos e o aperfeiçoamento de painéis públicos de acompanhamento de metas e produtividade ampliam o controle social e a confiabilidade das informações institucionais. Transparência não constitui apenas princípio formal, mas instrumento de legitimidade democrática. A complexidade e a pluralidade do Judiciário brasileiro impõem desafios permanentes. Estruturas distintas e realidades diversas exigem fundamentação técnica consistente, diálogo institucional qualificado e respeito à autonomia dos tribunais, sem perda da unidade do sistema.

Para o próximo período, mantém-se como prioridade o fortalecimento das prerrogativas da advocacia e o aprimoramento do diálogo institucional entre o Judiciário e a Ordem dos Advogados do Brasil. A advocacia é elemento estruturante do Estado Democrático de Direito, e o pleno exercício profissional, com previsibilidade e segurança jurídica, constitui condição indispensável para a garantia do devido processo legal.

O objetivo é contribuir para a consolidação de um Conselho que avance na eficiência e na modernização do Judiciário, preservando a centralidade do cidadão e fortalecendo a cooperação entre magistratura, advocacia, Ministério Público, Defensoria Pública e demais instituições do sistema de Justiça, em um modelo de governança orientado por resultados, transparência e respeito às garantias fundamentais.

Modernizar é necessário. Dialogar é indispensável. Servir à sociedade permanece como finalidade maior.

Visão do Direito

Marcelo Arigony
Advogado especialista em direito criminal do Jobim Advogados

A anatomia da violência vicária

A etimologia é o primeiro passo para a compreensão da barbárie: vicarius, do latim, define aquele que substitui ou que atua no lugar de outrem. Se, no direito civil, a responsabilidade vicária é um conceito técnico de substituição, na patologia das relações domésticas o termo ganha contornos de crueldade absoluta. A violência vicária ocorre quando o agressor, impedido de golpear a mulher diretamente, utiliza um terceiro, quase invariavelmente o filho, como o instrumento do suplício.

É a dor por procuração. Onde o afeto é sequestrado para virar arma.

O conceito ganhou musculatura jurídica na Espanha, impulsionado por tragédias que revelaram um padrão de perversidade narcísica: homens que, incapazes de aceitar o fim do domínio sobre a ex-parceira, transmutam a criança em meio de punição. Aqui, o filho deixa de ser sujeito de direitos para tornar-se um objeto tático. O alvo final é a mãe; a criança é apenas o vetor do trauma, o punhal que atinge o coração materno sem que o agressor precise tocar na vítima principal.

No ordenamento jurídico brasileiro, embora ainda carente de tipificação autônoma no Código Penal, a conduta é plenamente abarcada pela Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06). A legislação é clara ao reconhecer que a violência doméstica pode ser exercida "por intermédio de terceiros" para atingir a integridade psicológica e moral da mulher.

O grande desafio, contudo, não é legislativo, mas cognitivo. O sistema de justiça, muitas vezes viciado por uma visão burocrática, tende a rotular esses episódios como mero "conflito de guarda" ou "beligerância parental". Falha-se ao não enxergar o método. A violência vicária manifesta-se em nuances deliberadas: o uso estratégico do Judiciário como arena de perseguição (lawfare familiar), a manipulação emocional da criança e a ameaça constante de subtração de guarda como moeda de troca.

Não se trata de uma "briga de casal", mas de uma estratégia de poder absoluto por meio do sofrimento alheio.

É imperativo, todavia, o rigor técnico. A banalização do conceito é o caminho mais curto para o seu enfraquecimento. Nem todo dissenso familiar é violência vicária, e o uso indiscriminado do rótulo compromete a proteção das vítimas legítimas. O enfrentamento exige uma leitura fina dos fatos e uma atuação integrada entre Judiciário, Ministério Público e advocacia criminal. As medidas protetivas devem ser expansivas, alcançando os filhos sempre que houver o risco de serem usados como escudos ou armas.

O Brasil avançou na rede de proteção, mas a eficácia da lei depende da sensibilidade do aplicador. Precisamos distinguir o conflito, natural das rupturas, da estratégia de aniquilação. Quando um filho é reduzido a um substituto da agressão, o dano ultrapassa o processo e se torna geracional. A pergunta que deve ecoar nos tribunais é urgente: estamos preservando vínculos ou apenas administrando o uso de reféns?

Samanta Leite Diniz
Advogada da área trabalhista, sindical e de remuneração de Executivos do escritório Innocenti Advogados Associados

Gustavo Costa da Silva
Advogado da área trabalhista, sindical e de remuneração de Executivos do escritório Innocenti Advogados Associados

Consultório Juridico

O que são precatórios e quem são os credores?

Precatórios são requisições de pagamento expedidas pelo Poder Judiciário para a cobrança de dívidas da Fazenda Pública — União, Estados, Distrito Federal, Municípios, bem como suas autarquias e fundações — decorrentes de condenações judiciais definitivas, para inclusão em lei orçamentária e posterior pagamento. Na Justiça do Trabalho, o procedimento segue a mesma lógica. Em reclamações trabalhistas ajuizadas contra entes públicos, após o trânsito em julgado da decisão condenatória, o juiz do trabalho encaminha a requisição ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que processa o ofício precatório para inclusão no orçamento do ente devedor. Os credores, nesse contexto, são trabalhadores, servidores ou seus sucessores que obtiveram o reconhecimento judicial de um crédito em face do poder público.

Como ocorre o pagamento? Qual o procedimento e a previsão legal?

A forma de pagamento do crédito trabalhista depende, principalmente, do valor da condenação. Para créditos de até o limite estabelecido em lei pelo ente devedor, não há expedição de precatório, mas sim de Requisição de Pequeno Valor (RPV). No Estado de São Paulo, por exemplo, o limite atualmente corresponde a 30 salários-mínimos. Nessas hipóteses, o pagamento deve ocorrer no prazo de até 60 dias, conforme o art. 100, §3º, da Constituição Federal. Já os créditos que superam esse teto são pagos por meio de precatório. Nesse caso, não há prazo único e fixo para o recebimento, pois o tempo de espera depende da situação financeira do ente devedor, do regime de pagamento ao qual ele está submetido e da disponibilidade orçamentária. Em termos práticos, precatórios federais tendem a ser pagos dentro do ano orçamentário em que o precatório foi inscrito. Enquanto precatórios estaduais e municipais podem demandar períodos mais longos, a depender do volume da dívida e da organização financeira do ente público. A liberação dos valores ocorre mediante autorização do Presidente do Tribunal competente, observada a ordem cronológica de apresentação e as prioridades legais.

Como funciona a ordem cronológica de pagamento?

A data de expedição do precatório é o marco que define a posição do crédito na fila de pagamento: quem entra primeiro, recebe primeiro. A Constituição Federal, contudo, estabelece prioridades. Nos termos do art. 100, §§ 1º e 2º, os créditos de natureza alimentar — como os créditos trabalhistas — têm preferência em relação aos de natureza comum. Além dessa regra geral, a Constituição prevê a chamada superpreferência, pela qual idosos (com mais de 60 anos), pessoas com deficiência e portadores de doenças graves podem receber antecipadamente uma parcela do crédito, limitada, em regra, ao triplo do valor da RPV, antes dos demais credores da ordem cronológica.

Qual a diferença entre os regimes comum e especial de pagamento?

O regime comum (ou geral) aplica-se aos entes públicos que mantêm suas obrigações em dia. Nesse regime, os precatórios apresentados até 1º de fevereiro de determinado ano devem ser incluídos no orçamento até o final do exercício financeiro seguinte. Exemplo: se um município em situação financeira regular tiver um precatório expedido até 01de fevereiro de 2026, ele deverá ser incluído no orçamento de 2027 e pago até o final desse exercício.

Já o regime especial destina-se a estados, municípios e ao Distrito Federal, que enfrentam dificuldades para quitar seus precatórios pelo regime comum. Nesse modelo, o ente deve destinar, anualmente, um percentual de sua receita corrente líquida para um fundo específico de pagamento de precatórios. A Emenda Constitucional 136, promulgada em 2025, promoveu mudanças relevantes nesse regime, substituindo a lógica de prazos finais regidos por um modelo que vincula o volume anual de pagamentos ao tamanho do passivo do ente público, com percentuais que variam, em linhas gerais, entre 1% e 5% da receita corrente líquida. A implementação dessas regras, contudo, ainda depende de regulamentações e adaptações pelos tribunais competentes. A aplicação dessas regras impõe ajustes procedimentais pelos tribunais competentes. Cabe ao Tribunal de Justiça ou ao Tribunal Regional Federal organizar a lista de credores, controlar a ordem de pagamentos e fiscalizar o cumprimento das regras.

É possível fazer acordos com precatórios?

Sim. Tanto no regime comum quanto no especial, é possível a celebração de acordos diretos. Em regra, o credor aceita receber o valor antes da ordem cronológica normal, mediante a aplicação de um desconto (deságio). No regime comum, não há obrigação constitucional de manutenção de programas de conciliação, que dependem de lei local ou regulamentação do tribunal competente. Quando existentes, são publicados editais nos quais os credores podem aderir às condições propostas. No regime especial, a Constituição impõe aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal a destinação de parte dos recursos arrecadados para a realização de acordos diretos. Os tribunais costumam publicar editais periódicos, definindo percentuais máximos de deságio e critérios de participação. Além disso, o credor pode optar pela cessão do crédito a terceiros, mediante contrato particular, recebendo um valor à vista — geralmente com deságio — e transferindo ao adquirente o direito de recebimento futuro do precatório. No entanto, essa operação requer cautela: é preciso ter um contrato escrito, garantir que o precatório esteja regular e sem pendências, avaliar se o desconto é adequado e estar ciente de que o cessionário assume os riscos de demora no pagamento, possíveis questionamentos legais e eventuais impostos.

Como evitar golpes e acompanhar o precatório?

Nunca pagar para receber, pois tribunais e órgãos públicos não exigem taxas ou depósitos para liberação de precatórios. Utilizar canais oficiais: as informações sobre pagamentos são divulgadas apenas no Diário da Justiça e nos sites oficiais. Consultar o advogado e acompanhar o andamento do precatório que pode ser consultado nos sites dos Tribunais Regionais do Trabalho, por meio do número do precatório, CPF ou nome das partes.

DIÁRIOS ASSOCIADOS | **Diretora de Redação:** Ana Dubeux; **Edição:** Ana Maria Campos; **Repórter**: Maria Eduarda Lavocat; **Diagramação:** Arthur Filho; **Arte e Ilustrações:** Kleber Sales

CORREIO BRAZILIENSE

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira 26 de fevereiro de 2026

Para anunciar ▸ 3342-1000

1 IMÓVEIS COMPRA E VENDA

1.1 Apart Hotel
1.2 Apartamentos
1.3 Casas
1.4 Lojas e Salas
1.5 Lotes, Áreas e Galpões
1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

CLASSIFICADOS
GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI !
ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Express and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

ADELSON IMÓVEIS
R MACAUBA 1 qto sala cozinha banheiro nascente quit R$ 250mil á Tr.99857115 c1533

MEU IMÓVEL IMOB
LUGARCERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!
Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!
Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA
VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços com relatos. Fazemos inventários,despachante,Departamentojurídico.Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Aqui cuidamos do seu imóvel. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br :

ASA NORTE

QUITINETES

PLANO EMPREEND.
IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui:lugarcerto.com.br
Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ASA NORTE

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

COMPRO URGENTE
PARA CLIENTES 2, 3 4qtos Asa Norte/Sul (61) 99842-6366 c3594

ASA SUL

4 OU MAIS QUARTOS

CLASSIFICADOS
GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI !
ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

J RIBEIRO VENDE
112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 su cites) 3 vgs cj5211 3322-3443

****PARTICULAR****
SQS 312, 4 qtos, 4 suítes, DCE, reformado, mobiliado, ár. priv. 339,53 m², 2gar, 6199985-8313

****PARTICULAR****
SQS 312, 4 qtos, 4 suítes, DCE, reformado, mobiliado, ár. priv. 339,53 m², 2gar, 6199985-8313

CRUZEIRO

3 QUARTOS

711 ELEVADOR vazado reformado DCE desocupado oportunidade phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

711 ELEVADOR vazado reformado DCE desocupado oportunidade phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

1.2 GUARÁ

GUARÁ

2 QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!
Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!
Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

NOROESTE

2 QUARTOS

COMPRO URGENTE
PARA CLIENTES 2, 3 4qts Noroeste/Sudoeste 61 99842-6366 c3594

COMPRO URGENTE
PARA CLIENTES 2, 3 4qts Noroeste/Sudoeste 61 99842-6366 c3594

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQNW 102 Ap 101m2 3 qtos 2 vgas 98311-5595

ACHEI IMÓVEIS DF
SQNW 102 Ap 101m2 3 qtos 2 vgas 98311-5595

4 OU MAIS QUARTOS

SQNW 110 canto 171m privativo 4 garagens desocupado phimoveis.com.br T.99275-8882 Cj6210

SQNW 110 canto 171m privativo 4 garagens desocupado phimoveis.com.br T.99275-8882 Cj6210

1.2 NÚCLEO BANDEIRANTE

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!
Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

CLASSIFICADOS
GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI !
ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

SUDOESTE

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada , garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQSW 500 Moderno apto 3qtos 109m2 2 vagas. Tr: 98311-5595

ACHEI IMÓVEIS DF
SQSW 500 Moderno apto 3qtos 109m2 2 vagas. Tr: 98311-5595

1.2 TAGUATINGA

TAGUATINGA

2 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
QSF 01 Apto 2qt 60m² 1 vaga 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF
QSF 01 Apto 2qt 60m² 1 vaga 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

3 QUARTOS

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA
VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços com relatos. Fazemos inventários,despachante,Departamentojurídico.Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Aqui cuidamos do seu imóvel. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br :

1.3 CASAS

ÁGUAS CLARAS

4 OU MAIS QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
QS 06 reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 226m2 área construída 2 vagas 2 banhs 3344-4112

CEILÂNDIA

3 QUARTOS

GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA
VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços com relatos. Fazemos inventários,despachante,Departamentojurídico.Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Aqui cuidamos do seu imóvel. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br :

1.3 GAMA

GAMA

3 QUARTOS

CLASSIFICADOS
GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI !
ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

MEU IMÓVEL IMOB
PONTE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área laze, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
QL 16 706m2, terreno 2.000m2, 3 suítes 2 c/ closet cj5211 33223443

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qtos 1suite 2 vagas 2 banhs 99673-2538

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qtos 1suite 2 vagas 2 banhs 99673-2538

1.3 PARK WAY

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar lt 2.500m2 504m2 const. Ac. Apt Guará 3q 99985-7115 c11533

SOBRADINHO

4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

REGINA NEVES
CONSULTORA IMOBILIÁRIA
CRECI 19395
OS MELHORES IMOVEIS DE GOIÂNIA
QUER MORAR OU INVESTIR EM GOIÂNIA?
TENHO AS MELHORES OPÇÕES PRA VOCÊ!
(62) 98280-1111

CUIDADO COM AS FALSAS VAGAS DE EMPREGO

ist1amos alguns cuidados que você pode tomar para se proteger dos golpes que podem ocorrer na sua busca por uma vaga de emprego

- Não pague para obter um diploma para determinada vaga;
- Não transfira dinheiro e nem forneça dados bancários;
- Atente-se para as vagas que não exigem experiência e oferecem um bom salário;
- Não compre cartões, nem coloque créditos para terceiros;
- Desconfie se você precisa pagar por um curso necessário para sua contratação ou para participar do processo seletivo;
- Não forneça informações pessoais ou profissionais, seja por telefone ou Whatsapp;
- Pesquise a agência ou empresa que oferece o emprego;
- Fique em alerta com histórias longas e improváveis.

DISQUE-DENÚNCIA 181

Se alguma vaga foi publicada em nossas edições nos sinalize através do e-mail: classificados@correioweb.com.br. Não hesite em procurar uma delegacia de polícia.

CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE

1.4 ASA NORTE

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

710 Loja c/Subsolo 145m² vazia estacionamento 445Mil Ac Prop! 98121-2023 c8827

SUDOESTE

TRATO FEITO IMÓV
CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. › tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

VICENTE PIRES

MEU IMÓVEL IMOB
R 08 chác. 332 loja St Habitacion al V.Pires , localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698

SALAS

ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

ASA NORTE

SRTVN 701 C.E.Norte duas salas juntas reformadas phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

ASA SUL

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

GUARÁ

QI 31 Consei sala 40m2 próximo QE 19, nascente , canto R$ 250 mil financio Tr: 98135-1919

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as Ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.5 ASA NORTE

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

2 IMÓVEIS ALUGUEL

2.1 Apart Hotel
2.2 Apartamentos
2.3 Casas
2.4 Lojas e Salas
2.5 Lotes, Áreas e Galpões
2.6 Quartos e Pensões
2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
R DAS PITANGUEIRAS lt 10, 53m2, 2qtos, 1 suíte, 1 vaga, 2banhs 99418-8477 cj21694

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.2 GUARÁ

2.2 APARTAMENTOS

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

SUDOESTE

2 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
LUGARCERTO.COM.BR Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!
Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMOVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!
Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SUDOESTE

3 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
101 BLOCO I alugo apto 3 qtos 110m2 1 su çite Tr: 3344-4112

ACONTECE IMOBILIÁRIA
101 BLOCO I alugo apto 3 qtos 110m2 1 su çite Tr: 3344-4112

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 CANDANGOLÂNDIA

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

GAMA

ALUGO Salas comerciais, Loja e prédio no Gama . Tr. 99976-4334

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

3 VEÍCULOS

3.1 Automóveis
3.2 Caminhonetes e Utilitários
3.3 Caminhões
3.4 Motos
3.5 Outros Veículos
3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

RENAULT

EMBAIXADA VENDE
DUSTER PRATA 2014/2015
DUSTER 14/15 prata - Km 110.646 Venda por licitação. Tratar no tel: 61 3222-3999 Visitas: 04/03/26 - 1430 à 16h:30 / 05/03/26 - 09h:00 à 12h:00 Propostas até o dia 13/03/2026 - 12h00

DUSTER 17/18 Expression completo 4x2 manual 1.6 cinza 151.000km ágio R$ 49.000 + 34 parcelas R$ 1.106,00. Particular Tr: 98308-0999.

DUSTER 17/18 Expression completo 4x2 manual 1.6 cinza 151.000km ágio R$ 49.000 + 34 parcelas R$ 1.106,00. Particular Tr: 98308-0999.

4 CASA & SERVIÇOS

4.1 Construção e Reforma
4.2 Moda, Vestuário e Beleza
4.3 Saúde
4.2 Comemorações, e Eventos
4.5 Serviços Profissionais
4.6 Som e Imagem
4.7 Diversos

4.3 SAÚDE

OUTRAS ESPECIALIDADES

TERAPIA COGNITIVO Comportamental. (61) 99218-9419 - Whatsapp

5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária
5.2 Comunicados, Mensagens e Editais
5.3 Infomática
5.4 Oportunidades
5.5 Pontos Comerciais
5.6 Telecomunicações
5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

MÍSTICOS

AMOR DE VOLTA EM 6 HORAS
ABA traz seu amor de volta em 6 horas. Faz trabalhos inclusive p/ saúde . Desmancha feitiços mandados e afasta rivais, causas em justiça e trazer sorte em negócios. Sigilo total. Resultado garantido. Não cobro consulta e nem trabalho 61.99149-8430 Carmem

5.7 ACOMPANHANTE

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

Todos os números desta Seção são do DF DDD 61, excetuando-se os que forem precedidos de DDD diverso expresso

CACAU SOLTERINHA
20 ANOS seios furando a blusa! Faço oral até o fim e deixo finalizar na boca! (61) 99620-9236

MASSAGEM RELAX

AS+TOPS DAS GALÁXIAS
AS 20 TODAS lindas bemestarmassagens.com.br Fones: 61 985621273/ 3340-8627

6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego
6.2 Procura por Emprego
6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

AJUDANTE de Jardinagem preciso p/ trabalhar em Samambaia e todo DF. Tr. (61) 99963-6349

6.1 NIVEL BÁSICO

AJUDANTE p/serviços gerais para morar, s/ casal Tr: 99903-0605.

ATENDENTE LANCHONETE 15 dias p/ mês. Inicial R$ 2.250 vários horários à noite em Sobradinho. Enviar CV p/: lanchonetes@gmail.com

CASA DA MERENDA CONTRATA
AUXILIAR DE COZINHA/ Pieiro/ Garçom / PCD - pessoas com deficiência. Enviar CV p/: rhdondurica@gmail.com

CASEIRO Para Chácara/Haras em Brazlândia, c/ exper. 99982-5568

CONTRATA - SE
CHAPEIRO / ATENDENTE e Garçom (a) com experiência. Interessados entrar em contato: 61 98176-9286 / 99513-9179

CONTRATA - SE
COZINHEIRO(A) E SALADEIRA profissional c/ exper em Buffet. Sal. a combinar.. Ligar ou enviar curriculo 98350-7773

ÓTIMOS GANHOS!!
MASSAGISTA PRECISA-SE com ou sem exper.99414-1086 zap

6.1 NIVEL BÁSICO

DOMÉSTICA COM REFERÊNCIA e Exp. p/ todos serviço de casa. Trab. no Lago Norte. . Tr: horário comercial 98439-3924 Zap ou CV: contatodeempregada2024@gmail.com

DOMÉSTICA PARA DORMIR, de 2 a Sábado. Jardim Botânico, com referências. 99885-5556 / 99994-9942

ÓTIMOS GANHOS!!
MASSAGISTA PRECISA-SE com ou sem exper.99414-1086 zap

MASSAGISTA PRECISA-SE
COM OU SEM Experiência p/Semana ou Fim Semana. Pagamento diário. Tr: 61 98474-3116

PEDREIRO PROFISSIONAL p/morar ou não. Tratar: (61) 99903-0605.

REVENDA semi-jóias, direto da fábrica. 300% de lucro Tr. 98191-6828

DOMÉSTICA COM REFERÊNCIA e Exp. p/ todos serviço de casa. Trab. no Lago Norte. . Tr: horário comercial 98439-3924 Zap ou CV: contatodeempregada2024@gmail.com

CONTRATA - SE
COZINHEIRO(A) E SALADEIRA profissional c/ exper em Buffet. Sal. a combinar.. Ligar ou enviar curriculo 98350-7773

MASSAGISTA PRECISA-SE
COM OU SEM Experiência p/Semana ou Fim Semana. Pagamento diário. Tr: 61 98474-3116

6.1 NIVEL BÁSICO

SOLUÇÃO PARABRISAS
CONTRATA Aux. p/ Instalação de Parabrisas. Ver vagas: www.solucaoparabrisas.com.br/vagas . Tag./ Vic. Pires. Enviar Currículo p/ Whats: (61) 99882-2256

NÍVEL MÉDIO

AUX ADMINISTRATIVO (comunicativo e com disponibilidade de horário). Salário: R$ 1.800,00 + benefícios . Enviar curriculo p/ e-mail: recrutamentofotoshow@gmail.com

CIA DO UNIFORME
AUXILIAR ADMINISTRATIVO contrata c/experiência. Oferece VT + alimentação + bônus. Enviar currículo p/ ciauniforme@gmail.com

MOTORISTA Cat. " D " preciso para entregas no DF e pequenas viagens. (61) 99963-6349

6.1 NÍVEL MÉDIO

AUXILIAR DE CONTABILIDADE para emissão e lançamento de notas fiscais, classificasção de notas, atendimento à cliente. Conhecimento sistema Totvs será um diferencial. Trabalhar de Segunda a sexta. Salário à combinar. Enviar currículo: michelperitocontador@gmail.com

DEPARTAMENTO FISCAL. Salário à combinar de acordo com experiência na área. Pedregal-GO. Tratar: 61 98554-8289 ou lusp501@gmail.com

RAMO DE SEGUROS
BUSCA profissionais com ou sem experiência na área. Requisitos: Facilidade para atuar c/ atendimento ao público, conhecimento em internet , que seja pro-ativa. Interessadas enviar currículo: administrativo@oepseguros.com.br

O DISTRITO FEDERAL, por intermédio da ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SCIA E ESTRUTURAL - RA XXV, torna público que requereu ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental (IBRAM) Licença Ambiental Simplificada (LAS) para pavimentação de vias, no trechos 1 e 2, localizados na: **"Divisa do Setor Oeste com Colônia Agrícola Cabeceira do Valo, segue pela estrada da Castanheira até o entroncamento com a rodovia EPAC/DF-097 e na Avenida do Valo até a rotatória de acesso à DF-095, na entrada secundária da cidade Estrutural", conforme Processo SEI nº 00391-00000568/2026-85.**

ALCEU PRESTES DE MATTOS

B-GREEN GESTÃO AMBIENTAL S.A.
Aviso de Recebimento de ratificação da Licença de Operação

Torna público que recebeu do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental – IBRAM/DF, a **Licença de Operação nº 30/2024, no dia 13/06/2024**, para a atividade de Usina de tratamento por oxidação térmica e esterilização à vapor de resíduos de serviços de saúde., no Setor Industrial da Ceilândia QI 21, Lote 51/53/55, s/n, Ceilândia, Brasília/DF, CEP 72.265-210, **processo n° 00391-00001123/2019-93. B-GREEN GESTÃO AMBIENTAL S.A**

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÕES
Pregão Eletrônico n. 90015/26

OBJETO: Aquisição de microfones, bateria recarregável, carregador de bateria, suporte de microfone e fone de ouvido, novos e para primeiro uso, incluindo garantia de funcionamento, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses.
DATA DA ABERTURA: 10/03/2026, às 10h.

Pregão Eletrônico n. 90016/26

OBJETO: Fornecimento e instalação de esquadrias de segurança P1, P2 e P3, incluindo retirada da esquadria existente e garantia de funcionamento, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses.
DATA DA ABERTURA: 12/03/2026, às 10h.

Pregão Eletrônico n. 90017/26

OBJETO: Prestação de serviços de impressão de imagens e textos em diversos tipos de materiais, por meio de plotagem, incluindo instalação e desmontagem, fornecimento, recorte, dobra e instalação de chapas de acrílico, pelo período de 12 (doze) meses.
DATA DA ABERTURA: 12/03/2026, às 10h.
EDITAL E INFORMAÇÕES: 14º andar do Edifício Anexo I - fone (61) 3216-4906, bem como nos endereços eletrônicos: www.camara.leg.br e www.comprasnet.gov.br.

DANIEL DE SOUZA ANDRADE
Pregoeiro

SENADO FEDERAL
COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90020/2026

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviço continuado de fornecimento de solução de radiocomunicação para a Secretaria de Polícia do Senado Federal, mediante locação de equipamentos, inclusive licenças, atualização tecnológica e manutenção preventiva e corretiva, com treinamento inicial e operação assistida.
ABERTURA: 17/03/2026, às 09h30, pelo sistema Compras.gov.br.
EDITAL E INFORMAÇÕES: **www.senado.leg.br** (Portal da Transparência do Senado Federal/Licitações e Contratos), **www.compras.gov.br** ou na COPEL, Bloco de Apoio 16, 1º andar, telefone (61) 3303-3036.

JULIANA SÁ DE ALMEIDA BEZERRA
Pregoeiro

LEILÃO SENAD/POLICIA CIVIL (PC)
EDITAL 12/2025
ALIENAÇÕES DEFINITIVAS – 94 lotes
(91 circuláveis e 3 sucatas)
LEILÃO ÚNICO COM LANCES DE 50%
DAS AVALIAÇÕES em 26/03/2026
VISITAÇÃO 17 a 19/março – Rodovia DF 440 Km. 15
EDITAL, FOTOS etc. **WWW.PAULOTOLENTINO.COM.BR**
Informações: (61)99983-1982 – exclusivamente WhatsApp

Disque-Denúncia
Secretaria de Segurança Pública.
Uma nova arma contra a criminalidade
Sigilo absoluto.
197

2º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL
REGISTRADORA
RAFAEL ARAUJO HORTA COSTA
HELDER PEREIRA DE CARVALHO
DEMERVAL SILVA CAIXETA JUNIOR
SUBSTITUTOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL, Titular do 2° Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento que, a **BRB – BANCO DE BRASÍLIA S/A**, na qualidade de CREDOR FIDUCIÁRIO, pelo requerimento de 13/11/2025, requereu a este Serviço Registral as intimações de **RODRIGO GONÇALVES DE SOUSA**, empresário, e sua mulher **RAYANI CARVALHO GONÇALVES**, servidora pública, brasileiros, inscritos no CPF sob os nºs **014.300.806-47** e **009.314.391-59**, respectivamente, residentes e domiciliados nesta cidade, no seguinte endereço: Casa nº 24, do Conjunto "A", da QR – 404, do Setor Habitacional Tororó - SHTO, do Parcelamento "Chapéu de Pedra"; na qualidade de DEVEDORES FIDUCIANTES nos termos da Lei n° 9.514/1997, para que satisfaçam o pagamento da importância de R$ 43.629,80 (quarenta e três mil e seiscentos e vinte e nove reais e oitenta centavos), atualizada até o dia 05/05/2026, correspondente as prestações vencidas e mais as que se vencerem até o dia do pagamento, bem como, encargos legais e contratuais, além das despesas de cobrança e intimação. Tal dívida é originária da escritura de compra e venda com alienação Fiduciária do Lote de terreno nº 24, do Conjunto "A", da QR – 404, do Setor Habitacional Tororó - SHTO, do Parcelamento "Chapéu de Pedra", nesta cidade, registrada sob os n°s R.17 e R.18, na matrícula n° 76.599. Os Devedores Fiduciantes não foram localizados nos endereços fornecidos, encontrando-se em local ignorado, de acordo com as certidões do Cartório 3º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do DF. Desta forma, fica os DEVEDORES FIDUCIANTES, acima qualificado, CONSTITUÍDA EM MORA E INTIMADOS, para que satisfaçam o pagamento da importância acima referida, dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da última publicação do presente Edital, neste Serviço Registral, situado no SCS – QUADRA 08 – BLOCO "B n° 60" – SALA 140C – "VENÂNCIO SHOPPING", nesta cidade. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, sem o devido pagamento, será promovida a consolidação da propriedade do Lote de terreno nº 24, do Conjunto "A", da QR – 404, do Setor Habitacional Tororó - SHTO, do Parcelamento "Chapéu de Pedra", desta cidade, em nome do CREDOR FIDUCIÁRIO. - Dado e passado nesta cidade de Brasília, aos 12 (doze) dias do mês de fevereiro de 2026. LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL – OFICIAL.

ANUNCIE CONOSCO !

IMPRESSO E DIGITAL

- Balanços - Atas - Avisos
- Extravios - Convocações
- Editais - Comunicados
- Regulamentos
- Licitações - Leilões - Pregões

ENTRE EM CONTATO :

(61) 98167-9999

(61) 3342-1000
Escolha a opção 04

Horário de atendimento de segunda a sexta-feira de 9h às 18h e aos sábados de 8h às 12h - ***domingos e feriados fechados***

CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE